

MARILÉIA SILVA DOS REIS

**ATOS DE FALA NÃO-DECLARATIVOS DE COMANDO NA
EXPRESSÃO DO IMPERATIVO:
A DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO SOB UM OLHAR
FUNCIONALISTA**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação
em Letras/Linguística da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de
Doutor em Linguística.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Edair Gorski.

FLORIANÓPOLIS, 2003.

MARILÉIA SILVA DOS REIS

**ATOS DE FALA NÃO-DECLARATIVOS NA EXPRESSÃO DO
IMPERATIVO:
A DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO SOB UM OLHAR
FUNCIONALISTA**

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do grau de Doutor em Linguística e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

Coordenador: Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura (UFSC)

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edair Gorski
Professora-orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo
Moura
Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC

Profa. Dra. Odete Menon
Universidade Federal do Paraná
UFPR

Prof. Dr. Fábio José Rauhen
Universidade do Sul de Santa Catarina
UNISUL

Profa. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC

Profa. Dra. Rosângela Hammes Rodrigues
Universidade Federal de Santa Catarina
UFSC

Dedico

*A meus pais, **Nivalda e Josenir**, pelo carinho constante.*

*Aos **irmãos**, pela amizade, pela acolhida.*

*Ao **Sérgio**, presença na minha ausência, pela luz própria, pela casa mantida acesa.*

*Às filhas, **Liz e Talita**, queridas, pelo incentivo, por me permitirem a invasão de suas vidinhas: o passeio que não aconteceu, o som que parou, a visita adiada das amigas, o bate-papo interrompido .*

*Ao **Mateus**, pelas vezes que ‘doimiu’ e ‘coidô’ sem a mamãe .*

A todos, pelo carinho comigo, pelos cuidados com o pequeno.

Agradeço à orientação

*À professora **Edair**, orientadora, pela seriedade com que conduziu os percursos de cada etapa de elaboração desta tese, por se permitir amiga, pelo contínuo das relações sociopessoais estabelecido. Pela assimetria dos papéis ($M > m$), com horas duradouras e pesadas de discussão, usadas sem dó nem piedade ... Comandos? Muitos e categoricamente na variante indicativa... Pelos momentos simétricos ($M = m$), no cafezinho, em que falamos dos pequenos ... e dos grandinhos também. Terceiro nível de relação ($M < m$)? Não, esse não teve, porque estou falando de uma só estrela ...*

À banca de defesa do projeto de tese

*À professora **Odete**, pela sábia sugestão: “Vinhas da Ira, Mariléia! Imperativos? Vinhas da Ira”. E foi lá que vimos que fala e escrita se fundem e se confundem, que os comandos se laçam e se entrelaçam numa gama surpreendente de estilos ...*

*Ao professor **Heronides**, pelos caminhos pragmáticos: “Se vejo alguma alternativa (no projeto) ela deve se dar por essa força manipulativa constituinte dos atos de comando”. De fato, foi a partir dessa força a grande sacada: construção de uma variável independente complexa que retratasse o fenómeno de modo escalar ...*

*À professora **Izete**, pelos questionamentos metodológicos em relação ao que a literatura já tinha trabalhado: “Uma descrição mais detalhada de cada um desses estudos não só vai situar melhor o leitor, como também te apontar novas direções”. Simples palavras, ricos resultados. Desse olhar meticoloso, a necessidade de um padrão diferente de análise das variantes: dimensão estilística da variação ...*

Agradeço a outros colaboradores

À Maria Alice Tavares, pela leitura criteriosa do meu texto final, pelas sugestões de quem sabe que sabe

Ao professor Fábio Rauhen, por onde tudo começou, pelo incentivo à pesquisa, ainda na Especialização (UNISUL) ... Pela concessão do modelo de formatação desse documento, pelas sugestões de montagem das matrizes ...

À professora Maria Marta Furlanetto, pela companhia, sempre tão presente, pela lembrança espirituosa de suas aulas ...

À professora Loni Grimm Cabral, pela acolhida ao mestrado, por abrir o caminho ...

Ao professor Paulino Vandresen, pela orientação da primeira monografia sobre o fenômeno em questão, pela amizade ...

À irmã Célia, por compartilhar, de tão perto, dos caminhos e descaminhos travados, pela afinidade da área, pela confiança ...

Às amigas Márluce Coan, Maria Alice Tavares, Ângela Back, Adriana Gibbon, Raquel Ko. Freitag, Diane Dal Mago, Suzana Rocha, pela amizade, pelos pequenos grandes momentos ...

Às bolsistas do VARSUL, Joana Arduin, Maryualê Mittmann e Priscilla Neves, pelas contribuições prestadas ...

À UNISUL – PICDT/CAPES/ACAFE, pelo apoio financeiro ...

A Deus, o Criador.

E mudam-se os estilos...

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.
O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.
E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto,
Que não se muda já como soía.
(Luíz Vaz de Camões)*

RESUMO

Esta tese trata de atos de fala de comando na expressão variável do imperativo mediante formas verbais indicativa e subjuntiva, sob duas perspectivas teórico-metodológicas: a da dimensão estilística, com base na Teoria da Variação e Mudança Lingüística (linha laboviana), e a dos graus de força manipulativa, com base no Funcionalismo Lingüístico (linha givoniana). Essas duas perspectivas se aproximam em vários pontos e se mostram complementares em tantos outros, o que permitiu uma abordagem associada. Em termos gerais, hipóteses de caráter funcional e de caráter socioestilístico receberam tratamento metodológico nos moldes da sociolingüística laboviana.

As etapas metodológicas foram as seguintes: (i) quantificação dos dados mediante a aplicação do programa estatístico VARBRUL (Pintzuk, 1988) sobre as variáveis independentes controladas, (ii) soma dessas variáveis simples para a composição de uma variável complexa denominada *Graus de força manipulativa* e (iii) configuração da variedade intra-individual de cada manipulador nas diversas redes sociais. Tomamos como amostra dos dados a tradução Sul-regionalista para o português de *Vinhas da Ira*, de John Steinbeck.

Os resultados permitiram a corroboração das principais hipóteses da pesquisa, evidenciando: (i) a existência de uma correlação escalar entre os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa constituinte dos atos de fala de comando e o uso das variantes indicativa e subjuntiva, e (ii) a relevância da variável independente *simetria/ assimetria das relações sociopessoas* entre manipuladores e manipulados, na abordagem estilística da variação.

Consideramos como contribuição maior desta tese a proposta de operacionalização de procedimentos teórico-metodológicos para tratamento conjunto da dimensão estilística da variação e da noção gradiente de força manipulativa constituinte dos atos de comando, tratados como regra variável.

ABSTRACT

In this thesis, it is analyzed the use of indicative and subjunctive variants in the expression of the imperative form, in the second person singular, in the Portuguese language, as an act of manipulative speech, with the objective of emphasizing the idea that the expression of these variants cannot be related to their morph syntactic manifestations, only, being fundamental to consider the influence of the pragmatic-situational context in which they are inserted.

It is started from two theoretical-methodological perspectives: the one of the stilistics dimension of the variation based on the Theory of Variation and linguistic Change (Labovian Theory) and the one of the degrees of the manipulative force, based on the Linguistic Functionalism (Giovanian Theory). These two perspectives approach one another in various aspects and appear complementary in many others, which allowed an associated approach. In general terms, hypotheses of functional and socio-stilistics characters received methodological treatment in the Labovian sociolinguistic features.

The methodological steps were the following: (i) data quantification according to the application of the VARBRUL statistical program (Pintzuk, 1988) about the controlled independent variables (of extralinguistics nature); (ii) sum of these simple variables for the composition of a complex variable called *degree of manipulative force*; and (iii) configuration of the intra-individual variety of each manipulator in various social nets. It was taken the manipulative speech acts in the expression of the imperative form in John Steinbeck's *the grapes of wrath*, in its southern regionalist version for the Portuguese language.

The results allowed confirming the main hypotheses of the research, emphasizing: (i) the existence of a scalar correlation among the weakeners/strengtheners of the constituent manipulative force of the speech act of command and the use of indicative and subjunctive variants, and (ii) the relevance of independent variable *simetry/assimetry of sociopeople relations* between manipulators and manipulated, in the stilistic approach of variation, confirming the initial hypothesis, in which the use of imperative variants would be related to a conditioning of strictly situational nature, in a detic referentiation: *Eu/Tu* (commander and commanded), *aqui* (physical space), and *agora* (moment of enunciation).

It is considered as the major contribution of this thesis the proposal of operationalization of theoretical-methodological procedures for the conjunct treatment of the stilistic dimension of variation and the gradient notion of the constituent manipulative force of the command acts, treated as variable rules.

RESUMÉ

Dans cette thèse, nous analysons l'usage des variantes indicative et subordonnée dans l'expression de l'impératif de la deuxième personne du singulier du portugais comme acte manipulatif de la langue, dans le but de nous démontrer que l'expression de ces variantes ne doit pas seulement être mise en rapport à ses manifestations morfosynthétiques, étant fondamental considérer l'influence du contexte pragmatique-situationnel dans lesquelles elles sont implantées.

Nous partons de deux perspectives théorico-méthodologiques: celle de la dimension stylistique de la variation, comme base dans la Théorie de la Variation et Changement Linguistique (ligne labovienne), et celle des degrés de force manipulative, comme base dans le Fonctionnalisme Linguistique (ligne givonienne). Ces deux perspectives se rapprochent en plusieurs points et se montrent complémentaires en tant d'autres, ce qui a permis un accès associé. En termes généraux, les hypothèses de caractère fonctionnel et de caractère socio-stylistique recevront un traitement méthodologique dans les formes de la sociolinguistique labovienne.

Les étapes méthodologiques ont été les suivantes: (i) quantification des données au moyen de l'application du programme statistique VARBRUL (Pintzuk, 1988) sur les variantes indépendantes contrôlées (de nature extralinguistique); (ii) somme de ces variantes simples, pour la composition d'une variante complexe dénommée *degrés de force manipulative*; et (iii) configuration de la variété intra-individuelle de chaque manipulateur dans divers réseaux sociaux. Nous prenons comme échantillon les actes manipulatifs de la langue dans l'expression de l'impératif comme dans *Les raisins de la colère*, de John Steinbeck, dans la version Sud-regionaliste de cette oeuvre pour le portugais.

Les résultats ont permis de corroborer les principales hypothèses de la recherche, confirmant: (i) l'existence d'une corrélation d'échelonner entre les dispositifs affaiblissants/fortifiants de la force manipulative constituante des actes de la langue de commande et l'usage des variantes, indicative et subordonnée, et (ii) l'importance de la variante indépendante *symétrie/assymétrie des relations socio-personnes* entre manipulateurs et manipulés, dans le rapprochement stylistique de la variation, corroborant à l'hypothèse initiale selon laquelle l'usage des variantes de l'impératif serait rapporté à conditionnements de nature strictement situationnelle, dans une référenciation deixis: *moi/toi* (commandante et commandé), *ici* (espace physique) et *maintenant* (moment de l'énonciation).

Nous considérons comme contribution majeure de cette thèse la proposition de l'opérationnalisation de procédés théoriques-méthodologiques pour traiter un ensemble de dimension stylistique de la variation et de la notion graduelle de la force manipulative constituante des actes de commande, traités comme une règle variable.

LISTA DE QUADROS

| |
|--|
| Quadro 1 - Trajetória histórica do imperativo |
| Quadro 2 - Distribuição dos tipos de atos de fala em narrativas de diálogo nos estudos de Givón (1993) |
| Quadro 3 - Amostras de apagamento do plural redundante nas concordâncias verbais em <i>Vinhas da Ira</i> |
| Quadro 4 - Amostras de rupturas com a norma-padrão em <i>Vinhas da Ira</i> |
| Quadro 5 - Trecho de interação entre a família Joad e o vizinho Muley |
| Quadro 6 - Número de PMs, seu papel sociopessoal e número de comandos por eles empregados |
| Quadro 7 – Amostra de comandos imperativos nas variantes indicativa e subjuntiva Amostra do uso alternado das variantes constituintes dos atos de comando proferidos por TOM |
| Quadro 8 – Distribuição escalar da força manipulativa dos atos de comando Tom, segundo o papel sociopessoal de seus PMs em <i>Vinhas da Ira</i> |
| Quadro 9 - Trecho de <i>Vinhas da Ira</i> que ilustra o uso alternado das variantes constituintes dos atos e comando proferidos por Tom |
| Quadro 10 - Variáveis independentes controladas |
| Quadro 11 – Graus de intimidade em relação à posição hierárquica dos interlocutores |
| Quadro 12 - Redes sociais segundo o papel sociopessoal dos PMs e PMs |
| Quadro 13 - Legenda dos grupos de fatores da Matriz 1 |
| Quadro 14 – Distribuição da pontuação escalar de cada fator dos grupos controlados para a composição da variável <i>Graus de força manipulativa</i> |
| Quadro 15 - Direção dos graus de manipulação decorrentes da pontuação dos fatores |
| Quadro 16 - Demonstração da pontuação dos fatores na composição da variável <i>Graus de força manipulativa</i> |
| Quadro 17 – Variáveis independentes simples selecionadas pelo VARBRUL, por ordem de importância estatística |
| Quadro 18 - Grau de intimidade em relação à posição hierárquica dos interlocutores (PMs e PMs) e o uso das formas pronominais de 2ª. pessoa do singular e das variantes do imperativo |
| Quadro 19 - Atos de comando da MÃE na variante subjuntiva |
| Quadro 20 - Relação das formas verbais subjuntivas nos comandos da MÃE |

LISTA DE TABELAS

| |
|---|
| Tabela 1 – Atuação da escolarização no uso da concordância nominal |
| Tabela 2 – Distribuição dos usos dos atos de comandos afirmativos e negativos, em <i>Vinhas da Ira</i> |
| Tabela 3 - Distribuição das ocorrências das variantes imperativas na fala de Tom |
| Tabela 4 – Distribuição das ocorrências das variantes na fala de Tom, numa situação específica |
| Tabela 5 - Distribuição geral dos usos dos atos de comando, em <i>Vinhas da Ira</i> |
| Tabela 6 - Influência da <i>natureza da forma pronominal</i> de 2ª. pessoa do singular, empregada pelos PMs aos PMs, sobre a variante indicativa |
| Tabela 7 - Influência da <i>natureza das relações sociopessoais</i> estabelecidas entre os interlocutores (PMs e Pms) sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 8 – Influência da <i>natureza proibitiva/não-proibitiva</i> dos atos de comando sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 9 – Influência da <i>menção explícita do manipulado</i> pelo PM sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 10 – Influência da <i>definitude do manipulado</i> em relação à pessoa que fala sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 11 – Influência da <i>previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’</i> em relação ao momento de fala sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 12 – Influência da <i>dinamismo da situação</i> no momento de fala, sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 13 – Graus de força manipulativa sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 14 – Tratamento escalar da variável simples <i>rede de relações sociopessoais</i> sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 15 – Rede de interações da MÃE com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 16 – Rede de interações da TOM com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 17 – Rede de interações de AL com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 18 – Rede de interações do PAI e do tio JOHN com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 19 – Rede de interações de ROSASHARM com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 20A – Rede de interações do REVERENDO com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 20B – Rede de interações dos OUTROS personagens com o REVERENDO sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 21A – Rede de interações da AVÓ com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 21B – Rede de interações dos OUTROS personagens com a AVÓ sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 22A - Rede de interações da RUTHIE e do WINN com os PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |
| Tabela 22B – Rede de interações dos OUTROS personagens com a RUTHIE e com o WINN sobre a forma <i>indicativa</i> |
| Tabela 23 – Distribuição da estratificação inter-individual dos atos de comando dos PMs aos PMs sobre a variante <i>indicativa</i> |

LISTA DE ABREVIATURAS

| |
|--|
| AFND - atos de fala não-declarativos |
| PM - personagem manipulador |
| Pm - personagem manipulado |
| (R1) - rede sociopessoal da família [+ próxima] |
| (R2) - rede sociopessoal da família [- próxima] |
| (R3) - rede sociopessoal de conhecidos |
| (R4) - rede sociopessoal entre estranhos |
| (R5) - rede sociopessoal de autoridade pública |
| (R6) - rede sociopessoal de autoridade religiosa |
| (R7) - rede sociopessoal de autoridade instituída |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA | 23 |
| 1.1 A DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: IMPORTÂNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO | 23 |
| 1.1.1 DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO NA PESQUISA LINGÜÍSTICA: O RECORTE DA PARTE DE UM TODO | 26 |
| 1.1.1.1 VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NUMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL: O TODO DAS PARTES | 28 |
| 1.1.2 Estilo: noções gerais | 29 |
| 1.1.2.1 ESTILO: NOÇÕES A PARTIR DA SOCIOLINGÜÍSTICA | 30 |
| 1.1.2.2 A EXPRESSÃO DO ESTILO NAS LÍNGUAS: ILUSTRAÇÃO DE CASO EM JAVANÊS | 31 |
| 1.2 REVISÃO DA LITERATURA NA ÁREA: PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA | 33 |
| 1.2.1 Dimensão histórica: Faraco (1982; 1986) | 34 |
| 1.2.1.1 FARACO (1982; 1986) | 34 |
| 1.2.1.1.1 Especialização pragmática: legitimidade histórica da variante indicativa | 35 |
| 1.2.1.2 REIS (1998) | 36 |
| 1.2.2 Dimensão geográfica: Scherre et al (1997; 1999; 2002) | 37 |
| 1.2.3 Dimensão social: confluência nos estudos apontados | 38 |
| 1.2.4 Dimensão lingüística: avanço qualitativo em Scherre et al (1997; 1999; 2002) | 38 |
| 1.2.4.1 Grupo de fatores lingüísticos favorecedores das variantes indicativa e subjuntiva | 39 |
| 1.2.4.1.1 Grupo de fatores lingüísticos favorecedores da variante subjuntiva | 39 |
| 1.2.4.1.2 Grupo de fatores favorecedores da variante indicativa | 40 |
| 1.2.4.2 Tipologia textual e emprego do imperativo: acomodação das variantes | 40 |
| 1.2.5 a necessidade DA Dimensão estilística | 42 |
| 1.2.5.1 O formal e informal em Scherre et al (1997; 1999; 2002) | 42 |
| 1.2.5.2 A dimensão estilística em Menon (1984): ‘simplificação’ ou ‘complicação’ no ensino de língua portuguesa? | 42 |
| 1.2.5.3 Dimensão estilística da variação: o que a literatura na área ainda não tem postulado | 44 |
| 1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESE GERAL | 46 |
| 1.3.1 Objetivo geral | 46 |
| 1.3.1.1 Objetivos específicos | 46 |
| 1.3.2 Hipótese geral | 46 |
| 2 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO | 48 |
| 2.1 MODO VERBAL: NATUREZA E CONTRADIÇÕES | 48 |
| 2.1.1 Modo verbal: considerações sobre a assimetria entre prescrições gramaticais e situações reais de uso do imperativo na expressão de um AFND de comando | 53 |
| 2.1.1.1 Como os gramáticos costumam ver o uso variável do imperativo em textos publicitários | 55 |

| | | |
|-----------|---|-----------|
| 2.1.1.1.1 | <u>'FAZ UM 21'</u> | 55 |
| 2.1.1.1.2 | <u>'Vem pra caixa você também'</u> | 58 |
| 2.2 | <u>MODO VERBAL: DOMÍNIO FUNCIONAL COMPLEXO</u> | 59 |
| 2.2.1 | <u>Tempo e modalidade no imperativo: futuridade e irrealis</u> | 59 |
| 3 | <u>REFERENCIAL TEÓRICO</u> | 64 |
| 3.1 | <u>SOCIOLINGÜÍSTICA</u> | 65 |
| 3.1.1 | <u>A sociolingüística é a lingüística (Labov, 1976, p. 37)</u> | 65 |
| 3.1.2 | <u>Sociolingüística: sistematicidade e variação a um só tempo</u> | 67 |
| 3.2 | <u>A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA</u> | 70 |
| 3.2.1 | <u>Variação: análise no nível fonológico</u> | 71 |
| 3.2.1.1 | <u>Variação: extrapolando o nível fonológico de análise</u> | 72 |
| 3.2.1.2 | <u>Modelo Laboviano: análise do ESTILO no nível fonológico</u> | 75 |
| 3.2.2 | <u>A Mudança Lingüística</u> | 78 |
| 3.3 | <u>O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO</u> | 79 |
| 3.3.1 | <u>A FORÇA MANIPULATIVA DOS AFNDs DE COMANDO NA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO</u> | 82 |
| 3.3.1.1 | <u>Atos de fala manipulativos: aspectos funcionais</u> | 83 |
| 3.3.1.2 | <u>Manipulação, poder e status: variáveis socioestilísticas na determinação das variantes do imperativo</u> | 85 |
| 3.3.1.3 | <u>Os dispositivos nfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa dos AFNDs de comando na expressão do imperativo</u> | 86 |
| 3.3.2 | <u>atos de fala: por que os lingüistas preferem a gramática das sentenças declarativas à das não-declarativas (Givón, 1993)</u> | 87 |
| 3.3.2.1 | <u>Atos de fala manipulativos: descrição sintática dos imperativos</u> | 90 |
| 4 | <u>DESCRIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA</u> | 92 |
| | <u>APRESENTAÇÃO</u> | 92 |
| 4.1 | <u>DESCRIÇÃO DO CORPUS: CONSTITUIÇÃO LINGÜÍSTICA DE VINHAS DA IRA</u> | 95 |
| 4.1.1 | <u>VINHAS DA IRA: A HISTÓRIA DA TERRA SEM-HOMENS E DOS HOMENS SEM-TERRA</u> | 95 |
| 4.1.2 | <u>VINHAS DA IRA: FIRMAÇÃO COMO DOCUMENTO LINGÜÍSTICO</u> | 96 |
| 4.1.3 | <u>TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE VINHAS DA IRA: ENCONTROS E (DES)ENCONTROS COM A NORMA-PADRÃO</u> | 98 |
| 4.1.4 | <u>TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE VINHAS DA IRA: QUANDO ESCRITA E FALA SE (CON)FUNDEM</u> | 100 |
| 4.1.5 | <u>TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE VINHAS DA IRA E A MARCA REDUNDANTE DE PLURAL: CAMINHOS NOS (DES)CAMINHOS DE SCHERRE (1996)</u> | 101 |
| 4.2 | <u>METODOLOGIA DE CODIFICAÇÃO DOS DADOS</u> | 103 |
| 4.2.1 | <u>Corpus: composição dos dados</u> | 103 |
| 4.2.2 | <u>Corpus: amostra da constituição dos enunciados de comandos computados</u> | 105 |
| 4.3 | <u>DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO: AMOSTRA DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE EM VINHAS DA IRA</u> | 106 |
| 4.3.1 | <u>Estratificação estilística dos comandos de tom em Vinhas da Ira: ilustração da abordagem operacional do estudo</u> | 106 |
| 4.3.2 | <u>Dimensão estilística da variação na fala de tom em vinhas da ira: amostra de caso</u> | 110 |
| 4.4 | <u>DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS</u> | 114 |
| 4.4.1 | <u>Grupo de fatores 'natureza da forma pronominal de 2ª pessoa do singular usada pelo manipulador ao manipulado'</u> | 115 |
| 4.4.2 | <u>Grupo de fatores 'menção de formas de polidez no ato de comando'</u> | 117 |
| 4.4.3 | <u>Grupo de fatores 'menção explícita do manipulado'</u> | 118 |
| 4.4.4 | <u>Grupo de fatores 'definitude do manipulado em relação à pessoa que fala'</u> | 119 |
| 4.4.5 | <u>Grupo de fatores 'natureza proibitiva do comando'</u> | 121 |
| 4.4.6 | <u>Grupo de fatores 'complexidade da forma verbal imperativa'</u> | 122 |
| 4.4.7 | <u>Grupo de fatores 'dinamismo da situação'</u> | 123 |
| 4.4.8 | <u>Grupo de fatores 'previsibilidade da mudança-de-estado-de-coisas'</u> | 124 |
| 4.4.9 | <u>Grupo de fatores 'estatuto verbal de imperativo'</u> | 126 |
| 4.4.10 | <u>Grupo de fatores 'natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados'</u> | 126 |
| 4.5 | <u>METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS</u> | 129 |
| 4.5.1 | <u>ETAPA 1: Metodologia da testagem isolada das variáveis simples</u> | 130 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.5.2 | <i>ETAPA 2: Metodologia da formação da variável complexa graus de força manipulativa</i> | 130 |
| 4.5.2.1 | <i>Modelo da escala matricial no controle dos grupos de fatores para a formulação da variável complexa graus de força manipulativa</i> | 131 |
| 4.5.2.2 | <i>Modelo da escala de pontuação numérica no controle dos grupos de fatores para a formulação da variável complexa graus de força manipulativa</i> | 133 |
| 4.5.3 | <i>ETAPA 3: Metodologia da análise da variedade intra-individual de cada PM nas diversas redes sociais</i> | 137 |
| 5 | <u>QUANDO MANIPULAÇÃO E ESTILO SE SOBREPÕEM AO COMANDO: UM OLHAR FUNCIONAL SOBRE A VARIAÇÃO</u> | 139 |
| | <u>APRESENTAÇÃO</u> | 139 |
| 5.1 | <u>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA</u> | 140 |
| 5.1.1 | <i>Grupo de fatores 'natureza da forma pronominal de 2ª. pessoa do singular'</i> | 141 |
| 5.1.1.1 | <i>Dimensão situacional (ou pragmática)</i> | 142 |
| 5.1.1.2 | <i>Dimensão da polidez decorrente do uso dos pronomes você e o(a) senhor(a) como formas tratamento respeitoso</i> | 144 |
| 5.1.1.3 | <i>Dimensão da prescrição gramatical e ensino de língua materna</i> | 145 |
| 5.1.1.4 | <i>Análise e discussão dos resultados</i> | 147 |
| 5.1.2 | <i>Grupo de fatores 'natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados'</i> | 149 |
| 5.1.3 | <i>Grupo de fatores 'natureza proibitiva do comando'</i> | 152 |
| 5.1.4 | <i>Grupo de fatores 'menção explícita do manipulado'</i> | 153 |
| 5.1.5 | <i>Grupo de fatores 'definitude do manipulado em relação à pessoa que fala'</i> | 155 |
| 5.1.6 | <i>Grupo de fatores 'previsibilidade da mudança-de-estado-de-coisas'</i> | 157 |
| 5.1.7 | <i>Grupo de fatores 'dinamismo da situação'</i> | 158 |
| 5.1.8 | <i>Outros grupos de fatores</i> | 159 |
| 5.2 | <u>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA SEGUNDA ETAPA</u> | 160 |
| 5.2.1 | <i>Tratamento escalar na criação da variável complexa graus de força manipulativa</i> | 160 |
| 5.2.2 | <i>Tratamento escalar na variável simetria/assimetria das relações sociopessoais</i> | 165 |
| 6 | <u>REDES SOCIAIS E VARIEDADE INTRA-INDIVIDUAL: A DIFERENÇA</u> | 169 |
| | <u>APRESENTAÇÃO</u> | 169 |
| 6.1 | <u>AS REDES SOCIAIS E AS LÍNGUAS</u> | 170 |
| 6.1.1 | <i>Classe operária: rede de comunicação muito mais densa</i> | 172 |
| 6.1.2 | <i>Quando a diferença não é 'deficiência'</i> | 173 |
| 6.1.3 | <i>Quando a soma das diferenças define o estilo</i> | 175 |
| 6.2 | <u>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELOS PERSONAGENS FALANTES</u> | 178 |
| 6.2.1 | <i>Atos de comando proferidos pela MÃE</i> | 178 |
| 6.2.1.1 | <i>Amostra da variante subjuntiva na fala da MÃE, nas suas interações com os Pms da rede da família</i> | 182 |
| 6.2.2 | <i>Atos de comando proferidos por TOM</i> | 185 |
| 6.2.2.1 | <i>Amostra da variante subjuntiva na fala de TOM, nas suas interações com AL</i> | 190 |
| 6.2.3 | <i>Atos de comando proferidos por AL</i> | 191 |
| 6.2.4 | <i>Atos de comando proferidos pelo PAI e pelo tio JOHN</i> | 192 |
| 6.2.5 | <i>Atos de comando proferidos por ROSASHARM</i> | 195 |
| 6.2.6 | <i>Atos de comando proferidos pelo REVERENDO</i> | 195 |
| 6.2.7 | <i>Atos de comando proferidos pelos AVÓS</i> | 197 |
| 6.2.8 | <i>Atos de comando proferidos pelas CRIANÇAS</i> | 198 |
| 6.2.9 | <i>ESTRATIFICAÇÃO INTERINDIVIDUAL DOS ATOS DE COMANDO DOS interlocutores EM VINHAS DA IRA</i> | 200 |
| | <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> | 203 |
| | <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> | 206 |
| | <u>ANEXOS</u> | 214 |

INTRODUÇÃO

Esta tese se insere na área de Sociolingüística, que engloba a *variação*, *mudança* e *ensino* como linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina¹. Com a abordagem de estudos de variação e/ou mudança lingüística nos níveis morfossintático, sintático e discursivo do português falado e/ou escrito, os trabalhos, nesta linha de pesquisa, procuram evidenciar que dados empíricos e reflexões de natureza teórico-metodológica concernentes à análise da língua em uso podem subsidiar propostas de aplicação pedagógica.

Especificamente, esta tese trata de *atos de fala não-declarativos*² de comando na expressão do *imperativo* em português, com atenção especial à *variação lingüística* que se exprime em função da sua dimensão *estilística*³. Pretendemos identificar, descrever e discutir possíveis condicionamentos pautados nesta dimensão da variação, que possam interferir no uso alternado de uma ou de outra variante desse modo verbal – forma indicativa (*canta*) ou subjuntiva (*cante*) –, pelo falante de português. Para isso, partimos de uma visão funcional da variação, no sentido de atribuímos a origem dessa alternância a motivações externas à

¹ Área coordenada pelos professores: Dra. Edair Gorski, Dra. Izete Lehmkuhl Coelho e Dr. Paulino Vandresen.

² **AFNDs**: Daqui para frente, usaremos esta sigla para designarmos os Atos de Fala Não-Declarativos. Em Faraco (1982), *atos de fala* são categorias de enunciados que possuem uma mesma força ilocucionária (significado que o signo adquire no contexto). É o ‘type’ enão ‘token’. Searle (1984): os atos de fala (ilocucinários) expressam nossas crenças, temores, dúvidas, desejos etc. Em um ato de fala *F* (*p*) podemos dizer que *F* é a força ilocucionária e *p* é o conteúdo proposicional: um mesmo *p* pode vir acompanhado de *F* diversos. Em atos de fala, a referência (João) e a predição (fumar) são as mesmas, como em: *João* fuma. *João* fuma? Fuma, *João*! Que *João* pare de fumar!

³ Abordamos a noção de *estilo* sob a perspectiva da sociolingüística que exclui os empreendimentos dos críticos literários, filólogos, lexicógrafos e estudiosos da estilística e da retórica (cf. Labov, 1972; Lefebvre, 2001).

estrutura da língua⁴, pautadas fundamentalmente em dispositivos enfraquecedores e fortalecedores da força manipulativa constituinte desses atos de comando, decorrentes de necessidades comunicativas. As formas variantes estariam, assim, a serviço da maneira como o falante precisa apresentar a informação para o seu ouvinte, levando em conta o tipo de situação comunicativa⁵, cujos pólos extremos e opostos são representados pela *formalidade* e *informalidade* dessa situação (cf. Givón, 1993, p. 264).

A constituição dos dados desta pesquisa se dá com amostras de atos de comando de personagens manipuladores (PMs)⁶ dirigidos a personagens manipulados (Pms) em *Vinhas da Ira* - versão sul-regionalista de *The Grapes of Wrath*, de John Steinbeck. Partimos, então, da descrição do uso desses atos de comando em textos escritos, por considerarmos que essa modalidade de texto também permite que se mostrem as regras que regem o funcionamento de uma língua em todos os seus níveis (cf. Neves, 2000, p. 13). Nesta perspectiva, não rompemos com o princípio lingüístico de que *é no uso que os diferentes itens assumem seus significados e definem sua função, e de que as entidades da língua têm de ser avaliadas em conformidade com o nível em que ocorrem, definindo-se na sua relação com o texto* (op. cit.:13), seja ele falado ou escrito, mas, impreterivelmente, real. O desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza não fere, portanto, o propósito maior que norteia os trabalhos voltados à pesquisa sociolingüística no Brasil, que é o de descrever e entender as formas lingüísticas *em uso*, bem como todas as suas inter-relações, com os aspectos sociais e lingüísticos tanto estruturais como funcionais (ou comunicativos/ discursivos).

Se firmamos o compromisso de tomar a língua *em uso*, valem nesta parte introdutória da pesquisa algumas considerações sobre o perfil socioestilístico da amostra. Em estudos descritivos de variação lingüística, costuma-se tomar como *corpus* de análise amostras de dados de bancos de fala. Em virtude de a natureza desses bancos não contemplar, na sua maioria, aspectos voltados especificamente a questões *estilísticas* que possam permitir, por exemplo no nosso caso, a mensuração da influência do grau de formalidade do contexto no uso de uma ou de outra variante do imperativo na expressão de um ato de fala de

⁴ Motivação externa não somente no sentido laboviano clássico de motivação ‘social’, mas principalmente de motivação ‘estilística’.

⁵ *Situação* ou *contexto social*: o falante optaria ou pela variante indicativa ou pela subjuntiva segundo a *situação* comunicativa: (i) seu interlocutor, (ii) o lugar do evento e (iii) o tema/tópico da conversa

⁶ **PMs**: personagens-manipuladores. É considerado PM o personagem que, numa dada interação, emite o ato de comando. **Pms**: personagens-manipulados. É considerado Pm o personagem que, numa dada interação, recebe o ato de comando. Portanto, ambos se alternam (ou não) a cada interação.

comando, o seu uso nesta pesquisa não se mostrou uma opção desejável, frente aos objetivos gerais desta tese (cf. final do capítulo 1).

Quando falamos que a natureza desses bancos costuma não atender aos propósitos de investigações *estilísticas*, estamos nos referindo especificamente ao modo de condução das entrevistas sociolingüísticas em geral. Segundo Labov (1972, p. 79), tais entrevistas costumam se encaixar no que ele denomina de ‘fala cuidadosa’ (*careful speech*), num *contexto discursivo em que apenas um estilo de fala normalmente ocorre* (op. cit.:79). No modelo laboviano de análise que atende a questões estilísticas da variação lingüística, esse ‘estilo cuidadoso’ de entrevistas compreende o segundo estilo, numa série de cinco elencados pelo autor. São eles: (i) estilo *informal* (casual), (ii) estilo *cuidadoso*, (iii) estilo *leitura de textos*, (iv) estilo *leitura de lista de palavras* e (v) estilo *leitura de pares mínimos*⁷, sendo que, para cada um deles, é determinado um nível específico de formalidade.

Os bancos de dados de fala disponibilizados à pesquisa lingüística no Brasil⁸, tais como o do Projeto NURC⁹ (Norma Urbana Culta), o do PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) e o do Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil), para citar apenas alguns deles, não atendem, portanto, ao perfil de amostra esperada para um estudo da variedade intra-individual¹⁰ de um dado fenômeno. Como vimos, as

⁷ Vamos observar aqui que o Modelo Laboviano para atender a variações de natureza estilística da linguagem foi elaborado para o estudo de fenômenos fonético-fonológicos. Por isso, os dois últimos estilos citados acima (lista de palavras e pares mínimos) precisariam ser reacomodados em estudos que ultrapassem esse nível lingüístico para o qual foi construído. Esse modelo será reapresentado resumidamente no capítulo 1.

⁸ Restringimos esta incompatibilidade aos bancos de dados lingüísticos brasileiros, porque desconhecemos a existência dos que venham atender às perspectivas de uma pesquisa de variação em função apenas da dimensão estilística. Em Labov (1972, pp. 79-99), é fornecida uma abordagem operacional da noção de estilo a fenômenos de natureza fonético-fonológica. Ao descrever a estratificação estilística e social em fenômenos lingüísticos, no sentido de demonstrar com mais detalhe como os graus de formalidade afetam a variação fonológica de uma série de pronúncia no inglês, Labov isolou cinco estilos (citados acima). Em suas pesquisas, constatou que, quanto mais casual o contexto (ou situação), mais a pronúncia das palavras se afastava das variantes de prestígio. Como já dissemos (na nota anterior), estes níveis de estilo voltarão a ser discutidos nesta tese.

⁹ Projeto NURC: *corpus* que conta com banco de dados de fala de 5 capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, implantado pelo professor Nelson Rossi da Universidade Federal da Bahia. Programa PEUL: banco de dados de fala criado em 1980 por um grupo de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, inicialmente intitulado *Censo de Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro*. Projeto VARSUL: banco de dados de fala nos moldes da sociolingüística quantitativa laboviana, com controle de elementos sociais: idade, sexo, escolaridade e etnia dos falantes. Na UFSC, para maiores informações, consultar: www.cce.ufsc.br/~varsul/

¹⁰ A expressão ‘variedade intra-individual’ (ou *intrapessoal*) é empregada aqui com o mesmo sentido de variedade *estilística*.

entrevistas não dispõem de interações entre um mesmo falante e vários outros interlocutores, além do entrevistador.

A opção por extrair a amostra a ser analisada de um romance de natureza dialógica tão expressiva, como o é *Vinhas da Ira*, permitiu-nos expandir o nosso acesso aos dados, à medida que foi possível controlar todas as interações de cada um dos personagens manipuladores, no momento em que dirigem seus comandos, tanto ao grupo da família, quanto ao grupo dos estranhos ou ao grupo das autoridades constituintes de cada rede de interações na narrativa (cf. capítulos 5 e 6). Então, além de os personagens manipuladores alternarem seus comandos a diversos personagens manipulados, alternam também o nível de formalidade em que suas manifestações discursivas se dão, como decorrência não só do papel sociopessoal desses interlocutores, mas também do tópico abordado nas interações e do espaço em que elas se dão. Conforme já mencionamos, nesta dimensão *estilística* da variação lingüística, as várias manifestações de um mesmo falante devem preencher, no mínimo, três quesitos numa dada situação social (ou contexto), que são: (i) tema/tópico discursivo, (ii) identidade social do interlocutor, (iii) espaço [+ formal] e [- formal].

Como ilustração do preenchimento desses quesitos na descrição da variação lingüística sob a dimensão *estilística*, tomemos o exemplo de Camacho (2001, p. 60), que mostra possíveis níveis de interação dos quais um professor universitário pode dispor. Por exemplo: ele pode pôr-se às voltas com pelo menos três diferentes situações lingüísticas: (i) no restaurante universitário (conversando banalidades com seus alunos), (ii) na sala de aula (no exercício da sua profissão) e (iii) no auditório (ministrando uma palestra). Nestas três diferentes situações (ou contextos sociais), houve simultaneamente alternância não só nas manifestações lingüísticas do professor, mas também nas de seus interlocutores, decorrentes, principalmente, dos espaços físicos por eles ocupados. Enfim, todas as condições de produção discursiva foram modificadas a cada nova situação, podendo-se pressupor que as alternâncias lingüísticas são provocadas por motivações de natureza comunicativa.

Nas diversas situações comunicativas, podem coexistir maneiras diferentes de se dizer uma mesma coisa, o que vale dizer que as línguas se sujeitam a variações, que podem (ou não) desencadear mudanças. Pode-se perceber numa língua, continuamente, a

coexistência de formas diferentes com um mesmo significado ou função comunicativa. Uma vez em competição, a forma mais antiga pode desaparecer e a inovadora implementar-se hegemonicamente, efetivando-se assim uma mudança lingüística. Essas diferentes formas que se referem ao mesmo estado-de-coisas com um mesmo valor de verdade são chamadas de *variantes* e o conjunto delas, *variáveis* (cf. Labov, 1977, p. 02). As variáveis lingüísticas se exprimem em função de diversas dimensões, dentro e fora do sistema lingüístico: (i) as variáveis *internas* ou estruturais estão organizadas em fatores de natureza fonológica, morfológica, sintática, semântica e lexical, e (ii) as *externas* correspondem a fatores *individuais* (sexo, faixa etária, grupo étnico), *diatópicos* ou geográficos, *diastráticos* ou sociais (escolaridade, nível de renda, profissão, classe social) e *situacionais* ou contextuais (estilo: grau de formalidade e tensão discursiva). Num plano diacrônico, a variação lingüística se exprime também em função da dimensão *histórica*.

A literatura na área tem registrado alguns estudos das formas alternantes do imperativo no português, como em *canta/cante*, sob algumas dessas dimensões: (i) a dimensão *estrutural*, (ii) a dimensão *social*, (iii) a dimensão *geográfica* e (iv) a dimensão *histórica*. Esses estudos se constituem, sem dúvida alguma, em relevantes contribuições na descrição do fenômeno em estudo. O que justificaria, então, a realização de mais um estudo sobre esse mesmo fenômeno? Diríamos que nada além do fato de termos pouco ou quase nada investigado sobre a alternância dessas formas verbais em função da (v) dimensão *estilística* da variação lingüística, segundo a qual o falante usaria uma forma alternante de uma variável em detrimento de outra, de modo correlacionável às *situações* comunicativas nas quais ele estaria utilizando o código lingüístico. Sob um olhar funcionalista, pretendemos abordar essa variável a partir de hipóteses também de caráter funcional para novas propostas de análise. Abrimo-nos, então, à descoberta de novos fatores condicionadores ao desempenho lingüístico variável dos nossos personagens manipuladores, de natureza socioestilística, fatores esses não considerados nos estudos anteriores.

Com a inclusão da dimensão estilística da variação na análise sistemática do uso das formas verbais de comando na expressão do imperativo, queremos advertir para o fato de que é necessário adotar uma concepção mais ampla de variação que, além de contemplá-la na sua dimensão *estrutural*, estende-a também às circunstâncias *sociofuncionais* que motivam seu surgimento, a partir de outras dimensões *externas* à língua. A variação entre formas alternantes pode ocorrer por influência de vários fatores ao mesmo tempo, por isso uma descrição mais adequada de um fenômeno lingüístico deve ser de natureza *multidimensional*.

Esta tese compõe-se de seis capítulos. Na *introdução*, apresentamos, em linhas gerais, nossa proposta de pesquisa, as considerações iniciais a um estudo variacionista em função da dimensão *estilística* (perfil socioestilístico da amostra) e a definição de alguns termos mais recorrentes no desenvolvimento do trabalho. Especificamente, procuramos justificar a importância da efetivação da pesquisa.

O capítulo I trata da *contextualização do tema*. Apresentamos, num primeiro momento, as dimensões em função das quais a variação lingüística se dá, com destaque à dimensão estilística, além de uma breve revisão do que a literatura na área tem postulado acerca das dimensões *histórica*, *geográfica*, *social*, *estrutural* e *estilística* no estudo da variação desse fenômeno no português. Centralizado o tema, apresentamos os objetivos e a hipótese geral a serem investigados.

No capítulo II, tratamos da *descrição do objeto em estudo*, a partir da natureza do imperativo como modo verbal.

No capítulo III, apresentamos o *quadro teórico* em que se insere o trabalho, a partir do modelo teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Lingüística (cf. Labov) e do Funcionalismo Lingüístico que contempla os atos de fala não-declarativos e sua força manipulativa em enunciados de comando (cf. Givón).

O capítulo IV descreve o *perfil socioestilístico da amostra*. Trata dos procedimentos metodológicos disponibilizados à análise da dimensão estilística da variação das formas imperativas constituintes dos comandos em *Vinhas da Ira*, com base na descrição da amostra e das propriedades desses atos de fala não-declarativos de comando.

O capítulo V contempla os *resultados estatísticos* obtidos pela utilização do programa VARBRUL (Pintzuk, 1988), nos moldes das pesquisas sociolingüísticas tradicionais. Submetidos os dados a tratamento estatístico, interpretamos os resultados em confronto com as hipóteses levantadas. Abrimos a análise e a discussão dos dados a partir da sua disposição em uma matriz de graus de força manipulativa dos atos de fala não-declarativos de comando, para a possível correlação desses graus ao condicionamento de uma ou de outra variante.

No capítulo VI, a diferença: *análise da estratificação intra-individual* dos comandos. Através da estratificação dos atos de comando que cada manipulador dirige a seus

personagens manipulados, portanto com um refinamento metodológico, analisamos a disposição das variantes indicativa e subjuntiva sob a dimensão estilística da variação. Este capítulo contempla, então, a análise da estratificação da variação intra-individual que se dá nas manifestações lingüísticas desses personagens manipuladores, segundo suas relações sociopessoais com seus interlocutores.

Por fim, apresentamos as *considerações finais* acerca dos resultados alcançados e os confrontamos com as questões e hipóteses formuladas na parte inicial do trabalho. E, por acreditarmos que a contribuição maior da tese é de ordem teórico-metodológica, apresentamos algumas sugestões de desdobramentos, de caráter prático, com vistas à implementação efetiva da proposta aqui desenvolvida.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

1.1 A DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA: IMPORTÂNCIA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Tradicionalmente, os lingüistas não têm se engajado nas investigações acerca das questões *estilísticas* da linguagem. Segundo Labov (1972, p. 70), a prática costumeira consistia em *deixar a variação estilística de lado, não porque a considerassem sem importância, mas porque pensavam que as técnicas da lingüística não seriam adequadas para estudá-la* (p. 70). Havia, de fato, o desafio em se desenvolver um modelo teórico-metodológico que permitisse o isolamento e a caracterização dos diferentes estilos numa comunidade lingüística complexa. O passo inicial para esta nova abordagem se deu em 1966, nos estudos de Labov conduzidos em ambiente urbano monolíngüe de Nova Iorque, ao tratar da descrição da pronúncia do /r/ em final de sílaba em lojas de departamentos em Nova Iorque, com controle não só de fatores de natureza social (níveis de idade, origem étnica, ocupação dos falantes e localização geográfica, como o foi em Martha's Vineyard, em 1962), mas também (e essencialmente) estilística, ao serem relevados níveis de formalidade/informalidade da fala¹¹.

¹¹ Chamamos atenção para o fato de que esta divisão estanque que estamos admitindo entre as dimensões social e estilística serve para ilustrar o alcance de uma e de outra, no plano mais teórico. Na prática, há uma forte vinculação entre elas, a partir do momento em que *o indivíduo precisa ter, interiorizadas em sua competência lingüística, as formas alternativas padrão e não-padrão sobre as quais ele pode operar a seleção conforme variam as circunstâncias de interação. Em geral, indivíduos de baixa escolarização e que exercem atividades produtivas que não exigem senão habilidades manuais, não desenvolvem capacidade de operar com regras variáveis. Neste caso, como lhes são vedadas as possibilidades de adaptar seu estilo às circunstâncias de interação, a língua que usam acaba representando uma poderosa barreira a todo tipo de ascensão social que depender de capacidade verbal* (cf. Camacho, 2001, p. 62). Acrescentamos também que neste último parágrafo poderíamos substituir 'ascensão social' por 'oportunidades de trabalho que exijam o domínio da variedade padrão', uma vez que professores de língua são tão mal pagos quanto os demais. Também consideramos que '**indivíduos de baixa escolarização** e que exercem atividades produtivas que não exigem senão habilidades manuais' **desenvolvem** capacidade de operar com regras variáveis, principalmente as voltadas para a dimensão estilística da variação. Esses indivíduos sabem se dirigir a

Se Labov é considerado o primeiro lingüista a fornecer uma abordagem operacional da noção de estilo em estudos da linguagem, a descrição da pronúncia/apagamento do /r/ final de sílaba em Nova Iorque é, então, o estudo tido como marco inicial de investigações sobre questões estilísticas da variação¹².

O estudo de Labov mostrou que quanto mais formal a situação, mais se tendia a pronunciar o /r/ final, e isso em todos os grupos sociais, mesmo naqueles mais levados a omitir o /r/ final nas situações informais. Isso porque, em Nova Iorque, a pronúncia do /r/ se mostrava mais prestigiada que seu apagamento. Na Inglaterra, era inversa a situação: o apagamento do /r/ é que se constituía, nos anos 60, a variante de mais prestígio. Esta inversão de resultados, segundo Labov, evidencia que não existe motivação intrínseca para esse estado de coisas: com efeito, essa situação só faz refletir a escolha convencional de uma comunidade.

No que implicaria, então, o estudo da variação de um fenômeno lingüístico expressa em função da dimensão estilística? Em poucas palavras, poderíamos dizer que repousaria no fato de nenhum falante possuir um estilo único. A variação é inerente ao sistema lingüístico. A linguagem é articulada pelo homem. O homem muda. Como disse Heráclito de Éfeso, não se banha duas vezes nas águas de um mesmo rio. Se tudo passa, ele é parte desse contínuo. Mudam-se com ele os *tempos*, as *vontades*, o *ser*, a *confiança*, a *linguagem*. Mudam-se os *estilos*. Os falantes variam seu modo de falar conforme a situação¹³ na qual se encontram. Na emissão de um ato de fala (declarativo ou não), ou na produção de um texto, por exemplo, a escolha da variante de um fenômeno lingüístico (a escolha das palavras, de um modo geral), ou do modo de se dirigir ao interlocutor não costuma se dar de forma aleatória, mas motivada por uma diversidade de agentes controladores dos usos dessas

situações mais e menos formais de sua interação lingüística até com certa fluência: para o padrão, numa relação assimétrica entre manipulado e manipulador, o tipo de linguagem se diferencia da linguagem empregada entre falantes de uma relação simétrica de iguais, como nas relações familiares e íntimas (cf. Givón, 1993). Então, o que justifica utilizarmos o exemplo de Camacho é para demonstrarmos a vinculação estreita entre elementos sociais (escolaridade, por exemplo) e elementos estilísticos, no que se refere ao conhecimento de outras variedades [+ formais] e [- formais] da língua: a padrão se coloca como apenas mais uma delas.

¹² Os demais estudos desenvolvidos nos anos 60 por Labov são (re)apresentados em *Sociolinguistic patterns* (1972), em *The isolation of contextual styles*.

¹³ Situação ou contexto social: as pessoas mudam sua fala, de acordo com:

- (i) o **interlocutor**: faixa etária, sexo, escolaridade, profissão, tipo de relação sociopessoal com o falante;
- (ii) o **lugar**: mais formal, menos formal (no trabalho, no bar, na família);
- (iii) o **tópico**: natureza do assunto (ciência, fofoca, família).

variantes, de modo tal que a heterogeneidade lingüística passa a ser tratada de modo sistemático e previsível.

E se existem, então, diferentes maneiras de se falar uma mesma coisa, de alguém eleger uma *forma* de signos em detrimento de outra¹⁴, ciente de que ela está sendo usada para expressar uma intenção de comunicação, de acordo com os elementos do marco situacional em que se insere, e com as exigências da organização do discurso, é no nível da *parole* (e não da *langue*) que se situam as diferenças intra-individuais, portanto estilísticas (cf. a seção a seguir).

Foi a partir, então, dos estudos de variação fonético-fonológica que se firmou o Modelo Laboviano de análise para atender às investigações acerca das noções de variação em função de sua dimensão estilística, e que repousa em alguns axiomas, dentre os quais selecionamos o que segue abaixo¹⁵.

- Existem formas alternativas que têm um mesmo conteúdo referencial e que são intercambiáveis num dado contexto. Essas formas são chamadas *variantes* de uma mesma variável. Por exemplo, se tomarmos o nosso objeto de estudo, vamos nos certificar de que no português brasileiro podemos empregar duas formas verbais na expressão do imperativo para um mesmo interlocutor de 2ª pessoa do discurso, sendo que uma forma preserva a vogal temática, como em *conta*, e a outra a modifica, como em *cante*, nos exemplos em (1), retirados de *Vinhas da Ira*. Pressões externas e/ou internas ao sistema que condicionem o uso de uma e de outra variantes constituem parte do objeto de nossa investigação. Vamos ao exemplo:

- (1) Não **CONTA** nada à gente, John, **CONTE** tudo ao bom Deus. Não sobrecarregue os outros com teus pecados. (...) Acredito, mas não **CONTA** nada à gente. Vai até o rio, bota a cabeça na água e **CONTA** à água os teus pecados. (M/J:313:224)¹⁶

¹⁴ No nível fonético, a substituição de um som por outro.

¹⁵ Os demais axiomas do Modelo Laboviano serão apresentados no capítulo 3.

¹⁶ (M/J:313:224): **M**: mãe dirigindo-se a **J** (John); enunciado **313**, página **224** de *Vinhas da Ira*.

1.1.1 DIMENSÃO *ESTILÍSTICA* DA VARIAÇÃO NA PESQUISA LINGÜÍSTICA: O RECORTE DA PARTE DE UM TODO

Além da dificuldade de adequação dos subsídios teóricos da lingüística para uma abordagem operacional da noção de estilo, acreditamos que outros fatores já tradicionalmente conhecidos (e que talvez também tenham influenciado outras vertentes das ciências voltadas para a linguagem) possam somar-se no rol das explicações às restrições das investigações acerca das questões estilísticas da linguagem, incluindo-se o próprio histórico da afirmação da lingüística como ciência. Não há como negar que, mesmo depois de a lingüística firmar-se como ciência da linguagem, a tradição pós-saussuriana em pesquisa ainda estava atrelada ao modelo de pesquisa das ciências naturais, por este constituir um modelo comum às ciências em geral. Tal modelo primava pela segmentação desmesurada das partes, a ponto de às vezes estas partes se desfazerem do todo¹⁷. A abordagem funcionalista que seguimos, segundo Givón (1993), defende que a linguagem seja multifuncional e que deva ser analisada em toda a sua complexidade (cf. capítulo 3). Mas, por vezes, deixamos de vê-la na sua totalidade. Conseqüentemente, acabamos segmentando-a de seu contexto maior, de sua natureza histórico-cultural-sociológica, mesmo sabendo que a possibilidade de entendermos as modificações lingüísticas particulares seria maior numa perspectiva holística de análise.

Talvez esse procedimento metodológico de investigação científica seja uma das conseqüências do fato de Saussure ter definido apenas parte do estudo da linguagem como objeto de estudo da lingüística: depois de estabelecida a distinção entre *langue* e *parole*, apenas a língua se constituiu objeto desta ciência.

Para Saussure (1974, pp. 18-22), a lingüística como ciência só poderia estudar aquilo que fosse recorrente, constante, sistemático. Os elementos da *langue* podem ser, quando muito, variáveis, mas jamais apresentam a inconstância e a heterogeneidade características da *parole*, a qual, por isso mesmo, não se presta a um estudo sistemático. Assim, Saussure define a *langue*, por oposição à *parole*, como objeto central da lingüística, (i) por ser a primeira um sistema subjacente à atividade da fala, (ii) por ser um sistema

¹⁷ Como ilustração da segmentação, às vezes exacerbada, das partes de um todo no estudo da linguagem, citamos o caso das nossas gramáticas tradicionais. Atualmente, é comum fazer-se uma distinção bem nítida entre a lingüística como ciência autônoma, dotada de princípios teóricos e metodológicos consistentes (hoje, a não-segmentação das partes é um deles), e a Gramática Tradicional, expressão que engloba um espectro de atitudes e métodos encontrados no período do estudo gramatical *anterior* ao advento da ciência lingüística (cf. Weedwood, 2002, p. 9 – Grifo nosso). A abordagem ao modo imperativo da Gramática Tradicional também não deixa de ser um bom exemplo de uma abordagem fragmentada e, portanto, insuficiente.

invariante e (iii) por poder ser abstraída das múltiplas variações constituintes da fala. A partir de então, a lingüística passou a ser a ciência que estudava a língua como sistema de signos.

Isso posto, fica excluído do objeto da lingüística, para Saussure, tudo aquilo que fosse individual e heterogêneo¹⁸: o *estilo*, *grosso modo*, pertence à fala, ele é a escolha feita pelos usuários em todos os componentes da língua (cf. Dubois *et all.* 1978, p. 243). Por conseguinte, o estilo foi descartado como objeto de estudo da maioria das escolas lingüísticas¹⁹ do começo do século, o que representou, com certeza, uma perda, uma vez que a diversidade se constitui propriedade funcional e inerente aos sistemas lingüísticos.

Uma outra razão que também contribui para justificar a não-inclusão das variedades estilísticas nos estudos da variação lingüística é o fato de que, se tem havido algum interesse pelo estudo da variação em função da dimensão geográfica e histórica há muito tempo, o estudo da variação em função das dimensões social e estilística é recente. Segundo Lefebvre (2001, p. 206), ele data apenas do início dos anos 60, quando um grupo diversificado de cientistas da linguagem²⁰ se interessou pela observação da língua falada em seu contexto social.

Devido ao maior aprofundamento que a descrição de um fenômeno lingüístico pode alcançar, ao se abordarem questões voltadas à dimensão estilística, sentimo-nos motivados para ampliar o leque de circunstâncias sociais que têm sido consideradas em estudos sobre o modo imperativo, como motivadoras do uso alternado das formas verbais imperativas na expressão dos atos de fala não-declarativos de comando, ao serem incluídas neste fenômeno motivações decorrentes da dimensão estilística da variação também. Dito isso, pretendemos, nas seções seguintes, caracterizar e problematizar o estudo em questão, evidenciando, de um lado, o que a literatura da área tem postulado acerca das dimensões geográfica, histórica, social e lingüística da sua variação e, de outro, mostrando a necessidade da inclusão da dimensão estilística da variação.

¹⁸ Sabemos ser uma atitude incoerente a exclusão do individual e do heterogêneo no estudo da linguagem humana, uma vez que as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes. A língua é um sistema formado por regras invariantes (de aplicação geral) e regras variáveis (resultantes de diversos usos da língua).

¹⁹ Estruturalismo americano e europeu, Gerativismo, Funcionalismo da Escola de Praga, Pragmática dos anos 60 e 70 (cf. Lefebvre, 2001, p. 207)

²⁰ Cientistas da linguagem: grupos de etnólogos, psicólogos sociais, sociolinguistas e especialistas em educação.

1.1.1.1 VARIACÃO LINGÜÍSTICA NUMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL: O TODO DAS PARTES

Quando queremos explicar um fenômeno variável da linguagem com o mínimo de abrangência teórico-explanatória e com um conjunto mínimo de condicionamentos lingüísticos e sociais, podemos nos encaminhar para uma explicação rasa e insuficiente de tal fenômeno. Os estudos de fenômenos variáveis já demonstraram que a variação lingüística deve ser investigada controlando-se uma diversidade significativa de contextos motivadores, sejam eles situacionais, interacionais ou discursivos (cf. Macedo, 1992). Todavia, tal não tem sido o encaminhamento que vem sendo dado ao estudo do imperativo no português há cerca de pouco mais vinte anos, uma vez que pouco (ou quase nada) os estudos sobre o fenômeno em questão têm destacado em relação aos contextos situacionais, interacionais ou discursivos mencionados acima. São estes os estudos já desenvolvidos: (i) dimensão *histórica*: diferenças lingüísticas que caracterizam uma língua em diversos estágios de sua evolução, abordada em Faraco (1982;1986) e Menon (1984); (ii) dimensão *geográfica*: diferenças lingüísticas associadas à região, abordada em Scherre e colaboradores (1997;1999;2002); (iii) dimensão *social*: variação lingüística segundo os diversos grupos que compõem uma sociedade (classe social, escolaridade, faixa etária, grupo étnico, etc.), abordada em todos esses estudos; (iv) dimensão *estrutural* (ou lingüística): variação lingüística decorrente de motivações internas ao sistema, também abordada por Scherre e colaboradores (1997;1999;2002); e, por fim, (v) a dimensão *estilística*: variação estilística correlacionável com as situações nas quais a língua é utilizada, abordada superficialmente nos estudos de Scherre e colaboradores, amalgamada à dimensão social. Como vimos, a combinação dessas duas dimensões, a social e a estilística, é uma prática muito comum, devido à forte vinculação existente entre elas: por exemplo, o indivíduo necessita ter, interiorizadas em sua competência lingüística, as formas alternativas padrão e não-padrão sobre as quais ele pode operar a seleção conforme variam as circunstâncias de interação, e isso está diretamente ligado à sua escolarização (cf. Camacho, 2001, p. 61).

Portanto, apesar de diversos estudos já terem sido realizados visando à descrição do fenômeno em estudo, dentre os que temos conhecimento, nenhum evidenciou especificamente a dimensão estilística da variação lingüística nos moldes labovianos – nem, tampouco, sob hipóteses funcionalistas da linha de Givón (1993;1995). Há, então, muito a ser discutido, por isso a pertinência da nossa proposta de trabalho.

1.1.2 ESTILO: NOÇÕES GERAIS

São vários os termos usados para se expressarem as variedades lingüísticas identificadas com situações de comunicação, além de *estilo*: *níveis de língua*, *registro*, *código*, *variedade padrão* ou *variedade não-padrão*, *língua formal* ou *língua familiar*, *dialeto social*, etc. O conteúdo exato que eles abrangem nem sempre é muito claro.

A identificação de estilo na linguagem é relativa à identificação de qualquer outra constância de uma atividade: da mesma forma que temos que determinar o modo como se caracteriza uma determinada ação, como a de quando estamos caminhando, ou falando uma língua, ou dirigindo um carro, podemos identificar a variação dessas constâncias como estilística (cf. Brown e Gilman, 1972, p. 271). Para esses autores, os diferentes estilos são os diferentes modos de se ‘fazer a mesma coisa’. Os estudos estilísticos são potencialmente expressivos quando há ‘covariação’ entre determinado uso da língua e as de quem a profere. Quando os estilos são ‘interpretados’, o comportamento da linguagem é funcionalmente expressivo (p. 272).

O estruturalismo de Saussure não privilegiou a função emotiva da linguagem, aliás, não privilegiou nenhuma outra função que não se voltasse para sua natureza informativa, como herança do intelectualismo filosófico de Descartes: a razão e o raciocínio seriam as faculdades mentais primordiais do homem e, portanto, a linguagem serviria sobretudo como veículo da expressão intelectual. Contrário a Saussure, Bühler (1934) afirmava que a *linguagem teria um aspecto intelectual e um não-intelectual*, que englobaria a expressão ‘mundo íntimo’ e os recursos apelativos operados sobre o ouvinte, sobre os quais repousaria a função *estilística*. Pelo fato de a linguagem ter um aspecto intelectual e um não-intelectual, Bally (1919) postulava que, no ensino, não se deveria atribuir à função informativa um realce demasiado, porque incorreríamos em duas inconveniências: (i) a do ensino do ‘certo e errado’ e, por extensão, (ii) ao impedimento da possível manifestação lingüística espontânea das crianças. A abordagem dos elementos afetivos da linguagem e do valor *estilístico* dos meios de expressão tiveram em Bally suas primeiras manifestações para o estabelecimento da Lingüística da Fala.

1.1.2.1 ESTILO: NOÇÕES A PARTIR DA SOCIOLINGÜÍSTICA

As principais noções de estilo apresentadas aqui são as ligadas à variação da linguagem, a partir dos domínios da Etnologia, Psicologia Social e Sociolingüística. Pelo fato de o conteúdo referencial que essas noções carregam não ser muito claro, vamos redefini-las, neste estudo, a partir do domínio dessas ciências.

Guy (1993, p. 231) trata a dimensão estilística da variação lingüística como uma variável contínua de automonitoramento, com grau máximo em estilos mais formais. Para Lehmann (1991, p. 278), todos os falantes de uma língua desenvolvem algum controle de suas variedades de fala. Algumas delas, selecionadas de acordo com contextos intelectual e social, são geralmente referidas como estilo. Labov (1972, p. 239) sugere que os estilos podem ser ordenados em função de uma dimensão mensurada pela quantidade de atenção dedicada à linguagem. A maneira mais importante pela qual essa atenção é exercida é através da audiomonitoração da própria fala, embora outras formas de monitoração também ocorram.

Se, por exemplo, nas três classes sociais novaiorquinas estudadas por Labov na pronúncia do /r/ houve um esforço (em maior ou menor grau) para que a vibrante fosse preservada em contextos formais de fala, considera-se que as noções de estilo - pautadas anteriormente em *automonitoramento* (Guy), *autocontrole* (Lehmann) e *grau de atenção ou grau de monitoramento da linguagem* (Labov) - justificam os resultados alcançados neste trabalho de Labov. Então, em Labov, as variedades estilísticas e não-estilísticas são consideradas como desvios²¹ em relação ao estilo vernacular de cada um, como uma modificação de uma variedade lingüística de base, o vernáculo²².

Em seu modelo de análise estilística, Labov supõe uma ordenação dos estilos, segundo uma única dimensão: o *grau de atenção* conferida à linguagem. Neste eixo, o estilo informal - também chamado de vernacular - é aquele que demanda pouca ou nenhuma atenção; e o estilo formal, aquele que mais dela exige. Fora essa polaridade, há níveis intermediários de atenção e, conseqüentemente, de formalidade/informalidade. Por exemplo, se, numa escala, atribuirmos a **A** o nível informal e a **E** o formal, haveria entre essas duas

²¹ O sentido do termo *desvio* aqui é o mesmo sentido empregado no Modelo Laboviano para a noção de estilo: variedades estilísticas *desviadas* de uma outra variedade, no caso, o vernáculo

²² Vernáculo: na Sociolingüística laboviana, corresponde à 'fala espontânea, isenta da automonitoração do falante'. Constitui a fala que espontaneamente usaríamos numa roda de amigos. Seria o estilo informal espontâneo. Este sentido é contrário ao sentido de dicionário: *linguagem genuína, correta, pura, isenta de estrangeirismos*. 'Novo Dicionário da Língua Portuguesa' (1986:1768).

polaridades níveis intermediários de maior ou menor grau de atenção e de formalidade/informalidade.

A partir da dimensão estilística, Labov (1972, pp. 79-94) criou um modelo de análise de estilos com cinco níveis: informal (A), cuidadoso (B), leitura de texto (C), leitura de palavras (D), leitura de pares mínimos (E), todos organizados sobre um eixo em função do grau de atenção que o falante presta à linguagem. Desde o estilo *casual* até o de *leitura de pares mínimos*, o grau de atenção ou de monitoramento da pronúncia das palavras vai crescendo, estabelecendo-se um *continuum* que se inicia com a máxima informalidade ou distensão lingüística até a máxima formalidade ou tensão lingüística.

No estilo *informal*, trabalha-se com a fala cotidiana empregada em situações informais, destituída de muita atenção; no *cuidadoso*, lida-se com falas um pouco mais policiadas que no primeiro estilo, e menos formal que no terceiro. São consideradas as respostas de sistemas de entrevistas. No estilo *leitura* é pedido ao informante que leia dois *textos* que contenham a variável em estudo, sendo um deles com a presença de *pares mínimos* com os traços bem evidenciados do fonema em estudo. No estilo de *listas de palavras*, o informante pronuncia as palavras isoladamente (cf. Labov, 1972, pp. 79-83). Esses estilos são regidos por axiomas, os quais serão apresentados no capítulo 3. Como podemos ver, é um modelo que precisa ser refinado para atender a estudos de natureza não-fonológica. Os dois últimos níveis acima (leitura de *pares mínimos*, e de *listas de palavras*) são específicos para atender a pesquisas fonético-fonológicas.

1.1.2.2 A EXPRESSÃO DO ESTILO NAS LÍNGUAS: ILUSTRAÇÃO DE CASO EM JAVANÊS

Labov (1972), na descrição de seu Modelo de Estilo, postula que não existem falantes de estilo único: há os que apresentam um campo de alternâncias estilísticas mais amplo do que outros, mas todos são capazes de alternar variantes de uma mesma variável à medida que mudam o contexto social e o tema. O estilo de fala representa um sistema de comunicação controlador da interação social, no sentido de indicar como os usuários da língua devem produzir ou interpretar uma mensagem. Em maior ou menor proporção, o princípio básico que norteia a noção de estilo é o de que nenhum falante utiliza a língua da mesma forma em todas as ocasiões, o que implica a escolha em várias possibilidades de expressão.

Tomemos um exemplo do javanês para evidenciar a dependência da noção de estilo na interpretação de enunciados:

'Todo o sistema de etiqueta talvez esteja mais bem sintetizado e simbolizado no modo como os javaneses usam sua língua. Em javanês, é quase impossível dizer qualquer coisa sem indicar o relacionamento social entre o falante e o ouvinte em termos de status ou familiaridade. A escolha das formas lingüísticas, bem como do estilo da fala, é, em cada caso, determinada pelo status (ou familiaridade) relativo dos interlocutores. Não é uma diferença sem importância, uma mera diferença entre *du* (tu) e *sie* (o senhor/a senhora). Para saudar uma pessoa inferior a si mesmo (ou alguém com quem se tem intimidade), diz-se *Apa pada slamet*, mas cumprimenta-se um superior (ou alguém que se conhece apenas ligeiramente) com *Menapa sami sugeng* - ambas as frases significando 'Vocês está bem?' *Pandiyengan saking tindak pundi?* e *Kowé seka endi?* são a mesma pergunta: 'De onde você está vindo?', no primeiro caso dirigida a um superior, no segundo, a um inferior. Claramente, está em ação aqui uma obsessão peculiar'. (GEERTZ, 1972, p. 167 *apud* LEFEBVRE, 2001, p. 216)

Como podemos observar, no javanês, há vários códigos ou variedades estilísticas disponíveis, dentre os quais é possível operar uma escolha. É um exemplo que mostra a importância que a dimensão estilística da variação pode assumir nas relações sociopessoais dos usuários de um sistema lingüístico. É um exemplo que sintetiza o modo como uma língua pode variar conforme seus registros e que esses registros parecem coincidir com situações de fala.

Não na mesma proporção que o javanês, mas de modo também expressivo, a dimensão estilística da variação possui expressão significativa nas línguas, de um modo geral. Isto porque a diversidade lingüística não se restringe a determinações motivadas por origem sociocultural, histórica e geográfica, apenas: um mesmo indivíduo poder alternar diferentes formas lingüísticas de acordo com a gama de circunstâncias que cercam a interação verbal, incluindo, por exemplo, o contexto social propriamente dito, o assunto tratado, a identidade social do falante e do interlocutor, enfim, a relação sociopessoal estabelecida entre eles, dentre outros fatores.

Em resumo:, a variação lingüística se exprime em função de várias dimensões: a estilística apenas soma mais uma. Esta dimensão estilística exprime a variação lingüística correlacionável com as situações nas quais a língua é utilizada. Ela se dá em função da identidade social do interlocutor e em função das condições sociais de produção discursiva. Refere-se, portanto, ao grau de formalidade da situação e ao ajustamento do emissor à identidade social do receptor (Lefebvre, 2001, p. 204). A natureza dos fatores condicionantes

dessa variação é, desse modo, extralingüística, alcançando relevância quanto à identidade sociopessoal, sociocultural, socioprofissional dos interlocutores, a saber: se o comando está sendo articulado (i) numa relação simétrica: entre iguais (superior com superior, inferior com inferior) (ii) ou numa relação assimétrica: entre superior para inferior ou vice-versa. Dependendo dessas variáveis, a força manipulativa de um ato de fala de comando, na expressão verbal de imperativo, poderá assumir maior ou menor grau.

1.2 REVISÃO DA LITERATURA NA ÁREA: PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA

Já vimos que a variação lingüística é inerente ao sistema lingüístico. Exprime-se em função de várias dimensões: (i) dimensão *histórica*²³, (ii) dimensão *geográfica*, (iii) dimensão *social* e (iv) dimensão *estilística* (cf. Labov, 1972). Essas dimensões se situam mais ao nível externo da língua. Metodologicamente, sua disposição na literatura lingüística se dá de maneiras diversas, todas tomando como base a dicotomia das variáveis lingüísticas e extralingüísticas adotadas inicialmente nos estudos de Labov (1972). Alguns autores distribuem as variáveis em (i) lingüísticas (inerentes ao sistema) e (ii) externas: os estilos de fala, sexo, faixa etária, classe social, grupo étnico, localidade, como vimos em Monteiro (2000, p. 57). Outros, como Camacho (2001, p. 34), consideram que, de uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades lingüísticas a partir de dois parâmetros básicos: (i) a variação *geográfica* (ou *diatópica*), relacionada às diferenças decorrentes do espaço físico, e (ii) a variação *social* (ou *diastrática*), relacionada a um *conjunto de fatores que têm a ver com a identidade social dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala* (p. 35). Relacionam-se à classe social, idade, sexo, situação ou contexto social (ou *estilísticas* ou *registros*). Mollica (1992, p. 46) afirma que a variação lingüística pode se dar (i) no eixo diatópico (alternâncias físico-geográficas) e (ii) no eixo diastrático (estratos sociais).

Em resumo:, o modelo laboviano de variação prevê que as variáveis se acomodam ou *internamente* ao sistema (fenômenos regulados por pressões do próprio ambiente lingüístico) ou *externamente* (fenômenos controlados por pressões sociais), ou

²³ Dimensão histórica da variação: Labov (1972, p. 10), ao analisar a centralização dos ditongos de Martha's Vineyard, recorre à história da centralização de /aw/, que se dá diferentemente de /ay/.

sofrem influência das duas ao mesmo tempo, como pode ser observado nas afirmações de Scherre e Silva (1996, p. 41):

Em DuBois (1978), reconhece-se a existência de forças internas e externas atuando sobre a língua e se considera a língua como um sistema adaptativo, cujo funcionamento é regido por forças internas em competição, forças externas igualmente em competição e forças internas e externas em competição entre si, que mais cedo ou mais tarde caminham para uma resolução. Nenhuma teoria do discurso ou da gramática seria adequada sem a explicação de princípios que sejam capazes de dar conta da competição e da reconciliação sistemática de motivações internas e externas (cf. SCHERRE e SILVA, 1996, p. 41).

1.2.1 DIMENSÃO HISTÓRICA: FARACO (1982; 1986)

1.2.1.1 FARACO (1982; 1986)

A dimensão histórica da variação constitui a dimensão na qual se exprimem as diferenças lingüísticas que caracterizam uma língua em diversos estágios de sua evolução. Num plano diacrônico, são perceptíveis as mudanças temporais como parte da história da língua²⁴.

The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion (Faraco, 1982) é um estudo que trata da sentença imperativa no português, a partir de (i) uma revisão crítica das análises que a literatura lingüística tem proposto ao estudos das sentenças imperativas; (ii) uma discussão de alguns problemas particulares que uma teoria gramatical deve lidar ao abordar a sentença imperativa, com base em uma análise semântica formal e (iii) uma retomada histórica da trajetória do imperativo no português a partir do fim da Idade Média, na tentativa de demonstrar que a compreensão da mudança lingüística não pode estar desvinculada das mudanças sociais e que os fatores pragmáticos devem influenciar uma série de mudanças lingüísticas. O maior mérito que se pode atribuir ao estudo de Faraco é o fato de ser o pioneiro no estudo desse fenômeno sob o enfoque de considerar formas alternativas, como *canta/não canta*, expressões legítimas do imperativo, a partir de perspectivas semântico-pragmáticas e históricas do imperativo. O artigo *Considerações sobre a sentença do imperativo no português do Brasil* (1986) é um recorte da tese de doutorado de Faraco, com ênfase também na *especialização pragmática*, processo de natureza pragmática,

24 A tese de doutorado de Faraco (1982) é pioneira no estudo do emprego alternado do imperativo, não só por abordar a dimensão histórica da variação desse fenômeno, como também por considerar legítimas as suas variantes.

segundo o qual uma forma velha sobrevive a uma história de mudanças, por desenvolver algumas marcações no contexto específico de um ato de fala (cf. a seguir).

1.2.1.1.1 *Especialização pragmática: legitimidade histórica da variante indicativa*

Para Faraco, a variante imperativa que preserva a vogal temática do verbo, ou seja, a indicativa, como em *canta*, se constitui, do ponto de vista histórico, a verdadeira forma de expressão do imperativo. Justificar a derivação dessa variante como oriunda do presente do indicativo é não reconhecer a real complexidade da formação do modo imperativo no português. Segundo Faraco (p. 231), essa é uma explicação simplista e, talvez tenha surgido pela identidade morfológica existente entre a variante em questão e a forma de 2ª pessoa do presente do indicativo. O autor considera que esta falha pode ser atribuída a estudiosos incapazes de apontar um processo muito interessante de mudança lingüística no português, por ele denominado de *especialização pragmática*: meio através do qual uma forma velha sobrevive a uma história de mudanças, por desenvolver algumas marcações no contexto de um ato de fala. A forma imperativa negativa ‘não *canta*’ teria se firmado como a forma mais recorrente no português brasileiro em decorrência de uma ‘sobrevivência histórica’ do imperativo antigo, em oposição a ‘não *cante*’, independentemente da motivação de outras dimensões constituintes da variação lingüística, tais como a geográfica e a social e da ‘crise das pessoas do discurso’ no nosso sistema pronominal, instaurada, segundo Faraco, a partir da alternância das formas pronominais *tu* e *você*. O que justificaria o predomínio de ‘não *canta*’, nesta perspectiva da *especialização pragmática*, é o resgate da forma ‘antiga’ da 2ª pessoa do imperativo, e não a extensão de uso da 3ª pessoa do presente do indicativo, defendida pelos estudos do português Casteleiro (1961), dos espanhóis Vasquez Cuesta & Mendes da Luz (1971) e Stravou (1973) e dos brasileiros Chaves de Melo (1957), Mattoso Camara (1978) e Pontes (1972).

Se todos esses estudos, por um lado, não reconhecem o processo histórico desencadeado como *especialização pragmática*, por outro, são unânimes em associar o uso de ‘não *canta*’ a um fenômeno de estilo mais informal da linguagem, e não a um ‘erro’. Apenas Silveira Bueno (1968), Rodrigues Lapa (1970) e o português Xavier Fernandes (1949), abordam-na como ‘erro gramatical’. Assim, resume Faraco (p. 222), tanto a forma da 2ª pessoa do singular do imperativo, quanto a da 3ª do singular do presente do indicativo, são morfológicamente idênticas, em virtude de uma homofonia historicamente criada como resultado da perda do *-t* final da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo latino

(*cantat/canta*). ‘Não *canta*’, portanto, constitui-se de um imperativo antigo ‘*diretamente negado*’, o que justificaria o fato de ‘não *cantes*’ não ter se firmado.

Independente dessas evidências apontadas acima, Faraco (p. 223) ainda releva que essas variantes que preservam a vogal temática do verbo, como em *canta/não canta*, têm o traço típico de uma sentença imperativa antiga, como o apagamento do sujeito, além do valor interacional (forças ilocucionárias) que preservam como um ato impositivo de fala. Então, não podem de fato derivar do presente do indicativo. O quadro 1, abaixo, ilustra a trajetória histórica apontada por Faraco:

| SECOND PERSON SINGULAR | | | | | |
|------------------------|-------------------|----------|---|----------------------------|--------------|
| INFORMAL | | | | | FORMAL |
| IMPERATIVE MOOD | OLD PORTUGUESE | | + | Canta! | Cantai! |
| | | | - | Não cantes! | Não canteis! |
| | MODERN PORTUGUESE | PORTUGAL | + | Canta! | Cante! |
| | | | - | Não cantes! | Não cante! |
| | | BRAZIL | + | (Canta!) Cante! | |
| | | | - | (Não canta!) Não cante! | |

Quadro 1: Trajetória histórica do imperativo - adaptação de Faraco (1982, p. 210). Fonte: Faraco(1982, p. 210)

Para Faraco, pelo fato de o imperativo, tanto no português antigo quanto no atual, não alterar a sua forma no afirmativo, ao preservar a mesma vogal temática do verbo, independentemente de épocas, tenha hoje essa recorrência muito maior da variante indicativa, de fato. Por extensão, o falante vai especializando esta forma a usos gerais, o que justificaria o emprego de *não canta*.

1.2.1.2 REIS (1998)

A expressão do imperativo em peças teatrais dos séculos XVI, XIX e XX: a variação numa perspectiva diacrônica é um estudo que focalizou o uso alternado das variantes indicativa e subjuntiva na expressão de comandos de 2ª pessoa do singular, como em *canta/cante*, e também o de 1ª pessoa do plural, nas variantes plena e perifrástica, como *cantemos* e *vamos cantar*, respectivamente. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram

tomados dados dos documentos *O auto da barca do inferno*, de Gil Vicente; *As casadas solteiras*, de Martins Pena e *A mulher sem pecado*, de Nelson Rodrigues. Essa busca diacrônica, embora restrita a poucas obras, mostrou-se relevante por mostrar comportamentos diferentes nas duas pessoas do discurso: (i) no século XVI, na expressão da 2ª pessoa do singular, o emprego se firmou na variante indicativa, com o uso exclusivo das formas pronominais *tu* e *vós*; no século XIX, o indicativo se firmou com 55% das ocorrências e o subjuntivo, com 45%; no século XX, a inversão dos resultados: 61% da variante subjuntiva, 30% da indicativa, com maior recorrência da variante pronominal *você*; e 9% da forma perifrástica de 1ª pessoa do plural.

1.2.2 DIMENSÃO GEOGRÁFICA: SCHERRE *ET ALII* (1997; 1999; 2002)

Os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias da sua região. A linguagem reflete certos traços lingüísticos que identificam os dialetos falados especificamente em uma ou em outra região (Labov, 1972). Num passeio pelo Brasil afora, iremos perceber diferenças lingüísticas pelas regiões onde passarmos. Os trabalhos de Scherre *et alii* são os que mais se voltaram para essa descrição regional do uso alternado do imperativo no Brasil, apontando a existência de dois grandes blocos:

- nas **regiões: Sul, Sudeste e Centro-oeste, especificamente Brasília, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro**, cerca de 90% dos enunciados imperativos são expressos pelas formas associadas ao modo indicativo, sem correlação evidente com *tu*, em diálogos ou instruções dirigidas a uma só pessoa (2002, p. 222)²⁵. Esses resultados permitem aos pesquisadores a projeção de que cerca de dois terços da população usam predominantemente o imperativo nesta variante, e, nas situações mais formais de expressão escrita não-dialógica, a forma subjuntiva, se juntarmos os dados de todas as regiões estudadas;
- na **região Nordeste, representada por João Pessoa e Salvador**, esse percentual cai para a representação de apenas 30% do uso da variante indicativa.

²⁵ No capítulo 2 vamos apresentar a correlação de *tu* com a variante indicativa do imperativo, e a de *você*, com a subjuntiva, segundo a gramática tradicional.

1.2.3 DIMENSÃO SOCIAL: CONFLUÊNCIA NOS ESTUDOS APONTADOS

Em relação ao nosso fenômeno, são também os estudos de Scherre (2002, p. 230) que têm apontado alguns resultados, a partir do que já foi alcançado nas pesquisas concluídas e nas que estão em andamento:

- **faixa etária:** faixas etárias mais altas tendem a propiciar mais o imperativo na forma subjuntiva;
- **classe social:** ainda não foi verificado o efeito de classe social, no sentido de que mais formas padronizadas possam ser claramente associadas à fala de pessoas com mais prestígio na escala social. Aqui vale a observação da autora, segundo a qual na língua falada das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste se dá em grande parte fora da prescrição gramatical, *sem sentimento dos falantes de não saberem falar sua própria língua* (p.231- Grifo nosso). Ou seja: o uso dessa variante se dá de forma natural, espontânea, sem associação evidente com o pronome *tu*, sem estigma, sem qualquer sentimento de ‘não saber falar bem’ ou de que ‘o brasileiro tem dificuldade de se expressar corretamente’²⁶.

1.2.4 DIMENSÃO LINGÜÍSTICA: AVANÇO QUALITATIVO EM SCHERRE *ET ALL* (1997;1999;2002)

Além das variáveis externas, é bastante comum que certos fenômenos de variação sejam regulados por pressões do próprio ambiente lingüístico em que se realizam, cuja força pode ser testada através do controle de variáveis *lingüísticas*.

Em Scherre (2002, p. 227), são apontados os resultados já alcançados em estudos anteriores. Em *Phonic parallelism: evidence from the imperative form in Brazilian Portuguese*, Scherre *et al.* (1997) tratam das restrições funcionais, semânticas, sintáticas e fonológicas do paralelismo lingüístico no nível fônico, no sentido de evidenciá-las como condicionantes no uso variável do imperativo no português do Brasil. O estudo consiste de duas abordagens: (i) a do paralelismo lingüístico estendido ao nível fônico da palavra, revelando a importância da harmonia vocálica num fenômeno morfossintático; (ii) a de breves considerações acerca das restrições dos diferentes níveis lingüísticos como necessárias numa investigação mais aprofundada da compreensão do fenômeno variável. Em outro artigo, *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil* (1999), os autores também tratam de restrições lingüísticas no uso alternado das variantes do imperativo, especificamente das restrições voltadas para os aspectos sintáticos e

fonológicos. Em *A norma do imperativo e o imperativo da norma – uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro* (2002), Scherre oferece uma reflexão acerca da problemática da *norma* em suas múltiplas dimensões. Com base nos problemas de descrição do imperativo no português e da concordância de número marcada pela classe social, a autora aponta uma série de contradições prescritivistas da gramática tradicional.

São os estudos de Scherre e colaboradores, portanto, que têm apontado um mapeamento quase que completo (i) dos grupos de fatores *lingüísticos* condicionadores do uso de uma ou de outra variante na expressão do imperativo nas diversas regiões brasileiras e (ii) da tipologia textual mais propensa ao uso alternado dessas variantes (cf. seção a seguir).

1.2.4.1 Grupo de fatores lingüísticos favorecedores das variantes indicativa e subjuntiva

Os resultados das pesquisas Scherre e colaboradores têm demonstrado que os fatores que entram em jogo na expressão variável do imperativo são de fato muitos e de natureza diversa. Abaixo estão dispostos os grupos de fatores de natureza estrutural que mostraram resultados significativos:

1.2.4.1.1 Grupo de fatores lingüísticos favorecedores da variante subjuntiva

Os resultados das pesquisas de Scherre *et all* têm demonstrado que os fatores que entram em jogo na expressão variável do imperativo são de fato muitos e de natureza diversa. Abaixo estão dispostos os grupos de fatores de natureza estrutural que mostraram resultados significativos na variante subjuntiva.

- efeito da posição e da pessoa do pronome átono: o *se*, depois do verbo. *Retire-se!*
- efeito da polaridade da oração: presença da negação.
- efeito do tipo de conjugação e de oposição verbal: (a) verbo de conjugação irregular com oposição mais saliente (no sentido de mais marcada), como em *Diz/Diga* e *Faz/Faça*; (b) verbo da 2ª e da 3ª conjugações regulares, conjugações menos gerais e, portanto, mais marcadas, como em *Exija* e *Coma*.
- efeito do paralelismo fônico: vogal precedente menos aberta em verbos regulares da 1ª conjugação, como em *Use*, *Procure*.
- efeito do paralelismo discursivo: forma imperativa subjuntiva precedente, como em *Descasque e chupe a laranja!*.

²⁶ Trataremos do estigma social e variantes do imperativo no capítulo 6.

- efeito do número plural de 2ª pessoa: exceto nos textos antigos ou religiosos com o uso de *vós*, o imperativo ocorre sempre na forma subjuntiva, seja na fala, seja escrita, com ou sem diálogo. São os casos de *Jovens*, ***envelheçam!*** (Jornal *Correio Braziliense*, 8/11/2001) e nunca *Jovens*, ***envelhecem!*** Incluem-se aqui até aqueles que, no singular, usam a forma indicativa, segundos os dados coletados.

1.2.4.1.2 Grupo de fatores favorecedores da variante indicativa

- efeito da posição e da pessoa do pronome átono: pronome átono antes do verbo, especialmente o pronome *me*: *Agora, me conta*.
- efeito da polaridade da oração: ausência de negação na oração.
- efeito do tipo de conjugação e de oposição verbal: (a) verbo de conjugação irregular com oposição menos saliente (menos marcada), como em *Dá/Dê* e *Vai/Vá* e (b) verbo da 1ª conjugação regular – conjugação mais geral e, portanto, menos marcada, como em *Então, PINTA a folha*.
- efeito do paralelismo fônico: vogal precedente mais aberta em verbos regulares da 1ª conjugação, como em *Olha aqui, você vai copiar*.
- efeito do paralelismo discursivo: forma indicativa precedente, como em: *Vem, menina, vem logo com a gente*.

1.2.4.2 Tipologia textual e emprego do imperativo: acomodação das variantes

Em Scherre (2002, p. 222), são apresentados os tipos de textos segundo os quais os efeitos das restrições de natureza lingüística se dão em maior ou menor grau. São eles:

- I. **textos escritos sem diálogo:** em jornais, revistas, cartazes, letreiros luminosos, rótulos de aguardente, folhetos religiosos, de cartomancia, de conserto de material eletrônico, de assinatura de revistas, entre outros, quase 100% das construções sintaticamente imperativas exibem o verbo na forma subjuntiva, como em *Evite o consumo de álcool*. Nestes termos, a autora ressalva que a regra de formação do imperativo formulada pela tradição normativa descreve adequadamente a expressão do imperativo na escrita sem diálogo (p. 222).
- II. **língua falada espontânea:** cerca de 2/3 da população, ou seja, cerca de 110 milhões dos quase 170 milhões de falantes do português brasileiro, expressam o imperativo na variante indicativa no lugar da subjuntiva, por essa variante não se constituir uma variante estigmatizada. Os falantes, portanto, não reconhecem estar fora dos padrões prescritivistas adotados pelas gramáticas tradicionais.
- III. **revistas em quadrinhos:** o emprego do imperativo é variável, embora seja bem preservada a forma subjuntiva, numa ausência quase absoluta de imperativo na forma indicativa na fala dos personagens, de *Tio Patinhas* (representante urbano nativo) a *Chico Bento* (representante nativo da área rural).
- IV. **histórias infantis:** em *Chapeuzinho vermelho*, as formas indicativas só predominaram na versão da carioca Maria Clara Machado.
- V. **literatura brasileira:** varia segundo a região e a consciência metalingüística da língua. Nelson Rodrigues, recifense de nascimento e carioca de formação, privilegia a expressão do imperativo nas formas indicativas; em Chico Buarque de Holanda, até 1968, predominaram as formas subjuntivas, mas, no fim da ditadura, o autor rompe com essa estrutura lingüística e assume as formas indicativas; Carlos Drummond de Andrade, na poesia, dá preferência a formas indicativas e, na prosa, às subjuntivas; José J. Veiga, ao contrário da tendência goiana, opta pelas formas subjuntivas, ao lado de Raquel de Queiroz (cearense), José Américo (pernambucano) e João Ubaldo (baiano); Jorge Amado, em *Tieta do Agreste*, opta pelo subjuntivo e, em *Capitães da Areia*, pelo indicativo; Luís Fernando Veríssimo (porto-alegrense) contraria a fala local, ao se inclinar apenas modestamente pelas formas indicativas; Alcântara Machado (paulistano) prefere formas subjuntivas;
- VI. **literatura infanto-juvenil:** Pedro Bandeira surpreende pela clara preferência dos diálogos imperativos na forma subjuntiva; em Giselda Laporta Nicoletis, as formas se equilibram.
- VII. **música:** na bossa nova, o predomínio das formas indicativas; em Renato Russo, ao contrário da fala brasiliense, encontra-se leve tendência para as formas subjuntivas.
- VIII. **internet:** os diálogos da fala-escrita da Internet, como uma nova modalidade de expressão, privilegiam os imperativos na forma indicativa.

1.2.5 A NECESSIDADE DA DIMENSÃO ESTILÍSTICA

1.2.5.1 *O formal e informal em scherre et all (1997;1999;2002)*

Os estudos das formas variantes do imperativo ainda não têm desenvolvido especificamente a dimensão estilística da variação lingüística, por isso ainda não temos dados constituintes de uma abordagem operacional dessa natureza. O registro efetivo que temos é a constatação a que Scherre (2002, p. 230) chegou, como decorrência do avanço de suas pesquisas nas outras dimensões da variação voltada para esse fenômeno:

contextos de maior formalidade tendem a propiciar mais imperativo na forma subjuntiva, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste (SCHERRE, 2002, p. 230).

Como se vê, a constatação de Scherre acima se dá de forma muito generalizada, por não apresentar segmentos teórico-operacionais de resultados de natureza alguma. Não contamos ainda na literatura com dados mais precisos que possam nos dar uma descrição mais particularizada do fenômeno, tratando, por exemplo, da dimensão intra-individual de sua variação. Daí a importância da nossa proposta de pesquisa nesta direção.

1.2.5.2 A dimensão estilística em Menon (1984): ‘simplificação’ ou ‘complicação’ no ensino de língua portuguesa?

Em sua dissertação de mestrado *O imperativo no português do Brasil*, Menon (1984) trata dos problemas da descrição do imperativo no português do Brasil, fundamentalmente a partir de duas situações diretamente ligadas às variações de formas lingüísticas a que estão vinculadas o imperativo: (i) a variedade de formas de tratamento do receptor *tu* e *você* e (ii) a legitimidade teórica a esta última como designativa também de 2ª pessoa do singular, com quem o verbo deverá concordar sem as respectivas flexões de 2ª pessoa, ainda que tenha se originado de uma forma de tratamento indireto, *Vossa Mercê*. Para contextualizar esses problemas, apresenta um levantamento bibliográfico da literatura na área: são trabalhos de pesquisa, na sua maioria, de dados reais de fala do português do Brasil. Aborda também os meios de comunicação como perpetuadores de inovações

lingüísticas, para os quais o lingüista não pode deixar de se dirigir. Para a autora, a televisão e outros meios de comunicação são responsáveis por *mudanças de comportamento e de hábitos que só a muito custo se realizavam em épocas pretéritas* (p. 73).

Da revisão bibliográfica realizada por Menon (p. 31) sobre a literatura na área, vamos destacar a proposta de Coelho-Cunha (1978) sobre *O imperativo em português: uma contribuição à lingüística aplicada*, dissertação de mestrado que reúne uma compilação de press teóricos sobre o imperativo, apresentados por autores de gramáticas tradicionais e por lingüistas. Segundo Menon, a proposta de Coelho-Cunha *não é um trabalho que dê sérias contribuições ao esclarecimento do assunto ou à aplicação no ensino da matéria, como era o objetivo do autor* (p. 28). Uma outra crítica que levanta para a proposta de Coelho-Cunha é em relação à observação que ele fez sobre a língua portuguesa ser *muito rica em formas portadoras de valor volitivo (jussivo, exortativo, optativo) e empregos de formas e locuções verbais que projetam, aliás, no campo semântico e estilístico* (p. 31). Como resposta a esta observação, Menon adverte para a seguinte situação:

Vá o aluno entender essa colocação: se a apresentação feita pela gramática tradicional era confusa, essa, então, é um absurdo, pois intrinca conceitos diversos, com a boa intenção de ‘simplificar’ o ensino dessa matéria, colocando situações estilístico-semânticas a um aluno que sequer domina as formas ditas canônicas, prescritas pela norma (MENON, 1984:31).

Para Menon, segundo a proposta de Coelho-Neto, considerar o estilo no ensino de língua portuguesa poderá não ‘simplificar’ o ensino e, sim, ‘complicá-lo’. Entretanto, consideramos que, se bem conduzido (e aqui não sabemos se a proposta de Coelho-Neto o era), o ensino de língua a partir de noções estilísticas deveria ser incorporado, sim, à prática pedagógica - inclusive, até porque facilitaria o entendimento do que é a variedade padrão. Ao tratarmos especificamente do imperativo, pretendemos, nesta tese, demonstrar o quanto a questão de estilo pode interferir na escolha de uma ou de outra variante por usuários específicos.

Não especificamente no imperativo, mas no uso das formas pronominais de 2ª pessoa do singular, Menon tem também destacado em seus estudos a dimensão estilística como expressão da variação lingüística correlacionável com as situações nas quais a língua é utilizada. A questão de estilo ou situação de comunicação é um grupo de fatores que num de

seus estudos se mostrou significativo: em *Pronome de segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor* em *Vinhas da Ira* (2000), por exemplo, alcançou peso relativo de 0,96 para a aplicação da regra de concordância verbal no uso da forma pronominal *o senhor*. Esse peso elevado correspondeu aos enunciados em que os personagens adotaram um estilo pomposo, solene, com citações de trechos bíblicos, repetindo máximas, dando conselhos, e isto evidenciou, segundo a autora, que enunciados mais ou menos cristalizados tendem a preservar a concordância.

1.2.5.3 Dimensão *estilística* da variação: o que a literatura na área ainda *não* tem postulado

Esta breve visão geral da variação em função de suas várias dimensões mostra que, do que temos conhecimento, a literatura que trata dos estudos das formas variantes do imperativo ainda não tem registrado uma abordagem que tratasse especificamente da variação desse fenômeno em função da sua dimensão *estilística*, intra-individual. Uma pequena observação foi levantada por Scherre (2002, p. 230), ao considerar que os *contextos de maior formalidade tendem a propiciar mais imperativo na forma subjuntiva, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste*, sem, no entanto, apontar sugestões teórico-operacionais ou resultados de natureza alguma. Menon (2000), por outro lado, neste viés a questões estilísticas, evidenciou a operacionalização de uma abordagem desta natureza, ao alcançar resultados efetivamente ricos nesta direção, embora nos estudos de um outro fenômeno. Logo, como vimos, não contamos ainda com dados constituintes de uma abordagem teórico-operacional ao estilo voltada especificamente para o nosso objeto de estudo. Sendo assim, um estudo sobre o imperativo destacando essa dimensão estilística da variação se faz pertinente.

- **Em resumo:**

Com o objetivo de evidenciar a importância da variação lingüística em função da dimensão estilística na descrição do emprego alternado das variantes indicativa e subjuntiva do imperativo no português, traçamos as noções básicas dessa dimensão da variação, no sentido de se firmarem alguns pontos:

- as *técnicas da lingüística já não são tão inadequadas para se estudarem os problemas da variação estilística*, contrariando o que postula Labov (1972, p. 70), até porque foi ele próprio o primeiro lingüista a fornecer uma abordagem operacional dessa noção de estilo;

- a ciência da linguagem que fazemos, por ter uma história, recebe influências também de outras ciências e que a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade. Então esta ciência não deve ser focalizada em uma ou em outra parte apenas, mas na sua totalidade. Se insistíssemos na idéia isolada de sistema, tal como Saussure postula, estaríamos colocando em segundo plano a presença do homem neste processo histórico-lingüístico. Desse modo, se o homem representa individualmente sua história, ele pode expressá-la de modo particular também: a fala se refere a enunciados efetivamente produzidos por sujeitos falantes reais, e é neste nível que se situam as diferenças intra-individuais, portanto, estilísticas;
- os estudos que abordaram uma noção de estilo ou de registro fizeram ressaltar o caráter funcional da variação estilística. Ao escolher um estilo em vez de outro, um falante revela:
 - uma grande quantidade de informação sobre si mesmo,
 - a situação em que se encontra,
 - o efeito que quer produzir sobre seu interlocutor,
 - a relação que quer manter com ele, etc.;
- seria socialmente afuncional exprimir-se num estilo único: para tanto, tomamos como ilustração dessa afuncionalidade o exemplo de Lefebvre (2002, p. 235) em relação ao fracasso das campanhas do ‘falar certo’ nas escolas canadenses na cidade de Quebec dos anos 1960:

Por exemplo, nas escolas, conventos e colégios do Quebec dos anos 1960, os estudantes eram submetidos a campanhas de ‘falar francês certo’, durante as quais eles deveriam se corrigir mutuamente quando utilizavam no pátio do recreio variantes fonéticas que não correspondiam à variedade considerada como a norma. Assim, um /t/ africado [t̥] devia ser corrigido. Esse tipo de atividade certamente não ‘melhorou’ a qualidade do francês da população estudantil, que era o objetivo visado, e a razão disso é que tal atividade era contrária à essência mesma da comunicação e à função da diversidade estilística (LEFEBVRE, 2001, p. 235);
- se os trabalhos sobre o fenômeno em estudo não abordaram ainda essa dimensão estilística da variação, nem por isso devemos deixar de fazê-lo, uma vez que as próprias diretrizes de base da Sociolingüística brasileira a contemplam, segundo a proposta de agenda de pesquisa para esta área (cf. Mollica, 2001, p. 4). Neste documento, a autora postula que os estudos devem levar em conta a *influência do grau de atenção que os falantes dispensam à produção lingüística*, por este se constituir uma questão crucial para a proposta:

Há que considerar, ainda, estudos que levam em conta a influência **do grau de atenção que os falantes dispensam à produção lingüística**. Entendam-se aí os correlatos discursivo-pragmáticos como contraparte para a dinâmica do sistema. (...) Incluem-se neste enfoque os gêneros discursivos, os **estilos conversacionais**, as **características dos atos de fala**. (...) Assim, aposta-se na interferência de fatores sócio-conversacionais sobre a mudança lingüística (MOLLICA, 2001, p. 4 – Grifos nossos).

1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESE GERAL

Contextualizado o tema, vamos apresentar os objetivos.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o uso das variantes verbais indicativa e subjuntiva em atos de fala de comando na expressão do imperativo de 2ª pessoa do singular, sob a dimensão estilística da variação lingüística, focalizando-o na dinâmica pragmático-discursiva que envolve manipulador e manipulado numa “transação comunicativa”, a partir de hipóteses funcionalistas baseadas em dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa constituinte desses comandos.

1.3.1.1 Objetivos específicos

Fornecer uma abordagem operacional para a análise de um fenômeno lingüístico pautada na dimensão estilística da variação lingüística.

Tratar da descrição da variação estilística do fenômeno em estudo, com base em fatores de natureza funcional, especificamente os voltados para a manipulação, na análise de dados escritos de *Vinhas da Ira*.

1.3.2 HIPÓTESE GERAL

A hipótese maior que norteia esta pesquisa é a de que existe correlação entre graus de força manipulativa e uso das variantes do imperativo. Acreditamos que (i) o fenômeno se comporta de modo escalar; (ii) quanto maior o grau de manipulação maior o uso da variante indicativa; (iii) e quanto menor o grau de manipulação maior o uso da variante subjuntiva. Subjacente a isso, acreditamos que a natureza da simetria/assimetria das relações

sociopessoais entre os personagens manipuladores e os personagens manipulados, em que ancora a dimensão estilística da variação lingüística, seja uma variável altamente condicionante da escolha das variantes em questão.

No capítulo da metodologia vamos descrever individualmente nossas hipóteses em relação ao controle de cada grupo de fatores, apresentando nossas expectativas de sua contribuição.

2 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO EM ESTUDO

2.1 MODO VERBAL: NATUREZA E CONTRADIÇÕES

Tradicionalmente, o modo verbal se refere a um *juízo implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz*, manifesto num morfema flexional propriamente verbal (cf. Mattoso Camara, 1985), traço comum às línguas românicas. Em geral, nossos gramáticos normativos também o concebem assim e, para a formação do imperativo em português, registram duas naturezas:

- (i) presente do indicativo: formas verbais do imperativo afirmativo relacionadas aos pronomes *tu* e *vós*, sem o *-s* (*canta tu*, *cantai vós*);
- (ii) presente do subjuntivo: as demais formas verbais do imperativo afirmativo (*cante você*, *cantemos nós*, *cantem vocês/eles*) e todas as formas verbais do imperativo negativo (*não cantes tu*, *não cante você/ele*, *não cantemos nós*, *não cantais vós*, *não cantem vocês/eles*).

A maioria desses gramáticos considera que em português a complexidade para a interpretação do morfema flexional imperativo decorre, em princípio, da cumulação, que nele se faz, das noções de tempo e de modo, e, às vezes, da noção suplementar de aspecto inserida na de tempo, além de ser também uma das maneiras de se expressar a modalidade no português. Nesta última perspectiva, os julgamentos atitudinais são indicados pelas diferentes formas que tomam os verbos, que podem ser de (i) certeza, (ii) dúvida, (iii) suposição, (iv) mando, etc. da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia (cf. Cunha, 1980, p. 368).

Tanto em Cunha (1980) quanto em Mateus *et all* (1983) e até mesmo em Mattoso Câmara (1986), encontramos uma mesma metodologia de exposição de exemplos para ilustrar esse pres: um mesmo *frame*²⁷ proposicional em dois enunciados de período subordinado, sendo um enunciado na forma verbal indicativa da oração subordinada, e o outro, na forma subjuntiva, tal como (2) e (3) (cf. Mateus *et all*, 1983, p. 152) a seguir:

(2) Eu acredito que ele **VEM**. (necessário)

(3) Eu acredito que ele **VENHA**. (possível)

Todos esses autores postulam que (2) e (3) designam modalidades distintas, decorrentes da morfologia flexional dos verbos da oração subordinada. À forma indicativa é atribuída a ligação a um estado de coisas reconhecido pelo locutor como necessário ou com um grau elevado de probabilidade de o evento se dar, e a forma subjuntiva é ligada a um estado de coisas reconhecido pelo locutor ou como possível ou como contingente.

Entretanto, o que vemos em (2) e (3) não passa de uma ilustração evidente de usos variáveis de formas verbais designativas de uma mesma função sintática. Toda língua, falada por qualquer comunidade, exhibe sempre variações, relacionáveis a fatores diversos, dos quais vamos falar mais adiante. E a cada uma das formas verbais acima, a Sociolinguística reserva o nome de variantes linguísticas de uma mesma variável, por se alternarem num mesmo contexto. Como tais, expressam *maneiras diferentes de se dizer alguma coisa com um mesmo valor de verdade ou representacional*. Expressam-se ‘um mesmo valor de verdade’, (2) e (3) se mostram enunciados destituídos do valor semântico de modalidade a que se referia o grupo de prescritivistas acima mencionado.

Em usos da linguagem corrente, esses valores subjetivos atrelados à morfologia verbal também não têm sido mantidos, e sua perda parece cada vez mais evidente. Essa admissão da neutralização do caráter dual e categórico dos postulados prescritivistas, que colocam, de um lado, o *necessário* e *certo* para as formas verbais do indicativo como em (2) e, de outro, o *possível* e o *incerto* para as formas verbais do subjuntivo, como em (3),

²⁷ *Frame* proposicional: aspectos de natureza mais semântica da proposição, tais como: (i) papéis do participante, (ii) tipo de predicação, (iii) papéis gramaticais e (iv) transitividade (tipo de evento) (cf. Givón, 1993, p. 239)

também já é apontada por muitos outros autores (Lyons, 1977; Palmer, 1986; Perini, 1995), os quais a evidenciam como uma tendência das línguas românicas. Ressaltam que a perda dos valores semântico-pragmáticos associados à forma verbal do modo subjuntivo (possibilidade e incerteza) tem resultado na sua transferência para outras estratégias linguísticas. É o caso de (4), abaixo, enunciado com que Pimpão (2002, p. 255) ilustra a não-transferência do valor semântico-pragmático prescrito à forma verbal indicativa representativa de *vou*, por esta se apresentar destituída da modalidade constituinte do modo indicativo representativo de sua forma. Em (4), abaixo, embora as propriedades subjuntivas não sejam manifestadas pela morfologia flexional de *vou*, são evidenciadas por outras categorias que se mantêm no enunciado, sendo o traço de futuridade a mais evidente:

- (4) Ela tem muitos que ela não prefere, né? Aí é. Professor de Física porque quer que ela **VÁ** de short curto: ‘Ah, mãe, não sei por que ele quer que eu **VOU** de short curto’. Porque ela vai de short mais comprido, ele acha que tem que ser mais curto. (FLP 1, L508²⁸. Extraído de PIMPÃO, 2002:255)

Assim, a forma verbal indicativa *vou* reserva para si todos os traços expressivos da forma verbal subjuntiva *vá*, que lhe é anterior: não há perda de vínculo a valores atitudinais de incerteza, possibilidade, hipótese, e vinculação ao fator tempo, traduzido no enunciado pelo traço de maior e menor futuridade, respectivamente. Pimpão (2002, p. 256), a partir de evidências dessa natureza, trabalhou com a hipótese segundo a qual seria possível identificar os contextos favorecedores e inibidores do uso do modo subjuntivo. Pautada também em evidências históricas acerca da correlação entre futuridade e modo subjuntivo (cf. Câmara Jr., 1985; Lyons, 1977) e prevendo que a categoria gramatical de tempo futuro tenha se originado das formas flexionais volitivas e subjuntivas, constatou que o uso do presente do subjuntivo é mais recorrente nos contextos que dispõem de estratégias linguísticas tradutoras de um valor temporal de futuridade. Por outro lado, nos contextos em que esse traço está ausente, há a interferência mais acentuada do presente do modo indicativo.

Portanto, o emprego do presente do indicativo, correlacionável com o do presente do subjuntivo, como em *vou/vá* de (4), desconsidera a posição normativa acerca da utilização determinística dos modos verbais, deslocando o traço de incerteza intrínseco à

²⁸ Código adotado pelo Projeto VARSUL, para especificar os dados catalográficos da entrevista: **FLP**: Florianópolis – **1**: número da entrevista - **L508**: número da linha.

morfologia do modo subjuntivo, preservado pela norma padrão, para outras categorias do discurso, mediante motivação de pressões discursivo-pragmáticas (Pimpão, 1999, p. 10).

Segundo os resultados alcançados por Pimpão (2002), a investigação do comportamento variável do modo subjuntivo numa perspectiva de gramática emergente²⁹ coloca em relevo o *continuun* tempo-modalidade como o principal condicionante do uso do modo verbal. Os traços de futuridade e de incerteza, identificados no nível sintático-semântico (e não no morfológico, como (2), (3) e (4) acima), são os que mais preservam o uso do modo subjuntivo. Já os traços de pressuposição³⁰, no nível discursivo-pragmático, inibem seu emprego. O subjuntivo mostra-se, então, num comportamento escalar: (i) atuante sob o traço de futuridade do nível sintático-semântico, e não sob o traço de incerteza, contrariando, assim, o que prevê a gramática normativa, e (ii) pouco ou não-atuante na presença de traço de futuridade, atrelado então ao domínio semântico-discursivo-pragmático. A ausência do traço de futuridade, em contraste, favorece o emprego do modo indicativo. Estas constatações são decorrentes dos resultados obtidos por Pimpão (2002, p. 262), mediante o cruzamento entre os ambientes sintáticos e a variável tempo-modalidade. A autora observou que, quanto à distribuição escalar do uso do presente do subjuntivo nos diferentes ambientes, tanto em contextos *irrealis* como em *realis*, os números apontaram sistematicamente o traço de futuridade da modalidade *irrealis*³¹ como o responsável pelo uso preferencial do subjuntivo nos diferentes ambientes sintáticos. Por outro lado, constatou que a ausência do traço de futuridade constituída de traços de incerteza, atemporalidade e pressuposição, indica o contexto inibidor do subjuntivo, propiciando a interferência do modo

²⁹ Gramática emergente: a gramática na perspectiva emergente é uma atividade em tempo real, *on-line*, que emerge cotidianamente no discurso. No uso diário da língua, temos, por um lado, a repetição de formas gramaticais (palavras, construções), reforçando-se assim sua regularização. Por outro lado, tais fórmulas são re-arranjadas, desmanteladas e remontadas de modos diferentes a cada situação comunicativa, podendo dar origem a fórmulas inovadoras (Tavares, 2003, p. 15).

³⁰ Por ‘pressuposição’ referimo-nos à primeira das quatro modalidades epistêmicas reinterpretadas por Givón (1993, p. 113) no âmbito comunicativo-pragmático. As outras são: ‘asserção do *realis*’, asserção do *irrealis*’ e ‘negação da asserção’. Na tradição lógica, a ‘pressuposição’ equivaleria à modalidade da ‘verdade necessária’, modalidade norteadora do modo indicativo que, como estamos vendo, não precisa corresponder necessariamente à forma verbal indicativa. Na ‘pressuposição’, o conhecimento apresentado é incontestável, assumido como verdadeiro pelo falante, pelo ouvinte e por todos os participantes envolvidos na interação. Sobre esta reinterpretação das modalidades epistêmicas de Givón, falaremos com mais detalhe no Capítulo 2, pelo fato de se darem no nível de ‘asserção do *irrealis*’ os AFNDs de comando na expressão variável do imperativo, já que esses atos também guardam consigo o traço de futuridade.

³¹ Modalidade *irrealis*: nesta modalidade, a proposição é asseverada de um modo muito fraco, por ser (i) ou possível, ou provável ou incerta (submodos epistêmicos), de um lado; (ii) ou necessária, ou desejável ou não-desejável (submodos deontico-avaliativos), por outro (cf. Givón, 1993, p. 113). Nesta modalidade, pelo fato de o falante não estar asserindo com evidências ou se sustentando em outros argumentos seguros, o desafio do ouvinte é recebido pelo falante sem restrições.

indicativo. No nosso objeto, a relação entre futuro, *irrealis* e o uso do indicativo e do subjuntivo não tem natureza distintiva. Como já falamos, a ação desencadeada pelo imperativo é ‘por-vir’ independentemente da forma da variante. E é mais ou menos isso que estamos pretendendo dizer aqui: que o imperativo ‘empresta’ apenas as formas verbais desses dois modos, não as suas respectivas modalidades.

Nesses termos, em princípio, tanto (2) quanto (3) até poderiam de fato enquadrar-se na modalidade de ‘pressuposição’, segundo os postulados acima, por contemplarem alguns dos traços constituintes de tal modalidade, apontados por Pimpão, principalmente o de atemporalidade. Mesmo assim, precisaríamos de um contexto situacional mais abrangente. Por outro lado, também seria insuficiente a prescrição de que, só pelo fato de a forma verbal *vem*, de (2), constituir-se indicativa, não estenderia, de antemão, um estado categórico de [+ certeza] à sentença, pelo fato de esta forma indicativa, por si só, não elevar necessariamente o grau de probabilidade de a efetivação de acontecer o evento do verbo *ir*. Tampouco, nem de [- certeza] a (3), respectivamente. Num contexto maior, tais traços atitudinais de [\pm certeza] nestes enunciados dificilmente se sustentariam apenas pela morfologia flexional dessas duas formas verbais: esses valores semântico-pragmáticos poderiam sofrer perdas e serem transferidos para outras estratégias linguísticas.

Estendendo essas considerações a enunciados não-declarativos de comando, como em (5) e (6) abaixo, vimos também que não é possível concebermos um estado de coisas reconhecido pelo locutor como possível e/ou contingente, ou como necessário e muito provável, respectivamente, a partir da morfologia flexional dos modos indicativo e subjuntivo constituintes das formas verbais imperativas. Sob esta natureza bipartida, a prescrição gramatical prevê que, em (5), *vem* estaria prevendo um sujeito sintático não-explicito de segunda pessoa do singular sob a forma pronominal *tu*, enquanto *venha*, em (6), *você*:

(5) **VEM** pra dentro, menino!

(6) **VENHA** pra dentro, menino!

Nestes enunciados, a predição dos traços semânticos dos respectivos modos verbais dos quais derivam o imperativo vai depender necessariamente da forma como se

constitui a relação sociopessoal entre os interlocutores (quem proferiu e quem recebeu o comando), além de outros fatores de natureza pragmática. Então uma predição dos traços semânticos não pode ser designada apenas pela natureza formal de uma categoria verbal, nem em *vem*, nem em *venha*. A predição de traços não pode estar desvinculada das condições de produção do enunciado. Isolados de seu contexto natural, fica difícil concebermos os traços modais de [$>$ probabilidade] de a troca de estado se efetivar em (5) e de [$<$ probabilidade] em (6), determinados na perspectiva tradicional de análise, só pelo morfema flexional de uma e de outra forma verbal.

2.1.1 MODO VERBAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ASSIMETRIA ENTRE PRESCRIÇÕES GRAMATICAIS E SITUAÇÕES REAIS DE USO DO IMPERATIVO NA EXPRESSÃO DE UM AFND DE COMANDO

O nosso principal objetivo em abordar a discussão anteriormente foi, por um lado, (i) realçar a possibilidade de uma relação assimétrica entre formas verbais indicativas e subjuntivas e respectivas modalidades semânticas de maior e menor certeza, e não apenas simétrica, como as gramáticas normativas prevêm. Como vimos, a simetria entre elas estabelecida se dá na correlação: ‘se incerteza, então subjuntivo; se certeza, então indicativo’.

Em Pimpão (1999; 2002), os dados de fala analisados indicaram que a base da distinção no uso do presente do subjuntivo e do presente do indicativo é de natureza mais temporal do que modal, o que contraria a previsão das gramáticas. O modo subjuntivo estaria sofrendo um deslocamento, deixando de vincular-se a valores atitudinais de incerteza, possibilidade, hipótese, para vincular-se ao fator tempo, traduzido pelo traço de futuridade (Cf. Pimpão, 2002, p. 262). Isso parece tão verdadeiro, principalmente se estendermos esse deslocamento de valores semântico-pragmáticos tradicionalmente associados a esses modos (subjuntivo: incerteza, possibilidade; indicativo: certeza, real) à origem indicativa e subjuntiva do imperativo. De fato, a natureza da derivação das formas verbais imperativas se dá no nível morfológico, apenas, visto que, além de tais valores tradicionais de natureza modal apontados acima, os valores vinculados ao fator tempo, traduzidos pelo traço de futuridade (cf. resultados obtidos no estudo de Pimpão, 1999) não são transferidos ao modo

imperativo. E, na seqüência dessa perspectiva de relação assimétrica entre origem de formas verbais e transferência de seus respectivos valores, pretendemos, por outro lado, (ii) tentar evidenciar que o emprego alternado das variantes do imperativo de segunda pessoa do singular, como as apresentadas neste estudo, derivadas formalmente tanto do modo indicativo para a concordância verbal com *tu*, quanto a do subjuntivo para a concordância com *você*, têm evidenciado também uma relação assimétrica entre a sua natureza formal (com ou sem preservação da vogal temática, como em *canta/cante*) e essas formas pronominais designativas de segunda pessoa do singular (*tu/você*). Tal assimetria será discutida no próximo capítulo.

A partir dessas dissonâncias entre regras prescritivas e situações reais de uso do imperativo, pretendemos evidenciar na descrição desse modo a necessidade de se relevarem fatores condicionantes decorrentes também da dimensão estilística da variação, visto que os fatores pautados nas outras dimensões (estrutural, diatópica) já se mostraram bem explorados em estudos anteriores sobre esse fenômeno (Cf. Faraco, 1982; 1986; Menon, 1984); e Scherre e colaboradores (1997; 1999; 2002). Como sabemos, a variação lingüística, além de ter como determinante condicionadores sociais, geográficos, lingüísticos e de estilo, está associada a algumas situações discursivas, mais que outras. Ao realçarmos a necessidade da dimensão estilística na descrição do fenômeno em estudo, estamos nos propondo também a investigar num determinado *corpus*³² até que ponto procede a consideração que Pereira (1923) formulou em sua gramática histórica do português, ao tratar de ‘força imperiosa branda’ a força de comando designativa do imperativo na variante subjuntiva:

Freqüentemente emprega o portuguez o presente do subjunctivo pelo imperativo, e isto não só para suprir a 1ª e 2ª pessoas, que lhe faltam, mas ainda para abrandar a força imperiosa deste modo, tornando-se dest’arte o presente do subjunctivo, a miudo, um **imperativo brando**, em todas as pessoas gramaticais. (PEREIRA, 1923:491).

Se pertinente, numa perspectiva estilística da variação, tal postulado nos permite levantar a hipótese maior que norteia nossa proposta, que é a projeção de que o emprego de formas verbais imperativas de natureza subjuntiva pode levar ao enfraquecimento da manipulação constituinte dos AFNDs de comando na expressão do imperativo. E este

³² *Vinhas da Ira*, conforme descrito no Capítulo 4 desse trabalho.

resultado, acreditamos, estará diretamente condicionado à natureza sociopessoal da relação efetivada entre os interlocutores desses atos de fala: se, de inferior para superior, então, imperativo mais brando, ou seja, subjuntivo. Caso contrário, superior para inferior, indicativo. Isso é o que vamos saber no decorrer do trabalho.

2.1.1.1 Como os gramáticos costumam ver o uso variável do imperativo em textos publicitários

Se, por um lado, a tradição normativa *prescreve* regras gramaticais para um determinado fenômeno lingüístico sem relevar fatores de natureza diversa, ou seja, independentemente das condições e situações comunicativas, como no caso da regra prescritiva que trata de atribuir ao imperativo o uso da forma indicativa para a concordância sintática com a forma pronominal *tu*, e, da subjuntiva, com *você*; por outro lado, muitos dos gramáticos apelam, de modo impróprio, para explicações de natureza *não-prescritivista*, quando os pressupostos teóricos desenvolvidos por eles não dão conta da descrição de um determinado fenômeno lingüístico: o caso do emprego alternado das formas variantes do imperativo de segunda pessoa do singular em anúncios publicitários é um deles. Tomemos, inicialmente, o anúncio publicitário da Embratel ‘*Faz um 21*’.

2.1.1.1.1 ‘FAZ UM 21’

Sob a perspectiva do emprego variável do imperativo, o *slogan* da Embratel, ‘*Faz um 21*’, foi alvo de uma série de discussões, que teve como base a formação do imperativo no português, pautada na ‘mistura’ de pessoas³³, segundo o que a prescrição gramatical prevê: Cipro Neto (1999) foi um dos gramáticos que se pronunciou a respeito, na sua coluna *Texto da semana* (cf. anexo). Para ele, a dificuldade inicial em se explicar um anúncio como o da Embratel se dá pelo fato de que, uma vez que todo o texto desse anúncio é posto na terceira pessoa verbal, concordando sintaticamente com *você*, o recado final é dado

³³ ‘Mistura de pessoas’: queremos evidenciar que discordamos inteiramente desse pres de natureza prescritivista de alguns gramáticos do português. Aqui, emprestamos esta expressão de Cipro Neto (1999). Segundo o pres de que o sistema lingüístico é por excelência heterogêneo, o que temos no português do Brasil não passa de uma questão de alternância no uso dos pronomes de **segunda** pessoa do singular, pautados em *tu*, *você*, *o senhor/a senhora*. *Tu* e *você* constituem formas intercambiáveis, cujo uso se dá em função de condicionamentos específicos dados: além do regional, talvez o mais expressivo deles, a penetração do *você* no sistema do *tu* tem como contexto mais vulnerável o da indeterminação do referente e o DR3 (Discurso Relatado de Terceiros). Segundo Menon (2002, p. 183), o traço [+ genérico] do referente parece propiciar o uso de *você*, no sentido de que o falante atribui a outro(s) a autoria (ou a responsabilidade) no uso de *você*.

na segunda pessoa verbal do imperativo, derivada do indicativo de *tu* (**faz**). Portanto, ele não admite que essas formas sejam formas alternantes de uma mesma segunda pessoa:

No caso da propaganda estrelada por Ana Paula Arósio, não vale a pena topar parada com a gramática (*Cipro Neto faz alusão a Rubem Braga, que conta do recado que uma vez um amigo seu lhe deu: ‘Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a gramática’*). O texto todo é posto na terceira pessoa (você), mas o recado final é dado na segunda (tu): ‘Faz um 21’. Em situações formais, persegue-se e deseja-se a chamada ‘uniformidade de tratamento’. Não parece ser esse o caso da linguagem publicitária, muitas vezes próxima da coloquial. O único problema é que, como vimos, a forma escolhida não é unanimidade na língua oral dos brasileiros (ao se referir ao que tinha dito anteriormente, que, para os baianos, em contextos informais de fala, a forma mais utilizada *é faça*). É isso. (CIPRO NETO, *Texto da semana*, 22/07/99 – Grifos nossos, em itálico).

Nesta mesma coluna (anexa), Cipro Neto (1999) faz referência à relativização do uso da língua em contextos enunciativos diferentes. Para ele, *ninguém escreveria numa sala pública algo como ‘Não fuma’*. No entanto, acrescenta, *em muitas regiões do país, como em São Paulo, por exemplo, a forma indicativa é a que costuma ser empregada no dia-a-dia, em situações informais*. Assim, o uso de ‘Não fuma’ como forma de um aviso público (mesmo em São Paulo) não seria possível, porque, para esse autor, não é *nenhuma novidade* o fato de termos sempre que entender que *o que se fala nem sempre se escreve*. Acrescenta, ainda, que, para explicar casos como estes (do aviso público sob a forma subjuntiva e do anúncio da Embratel sob a forma indicativa), *o bom professor seria aquele que consegue mostrar que o imperativo abonado pela norma culta se impõe **naturalmente** em certas situações*. Segundo o quarto axioma da noção de estilo no Modelo Laboviano (cf. capítulo 3), ‘a seleção das variantes dentro de uma dada variável não é livre, natural, mas determinada ao mesmo tempo (i) pelo contexto lingüístico em que aparece, (ii) pelos falantes que selecionam as variantes, assim como (iii) pelo contexto no qual esses falantes se encontram quando as selecionam’. E, no quinto axioma, encontramos argumentos para contrariar Cipro Neto sobre o fato de que, *em situações formais, persegue-se e deseja-se a chamada ‘uniformidade de tratamento’*, ao afirmar que ‘a seleção das variantes apropriadas não é categórica, mas expressa em termos relativos’.

Assim, mediante tanta contradição evidenciada em *Texto da semana*, procuraremos procurar justificar por que não se sustentam as explicações de Cipro Neto sobre

o emprego variável das formas imperativas, sob uma perspectiva científica da linguagem, no sentido de se justificar a opção do uso de uma variante em detrimento de outra.

Em relação (i) à imposição *natural* de uma variante em detrimento de outra, vamos retomar o que a literatura trata da motivação de fatores de natureza diversa norteadores da variação lingüística em contextos específicos, visto que ela não se dá *aleatoriamente*, interpretação que estamos atribuindo à expressão ‘imposição *natural*’, de Cipro Neto. Os postulados teóricos introduzidos por Labov, na década de sessenta, segundo o qual a heterogeneidade é inerente ao sistema lingüístico, concebem a análise lingüística a partir de um conjunto de formas que se manifestam, de fato, no contexto social. Nesta perspectiva, a língua é constituída por um conjunto de fenômenos não estritamente lingüísticos, mas também extralingüísticos, que participam ativamente no favorecimento ou desfavorecimento da aplicação de uma regra. A sociolingüística considera, então, o princípio de que nenhuma língua natural é um sistema homogêneo e invariável.

E, em relação (ii) à relativização de uso variável do imperativo, pautada em ‘o que vale é a *adequação*’ na opção por uma variante em detrimento de outra, pretendemos levantar algumas considerações. Começamos, então, pela declaração de Cipro Neto, segundo a qual, *ninguém escreveria numa sala pública algo como ‘Não fuma’*, por questões de formalidade, uma vez que considera formal um aviso dessa natureza numa sala pública, por isso o uso do subjuntivo. Embora saibamos ser verdadeiro o fato de se redigir esse aviso na forma subjuntiva, contrariamos aqui a justificativa atribuída a essa escritura, visto que tal impropriedade vai de encontro à referência que esse autor faz sobre a relativização tanto do uso do indicativo, quanto do uso do subjuntivo. Neste sentido, elaboramos uma pergunta, para a qual os argumentos de Cipro Neto não se sustentariam: se, por exemplo, fixarmos dois cartazes, num mesmo contexto de formalidade (uma sala pública) e numa mesma região geográfica (São Paulo) e com emprego variado das formas verbais imperativas, sendo um cartaz com o anúncio indicativo da Embratel (*Faz um 21*) e o outro, com o aviso subjuntivo (*Não fume*), como se justificaria o princípio deste gramático da *adequação* desses textos escritos? Fundamentalmente, o caráter da ‘formalidade’ e o da ‘região geográfica’ como específicos de uma e de outra variante se anulariam aqui. Então, engana-se este autor nos seus pressupostos. Estudos descritivistas do uso do imperativo em português já têm justificativa para a opção do uso do subjuntivo em ‘*Não fume*’, em detrimento do indicativo: é o caso dos estudos desenvolvidos por Scherre e seus colaboradores (1999), que asseguram que a opção por uma variante em detrimento de outra em situações como a desses dois

enunciados não é relativa, mas motivada por condicionamentos internos. ‘Não fuma’ se constitui um emprego *inadequado* de forma imperativa, por razões estruturais e contextuais. De fato, a não-opção pela forma indicativa em avisos públicos não se deve a uma dimensão geográfico-estilística da variação apenas, tal como Cipro Neto sugere.

Vamos tomar inicialmente o aviso ‘Não *fume*’. Sobre a constituição de enunciados sem diálogo, tais como esse, Scherre e colaboradores (1999) postulam que a presença maciça do imperativo na forma subjuntiva da escrita sem diálogo ocorre por razões de natureza sintática e contextual. Esses autores argumentam que se uma estrutura imperativa vier expressa na forma indicativa, tal como o aviso público a que se refere Cipro Neto, ‘Não fuma’, no lugar de ‘Não fume’, apresentaria possibilidade de preenchimento da posição de sujeito com os pronomes *você* ou *ele/ela*, provocada pelo distanciamento contextual entre a primeira e a segunda pessoas do discurso, neste caso, o redator e o leitor do aviso (fato que não acontece nos diálogos, especialmente os de língua falada). Esta possibilidade de preenchimento da posição de sujeito bloqueia a interpretação imperativa na forma subjuntiva. Assim, ‘Não fume’ não apresentaria possibilidade estrutural de preenchimento sintático da posição de sujeito porque, em orações absolutas não encabeçadas por elemento do tipo *talvez* (que podem desencadear o uso do subjuntivo e não imperativo), a forma subjuntiva só pode ser interpretada como modo imperativo e, necessariamente, como tendo um sujeito de segunda pessoa do discurso sintaticamente vazio (p. 5). E, em ‘Faz um 21’, a forma indicativa do imperativo se daria, então, pelo caráter dialógico do enunciado e pela aproximação direta entre as pessoas do discurso, neste caso, a Ana Paulo Arósio, muito presente, e o leitor/ouvinte do *slogan*, fato muito recorrente nos diálogos, especialmente os de língua falada.

2.1.1.1.2 ‘Vem pra caixa você também’

Tal como o anúncio da Embratel, o *slogan* da Caixa Econômica Federal tem sido alvo de discussão no meio acadêmico, por contrariar o processo de formação do imperativo com base nas normas gramaticais. Embora o sujeito esteja preenchido pelo pronome *você*, acreditamos que o uso de *vem* tenha se dado mais por motivação sonora pautada no ‘acerto de ritmo e de métrica’ que o enunciado como um todo incorpora a si, hipótese levantada por Scherre (2002, p. 220); neste sentido, estaria sendo atendida uma dimensão estilística da variação, correlacionando-se a variante indicativa com o estilo métrico do *slogan* publicitário. Como já vimos, a variação estilística ou de registro é o resultado da adequação

de uma expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal, em que o falante (ou redator) seleciona uma variante em detrimento de outra para compor seu enunciado. É possível também considerar que a seleção da forma indicativa no *slogan* da Caixa se deva ao grau de informalidade que esta variante vem assumindo no português.

Uma das hipóteses que firmamos aqui, em relação à opção pela forma indicativa no *slogan* da Caixa, é a de que tal opção poderá estar atendendo a questões de natureza estilística, no sentido de prever que o anúncio venha a produzir um efeito de estilo sobre o interlocutor, como o de firmar uma relação afetiva de [> proximidade] entre ele e a instituição financeira, por exemplo. Faraco (1996) acredita que *Vem*, como convite, reforça uma relação de solidariedade; reforça a intimidade ou a familiaridade.

2.2 MODO VERBAL: DOMÍNIO FUNCIONAL COMPLEXO

Mencionamos, anteriormente, que a maioria dos gramáticos atribui ao efeito cumulativo dos morfemas flexionais do verbo em português a complexidade para a sua interpretação. De fato, dentre os subsistemas gramaticais, tempo-aspecto-modalidade (TAM) constitui o domínio funcional mais complexo da gramática (Givón, 1993; 1995; 2001). Geralmente, na maioria das línguas, esses subsistemas e também os designativos do modo, são comumente marcados no elemento verbal, por vezes, cumulativamente. Palmer (1988:45) considera que não há nenhuma razão óbvia para isso, a não ser o fato de ser o verbo a parte mais central da sentença. O aspecto, diferentemente do tempo, por exemplo, sob o ponto de vista semântico, mostra-se mais dependente da categoria verbal, por indicar com mais evidência os tipos de duração de ações ocorridas³⁴.

2.2.1 TEMPO E MODALIDADE NO IMPERATIVO: FUTURIDADE E *IRREALIS*

A noção de domínio funcional complexo é relevada numa perspectiva funcionalista, por resultar da *interação de motivações cognitivas, comunicativas e*

³⁴ Mesmo assim, o aspecto também pode ser marcado em categorias nominais (Travaglia, 1994). Dentre esses subsistemas, talvez a modalidade seja mais independente semanticamente, uma vez que as atitudes e crenças do falante se mostram menos evidentes no verbo, se comparadas à percepção aspectual (Palmer, 1986, p. 45).

estruturais, em constante competição (Gorski *et al*, 2002, p. 220). Sob essa perspectiva, a gramática é concebida em dois planos, conforme colocam essas autoras:

A gramática é tida, num plano cognitivo, como “instruções de processamento mental” ou como “conjunto de estratégias empregadas para se produzir uma comunicação coerente”; no plano lingüístico, a gramática é concebida como um instrumento usado para codificar, articuladamente, dois domínios funcionais: da informação proposicional em oração e da coerência textual das orações em seu contexto discursivo (GORSKI *et al*, 2002, p. 220)

Das categorias componentes do TAM, só vamos descrever, de um modo bem sucinto, nesta parte do trabalho, a de tempo (para contextualizarmos o traço de futuridade constituinte do imperativo) e a de modalidade (como reconhecimento das propriedades do *irrealis*, decorrentes do traço de futuridade que o imperativo reserva), na medida em que contribuirão na descrição do estatuto do modo imperativo como expressão dos AFNDs de comando. Além delas, retomaremos a categoria de modo, pelo fato de estarmos tratando dos AFNDs de comando na expressão, especificamente, de uma categoria verbal, a do modo imperativo.

O sistema TAM recobre os seguintes domínios funcionais: o do (i) *significado lexical*, relacionado ao caráter aspectual do verbo; o da (ii) *informação proposicional*: por refletir/envolver eventos, processos e estados e da (iii) *coerência textual*, com propriedades pragmático-discursivas contextualizadas num discurso coerentemente orientado, daí a importância que exercem na sequência de proposições do discurso, adiantando-as ou retomando-as, e na indicação de certas modalidades (certeza, probabilidade, verdade) no contrato falante-ouvinte (Givón, 1984, p. 269). Estas propriedades semânticas e pragmáticas graduais da categoria TAM permitem que um mesmo morfema acumule uma série de funções: lexicais, semânticas e pragmáticas.

Embora constituam categorias interconectadas, vamos descrever individualmente o subsistema gramatical TAM, para atendermos a questões metodológicas (cf. Gorski *et al*, 2002, p. 222): (i) *tempo*: faz-se a distinção entre *time* (tempo cronológico) e *tense* (tempo verbal). O tempo verbal é uma categoria gramatical que expressa a referência temporal da língua, codificando a relação entre dois pontos (de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade) ao longo da dimensão linear do tempo, sendo um deles o ponto de referência

para o outro tempo, o tempo da situação (ação, evento, processo) e estado); (ii) *aspecto*: categoria que codifica diferentes modos de perceber a constituição temporal interna de uma situação; (iii) *modalidade*: relaciona-se com certos elementos de significação expressos pela língua. Segundo Fleischman (1982, p. 13), tradicionalmente, é definida como aquilo que tem relação com a atitude do falante sobre o conteúdo proposicional da sua declaração. Esta atitude do falante constitui seu julgamento *epistêmico* (de verdade, possibilidade, certeza, crença, evidência) e *deôntico* ou *avaliativo* (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação), numa projeção futura. Neste último julgamento se incluem os atos de fala manipulativos, por ser a manipulação propriedade constituinte do verbo na expressão do imperativo.

Como já apresentamos resumidamente na seção anterior, Givón (1993, p. 113) estabelece uma redefinição dos tipos de modalidades a partir da tradição lógica. Numa abordagem funcional, a modalidade passa a ser tratada, então, no contexto comunicativo, com os tipos lógicos redefinidos em: a) *pressuposição* (verdade necessária), b) *asserção 'realis'* (verdade actual), c) *asserção 'irrealis'* (verdade possível) e d) *asserção negada* (não-verdade). O subsistema TAM tem efeito cumulativo, e isso resulta de fato na complexidade do seu domínio, pelo fato de permitir que um mesmo morfema acumule uma série de funções: lexicais, semânticas e pragmáticas. E isso se estende também à categoria de *modo*. Para esse efeito, o modo é tido como uma categoria verbal que envolve itens morfológicos e também paradigmas verbais, como o indicativo, o subjuntivo e o imperativo, este último com derivação formal oriunda dos outros dois.

Pretendemos, nesta seção, abrir uma discussão inicial pautada em modo/modalidade/futuridade, conduzida no sentido de não mais reconhecemos a modalidade de comando constituinte dos imperativos apenas num morfema gramatical cumulativo das categorias acima relacionadas, até porque, além do efeito cumulativo designativo de categorias gramaticais, no imperativo, este mesmo morfema também vai designar a natureza formal que originou determinada forma verbal. Por exemplo, quando formador de segunda pessoa do singular, esse mesmo morfema com funções gramaticais acumuladas vai designar que o morfema *-a*, de *canta*, por preservar a vogal temática do verbo, é de natureza indicativa; enquanto o *-e*, de *cante*, é de natureza subjuntiva, no português. O que estamos pretendendo demonstrar é que o grau maior ou menor de manipulação num ato de comando sob a forma verbal do imperativo extrapola esse nível formal, pois dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da sua força manipulativa estão mais voltados para outras

dimensões da variação, tais como a histórica, a diatópica, a diastrática e a estilística. No caso do imperativo, por constituir um ato de fala que prevê uma relação direta entre os interlocutores, evidencia-se a natureza da relação sociopessoal institucionalizada entre o manipulador e o manipulado. Então, o que se pretende não é desprover os valores nocionais do modo verbal e da modalidade gramaticalmente associados ao verbo, mas estendê-los ao discurso.

Esse deslocamento da modalidade manipulativa constituinte do modo imperativo para outros níveis além do sistema verbal é previsto nos postulados teóricos de outros autores, tais como Palmer 1986; Lyons, 1977; Bybee *et all.* 1994. Segundo estes últimos, a modalidade refere-se a *todos os elementos não-proposicionais de uma sentença, e isso diz respeito à inclusão de outras categorias gramaticais distintas*. Para Hockett (1958 *apud* Palmer, 1986, p. 25), num estudo tipológico de categorias gramaticais em que estejam incluídos diferentes sistemas lingüísticos e não só aqueles com os quais a língua em estudo mantém afinidade, fica melhor evidenciado que de fato a modalidade não se dá da mesma maneira que no latim e no grego, por exemplo, dos quais o sistema verbal do português tem como referência. Entretanto, nem por isso, esclarece esse autor, a modalidade, mesmo nas línguas sem traços de familiaridade, assume comportamento semelhante ao encontrado na correlação estabelecida entre latim e suas respectivas línguas descendentes, que é a presença de envolvimento de atitudes e opiniões do falante. Isto não implica necessariamente atribuir à modalidade natureza flexional, ou seja, interna à estrutura apenas.

A partir disso, postula-se que as línguas de fato portam um traço modal ou uma postura atitudinal relativa ao ser que fala: na sua maioria, através de uma forma verbal, mas, em outras (em número menor), por outros elementos enunciativos. O efeito cumulativo que recai sobre um mesmo morfema verbal, constitutivo tanto da categoria gramatical de modo quanto da categoria nocional de modalidade não deixa de ser, portanto, mais uma das heranças normativas do português.

- **Em resumo:**

O que pretendemos neste capítulo foi evidenciar a necessidade de uma abordagem diferenciada ao tratamento da natureza constitutiva (estrutural) e funcional do imperativo:

- **morfologia flexional:** as flexões indicativo/subjuntivo não expressam, via de regra, as modalidade [$>$ certeza][$<$ certeza] constituintes destes modos, tal como

apregoam as gramáticas tradicionais. Ao proferirmos ‘Cantaa a música’ e ‘Cantee a música’, não temos tal informação modal, principalmente porque não temos informações de natureza socioestilística. Para tanto, precisamos de um contexto maior. Alguns trabalhos revelaram a necessidade de maiores informações de natureza lingüística (mas não flexionais), como os de Palmer (em estudos interlingüísticos) e o de Pimpão (no português). Por exemplo: o reconhecimento da modalidade ‘verdade possível’ (asserção *irrealis*, cf. Givón) do subjuntivo, nos estudos desses autores, vem sendo apontado através de elementos de ‘futuridade’ e de expressões circunstanciais de [> dúvida][< dúvida] do enunciado. Por outro lado, a ausência de tais elementos vem favorecendo a modalidade ‘verdade necessária’ (pressuposição) constituinte do modo indicativo (e não da flexão do indicativo)³⁵. No imperativo, vamos relevar a necessidade do reconhecimento da ‘atitude de comando’ designativa deste modo através de elementos não-lingüísticos: os que tratam da simetria/assimetria da relação sociopessoal ente os interlocutores, a partir da identidade social de cada um, constitui-se o mais significativo deles;

- **categorias de domínio funcional complexo:** os modos indicativo e subjuntivo devem ser vistos sob um domínio funcional complexo (cf. Givón). Por este olhar, chega-se às constatações acima;
- **‘Faz um 21’ e ‘Vem pra Caixa você também’:** são exemplos de usos do imperativo que ferem as regras prescritivas das gramáticas tradicionais. Alguns autores destas gramáticas (citamos especificamente ipro Neto), sem apoio em teorias da linguagem, arriscam-se a explicações contraditórias e insuficientes destes usos.

³⁵ Isto não é verdadeiro que, em (4), vimos que *vou* está na flexão do indicativo, mas com as propriedades modais de dúvida.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho utiliza o quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Lingüística de Labov (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 1968; Labov, 1972) e os pressupostos teóricos da corrente funcionalista americana de Givón (1990;1993;1995). Concebe a língua como um sistema adaptativo, no sentido de que ela responde à interação de pressões do ambiente interno e externo. Consideramos que a descrição de um fenômeno

lingüístico deve procurar atender à natureza da interação complexa entre língua e fala e entre discurso e gramática. É neste contexto teórico que essa tese se insere.

3.1 SOCIOLINGÜÍSTICA

3.1.1 A SOCIOLINGÜÍSTICA É A LINGÜÍSTICA (LABOV, 1976, P. 37)

A sociolingüística constitui uma área de concentração dos estudos da linguagem cujo modelo teórico-metodológico de pesquisa se define como uma reação aos estudos que não pressupõem o componente social da linguagem. Surge, portanto, a partir do reconhecimento da necessidade de se ter uma área dentro da lingüística que trate mais especificamente das relações entre linguagem e sociedade, relação que esse modelo teórico-metodológico considera não poder deixar de estar presente nas reflexões sobre o fenômeno lingüístico. Para Labov, *se a língua é um fato social, a lingüística então só pode ser uma ciência social, isto significa dizer que a sociolingüística é a lingüística* (Labov, 1976, p. 37). Essa delimitação clara de que a lingüística é uma ciência social foi a justificativa que Labov concedeu ao fato de ele próprio ter se recusado, durante anos, a empregar o termo *sociolingüística* para esta área da lingüística que pressupõe o social:

Durante anos recusei-me a falar de *sociolingüística*, pois este termo implica que poderia existir uma teoria ou uma prática lingüística fecunda que não fosse social (LABOV, 1976 p. 37).

Para Labov, soaria redundante a junção da palavra *social* à *lingüística*, pela similaridade de sentido entre elas: uma vez que a lingüística já concebe a *língua como fato social*, não haveria a necessidade de inserir ao seu nome o *social*. Daí o termo *sociolingüística*, relativo a uma área da lingüística, só se firmar em 1964, num congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles: Labov foi um dos participantes, ao lado de outros estudiosos voltados para a questão da relação entre linguagem e sociedade, como Hymes, Gumperz, dentre outros. Dois anos depois, Bright publica os trabalhos apresentados no congresso, com o título *Sociolinguistics*. Assim firmou-

se o nome *sociolinguística* como área da linguística que toma como objeto de estudo a língua falada em seu contexto real de uso.

Mas em 1964 deu-se apenas a formalização do reconhecimento da sociolinguística como uma área de concentração da linguística. Muito antes, no começo do século, foi em Meillet que a literatura linguística registra uma das representações maiores da cientificidade dos pressupostos dessa nova ciência. Mesmo tendo Saussure como seu professor, Meillet orienta seus trabalhos numa perspectiva diferente da perspectiva de seu mestre: reafirma que a história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade.

Com um pensamento diferente do pensamento da grande maioria dos linguistas estruturalistas da sua época, Meillet pouco representou para a escola estruturalista. Mesmo assim, se o mestre de Genebra não teve em Meillet seu seguidor, após a sua morte não faltou quem levasse adiante suas propostas: Martinet foi um dos maiores defensores de Saussure, rejeitando profundamente as concepções de Meillet sobre a natureza social da linguagem, conforme relata Labov:

Meillet³⁶, contemporâneo de Saussure, pensava que o século XX veria a elaboração de um procedimento de explicação histórica fundado sobre o exame da variação linguística enquanto inserida nas transformações sociais. Mas discípulos de Saussure, como Martinet, aplicaram-se a rejeitar essa concepção, insistindo fortemente em que a explicação linguística se limitasse às inter-relações dos fatores estruturais internos. Com essa atitude, aliás, eles estavam seguindo o espírito do ensino saussureano (LABOV, 1976, p. 259).

Mediante essa observação de Labov, vimos que ele não se enganou acerca da contribuição que Meillet concederia à ciência da linguagem. Entretanto, vimos também que a linguística que se firma como ciência na primeira metade do século XX insistia na restrição da explicação da linguagem às *inter-relações dos fatores estruturais internos* apenas.

³⁶ Antoine Meillet (1866-1936), linguista francês. Observar que Labov sustenta impreterivelmente a definição de língua como fato social, tal como definiu Meillet. Entretanto, a identidade dos trabalhos desenvolvidos por um e por outro autor termina aqui. Meillet foi um comparatista de alto nível, trabalhou sobretudo com línguas mortas, enquanto Labov trabalha continuamente com situações contemporâneas concretas (cf. Calvet, 2002, p. 33).

3.1.2 SOCIOLINGÜÍSTICA: SISTEMATICIDADE E VARIAÇÃO A UM SÓ TEMPO

De Meillet a Labov, vamos entender a língua como um fato social, concepção profundamente anti-saussureana: em Meillet, antes de *Curso de Lingüística Geral*, e em Labov, depois. Tanto num autor quanto noutro, a partir da metade do século XX, a sociolingüística, como nova área da lingüística, apregoa um discurso que insiste nas funções sociais da língua, contrariamente a Saussure, que sempre insistiu na forma da língua:

Surge, assim, desde o nascimento da lingüística moderna, em face de um discurso de caráter estrutural e insistindo essencialmente na *forma* da língua, outro discurso que insiste em suas *funções* sociais. E, durante quase meio século, esses dois discursos vão se desenvolver de modo paralelo, sem nunca se encontrar (CALVET, 2002, p. 17).

Hoje já sabemos que a língua (entendida como atividade social) não se constitui apenas uma ferramenta que devemos usar para obter resultados: ela é a ferramenta e ao mesmo tempo o resultado, ela é o processo e o produto, não pronta, mas criada enquanto a vamos usando. É o uso e o resultado do uso. Como fato social, a língua permite destacar atitudes ou representações lingüísticas; estas, por sua vez, exercem influências sobre o comportamento lingüístico. O ato de fala, como expressão da linguagem verbal, é representativo de atitudes. Então a língua é de fato muito mais que um instrumento de comunicação, e não pode, portanto, ser reduzida a isso.

Exemplos na literatura lingüística é o que não faltam. Mas vamos tomar apenas o nosso fenômeno em estudo, a expressão do imperativo canônico como um ato de fala manipulativo, por exemplo. O que podemos constatar é que esse fenômeno, por constituir um ato de fala primariamente manipulativo, ultrapassa de antemão o nível epistêmico de interpretação, pelo fato de se tratar do único ato que leva o ouvinte a conceber uma resposta não-verbal, ou seja, à realização de uma ação (cf. Givón, 1993, p. 264). Então, uma interação de comando manipulativo ilustra a não-redução da língua a um instrumento de comunicação, pois é designativa de atitudes que o falante espera serem tomadas por um ouvinte, atitudes estas extremamente dependentes da constituição sócio-histórico-cultural do contexto em que se insere esse ouvinte e sua manifestação lingüística.

A língua, definida como ‘instrumento de comunicação’, pode levar à crença da existência de uma relação neutra entre o falante e sua língua - que não é verdadeiro. Sobre o fato de a língua não ser um ‘instrumento’, Calvet (2002, p. 65) usa a metáfora do martelo como verdadeira representação de um instrumento para a realização de alguma atividade, o que não valeria para exemplificar a manifestação lingüística como tal:

Um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se deixa para lá em seguida. Ora, as relações que temos com nossas línguas e com as dos outros não são bem desse tipo: não tiramos o instrumento-língua de seu estojo quando temos necessidade de nos comunicar, para devolvê-lo ao estojo depois, como pegamos um martelo quando precisamos pregar um prego. Com efeito, existe todo um conjunto de *atitudes*, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de língua e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento. Pode-se amar ou não um martelo, sem que isso mude em nada o modo de pregar um prego, enquanto as atitudes lingüísticas exercem influências sobre o comportamento lingüístico (CALVET, 2002, p. 65).

Então, por ser a língua um fato social, a lingüística é uma ciência social. Não o social a que se refere Saussure (1974, p. 16), como já discutimos, embutido numa indefinição teórica que nem ele próprio dá conta: a linguagem é vista sob *um lado individual* (fala) e *um lado social* (língua). Segundo Calvet (2002, p. 15), Saussure *dá como certo o caráter social da língua e passa a outra coisa, a uma lingüística formal, à língua ‘em si mesma e por si mesma’*. Assim, a língua passa a ter uma dupla determinação para Saussure, pelo fato de ser ao mesmo tempo um ‘fato social’ e um ‘sistema que tudo contém’. Neste modelo abstrato da língua, vimos, por exemplo, que Meillet se vê em conflito com o postulado acima exposto: para ele, não se chega a compreender os ‘fatos’ da língua sem se fazer referência à diacronia, à história; busca, assim, explicar a estrutura da língua pela história, ao contrário de Saussure, que distingue abordagem sincrônica de abordagem diacrônica. E, como também já sabemos, hoje em dia, essas duas abordagens estão cada vez mais em convergência, e muitos estudiosos até consideram impossível separar o sincrônico do diacrônico (Weedwood, 2002, p. 11).

Ver a língua num recorte sincrônico, apenas, é concebê-la nas suas abstrações. E, sob esta concepção abstrata de língua, se constitui uma espécie de personificação de expressões que a ela acabamos por conceber. É muito comum falarmos sobre a língua como se ela fosse um sujeito animado, uma entidade viva: *‘a língua é difícil’*, *‘a língua oferece*

possibilidade de ..., *'podemos classificar essa língua como ...'*, *'é preciso defender a língua'*, *'a língua nasce, vive e morre'*, e assim por diante. Entretanto, a língua como 'essência' não existe: o que existe são seres humanos que falam línguas. Então, a língua não é abstração, é tão concreta quanto seus falantes. E isso significa *olhar para a língua dentro da realidade histórica, cultural, social em que ela se encontra*. Significa *considerá-la como uma atividade social* empreendida na interação verbal por meio da fala ou da escrita (cf. Bagno, 2002, p. 22).

Se a língua é um fato social, portanto, concreta, por se constituir um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes toda vez que se põem a interagir verbalmente, por meio da fala ou da escrita, e se cada vez mais sentimos a necessidade de abordá-la sob a convergência da perspectiva sincrônica e diacrônica, considerando impossível a separação delas, e contrariando, portanto, a metáfora infeliz do 'jogo de xadrez'³⁷, levantada por Saussure, então é a língua suscetível à **variação**.

A distinção entre sincronia e diacronia em Saussure surgiu ao lado da distinção entre língua e fala, como forma de definir um objeto específico para a lingüística, que apresentasse uma homogeneidade interna, sem a qual seria impossível pensar a linguagem cientificamente. Nesta perspectiva, a lingüística deveria colocar no centro de seu interesse o estudo do sistema da língua, *num dado momento* (cf. Guimarães, 2002, p. 2);

Assim, embora ele (Saussure) reconheça o lugar dos estudos das mudanças, considera que a lingüística deveria colocar no centro de seu interesse o estudo do sistema da língua, num momento dado. Segundo ele, no funcionamento da língua não se é levado pelo fato que as formas foram, mas por aquilo que elas são e pelas relações que elas têm naquele momento da história. Para quem fala não interessa que *mulher* veio de *mulière*, mas que *mulher* se opõe a homem, por exemplo. Estão em questão aqui relações sistemáticas de simultaneidade e não relações de sucessão (GUIMARÃES, 2002, p. 2).

³⁷A metáfora é a seguinte: assim como num jogo de xadrez, por exemplo, em que numa troca de jogadores, o jogador que substituirá o que saiu não precisa saber do 'histórico' do jogo (o que aconteceu antes de ele chegar), ao estudarmos um fenômeno lingüístico numa perspectiva sincrônica também não precisaríamos necessariamente recorrer à diacronia, porque, assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, assim também a língua tem o caráter do sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensar-nos de conhecê-las, nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem (Saussure, 1974, p. 124).

Nesta concepção, estamos no lingüístico enquanto relação com o lingüístico, sem a inclusão, portanto, das questões do sujeito, da relação com o mundo, e mesmo a questão da significação. E o estudo da variação e mudança lingüística decorre de uma relação harmônica entre sincronia e diacronia. Uma das formas básicas de se colherem dados para um estudo de mudança em tempo real é através da consulta direta a fontes históricas.

3.2 A TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

A língua tem aspectos estáveis ou instáveis, ou seja, ela é um sistema variável, indeterminado e não fixo. Portanto, a língua apresenta sistematicidade e *variação* a um só tempo. A variação é concebida como requisito ou condição do próprio sistema lingüístico. Segundo Weinreich, Labov & Herzog (1968), as variantes lingüísticas estão freqüentemente correlacionadas com traços da natureza interna da língua, não previsíveis, e com características externas do falante e da situação, tais como estilo do texto, etnia, sexo, idade, posição e papéis sociopessoais dos interlocutores. Esta é a perspectiva da sociolingüística, inserida na proposta de Labov conhecida como Teoria da Variação e Mudança Lingüística.

O pressuposto básico da Teoria da Variação é o da regularidade do uso variável, segundo o qual o emprego aparentemente aleatório de formas variáveis obedece a princípios que podem ser estabelecidos de maneira estável. A partir desse pressuposto, Labov passa a dar uma contribuição significativa às análises variacionistas, no sentido de evidenciar a sistematicidade dos usos heterogêneos da língua em contextos sociais específicos. Permitiu também compreender que as estruturas variantes revelam padrões de regularidade que, de tão sistemáticos, não podem ser devidos ao acaso.

Daí Hudson (1984, p. 12) estar absolutamente seguro em afirmar que não há sequer dois falantes que tenham a mesma linguagem, porque é impossível haver duas pessoas que tenham a mesma experiência lingüística. Cada vez mais se aceita a idéia de que a heterogeneidade lingüística reflete a variabilidade social e as diferenças no uso das variantes lingüísticas correspondem às diversidades dos grupos sociais e à sensibilidade que eles mantêm em termos da preservação de uma ou mais normas de prestígio. Essa ênfase dos estudos variacionistas de orientação laboviana centrada na heterogeneidade/diversidade do uso da língua ressalta a natureza social da língua.

A Teoria da Variação e Mudança Lingüística toma, pois, como objeto de estudo a estrutura e a evolução da língua dentro do contexto social de uma comunidade de fala, por relevar a função social e comunicativa da língua. Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que a variação é inerente ao sistema lingüístico e que a noção de heterogeneidade não se apresenta incompatível com a noção de sistema. Assim, aceita-se a dissociação entre estrutura e homogeneidade, como decorrência das pesquisas que passaram a conceber a língua como fato social. O avanço teórico mais relevante realizado pela Teoria da Variação se constitui, pois, na superação do conceito de covariação entre estruturas sociais e lingüísticas estanques, através da inclusão dos contextos sociais no interior de um sistema sociolingüístico integrado (cf. Labov, 1970).

3.2.1 VARIAÇÃO: ANÁLISE NO NÍVEL FONOLÓGICO

A natureza fonológica das variáveis é um traço comum aos primeiros estudos da variação lingüística em função da sua dimensão social e estilística. Na dimensão estilística, a variação de uma forma lingüística se mostra correlacionável com as situações nas quais a língua é usada. Como já vimos no Capítulo 1, os primeiros estudos de Labov, sob esta perspectiva, tratam da alternância da pronúncia da vogal dos ditongos de Martha's Vineyard, Massachusetts, abordando a dimensão social da variação, e os estudos em ambientes urbanos monolíngües na cidade de Nova Iorque, tendo como mais representativo da dimensão estilística o estudo das diferentes maneiras de articular o /r/ em final de sílaba, cuja abordagem social da variação se estendeu também a dimensões estilísticas. E foram estes últimos que serviram de base para a constituição de um modelo laboviano que trata diretamente da noção de estilo na variação lingüística. Isso permitiu que Labov fosse o primeiro pesquisador a fornecer uma abordagem operacional da noção de *estilo* (cf. Lefebvre, 2001, p. 220). São estes seus principais estudos no âmbito da fonologia, que se estenderam de 1962 a 1972:

- I. Distribuição da variação fonética dos ditongos /ay/ e /aw/ de Martha's Vineyard;
- II. Estratificação estilística e social sobre o apagamento/preservação do /r/ em final de sílaba em três lojas de Nova Iorque;
- III. A altura (curta ou longa) do núcleo da vogal (eh) em Nova Iorque;
- IV. Os sons correspondentes da vogal (oh) em Nova Iorque;
- V. As variáveis (th) e (dh) como consoantes iniciais de palavras;
- VI. Estratificação estilística e social do th em Nova Iorque;
- VII. Estratificação de -ing por estilo e por classe social na população adulta branca de Nova Iorque.

3.2.1.1 Variação: extrapolando o nível fonológico de análise

Partindo do uso real da língua, os trabalhos iniciais de Labov³⁸ valorizaram a riqueza da realidade lingüística, que se dá de forma heterogênea. Permitiram visualizar que as variações entre as formas, consideradas até então como livres, se dão de modo sistemático, e isso demonstra que a regularidade da variação é condicionada por fatores de ordem diversa, como os sociais (sexo, escolaridade, etc.) e por outros, como o estilo, numa escala que vai de maior a menor formalidade, sendo cada um desses fatores testado em seu peso específico.

Na tentativa de estender as análises feitas por Labov a outros níveis além do fonológico, muitos questionamentos surgiram: o mais contundente foi o de Lavandera (1978), que abre uma discussão ao redor da questão 'preservação de significado' e formas variantes de uma mesma variável. A questão que ela propõe é a de que se, em outros níveis além do fonológico, as formas variantes estariam (ou não) preservando o mesmo significado. Assim, através de seu artigo endereçado a Labov, em 1978, explica que o que pretende questionar é se esse campo de clara equivalência semântica entre formas variantes pode ser abandonado na realização do mesmo tipo de estudo de variação em unidades sintáticas ou morfológicas, nas quais se tem que provar que significam a mesma coisa. E, além disso, se a equivalência semântica deve ser uma condição essencial neste tipo de análise variacionista. Para Lavandera³⁹, a questão não é conseguir libertar-se do significado referencial, é não

³⁸ Labov (1972): o conceito de variante está ligado a estilo: as variantes são necessariamente idênticas em *referência* e *valor de verdade*, mas diferentes em *significado social* e *estilo*.

³⁹ Lavandera (1978): se cada construção sintática, por definição, tem seu próprio significado, como é possível que haja variação, se por variação entendemos duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa?

poder dizer que aquelas variáveis não têm significado referencial (cf. Lavandera, 1978, p. 7-8). Acrescenta que, ao defender a autonomia da sintaxe, Labov deixa de considerar os componentes semântico e pragmático. E a sua posição é a de que se deva preservar esses componentes, principalmente num estudo que admita variantes estilísticas de uma mesma variável.

Esse questionamento de Lavandera toma por base os estudos de Labov & Weiner (1977) sobre a transformação da voz ativa em voz passiva, como em (7a) e (7b). Segundo esses dois autores, o significado referencial de todas as variantes não-fonológicas deve ser necessariamente o mesmo. Assim, as diferenças semânticas não interessariam à Teoria da Variação: por exemplo, na análise da variação entre voz ativa e voz passiva por eles realizada, como em (7a) e (7b), os aspectos semântico-pragmáticos não foram considerados:

(7) (a) The liquor store was broken into.

(b) They broke into the liquor store.

Para Lavandera (1978, p. 6), a dificuldade de uma abordagem de análise em níveis além do fonológico, como o nível do morfema, do item lexical, ou de uma construção sintática reside no fato de essas unidades além da fonologia terem por definição um significado. Elas não são, como os fonemas, vazias de informação referencial. Então, em outras palavras, para a análise de variáveis além da fonologia, a questão não é conseguir libertar-se do significado referencial, é não poder dizer que aquelas variáveis não têm significado referencial.

De fato, nesta concepção, as variáveis fonológicas, como em (8a) e (8b), abaixo, podem mais convincentemente ser usadas para dizerem referencialmente a mesma coisa do que todo o par de postuladas construções sintáticas sinônimas, tais como a construção ativa em (7a), em oposição à passiva em (7b), vistas acima. Vejamos então (8a) e (8b):

(8) (a) Laughing

(b) Laughin

Para Lavandera, a análise destes exemplos em (8) não deve ter a mesma natureza da análise de (7). Estes últimos requerem o descarte engenhoso de todas as possíveis diferenças de significado. Contudo, para Labov, isso não significa problema, uma vez que se constituem variantes idênticas quanto à referência ou valor de verdade, e que se opõem apenas quanto à significação social e estilística. No estudo da variável passiva, Labov observou que os fatores externos (níveis de idade ou outros estratos sociais) não mostraram influência significativa, por não ser a passiva uma variável lingüística proeminente. Em resumo:, se a natureza da análise dos exemplos em (7) se dá de modo contrário à perspectiva desses dois autores, nos exemplos de (8) há algo que pensam em comum: para ambos, fica claro por que as variáveis fonológicas foram as melhores candidatas para os primeiros estudos de variação lingüística do que as variáveis de outros níveis lingüísticos: o fato de a alternância entre variantes fonológicas não implicar significação, mas distinção apenas.

Mas, ao responder o texto de Lavandera, Labov (1978, p. 02) propõe um significado *referencial*, chamado de *representacional* ou *estado de coisas*. Assim, dois ou mais enunciados que se referem ao mesmo *estado de coisas* têm o mesmo valor de verdade. Então a *variação social e estilística pressupõem a opção de se dizer a 'mesma coisa' de diversos modos diferentes*, sim. Isto implica dizer que as variantes são idênticas quanto à referência ou valor de verdade, *mas se opõem quanto à sua significação social e estilística* (Labov, 1972, p. 271).

A passiva, em oposição à ativa, segundo Lavandera, contraria o que Labov inicialmente tinha postulado: elas portam uma *mesma* significação social e estilística. Essa polêmica entre Lavandera e Labov demonstrou a necessidade de adaptações que o modelo de análise variacionista deve sofrer para atender a outros níveis de análise em campos diferentes do fonológico.

O objetivo de reabrirmos aqui a discussão desses dois autores se deu pelo fato de o nosso estudo lidar com um nível de análise que ultrapassa o campo fonológico, em virtude de a variável imperativo de 2ª pessoa do singular reunir duas variantes: (i) a variante 1, que é uma variante que preserva o morfema da vogal temática do verbo, e que, por sua vez, também designa significação número-pessoal e modo-temporal; e (ii) a variante 2, que é constituída por um outro morfema que, além de ser diferente do morfema da vogal temática do verbo, designa também significação número-pessoal equivalente à variante 1, mas morfema modo-temporal não-equivalente a 1. Portanto, a pesquisa se instaura no nível

morfêmico de análise, num primeiro momento, e, num segundo, no nível pragmático-discursivo, uma vez que é no discurso que estas alternâncias se instauram. Diferentemente do nível fonológico, no qual as unidades mínimas correspondentes aos fonemas são apenas de natureza distintiva, portanto, esvaziadas de significação, o nível morfêmico constitui-se de unidades mínimas significativas, que vão acumulando funções tanto número-pessoais quanto modo-temporais. Num nível externo ao sistema lingüístico, acumulam também significações pragmático-discursivas, na medida em que esses morfemas se alternam. Mesmo com funções morfossintagmáticas e significações pragmático-discursivas cumulativas, preservando ou alterando a vogal temática, essas variantes do imperativo possuem um mesmo significado referencial: designam um ato de fala de comando, a partir da interação efetivada entre um manipulador (falante) a um manipulado (ouvinte).

Então, esta pesquisa se insere numa perspectiva variacionista nos moldes labovianos, uma vez que estas variantes se constituem a partir de uma mesma referência (ou valor de verdade), mas com significação social e estilística distintas. Identificar e controlar os vários condicionamentos socioestilísticos de natureza funcionalista no uso de uma ou de outra variante é o que estamos propondo neste trabalho.

3.2.1.2 Modelo Laboviano: análise do ESTILO no nível fonológico

Como podemos observar, os estudos variacionistas iniciais de Labov, relacionados acima, são todos do campo da fonologia. Mencionamos que eles se deram em ambientes monolíngües de Nova Iorque e Martha's Vineyard, porque os primeiros estudos sobre a noção de estilo fora da perspectiva variacionista de análise lingüística se deram sobre o *code switching* (passagem de um código para outro) nas comunidades multidialetais e multilíngües, como extensão aos estudos da Etnolingüística. Com base na abordagem operacional dos estudos monolíngües, Labov então criou um modelo de análise, conhecido como *Modelo Laboviano* (pautado nas 5 dimensões de estilo informal, cuidadoso, leitura (de texto, de palavras, de pares mínimos)), para a investigação dessas noções estilísticas. Tal modelo repousa nos axiomas descritos a seguir (cf. Lefebvre, 2001, p. 220).

- I. Existem formas alternativas que têm um mesmo conteúdo referencial e que são intercambiáveis num dado contexto. Essas formas são chamadas *variantes* de uma

mesma variável. Por exemplo, se tomarmos o nosso objeto de estudo, vamos nos certificar de que no português brasileiro podemos empregar duas formas verbais na expressão do imperativo para um mesmo interlocutor de 2^a pessoa do discurso, sendo que uma forma preserva a vogal temática, como em *conta*, e a outra a modifica, como em *cante*, nos exemplos em (9), retirados de *Vinhas da Ira*:

- (9) Não **CONTA** nada à gente, John, **CONTE** tudo ao bom Deus. Não sobrecarregue os outros com teus pecados. (...) Acredito, mas não **CONTA** nada à gente. Vai até o rio, bota a cabeça na água e **CONTA** à água os teus pecados. (M/J:313:224)⁴⁰

No modelo laboviano, as formas imperativas *canta* e *cante*, tal como empregadas em (1), são *variantes* de uma mesma variável.

⁴⁰ Observar que este exemplo (9) corresponde, na realidade, ao exemplo (1) da pesquisa. Adotamos o número nove para podermos trabalhar melhor a sequência direta dos exemplos.

- II. Membros de uma comunidade lingüística atribuem um valor social às variantes e as utilizam de maneira socialmente significativa. É assim que em todas as comunidades lingüísticas complexas os grupos sociais se distinguem pelo seu modo de falar: as mulheres não falam exatamente como os homens, e os jovens, não exatamente como os mais velhos.
- III. Nenhum falante possui um *estilo* único. Os falantes variam seu modo de falar conforme a situação na qual se encontram. ‘Alguns informantes exibem uma gama mais ampla de alternância de estilos do que outros, mas todo falante que temos encontrado exibe uma alternância em algumas variáveis lingüísticas quando o contexto social e o tópico mudam’ (Labov, 1970:30).
- IV. A seleção das variantes dentro de uma dada variável, portanto, não é livre; ela é determinada ao mesmo tempo pelo contexto lingüístico em que aparece, pelos falantes que selecionam as variantes, assim como pela situação na qual estes falantes se encontram quando as selecionam.
- V. A seleção das variantes apropriadas não é categórica, mas se exprime em termos relativos.
- VI. A seleção de uma variante tende a se manifestar em co-ocorrência com a seleção de outras variantes às quais um mesmo valor social foi atribuído. As configurações de co-ocorrência de variantes definem os dialetos sociais e os estilos.

Assim, estudando a distribuição de certo número de variáveis lingüísticas dentro de uma amostra representativa de uma população, obtém-se um retrato socialmente significativo da variação lingüística numa comunidade lingüística. Para Labov, *a gramática de uma comunidade lingüística é mais regular e sistemática do que o comportamento de qualquer indivíduo isolado* (Labov, 1969, p. 46).

Então, que esses trabalhos iniciais de Labov têm uma natureza comum na sua constituição, que é a fonológica, já sabemos; e que essa natureza serviu de referência para a constituição desse modelo de análise também já sabemos. Mas por que as variáveis fonológicas foram as melhores candidatas para os primeiros estudos da variação lingüística em função da dimensão social e estilística do que os outros tipos de opção na língua (unidades além da fonologia) é o que vamos saber na etapa seguinte.

3.2.2 A MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Nosso trabalho trata de variação lingüística apenas, dada a natureza sincrônica da nossa amostra. Mas há variação que leva à mudança. E como toda mudança implica variação (embora nem toda variação implica mudança), vamos apresentar sucintamente a natureza e constituição da mudança num estudo lingüístico. Mas o contrário nem sempre é verdadeiro. As línguas mudam com o passar do tempo. A mudança lingüística se dá em todas as línguas de forma contínua, ininterrupta. Mudar é próprio de todas elas. Cada estado de língua, num determinado momento do presente ou em qualquer ponto de passado, é sempre o resultado de um longo e contínuo processo histórico, do mesmo modo que, em cada momento, as mudanças estão ocorrendo, ainda que imperceptíveis aos falantes.

Embora contínua e ininterrupta, a mudança é lenta e gradual, nunca se manifesta emergentemente de um dia para outro. Faraco (1995, p. 28) explica esta mudança lenta e gradual da seguinte maneira:

A gradualidade do processo histórico se evidencia ainda pelo fato de que a substituição de uma forma **x** por outra **y** passa sempre por fases intermediárias. Há momento (quase sempre longo) em que **x** e **y** coexistem como variantes; depois há o momento (também igualmente longo) da luta entre **x** e **y** seguida do desaparecimento de **x** e da implementação hegemônica de **y** (cf. FARACO, 1995, p. 8).

De fato, a lentidão de uma mudança é tal que impede a sua observação. Nosso exemplo mais concreto disso, resultante de vários séculos, reside na formação do português: segundo Mattoso Câmara (1972, p. 35), é inconcebível, por exemplo, que, de súbito, no território lusitano da Península Ibérica, uma forma latina como ‘lupum’ pudesse ter passado imediatamente para ‘lobo’, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou. Outros lingüistas, como Hockett (*ap.* Labov, 1972), entendem que, enquanto a mudança fonética é demasiado lenta, a mudança estrutural é muito rápida.

Se a mudança não se desse de maneira lenta e quase imperceptível, admite-se até que haveria uma contradição entre o caráter instável da língua e sua função comunicativa, porque então seria difícil preservar a compreensão mútua entre uma geração e outra.

Então, as mudanças lingüísticas não se dão de um dia para o outro, elas vêm sempre precedidas de uma etapa de variação, em que convivem as formas em competição. Mas nem toda variação implica necessariamente uma mudança. Existem formas alternantes que perduram muito tempo, sem que se possa dizer se uma delas vai desaparecer ou se transformar.

No estudo diacrônico da variação, podemos trabalhar com a mudança em tempo aparente e com a mudança em tempo real. O tempo aparente se refere ao padrão de distribuição do comportamento lingüístico através de vários grupos etários num determinado momento do tempo. Na mudança em tempo real podemos estudar uma mudança lingüística em curso ou já efetivada. Nesta modalidade de mudança, o método mais adequado é investigar uma dada comunidade e retornar a ela uns vinte anos mais tarde para realizar uma nova pesquisa.

A mudança costuma ser decorrente de múltiplos fatores. Para se compreenderem as causas de uma mudança, devem ser considerados tanto os fatores de ordem lingüística como os de natureza social e/ou estilística.

3.3 O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO

O termo funcionalismo tem sido usado numa variedade de sentidos na lingüística. Aqui ele deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características. O funcionalismo, tomado neste sentido, se constitui numa abordagem que parte do princípio de que a gramática não é autônoma, mas dependente do discurso, pelo fato de fatores socioculturais, cognitivos, comunicativos, históricos, mudança e variação poderem influenciar na forma de se codificar a informação (cf. Givón, 1995).

Esta pesquisa insere-se na linha funcionalista givoniana porque permite atribuir o uso alternado das variantes imperativas motivações fora da estrutura da língua, decorrentes de necessidades comunicativo-funcionais. O estudo da língua, no funcionalismo lingüístico, se dá a partir do uso, priorizando a relação entre a gramática e o discurso, no sentido de a gramática moldar o discurso e o discurso moldar a gramática. Segundo Givón (1995, p. 07),

é dentro do discurso e sob a influência do seu contexto que a gramática está emergindo e mudando. Como decorrência do uso da língua também ocorrem a variação e a indeterminação, elementos indispensáveis para a construção e reconstrução da gramática.

Nesta perspectiva (funcional), a gramática é vista como um conjunto de estratégias que serve a uma comunicação coerente, isto é, destituída de regras fixas, que devem ser preservadas para produzir sentenças gramaticais corretas. Por resultar do uso lingüístico e do processo de regularização que surge das pressões desse uso, ela nunca se estabiliza. Como decorrência dessas pressões, surge sua natureza funcional e dinâmica. E, nesta sua dinamicidade, se ajustam a mudança e a variação como reguladoras de formas híbridas e irregulares e, no mesmo processo, fazem surgir novas formas híbridas e irregulares. A partir do discurso dos falantes, a gramática se molda e se adapta ao uso que estes fazem dela, decorrente de pressões cognitivas e, principalmente, de pressões de uso.

É neste processo comunicativo, pois, que a língua é adquirida e a gramática emerge e muda. A forma ajusta-se, criativamente e estimulada pelo contexto, para novas funções e novos significados. A variação e a indeterminação são partes necessárias para o mecanismo que modela e remodela a competência. Assim, o uso de uma ou de outra forma variante se daria segundo o modo como o falante precisa apresentar a informação para o seu ouvinte, levando em conta, principalmente a natureza da situação comunicativa. Além disso, essa abordagem funcionalista, a partir de funções cognitivo-comunicativas de significação lexical e semântico-proposicional, abre portas também à incorporação de hipóteses funcionalistas como extensão da análise variacionista a fenômenos discursivos.

No nível teórico-metodológico, o modelo funcionalista da gramática se constitui de modo diferente do modelo proposto pelos formalistas. A perspectiva funcionalista tem como principal característica o fato de ela partir da *função*, em busca de suas manifestações estruturais e formais, e não da *forma* ou da estrutura, em busca das suas funções. O modelo funcionalista busca uma explicação para fatos lingüísticos associada às relações funcionais que esses fatos estabelecem dentro e fora do contexto lingüístico, e associada também às situações reais de comunicação, considerando o objetivo da interação, os participantes e o contexto discursivo. Assim, esse modelo busca a maneira como duas ou mais pessoas relacionadas entre si de maneira particular se comunicam (quem fala com quem) sobre um determinado assunto, em um lugar determinado (mais ou menos formal, por exemplo). E isso significa olhar para esta situação dentro da realidade histórica, cultural, social na qual

está inserida. O modelo formalista de gramática não parte do concreto, mas do uso abstrato, apontando prescrições e regras com exemplos artificiais, abstraídos de contextos (cf. Votre, 1992, p. 19).

Na prática, o modelo funcionalista percebe e concebe a gramática como uma estrutura maleável, que se adapta continuamente para dar conta das restrições e dos interesses comunicativos a que serve, mas não como uma relação simétrica entre as duas direções: preservação de *uma forma para uma função*, e *um significado para uma forma* (Bollinger, 1977). Assim, percebe e concebe a gramática como resultante, tal concepção gramatical resulta, pois, como vimos, do processo de regularização que surge das pressões de uso, por isso ela nunca se estabiliza.

Segundo o funcionalismo, cada manifestação do comportamento tem um propósito comunicativo específico que a motiva, ou seja, são manifestações decorrentes de motivações criadas para atenderem a uma *função*. Nesta perspectiva, a *forma* é determinada por sua adequação para expressar esse propósito no interior da organização pragmática geral da comunicação.

Em resumo:, queremos ressaltar que, numa perspectiva funcionalista, a gramática resulta do processo de regularização que surge das pressões de uso, por isso, nunca se estabiliza. A mudança e a variação regularizam formas ditas ‘irregulares’, e, no mesmo processo, fazem surgir novas formas também irregulares, fazendo com que a gramática se organize em função de pressões do discurso, e de pressões da sua própria estrutura e é daí que surge seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico. É funcional porque não faz distinção entre o sistema lingüístico e seus mecanismos e as funções que eles têm a preencher, e é dinâmica porque reconhece e assume a força ativa que está por detrás do desenvolvimento da língua, na instabilidade da relação entre estrutura e função (cf. Neves, 1997, p. 3).

Na seção seguinte, vamos apresentar a força manipulativa dos AFNDs de comando na expressão do imperativo como ilustração de um tipo de motivação externa ao sistema, decorrente de necessidades comunicativas, e que podem (ou não) favorecer o uso de uma ou outra variante do fenômeno em questão.

3.3.1 A FORÇA MANIPULATIVA DOS AFNDS DE COMANDO NA EXPRESSÃO DO IMPERATIVO

O modo imperativo se constitui um ato de fala não-declarativo de comando. A distinção entre os atos de fala declarativos e não-declarativos parte de pressupostos filosóficos que giram em torno da noção de verdade: os declarativos têm valor de verdade, os não-declarativos, sob a forma de perguntas e comandos, não o têm. Ao proferirmos (10), não podemos concordar com sua veracidade em (10a) nem com sua falsidade em (10b):

(10) Coma o salame!

(10a) É verdadeiro.

(10b) Não é verdadeiro.

Se (10) não pode ser afirmado nem negado, logo, a troca verbal entre uma pessoa proferindo (10) e uma outra respondendo com (10a) ou (10b) é de alguma forma incoerente.

A expressão tradicional de *imperativo* abrange uma área muito ampla dos atos de fala pela sua multifuncionalidade. Uma das propriedades pragmáticas que o constitui como um AFND é a força manipulativa da sua expressão. O imperativo sempre espera do ouvinte uma resposta *não-verbal*⁴¹, diferentemente de um outro ato de fala não-declarativo, como o interrogativo, por exemplo, e também de um ato declarativo de fala. Para Givón (1993, p. 264), um ato de fala primariamente manipulativo é aquele que ultrapassa o nível epistêmico⁴². Por guardarem propriedades manipulativas⁴³, já vimos que são os únicos que levam o ouvinte a uma resposta não-verbal, ou seja, são os únicos que levam o ouvinte à realização de uma *ação*.

⁴¹ Poderemos não ter resposta não-verbal com verbos *discendis* (de apoio). Por exemplo: em ‘Diga a verdade’, teremos uma resposta verbal.

⁴² Vimos, anteriormente, que a modalidade *irrealis*, do domínio funcional complexo TAM, é a modalidade constituinte do imperativo de comando, como decorrência do traço de futuridade que este modo verbal reserva em si.

⁴³ As sentenças interrogativas constituem também AFDNs, porque seu valor de verdade não pode ser afirmado nem negado. Entretanto, são atos de fala que nos remetem ainda a um nível epistêmico de abordagem, por não guardarem consigo propriedades manipulativas.

Para que ouvinte *aja*, ao receber um enunciado de comando, são esperadas desse ouvinte competências que correspondam aos níveis situacionais, e isso não se constitui uma atividade que se dá aleatoriamente, é preciso que os interlocutores atendam a algumas convenções previamente concebidas. O uso comunicativo da linguagem é submetido a certas convenções inseridas num contrato comunicativo, entendido como um conjunto de normas implícitas, dispostas culturalmente e que regem a comunicação humana. Sendo culturalmente estabelecidas, são entendidas tanto pelo falante quanto pelo ouvinte, e servem como orientações socialmente implícitas na interação humana, e que acabam se firmando como crenças e conhecimento compartilhado, comuns entre os interlocutores, a partir de um conjunto de proposições que, naquela interação, são aceitas (e compreendidas) tanto por um quanto por outro (Moura, 1999, p. 17).

Nestes termos, acreditamos que a presença deste conjunto de normas implícitas possa, em maior ou menor grau, condicionar o manipulador ao emprego de uma ou de outra variante na expressão do imperativo: estas formas alternantes podem mostrar-se dependentes, portanto, do contexto de fala, do momento da enunciação e das relações decorrentes do papel sociopessoal de cada um (manipulador e manipulado), embasado no *status*/poder/autoridade, de quem profere e de quem ouve o comando. A expressão do imperativo num enunciado como *Sente-se!* pode caracterizar uma relação de modéstia assimétrica de inferior para superior, simétrica de igualdade, ou caracterizar uma relação assimétrica de superior para inferior, e constituir-se, portanto, um ato ordenativo de comando, mesmo.

3.3.1.1 Atos de fala manipulativos: aspectos funcionais

Os atos de fala manipulativos são atos verbais através dos quais o falante tenta fazer o ouvinte agir⁴⁴. Pautado no contrato comunicativo que rege a interação entre falantes e ouvintes, Givón (1993, p. 264) destaca algumas convenções que costumam ser aplicadas aos atos de fala manipulativos: (i) estado de mundo, (ii) poder para agir e (iii) legitimação de autoridade.

⁴⁴ Agir: no ‘contrato comunicativo’ de Givón, esta ação se dá de forma gradiente.

- I. **Estado de mundo:** é a primeira cláusula convencional do contrato comunicativo: o estado **desejado** das coisas – o **objetivo** da manipulação – tem de ser diferente do seu estado **atual**.
- II. **Poder de ação:** o manipulado – o ouvinte – tem de estar livre para agir na direção desejada.
- III. **Legitimação de autoridade:** o manipulador – o falante – tem de ter autoridade legítima sobre o manipulado.

Para ilustrarmos como estas cláusulas governam os atos manipulativos, vamos considerar o uso canônico do imperativo em (11):

(11) *Entrança* esse cabelo, Rosasharn! (M/Ro:356:265)

Em *Vinhas da Ira*, esse comando é dado pela mãe à filha, no convívio diário de um dos dias quentes que marcaram a cansada viagem de retirada de uma família liderada pela figura da mãe. Num calhambeque entulhado com seus pobres haveres, os Joad (cerca de dez membros) estavam atravessando metade do continente norte-americano na esperança de chegarem à Califórnia, terra de fartura. É neste contexto que a mãe profere (11). Neste enunciado, a cláusula (i) do contrato comunicativo o torna inapropriado se a manipulada, Rosasharn, já estiver com os cabelos entrançados, impossibilitando assim a mudança de estado de coisas. A cláusula (ii) torna (11) inapropriado se a manipulada estiver, por exemplo, com suas mãos amarradas a alguma coisa, tirando-lhe seu poder de ação. Por fim, a cláusula (iii) torna (11) impróprio se este comando for proferido, por exemplo, por um irmão mais novo da manipulada, ou por um dos amigos de sua faixa etária (ou mais novo), o que torna ilegítima a autoridade do manipulador sobre a manipulada. A autoridade de uma mãe sobre um filho menor, via de regra, é reconhecida convencionalmente como legítima, dada a função social que ela exerce sobre seu dependente.

3.3.1.2 Manipulação, poder e *status*: variáveis socioestilísticas na determinação das variantes do imperativo

Das três cláusulas que fundamentam o contrato comunicativo, a terceira – que trata da legitimação da autoridade do manipulador sobre o manipulado – é a que mais envolve as relações sociopessoais entre falante e ouvinte. Para Givón (1993, p. 265), uma combinação equilibrada de *status*, poder, obrigação (ou autorização) entre os dois participantes de um ato de fala não-declarativo, de natureza imperativa, determina a construção manipulativa exata a ser empregada. Esses fatores mantêm entre si uma relação de interdependência nas interações verbais. Tais interações são resumidas por Givón segundo as associações condicionais de maior ou menor *status*/poder do manipulador em relação ao manipulado, tais como as que seguem abaixo:

a. *status*/poder mais alto do falante

- I. maior obrigação do ouvinte obedecer
- II. menor necessidade de o falante deferir

b. *status*/poder mais alto do ouvinte

- I. menor obrigação do ouvinte obedecer
- II. maior necessidade de o falante deferir

As associações acima representam, de um modo mais generalizado, os domínios manipulativos de uma relação social. Entretanto, outras associações assumem posições mais específicas. Uma série de convenções específicas de certas culturas e de certas relações de maior ou menor intimidade entre falante e ouvinte vão determinar o uso próprio de construções manipulativas em alguma língua em particular. Neste domínio, Givón (1993, p.

265) considera que, de um lado, a gramática de manipulação verbal se insere – embora sem muita clareza – na *gramática de deferência* e, de outro, na *gramática de certeza epistêmica*.

3.3.1.3 Os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa dos AFNDs de comando na expressão do imperativo

A força de comando nos AFNDs obedece a graus maiores ou menores de manipulação, a depender da forma como são constituídos lingüisticamente, e, também, da dependência que têm de fatores de natureza extralingüística, como os já vistos anteriormente, como, por exemplo, o papel social dos interlocutores, a relação de intimidade/afetividade entre eles, a situação e o momento da enunciação, além de outros. Empregando critérios de natureza lingüística apenas, Givón (p. 265), a partir de (12), estabelece níveis de graus de manipulação entre um enunciado de imperativo canônico (*Levante-se!*) e um outro enunciado de pedido a ser deferido (*Você se incomodaria se eu lhe pedisse para se levantar?*). As transformações lingüísticas a que tais construções (a.b.c.d.e.f.) em (12) se submetem são marcadas de acordo com a força manipulativa que carregam em si. Vejamos, então:

(12) Força manipulativa mais alta

- a. Levante-se!
- b. Levante-se, acho que você poderia.
- c. Você poderia se levantar, por favor?
- d. Você se incomodaria em se levantar?
- e. Você acha que daria para se levantar?
- f. Você se incomodaria se eu lhe pedisse para se levantar?

Força manipulativa mais baixa

O enfraquecimento das manipulações em (12) parece estar ligado de fato a certos dispositivos lingüísticos que podem ser listados, conforme Givón (1993, p. 265) os descreve em (13 a.b.c.d.e.f):

(13) Dispositivos que enfraquecem a força manipulativa

- a. Aumento da extensão do enunciado de comando.
- b. Uso de elementos interrogativos.
- c. Menção explícita do pronome ‘você’, designando o manipulado.
- d. Uso da modalidade *irrealis* sobre o verbo.
- e. Uso da forma negativa.
- f. Disposição de uma oração manipulativa sob o escopo de uma modalidade.

Podemos também observar que os dispositivos enfraquecedores da força manipulativa em (13) são pautados em convenções de polidez. Sozinho ou em combinação com outros dispositivos, o enfraquecimento da manipulação tornou os enunciados mais polidos, indiretos e deferentes.

3.3.2 ATOS DE FALA: POR QUE OS LINGÜISTAS PREFEREM A GRAMÁTICA DAS SENTENÇAS DECLARATIVAS À DAS NÃO-DECLARATIVAS (GIVÓN, 1993)

A maior parte dos estudos dos atos de fala em Givón (1993, p. 239) tem se concentrado quase que exclusivamente em sentenças declarativas, nas quais o objetivo comunicativo do falante – o ato de fala pretendido – trata de ser na sua maioria informativo. A concentração do foco no ato de fala declarativo já é um reflexo de uma longa tradição em lingüística e filosofia. Se por um lado esta tradição é natural e compreensível, por outro, tem conduzido a consideráveis distorções na visão ocidental da linguagem humana e, em particular, na excessiva preocupação com o papel da linguagem na representação mental do conhecimento.

Givón destaca que os lingüistas têm sempre achado conveniente, quase inevitável, começar suas descrições gramaticais com a gramática das sentenças declarativas. Isto, porque os dispositivos gramaticais usados para codificar valores dos atos de fala não-declarativos, por definição, não estão presentes na sentença declarativa. Segundo ele, esta forte preferência surge de dois fatos, um sobre (i) a gramática *per se*, o outro, sobre (ii) o uso da gramática no texto:

- I. **a diversidade dos tipos gramaticais:** a mais extensa variedade do fenômeno gramatical, fora os que são usados especificamente para codificar o valor dos atos de fala na sentença, é encontrada nas sentenças declarativas. As não-declarativas tendem a exibir um subgrupo menor destes fenômenos;
- II. **a distribuição da gramática no texto:** ao menos nos dois tipos de discurso mais predominantes – conversação de todos os dias e a narrativa – as sentenças declarativas são predominantes.

As diferenças relacionadas à frequência de texto entre os atos de fala declarativos e os não-declarativos já foram objeto de investigação nos estudos de Givón. No Quadro 2,

abaixo, vamos mostrar um dos resultados que ele obteve, ao tratar da distribuição dos tipos de atos de fala numa narrativa escrita que incluía diálogo (conversação inserida na narrativa).

Quadro 2 - Distribuição dos tipos de atos de fala em narrativas com e sem diálogo nos estudos de Givón (1993)

| NARRATIVA | | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------------------------|-----------------------------|
| Atos de fala DECLARATIVOS | | Atos de fala NÃO-DECLARATIVOS | |
| Nº de ocorrência | Percentual de ocorrência | Nº de ocorrência | Percentual De ocorrência |
| 81 | 100% | 0 | 0% |
| DIÁLOGO | | | |
| Atos de fala DECLARATIVOS | | Atos de fala NÃO-DECLARATIVOS | |
| Nº de ocorrência | Percentual de ocorrência | Nº de ocorrência | Percentual De ocorrência |
| 137 | 84% | 22 | 16% |

Segundo o Quadro 2, enquanto o percentual de atos de fala não-declarativos é significativamente mais alto nas partes de diálogo do texto, alcançando um percentual de 16% de ocorrência em contrapartida a nenhuma ocorrência na narrativa sem diálogo, os atos de fala declarativos predominam em ambos os tipos de texto. Os dois fatos distribucionais – diversidade e frequência de texto – podem ou não estar ligados entre si. Tomados juntos, podem explicar a inclinação considerável nas descrições gramaticais tradicionais direcionadas às sentenças declarativas.

A preocupação dos filósofos com os atos de fala declarativos compreende um outro enfoque também. Esta miopia auto-imposta tem sido, nas palavras de Givón (p. 240), um *calcanhar de Aquiles* dos filósofos da linguagem, da mente e do significado, desde o início da filosofia pós-Sócrates, a começar por Platão e Aristóteles. Isso tem permitido aos filósofos e, por extensão aos lingüistas, ignorar a linguagem como um instrumento de comunicação e interação social, e focalizar quase que exclusivamente a capacidade de expressar e interpretar as proposições verdadeiras ou falsas em relação ao mundo externo.

Os filósofos gregos pré-socráticos, tais como os sofistas, já haviam se interessado pelos atos de fala não-declarativos. Nesta direção, Givón (p. 241) retoma em

Haberland (1985), a caracterização das diferenças entre o sofista Protágoras e Platão, tal como é apresentada a seguir:

Protágoras distingue quatro partes do discurso: ‘desejo, perguntas, respostas e comandos’. (...) Parece ter se interessado pelos atos de fala (*no caso, os não-declarativos*) (...) Mas Platão, pelas declarações⁴⁵.(HABERLAND, 1985, p. 381 – *apud* GIVÓN (1993, p. 241)

A preocupação de Platão em estreitar o foco do interesse dos filósofos da linguagem para as proposições declarativas é fortemente documentado nas pesquisas lingüísticas. Para ilustrar a raiz desta preocupação crescente da vertente grega – de Sócrates em diante – em que a ciência, e em menor grau a ética, fixavam-se sobre o valor de verdade das proposições, Givón (p. 241) faz uso mais uma vez das palavras de Haberland, que caracterizou a posição de Platão da seguinte maneira:

Para Platão, o conhecimento verdadeiro – que pra ele não coincide com a percepção – não pode apontar para as verdades-dependentes-do-contexto: a verdade de uma sentença não deve depender de quem a proferiu, em que situação foi proferida, e para quem foi direcionada ... Este interesse de Platão por declarações é entendido mediante a compreensão que auto-evidencia as três seguintes premissas: a de que **a verdade é o foco principal do filósofo**; a de que **a análise da linguagem ocupa o primeiro lugar nas perseguições filosóficas**. Como um corolário dessas duas premissas, dizemos que **a análise lingüística é principalmente focalizada para a verdade**. A terceira premissa é a de que **a verdade é eterna e independente do contexto**. (HABERLAND, 1985, p. 381 – *apud* GIVÓN (1993, p. 241. Ênfase dada por Givón).

Pudemos, então, conferir acima que, para os discípulos de Sócrates, *a verdade de uma sentença não deve depender de quem a proferiu, em que situação foi proferida, e para quem foi direcionada*, o que contraria, em definitivo, as propostas de Givón, e, neste trabalho, a que pretendemos defender. Como sabemos, a compreensão de um ato de fala não-declarativo de comando depende, em seu grau maior, da interferência multidimensional dos elementos extralingüísticos. Para citar alguns que se dão em função da dimensão estilística da variação, vale o da situação enunciativa, o das relações sociofuncionais que se estabelecem não só com o contexto lingüístico, como também fora deste âmbito, por exemplo: que características socioculturais o usuário possui, com quem fala, com que propósito fala, etc.,

⁴⁵ Tradução minha.

não-creditados por Platão. E essa interferência multidimensional de elementos externos ao sistema não se faz presente apenas no estudo de alguns fenômenos lingüísticos particulares, como o que estamos investigando neste trabalho, mas tem sido contemplada em muitos dos estudos da linguagem a partir da segunda metade do século XX.

Então, a premissa de Platão, segundo a qual a ‘verdade seria eterna e independente de contexto’, no sentido de justificar o seu interesse pela ‘declaração’, parece não mais se sustentar atualmente nas pesquisas lingüísticas. Contrário a esse postulado de Platão, Givón (1993, p. 241) reafirma que os quatro tipos de atos de fala codificados na gramática das línguas humanas são:

- I. declarativos
- II. imperativos
- III. interrogativos (perguntas sim/não)
- IV. interrogativos (perguntas QU)

Às vezes, Givón agrupa-os em dois grandes blocos apenas: atos de fala declarativos e atos de fala não-declarativos (comandos, interrogações). Estes protótipos são marcados de modo saliente, constituindo, por vezes, subtipos variados. Entretanto, o fato de serem bem caracterizados, no sentido de trazerem consigo traços que lhes são particulares, e também muito recorrentes na linguagem humana faz deles um ponto de partida conveniente na descrição da gramática dos atos de fala. E isso também sugere que eles possam ocupar espaços significativos no mapa mental da linguagem humana como um instrumento de comunicação.

3.3.2.1 Atos de fala manipulativos: descrição sintática dos imperativos

Givón (1993, p. 266) classifica as formas verbais imperativas do inglês em (i) imperativo canônico, (ii) imperativo negativo, (iii) imperativo hortativo e (iv) imperativo jussivo. No primeiro tipo, o canônico, é onde se concentra a força manipulativa maior, por isso, apenas esse tipo foi tomado como objeto de investigação desta pesquisa. Vejamos então a classificação dada pelo autor:

- I. **cláusula imperativa canônica:** tipicamente, a cláusula imperativa se apresenta sem sujeito explícito no português, traço aceitável até mesmo no inglês, que se constitui uma língua de sujeito preenchido. Embora constituído de pouca flexão, o imperativo dispõe de marcação TAM (Tempo, Aspecto, Modalidade), mais especificamente da relação que se estabelece entre tempo e modalidade; futuramente e *irrealis*. Esse é um traço previsível, porque um ato de fala manipulativo, por projetar sempre um evento futuro, está por definição no *irrealis*. Tal como no português, no inglês também não há imperativo passado ou presente, além de uma restrição muito acentuada dos aspectos perfeito ou progressivo⁴⁶.
- II. **Imperativo negativo ou proibitivo:** no inglês, as cláusulas imperativas negativas requerem o auxiliar negativo *don't*; para a 2ª pessoa do singular do português, além da partícula de negação *não*, a forma verbal, pautada nos padrões normativistas repete a desinência número-pessoal do presente do subjuntivo, ao contrário do imperativo afirmativo, que a busca no presente do indicativo. Em termos de força manipulativa, para Givón (p. 267), as formas imperativas negativas, por serem menos diretas⁴⁷, são consideradas expressões proibitivas mais fracas.
- III. **Imperativo hortativo:** no inglês, o imperativo hortativo plural envolve a inclusão do falante – juntamente com o ouvinte – como sujeito plural ou dual da cláusula manipulativa, mediante a contração *let's* (*let us*), seguida do verbo em sua forma não-finita. No português, o imperativo hortativo também se dá sob uma forma perifrástica de '*Vamos* + infinitivo'. Tal como os tipos (ii), (iii) e (iv), esse tipo de expressão do imperativo não faz parte do objeto de estudo desse presente trabalho.
- IV. **Cláusulas jussivas:** no inglês, o marcador *let* pode também ser usado para assinalar um ato de fala peculiar, o jussivo, que se propõe a evidenciar a ação de uma terceira pessoa, como em *Let her do it then!* No português, esta construção é usual, porém compreende o estudo imperativo canônico calcado no primeiro elemento verbal, como em *Deixe-a fazer isso, então!*

⁴⁶ Aspecto progressivo: **Be doing the dishes!* e aspecto perfeito: **Have done the dishes!* Esta restrição ao aspecto progressivo se dá provavelmente devido ao fato de que o aspecto progressivo caracteriza um estado, e os imperativos em geral são apontados para a execução de uma ação, de um evento.

⁴⁷ Para Givón (1993, p. 269), um *ato de fala indireto* é uma construção usada para performar um ato de fala, mesmo que sua forma gramatical seja mais comumente usada com um outro tipo de ato de fala. *Was there any salt there?* é uma forma mais prototípica de sentenças interrogativas. Aqui ela já está muito distante do imperativo canônico *Pass the salt*.

4 DESCRIÇÃO DO *CORPUS* E METODOLOGIA

Em *Vinhas da Ira*, fala e escrita se relacionam mutuamente, por vezes se fundem e se confundem.

(REIS, 2003)

APRESENTAÇÃO

Esta parte do trabalho é destinada à descrição da amostra para a realização desta pesquisa, dos procedimentos metodológicos adotados, dos grupos de fatores controlados e da natureza da constituição de cada um deles.

Nossa amostra se constitui de atos de comandos de PMs a Pms, em *Vinhas da Ira*. Consideramos PMs (personagens manipuladores) o personagem que, numa dada interação, emite um comando a um *manipulado*, tratado aqui como personagem manipulado (Pm). Estamos empregando a palavra ‘’ apenas para atender a questões metodológicas, no sentido de diferenciarmos os ‘informantes’ de *Vinhas da Ira* de informantes manipuladores e manipulados de amostras ‘reais’ de fala.

Como amostra dos dados, *Vinhas da Ira* foi tomada, em primeiro plano, pelo caráter essencialmente dialógico da obra, contemplando inúmeras e diversificadas situações comunicativas – o que serve perfeitamente aos propósitos da tese no que se refere à discussão da dimensão estilística da variação. Num outro plano, selecionamos *Vinhas da Ira* como fonte dos dados por conta da intenção dos tradutores do romance de evidenciar as variedades do falar regional da época, o que fica evidenciado pela presença abundante de

variação em diferentes níveis lingüísticos. Assim, toma-se o texto como uma amostra relativamente confiável. Como a tese não tem como compromisso prioritário descrever e explicar um fenômeno de variação e seus condicionamentos, e sim aprofundar uma discussão sobre a dimensão estilística da variação e o caráter gradiente do fenômeno, oferecendo um suporte metodológico para seu tratamento, a escolha da amostra parece-nos justificada.

Num primeiro momento, tivemos um pouco de receio em tomar uma amostra escrita para realizarmos uma análise variacionista, principalmente por dois motivos, um de ordem teórica e outro de ordem pedagógica: encontramos, nos pressupostos teóricos da sociolingüística, justificativas de opção preferencial por amostras orais, dada a *formalidade do texto escrito*⁴⁸, entre outras razões; e por ter a escola se firmado, autoritariamente, como o lugar de ensino/aprendizagem da escrita apenas e não da fala.

Entretanto, o que queremos esclarecer aqui é que as coisas não se dão de modo tão excludente. É possível analisarmos níveis de uso da língua, bem como formas de realização, desde o mais coloquial até o mais formal, seja na fala ou na escrita – códigos que apresentam não só diferenças, mas muitas semelhanças. Para Marscusi (1997), o que há de menos coincidente são as suas formas de representação simbólica, já que a *escrita não incorpora plenamente a gestualidade e a prosódia* (p.43). Nas diversas fases da aquisição da escrita, a fala mantém com a escrita relações mútuas e diferenciadas, influenciando uma à outra, e a fala costuma ser uma fonte importante para a construção de hipóteses sobre a escrita (*op. cit.*, p.42). Relações mútuas também podem ser constatadas em textos orais e escritos em geral. *Em Vinhas da Ira, fala e escrita se relacionam mutuamente, por vezes se fundem e se confundem*. Constituindo-se numa obra/documento, ressalta no registro escrito as características de uma fala, a sul-regionalista.

Os pressupostos teóricos que norteiam nosso fenômeno de estudo apontam a interferência de uma série de elementos numa opção estilística de uso da linguagem. Já é fato conhecido que qualquer pessoa muda sua fala/produção textual de acordo com (i) os seus interlocutores/leitores, (ii) o lugar em que se encontra, e até mesmo (iii) o tema/tópico da conversa. Há várias maneiras de se dirigir ao interlocutor, considerando algumas de suas características específicas, tais como idade, posição social, sexo, profissão (cargo), papel

⁴⁸ Kato (1987) esclarece que, via de regra, o nível de formalidade só será maior na escrita, se compararmos uma mesma modalidade textual nos dois códigos. Nesta perspectiva, os registros da escrita costumam ser mais formais que os correspondentes da oralidade.

sociopessoal nas suas relações. Aspectos relativos à polidez, ao tratamento interpessoal, às relações interculturais podem ser facilmente observados na produção lingüística, seja ela oral ou escrita.

Queremos reforçar também o argumento de que, pelo fato de sermos muito enfáticos na postura teórico-metodológica apresentada nos primeiros capítulos desta tese, quando ressaltamos a necessidade de se tomar o objeto da lingüística como um todo (*langue e parole*), e não apenas parte desse todo, dada a representatividade social e histórica dessa última (capítulos 1 e 3), e quando criticamos os prescritivistas de se absterem da língua em *uso* (capítulo 2), e tomamos depois um documento escrito como amostra dos nossos dados, não estamos nos contradizendo, desde que o leitor tenha clareza dessa multiplicidade de pontos de aproximação e afastamento entre esses dois códigos, escrita e fala. Por vezes, somos até muito redundantes nisso, e acabamos por retomar essa problemática em vários momentos do trabalho.

Então, a escolha de um documento escrito real, como *corpus* de análise, deu-se em decorrência da necessidade de atender ao perfil socioestilístico de uma amostra que pudesse melhor ilustrar os pressupostos teóricos que norteiam o fenômeno em estudo. Como falamos, acreditamos não estar ferindo, portanto, o propósito maior que norteia os trabalhos voltados ao exercício da pesquisa sociolingüística no Brasil, que é o de descrever e entender as estruturas lingüísticas *em uso*, bem como todas as suas inter-relações com os aspectos sociais e lingüísticos, estruturais e funcionais, conforme discutimos na introdução.

Dividimos este capítulo em cinco partes: na **primeira** (4.1.), tratamos da natureza e composição do *corpus*, por isso fazemos uma breve apreciação à constituição lingüística de *Vinhas da Ira*, a partir do resumo da sua história; da sua firmação como documento de consulta a estudos lingüísticos, mediante uma breve apresentação (i) dos seus encontros e (des)encontros com a norma-padrão, com exemplos específicos de (des)concordância verbal, (ii) de como fala e escrita nele se (con)fundem, e (iii) da ilustração do caráter sistemático com que os fenômenos lingüísticos em uso se mostram neste documento, apontando especificamente para o fenômeno do apagamento de marcas redundantes de concordância nominal, segundo os (des)caminhos de Scherre (1996).

Na **segunda** parte (4.2.), tratamos da composição e natureza dos dados, sob sua constituição numérica; na **terceira** (4.3), apresentamos uma amostra de como pretendemos

operar a análise; na **quarta** parte (4.4.), tratamos da composição das variáveis controladas, mediante a descrição dos grupos de fatores, com a exemplificação e as expectativas da sua contribuição na composição dos *graus de força manipulativa* dos atos de comandos, sob a dimensão estilística da variação lingüística. Na **quinta** parte (4.5.), a descrição da metodologia de análise dos dados, em três etapas: (i) quantificação dos dados mediante a aplicação do programa estatístico VARBRUL (Pintzuk, 1988) sobre as variáveis independentes controladas; (ii) soma dessas variáveis simples para a composição de uma variável complexa denominada *Graus de força manipulativa*. Com esta nova variável, a realização de um novo arquivo de dados para se fazer um CROSSTAB, cruzando o grupo *graus* com *relações sociopessoais*; (iii) configuração da variedade intra-individual de cada PM nas diversas redes sociais.

4.1 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*: CONSTITUIÇÃO LINGÜÍSTICA DE *VINHAS DA IRA*

4.1.1 *VINHAS DA IRA*: A HISTÓRIA DA TERRA SEM-HOMENS E DOS HOMENS SEM-TERRA

Tomamos como *corpus* para essa pesquisa *Vinhas da Ira*, documento romanesco de John Steinbeck. Publicado em 1939, o livro retrata a saga da família americana Joad, que perde suas terras em Oklahoma, onde trabalhava há várias gerações (avós, pais, filhos) como arrendatária, e parte para a Califórnia, em busca de trabalho em plena recessão da crise de 29. Isso se dá porque os novos proprietários dessas terras preferem a monocultura mecanizada do algodão ao arrendamento, o que tornou a situação insustentável. Após uma viagem massacrante de cerca de 3.000 km, (num calhambeque-caminhãozinho com dez adultos e duas crianças), a família vai, aos poucos, se dando conta de que as terras californianas estão carregadas de trabalhadores com o mesmo propósito. O excesso de mão-de-obra joga o preço dos salários para baixo, empurrando toda a família para o trabalho, inclusive as crianças. Em 1940, o romance foi adaptado para o cinema na direção de John Ford, com Henry Fonda no papel de Tom, provavelmente o melhor de sua carreira, segundo a crítica norte-americana. Em 1964, tal obra rende o prêmio Nobel de Literatura e o Pulitzer a John Steinbeck.

Ao ler *Vinhas da Ira* (1939) não há como não se lembrar de *Vidas secas* (1937), de Graciliano Ramos. Steinbeck narra a história de retirantes, não da seca do sertão, mas de colheitas que falharam, da chuva tardia e muito intensa, dos latifundiários que tudo tomaram, da dívida não paga, dos compromissos não cumpridos, da dignidade comprometida. Pode-se dizer que, tal como o romance brasileiro, *Vinhas da Ira* é marcado pelo caminhar sem fim. A história começa e termina com a família em movimento, não de carros-sem-boi, mas motorizada num calhambeque aos pedaços. São itinerantes em busca de um espaço para acomodar os filhos (com nomes), vô, vó, pai e mãe (sem nomes). Lá como aqui tem os que não chegam: o cachorro, não o que Fabiano mata, mas o que é atropelado; o avô, a avó, que padecem. Animais e pessoas sucumbem à beira da estrada. Animalização de um e de outro lado: ‘Até parece que perdemos o coração, a alma’, diz mãe. ‘Você é um bicho, Fabiano’, pensa Fabiano. Tem também os querem rabiscar uma homenagem póstuma ao avô, mas que não conhecem a escrita. E, tanto quanto Sinhá-Vitória deseja a cama real, de couro, a esperança no dia-que-está-por-vir acompanha o imaginário da mãe da outra família.

História à parte, a versão de *Vinhas da Ira* para o português se deu em 1940, um ano após a publicação americana, pelos tradutores gaúchos Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. A edição analisada conta com 542 páginas⁴⁹, com cerca de 350 a 400 palavras cada, constituindo assim um *corpus* com aproximadamente 20.000 palavras ao todo. Por pertencer o romance a um gênero textual maior, *Vinhas da Ira* reúne uma tipologia interna de narrativa característica do gênero, com narrativa experiencial, narrativa recontada (em discurso direto e indireto), descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião dos personagens. É no discurso direto que se dá a interação verbal direta entre os personagens e, nele, atos de fala não-declarativos de comando.

4.1.2 VINHAS DA IRA: FIRMAÇÃO COMO DOCUMENTO LINGÜÍSTICO

Encontrar documentos para análises lingüísticas não constitui uma prática simples de se realizar. É uma busca engenhosa. Às vezes acertamos no nível [+ formal] ou [-formal] de representação da linguagem, ao selecionarmos uma linguagem representativa de uma ou outra classe social específica que interesse a nossa pesquisa, mas aí não encontramos dados

⁴⁹ Há uma versão brasileira atual, da *Coleção Mil Folhas*, lançada em julho de 2002 (ano em que se comemorou o centenário do nascimento do autor), com a tradução de Virgínia Motta. O endereço é www.publico.pt/cmfa/atores.htm. Conta com 570 páginas. Seria curioso ver a natureza dessa tradução.

do fenômeno em estudo. Enfim, a escolha de um documento escrito como suporte de análise requer uma série de acertos: *Vinhas da Ira* preencheu-os todos. Dentre eles, três se firmaram:

- **porque** traz a representação de alguns tipos sociais de existência real, na sua maioria, com quem Steinbeck conviveu em 1936, ao viajar pelos campos de migrantes da Califórnia, recolhendo material para o livro;
- **porque** os tradutores, fiéis à proposta do autor, preservaram essa característica do documento, ao se espelharem também nas manifestações lingüísticas dos pequenos agricultores sulistas de classes populares, com o objetivo de estender a representatividade da língua falada na simulação que dela fazem seus personagens nas interações dialógicas;
- **por** simular a realidade complexa no que toca às relações humanas segundo papéis sociopessoais específicos, numa recorrência muito alta de atos manipulativos de comando decorrentes das interações dialógicas dos personagens.

Dadas essas características de *Vinhas da Ira*, o uso alternado das variantes do imperativo se fez muito evidente a partir de diferentes situações comunicativas ancoradas em papéis e relações sociopessoais específicos de cada PM a seus PMs, atendendo mais ou menos ao seguinte perfil:

- **em relações assimétricas de superioridade:** reverendo/rede membros da família Joad, xerife/policiais;
- **em relações assimétricas de inferioridade:** acusados/ xerifes;
- **em relações simétricas de igualdade:** mecânico/motorista, irmão/irmão, marido/esposa; estranhos/estranhos.

Tais relações entre falantes e ouvintes foram bem pormenorizadas neste documento, sobretudo no que se refere às humanas: nas relações dos avós com filhos e netos; nas das crianças que buscam outras crianças nos acampamentos; nas dos vizinhos, que não têm como bem-vinda a chegada de uma nova família, temendo perder seus empregos; na dos estranhos, que dos Joads se compadecem.

4.1.3 TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE *VINHAS DA IRA*: ENCONTROS E (DES)ENCONTROS COM A NORMA-PADRÃO⁵⁰

Dentre os (des)encontros com a norma-padrão, podemos colocar o do apagamento de plural redundante de concordância verbal como um dos mais recorrentes dos fenômenos lingüísticos com os quais nos defrontamos na leitura de *Vinhas da Ira*. A amostra do Quadro 3, abaixo, ilustra a transparência desse fenômeno.

| |
|---|
| (14) Esta geringonça que NÓS TÊM é velha e bem ordinária. Examinei <i>ela</i> antes da <i>gente</i> comprar (A/P:112) |
| (15) Reverendo? TU TROUXE um pregador? (Vó/T:89) |
| (16) TU É um cara esperto, mas um dia TU LEVA na cara. (T/A:429) |
| (17) Tom, TU não FUGIU , TU não FUGIU , <i>n'é?</i> (M/T:82) |
| (18) Então nós te <i>enganamo</i> , hein, mãe? NÓS te QUERIA enganar e ENGANOU , mesmo. TU FICOU aí parada que nem uma ovelha que leva uma paulada. Parecia que TU LEVOU uma paulada entre os dois olhos. (P/M:83) |
| (19) TU FARREOU um bocado, Al. TU DEVE 'tar bem cansado. Bem, TU TEM que levar ainda umas coisas pra vender em Sallisaw. (T/A:94) |
| (20) Fica de olho nas crianças, John. Não deixa ELAS FALAR com ninguém. (M/J:464:360) |
| (21) TU DEU o fora da cadeia, hein, Tom? (M/T:94) |
| (22) Eu sabia que TU me COMPREENDEU . (M/Ro:541) |
| (23) Pai, será que TU PODE carregar <i>ela</i> ? (M/P:539) |
| (24) Olha'qui. Se aquilo que vem vindo é um automóvel, nós <i>vamo</i> lá pro meio <i>dos algodoeiro</i> e nos <i>deitamo</i> lá. Deixa que ELES PROCURE a gente, que procure só. (Mu/T:63:31) |
| (25) Não, senhor! TU FEZ tudo bem. Mas é melhor TU EXAMINAR <i>ele</i> agora, que amanhã <i>vamo</i> sair pra procurar trabalho. (T/A:289) |

Quadro 3: Amostras de apagamento de marcas redundantes de plural nas concordâncias verbais, em *Vinhas da Ira*.

⁵⁰ *Norma-padrão*: como conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia (cf. Bagno, 2002, p. 11). Observamos que há ainda muita confusão na literatura em relação a essa nomenclatura. No provão de Letras (MEC/2002), para se explicarem os usos fora da *norma-padrão*, o termo empregado ainda foi *variedade não-padrão* e *variação da linguagem-padrão*. Sugere o não-uso de alguns termos, substituindo-os por outros, na pesquisa científica: (i) o uso de *norma culta* para que, com base na noção de *falante culto*, se passe a tratar de *variedades cultas* (sempre no plural), e (ii) *variedade-padrão* (o usado pelo MEC), porque o termo *variedade* implica, na sociolinguística, um *uso* concreto, efetivo por parte de falantes reais. E também por não existir uma 'variedade-padrão', expressão paradoxal na mesma medida em que comporta o

Como podemos observar, a (des)concordância se dá em maior número com a 2ª pessoa do singular, ao se fazer o uso de uma mesma flexão verbal para duas formas pronominais: *tu* e *você*.

Este apagamento da desinência de 2ª pessoa do singular (conforme a gramática tradicional) parece ser ainda mais evidenciado na fala sulista, principalmente nas flexões verbais de pretérito perfeito, em que, em vez de **TU FOSTE**, por exemplo, os gaúchos costumam usar **TU/VOCÊ FOI**, com largo predomínio da primeira forma pronominal (cf. Loregian, 1996). No imperativo negativo foi muito recorrente também o **NÃO FAZ (TU)**, no lugar de **NÃO FAÇAS (TU)**.

Além das regularizações das flexões verbais, uma série de outras construções fora da *norma-padrão* se mostrou bem recorrente, na sua maioria, constituída de formas simplificadas de expressões, pronomes retos como complementos verbais, dentre outras, preservando o tom de oralidade nas relações dialógicas dos personagens, tais como podemos ver no Quadro 4, abaixo:

| |
|--|
| (26) Pensam que podem manobrar com a gente, mas ‘ TÃO enganados. Ando até com AS COISA de fora, ninguém tem nada com isso. (V/M:102) |
| (27) Bem, VAMOS engolir qualquer coisa, ‘ TOU com fome. (Vô/T:88) |
| (28) Escute, moço. O senhor tem uma estrela no peito e um revólver, mas isso não ‘ DIANTA . (M/Pó:248:179) |
| (29) Acho que os POLÍCIA perseguiram ELE até deixar ELE assim maluco. (Ra/T:283) |
| (30) ‘ PERA um instante. Deus! – disse – esta chuva entra até os ossos da gente. (P/J:519) |
| (31) Pois não. ‘ PERE que vou te colar no nariz. (Ru/W:539) |
| (32) Traz uma manivela e gira ELA , Al. ME traz as ferramentas que ‘ TÃO no carro. (...) SPERE um pouco. (Me/T:206) |
| (33) Escuta, ESPERA’Í . Quero falar contigo. (...) Olha, A GENTE volta logo. (A:Mo:422) |
| (34) A GENTE ‘ TÁ com uma senhora de idade muito doente aqui no caminhão, não PODEMOS perder tempo. (M/Fi:262) |
| (35) Toma conta das NOSSAS coisas. Quando a água baixar, A GENTE volta. (M/A:537) |
| (36) ‘ DIA , a senhora é que é a Sra. Joad, N’É? (Com/M:368) |
| (37) Não leva a mal que eu DISS’ que ia falar com o Al. (M/J:504) |
| (38) A <i>gente</i> vendeu as coisas todas lá de casa. A GENTE JUNTAMO uns trezentos dólares. (P/T:93) |

Quadro 4: Amostras de rupturas com a norma-padrão, escritas em *Vinhas da Ira*

termo *padrão*: todo padrão implica homogeneização de formas e usos, e não variabilidade, heterogeneidade.

4.1.4 TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE *VINHAS DA IRA*: QUANDO ESCRITA E FALA SE (CON)FUNDEM

As transcrições dos Quadros 3 e 4 são apenas uma amostra dos diálogos que se travam no desenrolar das quase seiscentas páginas de *Vinhas da Ira*. Como enfatizamos, são construções muito marcadas por traços de oralidade. A representação da linguagem escrita dos personagens só aparece num único episódio da narrativa, na parte em que é descrita a retirada da família Joad das terras de Oklahoma para a Califórnia. Sob a forma escrita de um bilhete, os traços de oralidade marcaram, tanto quanto os diálogos, a modalidade escrita. O episódio que registra esse dado de escrita do bilhete de Tom se dá num determinado momento da viagem em que seu avô adoece e acaba morrendo. É então sepultado numa cova aberta à beira da estrada mesmo. Junto ao corpo sepultado, o bilhete é colocado dentro de uma garrafa, identificando o falecido, a causa da sua morte e a razão desse tipo de sepultamento. Em (39), numa linguagem simples e regionalista, Tom redige as últimas palavras ao avô falecido:

(39) Este ôme aki É William James Joad qui moreu di um ataque e a famia dele enterou Ele aki pruke não tinha Dinheiro pra Funeral. Ningém matô Ele, só que ele teve um Ataque e moreu (p. 163)

Por (39) se constituir num enunciado narrativo explicativo apenas, sem a presença de interação verbal entre interlocutores, tal como os diálogos, não houve ocorrências de atos de comando. Entretanto, nós o apresentamos aqui para ilustrar outros fenômenos de variação e mudança lingüística, além dos apresentados nesta pequena amostra ilustrada nos enunciados de (26) a (38)⁵¹, do Quadro 4.

⁵¹ Com certeza, uma ampliação dessa pequena amostra que representa a escrita dos personagens, em (27), quer seja através da consulta direta a fontes históricas, buscando documentos que possibilitem a análise lingüística, quer seja pela ida a uma comunidade de fala que viveu por volta desse ano de 1940, nos daria uma projeção da constituição dessas variedades encontradas, que são, segundo (27): (i) o processo de monotongação em ‘DINHERO’ e ‘MATÔ’, mas, numa perspectiva de regra variável, visto que, neste mesmo bilhete, Tom também escreve ‘ENTEROU’; (ii) apagamento da nasalização do ditongo átono em ‘HOME’, (ii) apagamento da vibrante múltipla em falantes de descendência ítalo-alemães, como em ‘MOREU’ e ‘ENTEROU’, dentre outros fenômenos.

4.1.5 TRADUÇÃO SUL-REGIONALISTA DE *VINHAS DA IRA* E A MARCA REDUNDANTE DE PLURAL: CAMINHOS NOS (DES)CAMINHOS DE SCHERRE (1996)

Muitas manifestações lingüísticas nas interações dialógicas dos personagens em *Vinhas da Ira* nos chamam a atenção. Vamos citar apenas mais uma delas, que se relaciona às questões de *concordância nominal* e *nível de escolaridade* e a correlação direta com os resultados obtidos nos trabalhos de Scherre (1996).

Primeiro, vamos retomar o fato de essa tradução sul-regionalista de *Vinhas da Ira* ter se dado em 1940 e de ter documentado como referência de análise os dados de fala de classes populares sul-riograndenses. Os estudos de Scherre, por sua vez, foram desenvolvidos no final da década de 80 e início de 90, e tinham como referência de análise as amostras de fala de informantes cariocas. Desencontros de resultados? Não. Confluências, apenas. E de dois rios: o de Janeiro e o Grande, aqui do Sul.

Tomemos, então, os resultados de Scherre, conforme a Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Atuação da *escolarização* no uso da concordância nominal

| Escolarização | Frequência | % | PROB. |
|---------------|------------|------|-------|
| PRIMÁRIO | 950/2398 | = 40 | , 41 |
| GINÁSIO | 1297/2664 | = 57 | , 50 |
| 2º GRAU | 1499/2082 | = 72 | , 59 |

Fonte: Scherre (1996, p. 243)

Segundo a autora, pelas probabilidades apontadas nesta tabela, nota-se uma diferença marcante entre o primário (0, 41) e o 2º grau (0, 59), ficando o ginásial (0, 50) equidistante dos dois extremos (p. 242). Acrescentamos que, se tomarmos os resultados em percentuais, o nível de escolaridade dos informantes intensifica ainda mais essa diferença: 40% de marcas (redundantes) de plural na fala dos que têm o primário, contra 72% de marcas, pelos que cursaram o 2º grau.

Em *Vinhas da Ira* não computamos dados de ocorrências e apagamentos de marcas de plural, por não estabelecermos, entre este fenômeno e o que estamos analisando, nenhuma correlação lingüística direta; o nosso objetivo aqui foi mais ilustrar a preocupação

dos tradutores em realçar os traços de oralidade, tão fortes nesta variedade sul-regionalista da fala, representados nas interações dos personagens. Vamos tomar apenas as manifestações lingüísticas do pai e do filho mais velho, Noah, com um personagem que pouco aparece, Muley Graves, vizinho humilde deixado em Oklahoma.

A passagem que segue no Quadro 5 se dá no momento da partida. A família parte, o vizinho fica. Postos os poucos pertences no calhambeque, Muley vem se despedir dos que vão. Vejamos, então:

Noah disse:

- E como é que vai ser c'**OS CACHORRO**, pai?

- Puxa, até me ia esquecendo deles! - falou Pai. Deu um assobio agudo e um cão veio correndo, mas somente um. Noah pegou-o e jogou-o para cima, e o animal deixou-se ficar no mesmo lugar, rígido e trêmulo. - Os outros dois, então, vão ficar aqui mesmo – disse Pai. - Muley, tu quer olhar por eles? Senão, eles morre de fome.

- Pois não - disse Muley. - Fico até satisfeito de ter **DOIS CACHORRO** comigo. Pode ficar descansado, que eu vou tomar conta deles.

- Fica também com **AS GALINHA** - falou Pai. (p. 128)

Quadro 5: Excerto de interação entre o pai (Noah) e o vizinho Muley

Dado o tamanho do trecho do documento, o número de apagamento de marcas (redundantes) de concordância nominal de número até que se mostrou expressivo, e parece não destoar dos alcançados em Scherre⁵².

- **Em resumo:**

Estas seções em (4.1.) serviram para mostrar a confiabilidade nos dados de *Vinhas da Ira*. Elas destacam o reflexo da língua oral que o romance traz como bastante próximo da oralidade mesmo, o que torna válida a escolha do romance como fonte de dados: não se trata

⁵² Se Daniel Piza (2002), colunista de *O Estado de S. Paulo*, lesse *Vinhas da Ira*, não diria apenas que o presidente da República e grande parte da população maltratam o idioma cortando o 's' final das palavras e todas as concordâncias que a lógica sintática pede (Bagno, 2003, p. 14), mas que a própria manifestação da linguagem da escrita literária o faz, ao representar o regionalismo de certas camadas desfavorecidas da população. *Que não seja a morte do plural, em nenhum dos sentidos*, acrescentaria.

apenas de *escrita*, mas *escrita-fala*, aparentemente bem fundamentada em traços de variação reais, provavelmente encontrados nos dialetos gaúchos de 1940.

4.2 METODOLOGIA DE CODIFICAÇÃO DOS DADOS

O *corpus* se compõe de todos os enunciados de diálogo em *Vinhas da Ira* constituintes de atos de fala não-declarativos de comando sob a forma verbal do imperativo de 2ª pessoa do singular. Nesta parte do capítulo, vamos descrever a composição dos dados e seus respectivos contextos de ocorrência.

4.2.1 CORPUS: COMPOSIÇÃO DOS DADOS

A amostra de dados tomada para a análise do fenômeno em estudo se constitui de cerca de 750 ocorrências de formas verbais imperativas canônicas, nos 450 enunciados encontrados. Por constituírem atos de comando, essas ocorrências foram extraídas dos diálogos instituídos entre os personagens. O livro tem um estilo muito peculiar: a história é interrompida por capítulos narrativos em que se analisa a situação externa que lhe serve de contexto. Os dados não fazem parte destes capítulos, por não haver neles interações dialógicas.

A composição dos dados obedece à disposição da tabela 2, abaixo, segundo o número de ocorrência de cada variante:

Tabela 2 – Distribuição geral dos usos dos atos de comando afirmativos e negativos em *Vinhas da Ira*

| INDICATIVO | | | | | | SUBJUNTIVO | | | | | |
|-------------------------|-----|----|---------------------|-----|---|------------|-----|----|----------|-----|----|
| Aplicação ⁵³ | | | Total ⁵⁴ | | | Aplicação | | | Total | | |
| 533 | | | 759 | | | 217 | | | 750 | | |
| Afirmativo | | | Negativo | | | Afirmativo | | | Negativo | | |
| A | T | % | A | T | % | A | T | % | A | T | % |
| 490 | 533 | 92 | 43 | 533 | 8 | 180 | 217 | 83 | 37 | 217 | 17 |

A distribuição dos atos de fala não-declarativos de comando expressos sob as variantes de imperativo canônico em *Vinhas da Ira* se deu alternadamente, com uma vantagem muito superior para o uso de indicativo sobre o subjuntivo: das 750 ocorrências encontradas, 533, representando 71% delas, deram-se sob formas verbais indicativas, contra 29% de subjuntivas, que somaram 217 das ocorrências. Em relação aos enunciados negativos, de 80 ocorrências de comandos negativos (43 + 37), 54% correspondem a formas verbais indicativas e 46% a subjuntivas.

No Quadro 6, abaixo, apresentamos a composição dos dados, segundo a distribuição dos comandos proferidos pelos 15 principais manipuladores.

| PMs | Papel sociopessoal | A | T | % |
|-----------------------|---|-----|-----|----|
| 1. Mãe | Mãe de Noah, Tom, Rosasharm, Al, Ruthie e Winn. | 274 | 750 | 37 |
| 2. Tom | Filho, 2º mais velho, cerca de 30 anos, motorista, mecânico, roteirista da viagem. | 176 | 750 | 23 |
| 3. Al | Filho do meio, 16 anos, motorista, auxiliar de mecânico. | 40 | 750 | 5 |
| 4. Pai | Paí de Noah, Tom, Rosasharm, Al, Ruthie e Winn. | 37 | 750 | 5 |
| 5. Casy | Ex-reverendo que acompanha a família na viagem. | 35 | 750 | 5 |
| 6. John | Tio de Noah, Tom, Rosasharm, Al, Ruthie e Winn. | 22 | 750 | 3 |
| 7. Vó e Vô | Avós de Noah, Tom, Rosasharm, Al, Ruthie e Winn. | 18 | 750 | 3 |
| 8. Winn | Filho caçula, 9 a 10 anos. | 11 | 750 | 1 |
| 9. Ruthie | Filha caçula, 12 anos. | 7 | 750 | 1 |
| 10. Sarai e esposo | Família que segue com eles para Califórnia. | 18 | 750 | 2 |
| 11. Muley | Vizinho, conhecido da família em Oklahoma. | 18 | 750 | 2 |
| 12. Homem | Homens desconhecidos. | 29 | 750 | 4 |
| 13. Diretor | Diretor do comitê do acampamento. | 7 | 750 | 1 |
| 14. Xerife e policial | Autoridades nos lugares dos acampamentos. | 5 | 750 | 1 |
| 15. Outros | Motorista, vidente, mecânico, guardas do acampamento, conhecidos, funcionário da mercearia. | 53 | 750 | 7 |

Quadro 6 – Número de PMs, seu papel sociopessoal e número de comandos por eles empregados

⁵³ Aplicação: refere-se à aplicação da regra variável, neste caso, o uso da variante indicativa.

⁵⁴ Total: refere-se ao total de todos os dados coletados e que serão analisados.

⁵⁵ Percentual: refere-se ao percentual de aplicação da regra.

4.2.2 CORPUS: AMOSTRA DA CONSTITUIÇÃO DOS ENUNCIADOS DE COMANDOS COMPUTADOS

Para esta seção, selecionamos uma amostra de dados de variantes alternadas do imperativo, para visualizarmos melhor o modo como as interações de comando se dão entre os PMs e os Pms, a natureza desses dados e a sua disposição na pesquisa. Selecionamos, então, 9 dos 450 enunciados que compõem os 750 dados catalogados, numerados de (40) a (48), conforme o Quadro 7, abaixo.

| |
|---|
| (40) E ... ESCU TA, o comitê das senhoras já veio? (...) PEGA na vassoura e VARRE um pouco o chão, aqui em frente. (...) VÁ trabalhar agora. (M/Ro:367:270) |
| (41) Rosasharm, DEIXE de te atormentar com estas histórias. Não sei por que você é assim. (...) que nada! CALA a boca agora e VAI trabalhar. (...) VAI trabalhar, ANDA . VAI trabalhar, qu'ê pra eu poder me orgulhar de ti. (M/Ro:368:271) |
| (42) <i>Não</i> FAZ isso. Eu só contei porque sabia logo que tu não tinha quebrado coisa nenhuma. (Ru/W:375:275) |
| (43) SUMA -se. SUMA -se daqui agora mesmo. VÁ pra junto de seus choros e gemidos. (...) SUMA -se daqui, e <i>não</i> me VOLTE mais pra cá. Vamos, VÁ saindo. (M/Mi:379:284) |
| (44) CHEGA aqui. <i>Não</i> ACREDITA nestas coisas que ela disse. (...) Então DURMA . Aqui é muito bom, tu pode dormir à vontade. (M/Ro:381:285) |
| (45) PÁRA com isso agora. (M/P:383:286) |
| (46) VEM cá!. Rosasharm, VEM cá! (...) Eu sei, mas OLHA Rosasharm, <i>não</i> ENVERGONHA a tua gente. (...) <i>Não</i> nos ENVERGONHE . (M/Ro:399:298) |
| (47) VOLTA a seu acampamento e AVISA que temos trabalho pra muitos homens. (...) E <i>não</i> se INCOMODE , que eles vão arranjar gente bastante assim mesmo. (Ho/P:400:301) |
| (48) Tá bem. DEIXA eles brincar um pouco. (...) mas OLHA , <i>não</i> FALA assim sobre o teu bebê. Tu não tem o direito de falar assim. (...) TOMA !. Isto é para ti. (...) TOMA , FICA com eles, agora são teus. (...) bom, VÊ se acaba de enxugar os pratos, agora. (M/Ro:419:314) |

Quadro 7: Amostra de comandos imperativos nas variantes indicativa e subjuntiva

Dados como o (49), abaixo, em que a forma imperativa se mostra com o sujeito anteposto preenchido, foram também computados como expressão canônica de imperativo mitigado:

(49) Olha, aqui tem uns camaradas. Ou então **TU ENTRA** e fica lá até ela reconhecer você. (R/T:80:43)

- **Dados não-considerados na análise**

- Os dados que não foram computados na análise geral são os que se constituem de uma natureza mais pragmática, por se especializarem em determinados usos, sem apresentarem a sua forma

variante. Foram eles: ‘**VEJA SÓ**’, ‘**SEJA**’ em ‘Seja bem-vindo(a)’. Outros usos de especialização mais pragmática, mas que mantiveram formas variantes, foram computados como marcadores discursivos. São os casos de ‘**ESCUTA/ESCUTE**’, ‘**OLHA/OLHE**’, por exemplo;

- no cômputo das análises intra-individuais, desconsideramos os dados pouco representativos numericamente. Só foram computados os atos de comando proferidos por PMs que somaram acima de três interações.

4.3 DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO: AMOSTRA DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE EM *VINHAS DA IRA*⁵⁶

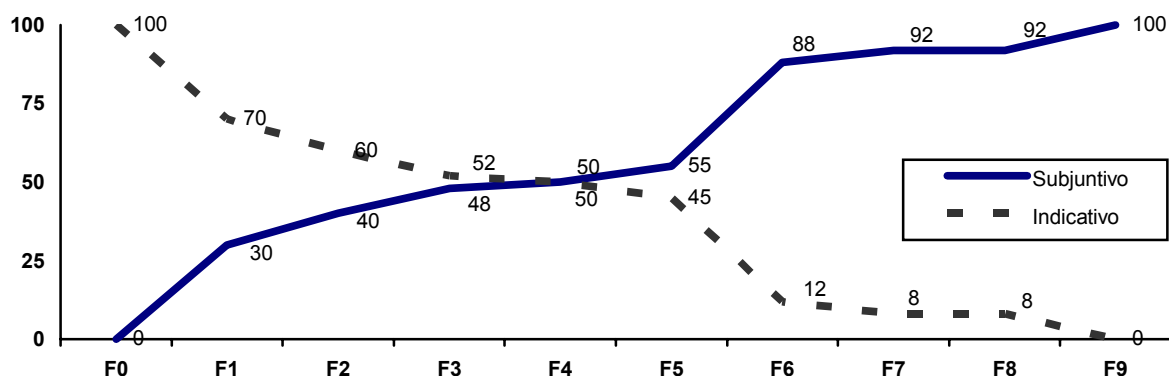
4.3.1 ESTRATIFICAÇÃO ESTILÍSTICA DOS COMANDOS DE TOM EM *VINHAS DA IRA*: ILUSTRAÇÃO DA ABORDAGEM OPERACIONAL DO ESTUDO

Vamos apresentar sucintamente nesta seção uma pequena amostra de como pretendemos operar a análise da estratificação estilística dos atos de comando em *Vinhas da Ira*. Para tanto, tomamos os usos alternados das variantes indicativa e subjuntiva na expressão do imperativo canônico pelo PM (isto é, Tom), dispostos segundo o papel sociopessoal de cada Pm, que, na amostra são: pai (F0), irmãos mais novos (F1), Al (F2), amigos (F3), estranhos [+ Intimidade] (F4), estranhos [- Intimidade] (F5), mãe (F6), tio John (F7), reverendo (F8) e policial (F9), conforme Quadro 8, para analisarmos o modo como se dava a alternância das variantes na fala de Tom.

No Gráfico 1, abaixo, apresentamos a acomodação dos usos de comandos de Tom como PM dirigidos aos Pms, de F0 a F9.

Gráfico 1: Estratificação estilística dos atos de comando de TOM aos dez PMs

⁵⁶ Na defesa, foi sugerido pela banca que a seção 4.3. integrasse o capítulo 5. Entretanto, acabamos por mantê-la no capítulo da Metodologia, pelo fato de ela ilustrar o MÉTODO como pretendemos trabalhar o capítulo 5.



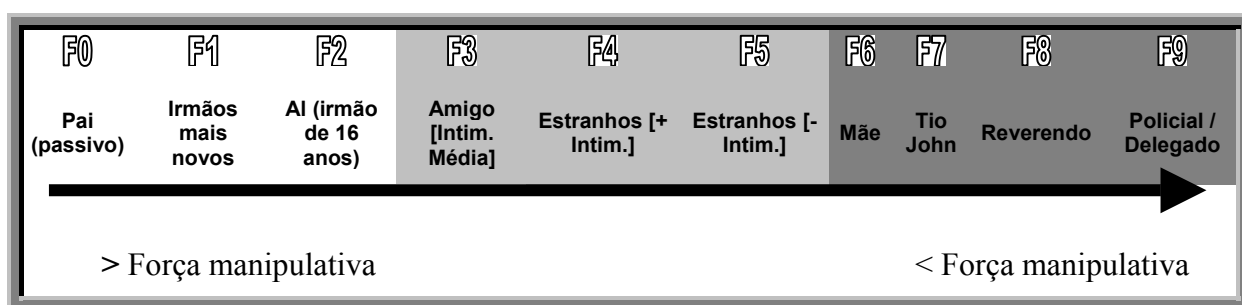
O Gráfico 1 mostra o traçado das linhas das variantes indicativa e subjuntiva sob um formato semelhante a X. No centro do gráfico, as linhas se cruzam, evidenciando um equilíbrio de uso entre as formas variantes. Nas duas extremidades do traçado, no entanto, as linhas se abrem em duas direções, evidenciando um forte desequilíbrio. Na parte esquerda do gráfico, observamos a linha pontilhada indicando o favorecimento da variante indicativa em F0 (Pm de papel sociopessoal inferior) e, na parte direita, observamos a linha não-pontilhada indicando o favorecimento da subjuntiva, em F9 (Pm de papel social superior). Ou seja, há um crescimento do uso do subjuntivo nos atos de comando de Tom a esses Pms e uma diminuição da variante indicativa, na medida em que se alternam também os Pms.

Assim, a partir dos resultados percentuais do emprego de uma e de outra variante, constatamos que um perfil de estilo se firmava em função do papel sociopessoal de cada Pm de Tom. A alternância das variantes se dava segundo a disposição de [$>$ força] e [$<$ força] manipulativa constituinte de cada ato de comando, como decorrência do papel sociopessoal [+ inferior] e [- inferior] de cada Pm, em relação ao papel sociopessoal de Tom, como PM.

A partir desse perfil constituído, estabelecemos três tipos de relações entre Tom e seus Pms:

- **ações assimétricas de inferior para superior**⁵⁷: Pm de Tom, com (i) papel sociopessoal superior e (ii) relação de proximidade/intimidade baixa;
- **relações simétricas entre iguais**: Pm de Tom, com (i) igualdade de papel sociopessoal e (ii) relação de proximidade/intimidade média;
- **relações assimétricas de superior para inferior**: Pm de Tom, com (i) papel sociopessoal inferior e (ii) relação de proximidade/intimidade alta.

Com base nestas relações, montamos uma distribuição escalar de 0 a 9 graus, segundo o papel sociopessoal de cada Pm a quem Tom dirigia seus comandos. No Quadro 8, abaixo, acomodamos os personagens segundo o grau de manipulação constituinte dos atos de comando de Tom.



Quadro 8: Distribuição escalar do uso da variante subjuntiva por Tom, segundo o papel sociopessoal de cada Pm em *Vinhas da Ira*

No Quadro 8, podemos observar que a acomodação de cada Pm nesta escala de F0 a F9, da esquerda para a direita, eleva o uso da variante subjuntiva. Nesta etapa da pesquisa, mantemos como uma de nossas hipóteses o fato de o papel sociopessoal dos Pms mais à direita do Quadro 8 diminuir a força manipulativa dos comandos de Tom. Nos capítulos práticos (5 e 6), vamos testar tal hipótese. Como podemos observar, o uso das variantes do imperativo por Tom é modificado gradativamente, atribuindo aos comandos de Tom uma escala de [> força manipulativa] para [< força manipulativa].

⁵⁷ O *status* social de cada personagem (papel sociopessoal inferior, inferior ou de igualdade) varia de acordo com as nuances de cada situação comunicativa, principalmente do papel sociopessoal de quem ouve (manipulado).

Se dispusermos essa estratificação estilística em apenas três grandes redes de interação de Pm com quem Tom interage, vamos visualizar numericamente esses dados, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição das ocorrências das formas imperativas na fala de Tom

| | Percentual de ocorrências | Variante Indicativa | Variante Subjuntiva |
|-----------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Grupo 1 (F0, F1, F2, F3) | 44% | 93% | 7% |
| Grupo 2 (F4, F5, F6, F7) | 33% | 48% | 52% |
| Grupo 3 (F8, F9) | 23% | 15% | 85% |

A Tabela 3 mostra que o Grupo 1 (Pms de papel sociopessoal inferior) destaca-se por duas razões: (i) por comportar quase metade das ocorrências analisadas, somando cerca de 44% do total dos imperativos utilizados por Tom na amostra considerada, e (ii) por concentrar o percentual maior de dados da forma imperativa indicativa - ao se dirigir aos indivíduos do Grupo 1, Tom utiliza quase que categoricamente essa forma, atingindo cerca de 93% de 44% de ocorrências. O Grupo 2 alcança quase um empate técnico entre o uso das duas variantes, com uma ligeira vantagem para a variante subjuntiva, que atingiu cerca de 52% dos 33%. No Grupo 3, uma vantagem elástica para o uso da variante subjuntiva, com 85% das ocorrências. Porém, diferentemente do Grupo 1, em que os 95% de ocorrência do indicativo se dão em relação a 44% do total de dados, aqui os 85% de ocorrência do subjuntivo se dão em relação aos 23% do total de dados. Então, a variante indicativa foi de fato a variante mais recorrente na fala de Tom.

Se retomarmos a disposição simétrica e assimétrica das relações sociopessoais constituintes da rede de interações de Tom para atribuímos os valores apresentados na tabela 3, vamos ter os seguintes resultados:

- **relações assimétricas de superior (Tom) para inferior (Pm/ouvinte):** predomínio da variante *indicativa* (93%);
- **relações simétricas entre iguais (Tom e Pm/ouvinte):** equilíbrio entre as variantes *indicativa* e *subjuntiva* nos atos de comando de Tom (48% e 52%, respectivamente);
- **relações assimétricas de inferior (Tom) para superior (ouvinte):** predomínio da variante *subjuntiva* (85%).

4.3.2 DIMENSÃO ESTILÍSTICA DA VARIAÇÃO NA FALA DE TOM EM *VINHAS DA IRA*: AMOSTRA DE CASO

As noções de estilo como (i) ‘códigos igualmente disponíveis a todos os falantes’ ou como (ii) ‘desvios do vernáculo por um mesmo falante’ não são contrárias, mas se complementam: tanto em (i) quanto em (ii), o falante precisa fazer escolhas apropriadas a uma situação, com a diferença de que, em (ii), essa escolha é altamente dependente do grau de atenção conferida à linguagem (cf. capítulo 6, seção 6.1.2.). Feitas essas constatações, vamos estendê-las a *Vinhas da Ira*, com o propósito de analisarmos as falas de um mesmo personagem, Tom, dirigidas a apenas dois outros personagens (Al e reverendo), num trecho único da narrativa, em que a interação se dá apenas entre esses três personagens, para atender a um único objetivo em comum: o conserto do carro, em certo momento da viagem. Abaixo, vamos apresentar os três personagens constituintes do trecho que vamos analisar no Quadro 9. São estes os personagens:

- **Tom:** líder do grupo, filho mais velho (porque no trecho do Quadro 9, Noah, o primeiro filho, já havia abandoando a família).
- **Reverendo Casy:** mais velho que Tom, de papel sociopessoal superior e de relação traçada com [< intimidade]. Casy tem um título – o de reverendo – que lhe confere mais status diante de Tom, ex-presidiário.
- **Irmão Al:** irmão mais novo de Tom, de papel sociopessoal inferior e relação traçada com [> intimidade]. Tom é uma espécie de ídolo para Al, por já ter sido preso: ele acha que o irmão é bem ‘macho’ e gostaria de ser assim também – não é só a questão de diferença de idade que o torna “inferior”, mas também o modo como ele vê o irmão.

No Quadro 9, a seguir, o trecho analisado.

| | |
|------|---|
| (50) | DÁ uma ignição antecipada e DESLIGA a gasolina. (...) Bom, agora LIGA a gasolina! OLHA , eu vou ver se encontro um bom lugar pra estacionar. (T/A:190:123) |
| (51) | PRESTE atenção: eu vou bater, que é pra afrouxar um pouco esse troço. Ai o senhor tira esses parafusos de cima e eu tiro os de baixo. (...) agora SEGURE firme. ABRA as juntas lá em cima, lá onde ainda estão presas. (...) ARRASTE -se um pouco pra frente, (...) e FIQUE segurando ela até eu dizer ‘ SOLTA ’. (T/R:197:131) |
| (52) | TRAZ uma manivela e GIRA ela, Al. (...) Me TRAZ as ferramentas que tã no carro. (...) SPERE um pouco. (T/A:206:144) |
| (53) | Se quiser que te ajude, DÁ um grito me chamando, ouviu? (T/A:207:145) |
| (54) | Bom, então TRAZ ela aqui, DEIXA ver. (T/A:208:150) |
| (55) | LEVANTA um pouco mais alto essa luz. (T/A:212:158) |
| (56) | Vou montar o mancal agora. SENTE no volante e CAI rodando ele devagarzinho até eu dizer ‘ PÁRA ’. (...) PÁRA , Casy - disse Tom. EXPERIMENTE outra vez, Casy ... RODE agora, Casy. (T/T:212:159) |
| (57) | ESCUTE aqui, Casy. FIQUE segurando a lanterna agora, e o Al e eu montamos a bacia de novo. (T/R:212:160) |
| (58) | SEGURA a gasolina – gritou Tom. – DEIXA queimar óleo até que o fio se derreta. (...) PÁRA o motor. Acho que está perfeito. (T/A:213:161) |
| (59) | OLHA ‘quí, Al, ACENDE a lanterna e VÊ se a gente não esqueceu nada. TRAZ essas chaves de parafuso. (T/A:214:162) |

Quadro 9: Trecho de *Vinhas da Ira* que ilustra o uso alternado das variantes constituintes dos atos de comando proferidos por TOM

O Quadro 9 apresenta a disposição das falas que fazem parte dos diálogos entabulados entre Tom e seus interlocutores, Al e o reverendo Casy. A contemplação da dimensão estilística no estudo da variação, efetivamente pautada sobre uma *situação social* ou contexto dado requer a delimitação de alguns fatores constituintes da situação. Conforme já mencionado (exaustivamente até!), como parte de um conhecimento compartilhado pelos membros de uma comunidade lingüística, qualquer pessoa muda sua fala de acordo com (i) os seus interlocutores, (ii) o lugar em que se encontra, e até mesmo (iii) segundo o tema da conversa. Abaixo, serão identificados esses elementos constitutivos da situação social do trecho selecionado em *Vinhas da Ira*, tomando como base de investigação apenas a manifestação lingüística de Tom. O objeto de análise tomado aqui é, portanto, a fala deste personagem, quando dirigida a dois outros personagens de papéis sociopessoais distintos. É esta a propriedade da *situação interacional* da qual foram extraídos os trechos selecionados da narrativa.

- um *mesmo* interlocutor: falante (ou PM) Tom.
- um *mesmo* local: estrada, rodovia.
- um *mesmo* tema/tópico da conversa: conserto do carro. Tom, Casy e Al estão tentando resolver o problema mecânico de um calhambeque em que estão viajando com toda a família a bordo.

O trecho selecionado constitui uma pequena amostra do emprego alternado das variantes indicativa e subjuntiva dos atos de comando proferidos por Tom. O que queremos ilustrar, com esta pequena amostra, é a natureza não-aleatória da variação (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968), evidenciando que há uma tendência regular, passível de ser descrita e explicada por restrições predominantemente socioestilísticas: o papel sociopessoal dos interlocutores de Tom se mostrou um dos elementos mais determinantes na escolha de uma ou de outra variante por este PM, nesta amostra⁵⁸.

Abaixo, com base nos dados do Quadro 9, mostramos o número e percentual de ocorrência de uso alternado das formas verbais imperativas de Tom, na Tabela 4.

Tabela 4 - Distribuição das ocorrências das formas imperativas na fala de Tom numa situação social específica

| Número/percentual de ocorrência de imperativo | | | | Número/percentual de ocorrência de INDICATIVO | | | | Número/percentual de ocorrência de SUBJUNTIVO | | | |
|---|-----|----|-----|---|-----|----|-----|---|-----|----|----|
| 33/100% | | | | 22/67% | | | | 11/33% | | | |
| Reverendo | | Al | | Reverendo | | Al | | Reverendo | | Al | |
| 15 | 45% | 18 | 55% | 5 | 23% | 17 | 77% | 10 | 91% | 1 | 9% |

Fonte: Reis, 2003

A Tabela 4 aponta o favorecimento da variante subjuntiva na fala de Tom ao se dirigir ao reverendo: das 11 vezes que empregou essa variante, 10 (91%) foram quando estava interagindo com o reverendo. Por outro lado, a única forma subjuntiva dirigida a Al se deu com a forma verbal *spere*, conforme o enunciado (52) do Quadro 9. Como no romance *spere* é uma forma usada quase que categoricamente no subjuntivo, consideramos que o seu emprego já não mais representava especificamente traços de variação, no sentido de parecer-se mais como uma forma de uso cristalizado. Diferentemente do tratamento dirigido ao reverendo, Tom, ao se dirigir para Al, fez uso predominantemente da variante indicativa: cerca de 67% das 33 ocorrências de imperativo dirigido a Al se deram na variante indicativa. O que nos despertou a atenção foi o fato de que, na narrativa, a *situação social* era a mesma

para os dois interlocutores de Tom, o reverendo Casy e o irmão mais novo de Tom, o Al, uma vez que, neste episódio, Tom estava deitado debaixo do caminhão, fazendo o conserto no eixo das rodas, e os outros dois personagens estavam em pé, com a função de seus ajudantes, entregando-lhe ferramentas, ligando o carro, obedecendo aos seus comandos. Então, a *situação social* em que os comandos eram dados tanto para um quanto para o outro personagem/ouvinte era de fato a mesma, no entanto, as formas lingüísticas não o eram.

Pautados na distribuição das formas imperativas mostrada na tabela anterior, a Tabela 3, acreditamos que a variação estilística é de fato resultado da adequação de uma dada expressão lingüística às finalidades específicas do processo de interação verbal, com base no grau de reflexão do falante sobre as formas que seleciona para compor seu enunciado. O grau de reflexão é proporcional ao grau de formalidade da situação interacional: quanto menos informais forem não só as circunstâncias, como também os papéis sociopessoais dos interlocutores envolvidos nestas circunstâncias, tanto maior a preocupação formal. Decorrente disso, é possível considerar dois limites extremos na transição entre os diferentes estilos possíveis: um *estilo informal*, com grau mínimo de reflexão sobre uma forma empregada, representada nos enunciados imperativos sob enfoque pela variante indicativa, e um *estilo formal*, com grau máximo de reflexão que se projeta sobre uma forma lingüística, representada pela variante subjuntiva.

- **Em resumo:**

A apresentação desta seção (4.3) no capítulo da metodologia foi para ilustrarmos a pertinência de se controlarem grupos de fatores de natureza manipulativa na compreensão do uso alternado do imperativo como ato de comando no português, e o modo de como operar uma análise com tais grupos. Na seção seguinte (4.4), vamos descrever as variáveis controladas (todas de natureza manipulativa) nas análises dos capítulos 5 e 6.

⁵⁸ No decorrer do trabalho, vamos ver que o papel sociopessoal dos PMs se firma como decisivo no uso de uma ou de outra variante do imperativo pelo manipulador.

4.4 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Como temos dito em vários pontos da tese (e, especificamente, no final do capítulo 1), nossa hipótese maior trata da investigação dos dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa dos AFNDs de comando na expressão do imperativo, decorrentes, principalmente, das relações sociopessoais dos envolvidos (manipuladores e manipulados), e o uso das variantes indicativa e subjuntiva constituintes desse modo: *quanto mais alto for o grau de força manipulativa, mais recorrente será o uso da variante indicativa*.

Com base em Givón (1993), por este legitimar os estatutos *manipulação*, *poder* e *'status'* como autoridades do manipulador sobre o manipulado nos AFNDs, levantamos os grupos de fatores a serem controlados. Alguns (poucos) fatores tiveram como sustentação os estudos de Bybee, Pagliuca e Perkins (1994). E, na operacionalização de um tratamento metodológico escalar, pautado na soma de graus de manipulação a um ato de comando, apoiamo-nos no tratamento metodológico abordado em estudos correlatos em Coates (1995)⁵⁹, Heine (1995) e Cezário (2001)⁶⁰.

Vale ressaltar que, no seu estudo, Givón (1993, p. 265) faz a seguinte distinção: AFNDs, como os atos de fala sob a forma verbal imperativa e os que constituem as sentenças interrogativas. Ao tratar especificamente da manipulação, acrescenta, além dos atos não-declarativos sob a forma verbal imperativa, atos declarativos que estabeleçam relações de comando também. Estes últimos não compreendem nosso objeto de estudo, e estão ilustrados em (60); apenas o primeiro tipo, ilustrado em (61) nos interessa.

(60) LEVANTE-SE!

(61) Você se incomodaria se eu lhe pedisse para se levantar?

⁵⁹ Apoiamo-nos na operacionalização metodológica adotada nos estudos de Coates (1995) e Heine (1995) sobre a escolha entre a modalidade-orientada-para-o-agente e a modalidade epistêmica, pelo usuário dos modais do alemão. Os autores propõem a classificação destas modalidades em escalas marcadas por traços de [+ presença] de orientação-do-agente para a identificação de grau alto de modalidade-orientada-para-o-agente e de [+ ausência] de orientação-do-agente, para a epistêmica. No imperativo, a correlação se manteria na proporção modalidade-orientada-para-o-falante com [+ força manipulativa] para a variante indicativa, e com [- força manipulativa] para a variante subjuntiva, cf. Matriz 1.

⁶⁰ Cezário (2001) forma uma categoria maior denominada 'graus de integração de cláusulas', resultante da pontuação alcançada das categorias controladas na pesquisa. Tomou como base estudos de metodologia correlata. São eles: Kneipp (1980), na elaboração de uma escala que vai de verbos plenos a auxiliares, e Bybee *et al* (1994), com relação às formas de se construir o futuro em várias línguas.

Nesta seção 4.4, nas subseções a seguir, vamos descrever os grupos de fatores controlados, exemplificá-los e apresentar nossas expectativas de contribuição de cada um na análise. Como **variável dependente**, tomamos os atos de comando sob as variantes *indicativa* e *subjuntiva* na expressão verbal imperativa. Uma variante é *indicativa*, quando, na expressão do imperativo preservamos sua vogal temática, como em *canta*; e *subjuntiva*, quando a alteramos, como em *cante*.

Num primeiro momento, para o estudo desta variável foram controlados 10 grupos de fatores. Depois, numa etapa posterior, somamos a pontuação de cada um deles, para graduarmos a força manipulativa de cada ato de comando proferido por cada manipulador aos personagens manipulados. Vejamos, então, a disposição de cada um deles a seguir:

| |
|--|
| 1. Natureza da forma pronominal de 2ª pessoa do singular usada pelo manipulador ao manipulado |
| 2. Menção de formas de polidez no ato de comando |
| 3. Menção explícita do manipulado |
| 4. Definitude do manipulado em relação à pessoa que fala |
| 5. Natureza proibitiva do comando |
| 6. Complexidade da forma verbal imperativa |
| 7. Dinamismo da situação |
| 8. Previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ |
| 9. Estatuto verbal de imperativo |
| 10. Natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados |

Quadro 10: Variáveis independentes de natureza EXTRALINGÜÍSTICA controladas

Na próxima subseção, a descrição, exemplificação e expectativas de contribuição de tais variáveis (grupos de fatores).

4.4.1 GRUPO DE FATORES ‘NATUREZA DA FORMA PRONOMINAL DE 2ª PESSOA DO SINGULAR USADA PELO MANIPULADOR AO MANIPULADO’

Estamos determinando como formas pronominais de 2ª pessoa do discurso os fatores *tu*, *você*, *o(a) senhor(a)* e a *ausência* de variantes. A natureza pragmática de cada

uma dessas formas pronominais é dada segundo a situação comunicativa em que estão inseridas.

Na comunicação entre interlocutores são esperadas competências segundo a natureza (i) situacional, (ii) discursiva e (iii) pragmática da interação, advindas do uso social da linguagem (cf. Charaudeau 2001, p. 9). Nesta perspectiva, prevê-se que um manipulador, ao proferir um ato de comando, saiba, em princípio, (i) construir seu comando em função das restrições da situação de comunicação (tema/tópico, identidade social do manipulador em função do manipulado); (ii) escolher as estratégias discursivas adequadas ao seu propósito comunicativo (modalizar (ou não) o ato comando com o uso de uma ou de outra forma pronominal), e (iii) mostrar-se capaz de selecionar variantes que melhor expressem sua intenção, no momento de compor seu comando.

As formas pronominais foram observadas na sentença de comando ou no enunciado como um todo. Enunciados com flexão verbal concordando com a forma pronominal *tu*, mesmo com o sujeito sintático não-preenchido, como em (62) e (63), também foram computados como dados que caracterizam que o 'PM emprega a forma *tu* na sua fala'.

(62) Mas a culpa é TUA. Agora vê se DÁS um jeito c'a manivela.

(63) Depois ele nos encontra. Não TE preocupa.

Foram estes os fatores controlados:

- (A) Ausência de marca pronominal. Exemplo (64).
- (T) Presença de **TU**. Exemplo (65).
- (V) Presença de **VOCÊ**. Exemplo (66).
- (S) Presença de **O SENHOR/A SENHORA**. Exemplo (67)
- (M) Mistura de formas pronominais. Exemplo (68).

(64) **ESPERA** aí, **LEVA** esse prato de comida para a Rosasharm.

(65) **ESCUTA**, Tom. **TU** ouviu o Connie falar que queria estudar de noite?

(66) **ESCUTE** aqui, companheiro. **VOCÊ** tem esse olho bem aberto. E **VOCÊ** tá fedendo de sujeira.

(67) **OLHA**, Mãe, **A SENHORA** não se preocupe, ouviu? **FAÇA** como eu, como todos que tão na cadeia. **A SENHORA** **FAÇA** como os presos antigos, só **PENSE** no dia de hoje.

(68) Sei lá! **VOCÊ** acaba de chegar. (...) Alguns querem que a gente vote. (...) Não sei por quê. Só sei que nos enxotam. **ESPERA** um pouco, e **TU** vai ver.

A contribuição do controle desse grupo de fatores na análise dos nossos dados se dá, inicialmente, para verificarmos aqui o nível de assimetria entre a dimensão estilística de uso das formas pronominais e o uso de uma ou de outra variante verbal na expressão do imperativo. Também pretendemos correlacionar nossos resultados à regra prescritiva da gramática tradicional, segundo a qual a forma pronominal *você*, como sujeito sintático, entraria em concordância com a variante subjuntiva, e a *tu*, também nesta função sintática, com a indicativa, respectivamente.

4.4.2 GRUPO DE FATORES ‘MENÇÃO DE FORMAS DE POLIDEZ NO ATO DE COMANDO’

Incluimos a polidez como um grupo de fatores no estudo dos atos de comando, porque, segundo Bybee *et al* (1994, p. 321), este é mais um dos significados que co-ocorrem com o imperativo. Além das formas originalmente reconhecidas como imperiosas de comando, há também formas polidas e brandas de dirigi-los a quem interage com o manipulador.

Em relação ao grau de [$>$ intimidade] e [$<$ intimidade] e tratamento de polidez e não-polidez vinculado ao uso das formas pronominais *você* e *o(a) senhor(a)* na interação, segundo o papel sociopessoal dos interlocutores de uma dada situação comunicativa, Macedo (1992, p. 92) apresenta um perfil de estilo de uso destes pronomes com base em Oliveira e Silva (1982), conforme o Quadro 11, abaixo.

| Tipo de relação | [- intimidade] | [+ intimidade] |
|---------------------|----------------|---------------------|
| Superior > inferior | Insegurança | Tu/você |
| Entre iguais | Você | Tu |
| Inferior < superior | O senhor | Você/o(a) senhor(a) |

Quadro 11 – Quadro 11 – Grau de intimidade em relação à posição hierárquica dos interlocutores. Fonte: Oliveira e Silva (1982)

Nesta mesma direção, também pretendemos investigar os resultados de nossa amostra, no próximo capítulo.

Estes foram os fatores controlados neste grupo:

- **(A)** Ausência de polidez. Exemplo (69).
- **(P)** Presença de marca de polidez: o PM recebe tratamento respeitoso do PM, em comandos em que o manipulador inserir expressões respeitosas, tais como *o(a) senhora(a)*, *por favor*, *por gentileza*, dentre outras. Exemplos (70) e (71).

(69) Tom, **VAI** buscar a panela que tem as costeletas.

(70) É meu filho. Me **DÁ** ele, **POR FAVOR**.

(71) **SEJA** bem-vindo – cumprimentou-o Mãe. – **O SENHOR** é bem-vindo – disse Pai.

Nossa expectativa da contribuição desse grupo de fatores na atribuição de graus de força manipulativa a um ato de comando é pautada nas convenções de polidez, segundo as quais elementos polidos, sozinhos ou em combinação com outros dispositivos, podem enfraquecer a força manipulativa desses atos (cf. Givón, 1993:265). Portanto, esperamos que a variante indicativa seja usada preferencialmente com ausência de polidez.

4.4.3 GRUPO DE FATORES ‘MENÇÃO EXPLÍCITA DO MANIPULADO’

Em Givón (1993, p. 265), este é mais um dispositivo enfraquecedor da força manipulativa de um ato de comando (cf. final do capítulo 3). Esse autor coloca que a menção explícita do manipulado sob a forma pronominal de 2ª pessoa do singular (no português, *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*) pode modalizar um AFND de comando. Transformado em grupo de fatores, adaptamos este dispositivo aos nossos dados: acrescentamos como dispositivos enfraquecedores, além da menção da forma pronominal de 2ª pessoa do singular, *tu/você*, na função sintática de sujeito preenchido, os sujeitos mitigados (na posição anteposta), os vocativos nominativos (mãe, Ruthie) e os vocativos pronominais e de nome generalizado (seu, dona, companheiro), conforme os fatores abaixo.

- **(A)** Ausência de menção do manipulado, sujeito não-preenchido. Exemplo (72)
- **(S1)** Sujeito mitigado (anteposto). Exemplo (73)
- **(S2)** Sujeito preenchido (posposto). Exemplo (74)

- (V1) Vocativo de nome generalizado (seu, dona, senhor, amigo, companheiro).

Exemplo (75)

- (V2) Vocativo de nome específico (nome de pessoas, mãe, pai). Exemplo (76)

(72) Bem, **PÕE** um calço nas rodas traseiras e vamo ver se levantamos este calhambeque.

(73) **OLHA**’qui, não acorda ninguém, mas quando eles acordar **TU DIZ** que fui ver um trabalho pra mim, ouviste?

(74) Vamos, **SUBA VOCÊ** agora.

(75) **ESCUTE** aqui, **SEU**. Talvez você chegue e encontre logo um serviço permanente, e aí eu passava por mentiroso.

(76) Mas **ESCUTE**, **AVÔ**. **ESCUTE** só um instante.

Assim, esperamos que a menção explícita do manipulado iniba o uso da variante verbal indicativa.

4.4.4 GRUPO DE FATORES ‘DEFINITUDE DO MANIPULADO EM RELAÇÃO À PESSOA QUE FALA’

Para Givón (1993, p. 266), as formas verbais imperativas podem obedecer a uma classificação sintática⁶¹ segundo a força manipulativa que concentram a partir da definitude do manipulado: quanto menor a inclusão do manipulador na ‘ação-a-se-desenvolver’ pelo manipulado, mais manipulativo será o ato, e a forma verbal imperativa será considerada canônica. Neste uso canônico do imperativo, o manipulador define de modo muito preciso seu manipulado como seu interlocutor I no momento de fala, (a pessoa com quem se fala), mesmo que o sujeito sintático da forma verbal imperativa por ele empregada não esteja preenchida (traço que caracteriza o imperativo nas línguas latinas, até no inglês), ou que o vocativo também não esteja marcado no enunciado. É neste tipo de imperativo, o canônico, que se encontram os casos mais recorrentes dos atos de comando, como o exemplo (77) (cf. exemplificação deste grupo de fatores, mais abaixo).

Além de (i) *canônico*, Givón (*op. cit.*) classifica o imperativo em: (ii) *hortativo*, quando este envolver a inclusão do manipulador na ‘ação-a-se-desenvolver’ juntamente com o manipulado, em casos de 1ª pessoa do plural, como em *vamos estudar* (=estudemos), ou no

⁶¹ Classificação sintática, no sentido de se reconhecerem no enunciado as relações sintáticas entre os termos. Por exemplo: ‘Maria, mande o paciente entrar’ constitui-se um tipo jussivo de imperativo, pela definitude do manipulado se dar de duas maneiras: na primeira, temos o manipulado *Maria*, cuja relação sintagmática não coincide com a de *paciente*, segundo manipulado definido neste comando.

inglês, a contração *Let's* (*Let us*), ou de 2ª pessoa do singular, como ‘*Deixa ver*’. Nosso trabalho não tratou de 1ª pessoa, como em (78), mas encontramos algumas ocorrências de hortativo em 2ª pessoa, como em (79).

Um outro tipo de imperativo é o (iii) *jussivo*, em que a definitude do manipulado se dá em duas etapas, com dois manipulados. Aqui, o manipulador manda o manipulado 1 mandar o manipulado 2 a fazer algo, como em ‘*Mande alguém fazer algo*’. Estamos, na realidade, diante de dois manipulados, com ‘mudança-de-estado-de-coisas’ também distinta, como em (80). Por fim, o (iv) *proibitivo*, na expressão de comandos negativos, que veremos como mais um grupo de fatores.

Bybee *et al.* (1994, p. 321) acomodam de modo diferente esta classificação do imperativo. Para esses autores, os modos verbais se dão de quatro maneiras, sendo uma delas, a do imperativo. São estes os modos verbais: modos epistêmicos, imperativos, subordinativos e condicionais. O imperativo se subdivide: em (i) *imperativo*, sob a forma de comando em 2ª pessoa (cf. canônico de Givón), ou 1ª do plural (cf. hortativo de Givón), ou 3ª pessoa (cf. jussivo de Givón). Nesta primeira classificação, esses autores se voltam apenas às formas verbais que o imperativo pode assumir; em (ii) *optativo*, em que a proposição representa um desejo futuro do falante, como em (81); em (iii) *hortativo*, abrangendo aqui apenas a natureza semântica do comando, em que o manipulador é aquele que incita o manipulado à ‘mudança-do-estado-de-coisas’; em (iv) *proibitivo*, para expressar comandos negativos; em (v) *admoestativo*, para comandos repressivos ou de advertência.

Além desta classificação, Bybee *et al.* abordaram também os significados que co-ocorrem com o imperativo, que são (i) *polidez* (nosso grupo de fatores); (ii) *ação atrasada* (*delayed*), que caracteriza os comandos cuja ‘mudança-de-estado-de-coisas’ se dá bem posterior ao momento de fala (nosso grupo de fatores); (iii) *ação imediata*, com ‘mudança-de-estado-de-coisas’ imediatamente ao momento de fala, e (iv) o *auto-explicativo* (*self-explanatory*), usados em manuais diversos, os famosos ‘modos de fazer’ de receitas culinárias, montagens de eletrodomésticos, etc.

Para atender ao nosso grupo de fatores *menção explícita do manipulado*, adaptamos então as perspectivas dos dois estudos acima relatados, obtendo os seguintes fatores:

- **(C)** Imperativo **canônico**: definitude do interlocutor 1 (com quem se fala) como um único manipulado e sem a inclusão do manipulador. Exemplo (77).
- **(H)** Imperativo **hortativo**: inclusão do manipulador e manipulado na ‘mudança-de-estado-de-coisas’. Exemplo (78), de 1ª pessoa do plural, e (79), de 2ª pessoa do singular.
- **(J)** Imperativo **jussivo**: definitude dos interlocutores 1 e 2 como manipulados na ‘mudança-de-estado-de-coisas’, sem a inclusão do manipulador. Exemplo (80).
- **(O)** Imperativo **optativo**. Exemplo (81).
- **(E)** Imperativo **auto-explicativo**. Exemplo (82).

(77) **BOTA** elas já, já aonde tu tirou.

(78) Bem, **VAMOS TIRAR** fora a cuba de óleo, depois também o pino da biela.

(79) Eu quero ver, mãe. **DEIXA EU VER**, mãe, por favor.

(80) Vamos, **ANDE** depressa. Se não tiver (aberto), **MANDA ELES ABRIR**.

(81) Foi assim que ele chegou à conclusão: *que VÁ tudo pro diabo!*

(82) Comprei costeletas de porco. **CORTA** as batatas e **BOTA** elas na frigideira nova. E **BOTA** também uma cebola no meio delas.

O esperado, em relação a este grupo de fatores, é que o número maior de uso da variante indicativa se dê na forma canônica.

4.4.5 GRUPO DE FATORES ‘NATUREZA PROIBITIVA DO COMANDO’

Para Givón (1993:267, em termos de força manipulativa, as formas imperativas negativas, por serem menos diretas⁶², são consideradas expressões constituintes de menor grau de manipulação, e isso é o que vamos medir nos nossos dados, no capítulo seguinte.

Bybee *et al.* (1994, p. 321) não abordam o imperativo nesta perspectiva de graus de força manipulativa, mas apenas à acomodação formal que ele ocupa nos modos verbais. Segundo esses autores, o imperativo proibitivo assume a mesma classificação sintática atribuída aos imperativos canônicos, jussivos, hortativos, optativo e admoestativo, alguns

dos quais vamos transformar em grupo de fatores também. O proibitivo é apenas, então, mais uma das classificações desse modo.

- (A) Imperativo não-proibitivo (afirmativo). Exemplo (83).
- (N) Imperativo proibitivo (negativo). Exemplo (84).

(83) PAGA um dólar e está muito bem pago. (Me/T:210:154)

(84) Por favor, NÃO VENHA bancar o sabido. (T/Ra:286:201)

Esperamos, com base em Givón, que comandos afirmativos privilegiem a variante indicativa.

4.4.6 GRUPO DE FATORES ‘COMPLEXIDADE DA FORMA VERBAL IMPERATIVA’

Este grupo de fatores é uma adaptação de um dos dispositivos enfraquecedores da força manipulativa dos atos de comando, que trata do *aumento da extensão do enunciado de comando* (cf. Givón, *op. cit.*). A constituição das variantes do imperativo de 2ª pessoa do singular apenas (sem a inclusão dos hortativos clássicos de 1ª pessoa do plural, como em ‘*Vamos estudar*’ = ‘*Estude*’), que são as variantes que constituem o nosso objeto de estudo, é uma consttuição de natureza formal com pouca massa fônica. Estamos interpretando o dispositivo *aumento da extensão do enunciado* como o aumento de massa fônica do enunciado. Seria a diferença entre ‘*Levante-se*’, por exemplo, e ‘*Você poderia fazer a gentileza de se levantar, por favor?*’ A extensão deste último enunciado e em relação à extensão daquele é de proporção desigual. Entretanto, como não estamos trabalhando com atos de comando gerais, como o mais extensivo acima, mas apenas com os que se dão pela forma verbal imperativa, e, destes, os que constituem apenas os de 2ª pessoa do singular, acreditamos que, de fato, este grupo de fatores possa se mostrar pouco significativo no nosso estudo. São estes os fatores a serem testados:

- (N) Forma não-complexa. Exemplo (85).
- (C) Forma complexa. Exemplo (86).

⁶² Segundo Givón (1993, p. 269), um *ato de fala indireto* é uma construção usada para performar um ato de fala não-prototípico. Por exemplo: *Was there any salt there?* É uma forma mais prototípica de sentenças interrogativas do que imperativas, por estar muito distante do imperativo canônico *Pass the salt*.

- (85) E **BOTA** um vestido limpo, e **PENTEIA** os cabelos. E **TIRA** essa ramela dos olhos, **ANDA!**
 (...) E **LAVA** os pés e **BOTA** os sapatos. E **ENTRANÇA** esse cabelo. (M/Ro:356:265)
- (86) Mas a senhora deve dormir – disse Tom, com uma risada feliz. – **TRATE DE DORMIR**
 (T/M:338:253)

Nossa expectativa, com base em Givón, é de que as formas não-complexas de imperativo privilegiem a variante indicativa.

4.4.7 GRUPO DE FATORES ‘DINAMISMO DA SITUAÇÃO’

Este grupo de fatores constitui um dos aspectos funcionais dos atos de fala manipulativos. Por serem atos verbais através dos quais o manipulador tenta fazer o manipulado agir, os atos de comando obedecem a algumas convenções do contrato comunicativo designativo de atos dessa natureza (a manipulativa), que são: (i) mudança-de-estado-de-mundo⁶³, (ii) poder de ação, e (iii) legitimação de autoridade (cf. Givón, *op. cit.*:264).

A criação deste grupo de fatores, *dinamismo da situação*, se deu a partir da acomodação que fizemos da primeira convenção, a ‘mudança-de-estado-de-mundo’, para atender às situações de comando em *Vinhas da Ira*. Uma vez que num comando o ‘estado desejado das coisas’ tem de ser diferente do seu ‘estado atual’, constatamos que a natureza dessa dinamicidade da ação verbal pode em muito contribuir para o enfraquecimento ou fortalecimento da força manipulativa de um comando. Por exemplo: a resposta para esta ‘mudança-de-estado-de-coisas’ a partir de verbos de movimento externo, como *fechar* em ‘*Feche a porta*’, é diferente da que se dá a partir de verbos de movimento interno, como *prestar*, em ‘*Preste atenção*’, que também é diferente de *olhar* e *incomodar*, em ‘*Olha, não se incomode*’, de *imaginar*, em ‘*Imagina, claro que gostei!*’, e diferente também de estado interno, como *ficar*, em ‘*Fique calmo*’.

Então, controlamos nos nossos dados cinco tipos de dinamismo nas ‘mudanças-de-estado-de-coisas’, segundo os fatores abaixo.

- (M1) Movimento externo perceptível no momento de fala. Exemplo (87).
- (M2) Movimento externo não-perceptível no MF. Exemplo (88).
- (M3) Movimento interno (não-perceptível).

⁶³ ‘Mudança-de-estado-de-mundo’ ou ‘mudança-de-estado-de-coisas’ (cf. Givón, 1993, p. 264).

- **DI:** verbos *desculpar* e *imaginar*. Exemplos (89) e (90).
- **PI:** verbos *preocupar-se* e *incomodar-se*. Exemplo (91).
- **DV:** verbos de reflexão introspectiva, como em *deixar ver*. Exemplo (92).
- **DD/PA:** verbos aconselhativos, como em *deixar disso* ou *prestar atenção*. Exemplos (93) e (94).
- **(M4)** Movimento no discurso da fala. São os verbos de chamamento, na sua maioria, os marcadores discursivos. Exemplo (95).
- **(NM)** Não-movimento. Constituem os comandos com verbos de ligação. Exemplo (96).

- (87) **TOMA, PEGA** neste troço. (P/T:348:260)
- (88) **VÁ** andando até o fim desta fila aqui e depois **DOBRE** à direita. Vocês vão ficar no departamento sanitário número quatro. (Gu/T:335:248)
- (89) **DESCULPE**. Se soubesse não teria perguntado. (R/T:29:14)
- (90) **IMAGINA**, água quente. Meu Deus, daqui a pouco eles vão querer banheiras. (Gu/T:449:342)
- (91) Não se **PREOCUPE** com ela, não se **PREOCUPE**, minha filha. Ora, não se **PREOCUPE** com isso. (...) **ESCUTE**, eu conheci essas duas moças. Não se **INCOMODE** com o que ela disse. Não se **INCOMODE**, minha filha. (Di/Ro:366:269)
- (92) **FAZ** pra ele uma xícara de café forte. **DEIXA VER** ... aí diz pra usar uma colherada de chá. Mas é melhor a gente botar mais. (T/M:126:71)
- (93) Ora, **DEIXA DISSO**, Muley. **TOMA** lá! (P/Mu:124:64)
- (94) **PRESTE** atenção: eu vou bater, que é pra afrouxar um pouco esse troço. Ai o senhor tira esses parafusos de cima e eu tiro os de baixo. (T/R:197:131)
- (95) **OLHA**, Al, já ‘tou ficando aborrecido contigo. Tu é um garoto com mania de grandeza, pensa que é muita coisa. Mas, **ESCUTA** ‘qui: pra que é que tu te defende sempre, se ninguém te ataca? **SEJA** como tu é, e nada mais. (T/A:211:156)
- (96) Sim, mas não **FALA** tão alto! Não **FAZ** escândalo. Ssciu! **FICA** calada, senão vem gente. **FICA** quietinha. (T/Ro:469:368)

Esperamos que verbos com movimento externo perceptível no momento da fala condicionem o uso da variante indicativa.

4.4.8 GRUPO DE FATORES ‘PREVISIBILIDADE DA MUDANÇA-DE-ESTADO-DE-COISAS’

Se no grupo de fatores anterior constatamos que o *dinamismo* da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ se dá em proporções diferenciadas em relação ao momento de fala, a partir do controle destas diferentes dinamicidades, sentimos também a necessidade de controlarmos a *previsibilidade* do futuro em que a ação de comando se dará, com base em:

- Givón (*op. cit.*, p. 265), por este colocar como dispositivo enfraquecedor da força manipulativa dos atos de comando o *uso da modalidade ‘irrealis’ sobre o verbo*.

No que diz respeito ao tempo do imperativo, também sabemos, desde os estudos prescritivistas mais pioneiros, que o *imperativo é enunciado no tempo presente, mas, na realidade, este 'presente do imperativo' tem valor de um futuro, pois a ação que exprime está por realizar-se* (Cunha, 1975, p. 453). Partimos então do pressuposto de que o imperativo evoca um evento futuro. E, quando se trata de uma marca de futuridade na expressão de uma forma verbal, admite-se que a esta forma verbal seja atribuída uma associação direta com modalidades de natureza *irrealis*, segundo a redefinição de *asserção irrealis*⁶⁴ que Givón (1993, p. 113) estabeleceu a partir dos tipos de modalidade da tradição lógica. Num comando imperativo, ainda que a projeção futura possa se distanciar do momento de fala, as asserções compartilham de uma *verdade possível*, traço modal de *irrealis*. Então, consideramos que comandos, pedido, exortação etc. são associados à modalidade *irrealis*, porque, como os modais, os verbos de modalidade e os verbos de manipulação fazem sempre projeção para o futuro;

- Bybee *et al.* (1994, p. 321), por estabelecerem uma distinção na projeção futura das ações de comando: um futuro [+ imediato] em relação ao momento de fala (*immediate*), e outro [- imediato], também em relação ao momento de fala (*delayed*).

Segundo esses autores, estes significados são significados que co-ocorrem com o imperativo.

Para atender à disposição dos nossos dados, o controle deste grupo se deu a partir de quatro fatores:

- **(F1)** Futuro [+ imediato] em relação ao MF. Exemplo (97).
- **(F2)** Futuro [- imediato] em relação ao MF. Exemplo (98).
 - **(F3)** Futuro indeterminado. Exemplo (99).
- **(F4)** Não-previsibilidade em relação à mudança-de-estado-de-coisas. Entram aqui os verbos que classificamos de natureza mais pragmática. São eles: MD(Marcador Discursivo),

⁶⁴ Numa abordagem funcional, Givón (1993, p. 113) estabelece uma redefinição dos tipos de modalidade a partir da tradição lógica: (i) pressuposição (verdade necessária), (ii) asserção *realis* (verdade factual), (iii) asserção *irrealis* (verdade possível), e (iv) asserção negada (não-verdade). Então os verbos de modalidade e os verbos de manipulação fazem sempre projeção para o futuro, e tratam, portanto, de eventos ainda não ocorridos. Além disso, os atos de fala manipulativos estão associados, mesmo que de uma maneira muito restrita, ao aspecto verbal avaliativo de *irrealis*, que trata da submodalidade de preferência (Givón, 1993, p. 176).

DI(Desculpa/Imagina), PI(Não se preocupe/incomode), DV(Deixa ver), DD(Deixa disso), exemplificados no grupo de fatores anterior. Exemplos (89) a (95).

- (97) Ssciu, **CALA-TE** agora. E sei como te sentes, sei que não há remédio. O melhor é tu ficar quieta agora, ouviu? (M/Ro:471:372)
- (98) Nada disso. A senhora **VAI** dormir e **BOTA** amanhã outro vestido e então ... então a senhora vai ver. (T/M:338:253)
- (99) **GUIA** o pessoal pra onde quiser, **MERGULHA** eles na vala de irrigação. **DIGA** que vão todos pro inferno se não pensarem como o senhor. Basta guiar o pessoal, não precisa levar eles pra nenhum lugar determinado. (T/R:24:9)

Nossa expectativa em relação a este grupo de fatores é a de que futuros mais imediatos condicionem o uso da variante indicativa.

4.4.9 GRUPO DE FATORES ‘*ESTATUTO VERBAL DE IMPERATIVO*’

Grupo de fatores que trata da natureza significativa da forma verbal, segundo o uso que os falantes fazem do português: consideramos [-plenos] os que têm uma natureza mais pragmática (Marcadores Discursivos e os verbos DI(Desculpa/Imagina) /PI(Não se preocupe/incomode) /DD(Deixa disso)/DV(Deixa ver) e os [+ plenos], natureza menos pragmática. O controle deste fator se deu a partir de dois subgrupos:

- **(P)** Estatuto verbal [+ **pleno**]. Exemplo (100)
- **(N)** Estatuto verbal [- **pleno**] (MD/PI/DIDV/DD). Exemplos (89) a (95)

- (100) **VEM** cá, John, **SENTA** aqui. (P/J:383:288)

Esperamos que verbos de estatuto mais pleno condicionem o uso da variante indicativa.

4.4.10 GRUPO DE FATORES ‘*NATUREZA DA SIMETRIA/ASSIMETRIA DAS RELAÇÕES SOCIOPESSOAIS ENTRE MANIPULADORES E MANIPULADOS*’

A partir do momento em que a sociolinguística contempla abordagens distintas de se descrever um fenômeno da linguagem, pautadas ou numa visão micro ou numa visão

macrossociolingüística de análise, sentimos a necessidade de controlar um grupo de fatores que atendessem a duas naturezas de análise:

- ora à análise dos comandos constituintes de uma rede maior de interação, que estamos tratando de redes de relações sociopessoais na *família* (sistema de relações com avós, pais, irmãos, tio), **R1(PM/Pm)**⁶⁵; de redes de relações sociopessoais com *estranhos*, **R4(PM/Pm)**; de redes de relações sociopessoais com uma *ex-autoridade religiosa*, **R6(PM/Pm)**, dentre outras redes (cf. Quadro 12);
- ora à análise de comandos proferidos por um único manipulador a diversos membros dessas redes.

Em (i), a nossa análise estaria mais voltada à macrossociolingüística, e, em (ii), mais para a micro, mesmo que tenhamos a convicção de que essa divisão binária não se opõe uma a outra, pelo contrário, elas se complementam⁶⁶ (cf. Calvet, 2002:123). Em (i), a análise se voltaria mais para a descrição do comportamento das nossas variantes de comandos em estudo (indicativa e subjuntiva) num uso lingüístico próprio de um grupo social ou de uma classe social (socioleto); e, em (ii), sob a dimensão intra-individual (interpessoal, estilística) de um único falante em situações comunicativas diversas, sobre a qual se firma, prioritariamente, a proposta desta tese⁶⁷, embora não deixamos de considerar também o grupo, numa visão mais geral e inicial de análise.

⁶⁵ **R1(PM >Pm)**: Lê-se: **R1**: Rede 1 (família); **PM/Pm**: atos de comando dos personagens manipuladores (PMs) *dirigidos* a um personagem manipulado (Pm).

⁶⁶ Vale ressaltar mais uma vez que não há limites de abrangência numa ou noutra abordagem sociolingüística de análise. Do mesmo modo que, neste estudo, estamos colocando a variedade intra-individual no nível da microssociolingüística, e socioleto, no da macrossociolingüística, esta última poderá ser mais micro, se constituir parte integrante de uma análise da situação sociolingüística de uma região ou de um país, por exemplo, justificando-se a natureza de complementariedade, e não de oposição entre elas (cf. Calvet, 2002, p. 124).

⁶⁷ Além destas duas distinções de variedade, a tratada no grupo social (socioleto) e a intra-individual, há também o idioleto: a totalidade das produções de um falante num momento dado. Segundo Labov (1972), o termo *idioleto* é usado para representar o discurso de um falante determinado que fala sobre um tema/tópico determinado a um mesmo ouvinte durante um tempo limitado. Vale lembrar que este último coincide com a natureza dos registros dos bancos de fala dos Projetos VARSUL, NURC e PEUL, conforme vimos na introdução desta tese.

Então, embora a nossa proposta de pesquisa se firme na abordagem que estamos chamando aqui de mais microssociolinguística, por atender à variação linguística que se exprime em função da dimensão estilística em *Vinhas da Ira*, é na macro que vamos buscar a natureza das relações sociopessoais estabelecidas entre PMs e Pms, a partir do papel sociopessoal de cada um deles nestas redes maiores, a da família e a da autoridade religiosa, por exemplo.

Para atender à simetria/assimetria constituinte das relações sociopessoais entre os PMs a seus Pms, foram controlados os seguintes fatores:

- (1)- ($M > m$): manipulador de papel sociopessoal superior ao do manipulado.
Exemplo (101).
- (2)- ($M = m$): manipulador de papel sociopessoal igual ao do manipulado.
Exemplo (102).
- (3)- ($M < m$): manipulador de papel sociopessoal inferior ao do manipulado.
Exemplo (103).

(101) Reverendo? Tu trouxe um pregador? **TRAZ** ele pra cá. Ele pode fazer uma reza. **TRAZ** pra cá o reverendo. (Avó/Tom:89:48)

(102) **CALA** a boca, seu bode velho. (Avó/Avô:90:51)

(103) Então **DIGA** – falou Avó. – E **DIGA** umas palavras sobre a nossa viagem pra Califórnia. (Avó/Reverendo:90:52)

Para esses três fatores ($M > m$), ($M = m$) e ($M < m$) não há PMs nem PMs fixos. Na medida em que esta hierarquia se firma em redes sociais distintas, ocorre um remanejamento da hierarquia do papel sociopessoal de cada um dos interlocutores. Por exemplo: em situações de comando entre dois policiais, a relação é de igualdade ($M = m$); entre policiais e transeuntes, de superior para inferior ($M > m$); e, entre policiais e xerife, de inferior para superior ($M < m$).

Então, para atender à dinamicidade da disposição dos papéis sociopessoais dos manipuladores e manipulados em *Vinhas da Ira*, criamos sete redes sociais, cada uma obedecendo aos três fatores ($M > m$, $M = m$ e $M < m$) controlados acima, conforme a disposição do Quadro 12, apresentado a seguir.

(R1): Rede de relações sociopessoais da família nuclear, de maior **intimidade** (família direta: pais e

| | |
|---|---|
| filhos): | ▪ R1(PM>Pm); R1(PM<Pm); R1(PM=Pm). |
| (R2): Rede de relações sociopessoais de afetividade (família mais distante: (avós), tios) | ▪ R2(PM>Pm); R2(PM<Pm); R2(PM=Pm). |
| (R3): Rede de relações sociopessoais com conhecidos (amigos, conhecidos) | ▪ R3(PM>Pm); R3(PM<Pm); R3(PM=Pm). |
| (R4): Rede de relações sociopessoais com estranhos (motorista e garçom/garçonete, mecânico e clientes, funcionários de mercearias, pedido de informação na rua, outras) | ▪ R4(PM>Pm); R4(PM<Pm); R4(PM=Pm). |
| (R5): Rede de relações sociopessoais com profissionais (diretores, presidente do comitê) | ▪ R5(PM>Pm); R5(PM<Pm); R5(PM=Pm). |
| (R6): Rede de relações sociopessoais de autoridades voluntárias (religiosa, outras) | ▪ R6(PM>Pm); R6(PM<Pm); R6(PM=Pm). |
| (R7): Rede de relações sociopessoais de autoridades não-voluntárias (poder cível (xerife, juiz), outras) | ▪ R7(PM>Pm); R7(PM<Pm); R7(PM=Pm). |

Quadro 12: Redes sociais, segundo o papel sociopessoal dos PMs e Pms

Apresentamos, anexo, o modo como controlamos a simetria e a assimetria em cada rede de relação sociopessoal dos PMs e Pms acima, segundo a distribuição hierárquica de cada um dos interlocutores (cf. anexo 2).

Nossa expectativa é a de que personagens manipuladores de papel sociopessoal superior em relação ao papel sociopessoal do manipulado empreguem mais a variante indicativa⁶⁸.

4.5 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise do emprego variável das formas verbais imperativas na expressão de comandos em função da dimensão estilística da variação lingüística constitui-se a partir de três etapas metodológicas: etapas 1 e 2, no capítulo 5; e etapa 3, no capítulo 6.

⁶⁸ Uma observação aqui neste final da relação dos grupos de fatores controlados: como foram apresentados todos os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa dos atos de comando (cf. Givón, 1993 e capítulo 3 desta tese), vamos justificar o fato de não incluirmos o que trata da *disposição da sentença manipulativa sob o escopo de uma modalidade ou de um verbo de cognição*, que é por considerarmos a abrangência e importância que ele ocupa. Um dos usos que poderia comportar esse dispositivo seria o de **'Pode** entrar, **entre!**', por exemplo. Sob o escopo de uma modalidade, no português, dariam estudos interessantes. Por isso, este dispositivo fica como proposta para futuros trabalhos, e não como um grupo de fatores apenas.

4.5.1 ETAPA 1: METODOLOGIA DA TESTAGEM ISOLADA DAS VARIÁVEIS SIMPLES

Na primeira etapa de análise foram feitas as rodadas das variáveis independentes simples, para analisarmos o efeito de cada uma sobre a variável dependente. São variáveis de natureza semelhante, e foram discriminadas uma a uma neste capítulo (cf. Quadro 10).

Tomamos como base o suporte quantitativo do programa VARBRUL⁶⁹ (Pintzuk, 1988), modelo logístico que tem como função calcular efeito dos diversos fatores com base em frequências, em análise de fenômenos variáveis. Além de calcular o peso relativo de cada variável independente, apresenta uma seleção estatística dos diversos grupos de variáveis analisados, em função de um número estatístico denominado nível de significância. Um dos aspectos mais importantes desse programa consiste no fato de ele trabalhar com níveis diversos de análises, efetuando-se comparações entre os valores probabilísticos atribuídos aos fatores das variáveis (cf. Scherre e Silva, 1996:47).

4.5.2 ETAPA 2: METODOLOGIA DA FORMAÇÃO DA VARIÁVEL COMPLEXA *GRAUS DE FORÇA MANIPULATIVA*

Nosso objetivo nesta segunda etapa é a formação de uma variável independente complexa denominada *Graus de força manipulativa*, resultante da soma de uma pontuação atribuída a cada uma das 7 variáveis simples que a integram (dentre as 10 variáveis controladas, algumas se sobrepuseram, conforme em (5.1.8). Assim, essa categoria complexa se configura como um aglomerado de grupo de fatores. A soma de cada fator define o grau de força manipulativa que constitui cada ato de comando. A criação de uma variável complexa é para atender ao tratamento escalar que pretendemos dar à variável dependente.

No português, uma análise escalar semelhante a que estamos fazendo aqui foi proposta por Cezário (2001), na descrição dos *graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos* (cf. nota 49). Outros estudos, como os de Coates (1995) e Heine (1995) sobre a escolha entre a modalidade-orientada-para-o-agente e a modalidade epistêmica pelo usuário dos modais do alemão também adotaram uma quantificação escalar, marcando a presença e a ausência de propriedades constituintes de cada uma das modalidades testadas (cf.

nota 48). Algumas das propriedades modais aplicadas por esses dois últimos autores aos verbos modais do alemão assemelham-se a certas propriedades modais que também constituem o imperativo, mas que não constituem o objeto investigado aqui. Se o fosse, no imperativo, a correlação se manteria na proporção modalidade-orientada-para-o-falante com [$>$ força manipulativa] para a variante indicativa, e com [$<$ força manipulativa] para a variante subjuntiva. A Matriz 1, com o preenchimento de sinais positivos e negativos, ilustra o modo escalar como Heine e Coates trabalharam; o Quadro 14, com pontuação numérica, a escalaridade de Cezário. A junção das duas metodologias operacionalizou a criação da nossa variável complexa.

4.5.2.1 Modelo da escala matricial no controle dos grupos de fatores para a formulação da variável complexa *graus de força manipulativa*⁷⁰

A Matriz 1 ilustra a disposição de uma pequena amostra de 24 comandos dos nossos dados, segundo os grupos de fatores que vão compor a variável *Graus de força manipulativa*. O objetivo da sua apresentação nesta parte do trabalho é para dar uma noção mais geral de como pretendemos abordar cada fator controlado. Podemos ver que, da letra **B** à **K**, formamos 10 grupos de fatores, desconsiderando a letra **A**, por ela constituir na matriz a variável dependente. Para cada um dos grupos de fatores, abrimos entre 2 a 5 fatores. Na matriz à esquerda, assinalamos positivamente a presença do traço que caracteriza o verbo na expressão do imperativo. Vejamos, então, como se deu esta distribuição matricial dos fatores controlados. Logo depois, no Quadro 12, a legenda de cada grupo de fatores da Matriz 1.

| Grupo de Fatores | A | | B | | C | | D | | E | | F | | G | | H | | I | | J | | K | | | | | | | | | | |
|--------------------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|-----|-----|-----|---|---|---|---|---|
| Comandos | I | S | A | T | V | S | N | P | A | S | V | C | J | H | O | E | A | N | S | C | E | L | D | F 1 | F 2 | F 3 | P | N | 1 | 2 | 3 |
| 1. Não se esqueça | - | + | + | - | - | - | + | - | + | - | - | + | - | - | - | - | + | + | - | - | - | + | - | - | + | + | - | + | - | - | |
| 2. Não se preocupe | - | + | - | - | - | + | - | + | - | - | + | + | - | - | - | - | + | + | - | - | - | + | - | - | + | - | + | + | - | - | |
| 3. Não pense | - | + | + | - | - | - | + | - | - | - | + | + | - | - | - | - | + | + | - | - | - | + | - | - | + | + | - | + | - | - | |
| 4. Não complique | - | + | + | - | - | - | + | - | + | - | - | + | - | - | - | - | + | + | - | - | - | + | - | - | + | + | - | + | - | - | |
| 5. Deixe disso | - | + | + | - | - | - | + | - | - | - | + | + | - | - | - | - | + | - | + | - | - | - | + | - | - | + | - | + | + | - | - |
| 6. Me desculpe | - | + | + | - | - | - | + | - | + | - | - | + | - | - | - | - | + | - | + | - | - | - | + | - | - | + | - | + | + | - | - |

⁶⁹ Informações adicionais sobre o pacote estatístico VARBRUL: Scherre (1992), ou Brescancini (2002). Também: www.cce.ufsc.br/~varsul/

⁷⁰ Cf. Coates (1995) e Heine (1995). Em nota.

| |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ N - não-polidez ▪ P - presença de polidez |
| <p>D= Menção explícita do manipulado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A - ausência de menção ▪ S - sujeito mitigado (anteposto e posposto) ▪ V - vocativo |
| <p>E = Definitude do manipulado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ C - imperativo canônico ▪ J - imperativo jussivo ▪ H - imperativo hortativo ▪ O - imperativo optativo ▪ E - auto-explicativo |
| <p>F = Imperativo Proibitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A - Imperativo afirmativo ▪ N - Imperativo negativo |
| <p>G = Complexidade da forma do verbo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ S - Simples ▪ C - Complexa |
| <p>H = Dinamismo da situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ E - Movimento externo perceptível no MF ▪ L - Estado externo: verbos de ligação ▪ D - Movimento interno (não-perceptível): MD/PI/DI/DV/DD |
| <p>I = Previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ F1 - Futuro [+ imediato] em relação ao MF ▪ F2 - Futuro [± imediato] em relação ao MF ▪ F3 - Futuro indeterminado |
| <p>J = Estatuto verbal de imperativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ P - Pleno ▪ N - Não-pleno: MD/PI/DI/DV/DD |
| <p>K = Simetria/assimetria das relações sociopessoais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 1 - $M > m$ ▪ 2 - $M = m$ ▪ 3 - $M < m$ |

Quadro 13: Legenda dos grupos de fatores da Matriz 1

4.5.2.2 Modelo da escala de pontuação numérica no controle dos grupos de fatores para a formulação da variável complexa *graus de força manipulativa*⁷¹

A escala de pontuação está disposta no Quadro 14, abaixo. Nele, foi atribuída uma pontuação para cada preenchimento e não-preenchimento de um fator de cada grupo, em duas escalas: os 7 primeiros fatores somaram 7 pontos juntos, sendo que, a cada um deles, foi atribuída uma pontuação de 0 a 1. Para o último fator, representado no quadro com a letra **H**, foi atribuída uma pontuação maior, que variou de 0 a 2, dada a relevância desse grupo de fatores, quando testado isoladamente, na primeira etapa de análise. Ao todo, então, foram alcançados 9 pontos.

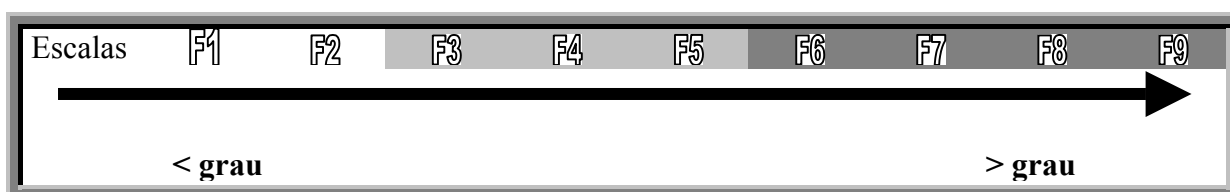
⁷¹ Cf. Cezário, 2001. Em nota.

A soma de todas as categorias determina o *grau de força manipulativa* de cada ato de comando analisado. Nossa expectativa de contribuição destes graus é a de que, quanto maior a força manipulativa de um ato de comando, ou seja, quanto maior a sua aproximação dos 9 pontos, maior será o uso da variante indicativa pelos PMs. Vamos ao Quadro 14, abaixo.

| | | |
|---|-----------------------------|---|
| A= Marcas de polidez decorrentes da natureza da forma pronominal de 2ª pessoa do singular usada pelo manipulador ao manipulado | | |
| Ausência | | Presença |
| 1 | | 0 |
| B= Menção explícita do manipulado | | |
| Ausência | Presença de vocativo | Presença de sujeito mitigado |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| C = Definitude do manipulado em relação à pessoa que fala | | |
| Imperativo Canônico | Imperativo Jussivo | Imperativo Hortativo |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| D = Proibitividade do imperativo | | |
| Não-proibitivo | | Proibitivo |
| 1 | | 0 |
| E = Dinamismo da situação | | |
| Movimento Externo | Estado Externo | Movimento Interno MD/DI/PI/DV/DD/Outros |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| F= Previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ | | |
| Futuro [± Imediato] | Futuro Indeterminado | Não-previsibilidade de futuro MD/DI/PI/DV/DD/Outros |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| G = Estatuto verbal de imperativo | | |
| Verbo [+pleno] | | Verbo [-pleno] MD/DI/PI/DV/DD |
| 1 | | 0 |
| H= Simetria/assimetria das relações sociopessoais | | |
| M > m | M = m | M < m |
| 2 | 1 | 0 |

Quadro 14: Distribuição da pontuação escalar de cada fator dos grupos controlados, para a composição da variável Graus de força manipulativa

O Quadro 15, a seguir, ilustra a direção escalar de 1 a 9 pontos, segundo o grau da força manipulativa de cada ato de comando, que se dá de modo crescente da esquerda para a direita:



Quadro 15: Direção dos graus de manipulação decorrentes da pontuação dos fatores

No Quadro 16, abaixo, apresentamos a exemplificação dos resultados decorrentes da soma dos fatores apresentados anteriormente, no Quadro 14, para a composição da variável *Graus da força manipulativa*, com base nas respectivas pontuações. As letras (de **A** a **H**) apresentadas na primeira linha correspondem às letras dadas para cada grupo de fatores e a pontuação numérica de cada grupo de fatores obedece à disposição dada ao Quadro 14. Vamos aos exemplos, então.

| Contextos dos comandos | A | B | C | D | E | F | G | H | Total |
|---|---|-----|---|---|---|-----|---|---|-------|
| (1) Não acontece nada com ele, mãe. <i>Não SE INCOMODE.</i> (T/M:250:181) | 0 | 0,5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,5 |
| (2) OLHA , Mãe, a senhora <i>não SE PREOCUPE</i> , ouviu? (T/M:100:54) | 0 | 0,5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2,5 |
| | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| (3) Por que a senhora suspeita que não sejam? <i>Não FORCE</i> a fê até a altura do vôo dos pássaros e não rastejará como os vermes. (T/M:100:54) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| (4) IMAGINE a senhora que bom vai ser. Vamos ter tanta coisa! (Ro/M:247:178) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| (5) ESCUTE , a gente volta o mais depressa possível. (...) E não FAÇA discursos pro senhor mesmo. (T/R:201:135) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0 | 4 |
| (6) Vê se não pensa em mim o tempo todo, mãe. A senhora não SE ESQUEÇA daquele cano, ouviu, mãe? (T/M:483:394) | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| (7) A senhora FAÇA como os presos antigos, só PENSE no dia de hoje. (T/M:100:54) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0,5 | 1 | 0 | 3,5 |
| | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0,5 | 1 | 0 | 3,5 |
| (8) ESCUTE , amigo, é permitido a gente pernoitar neste lugar? (T/Ho:152:88) | 1 | 0,5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4,5 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|-----|-----|---|---|-----|---|---|-----|
| (9) GUIA o pessoal pra onde quiser, MERGULHA eles na vala de irrigação. DIGA que vão todos pro inferno se não pensarem como o senhor. (T/R:24:9) | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 0 | 4,5 |
| | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 0 | 4,5 |
| | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 0 | 4,5 |
| (10) Não SE INCOMODE que vou fazer isso com muito jeito. (T/Ho:399:297) | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| (11) Não SE ESQUEÇA : ela já é moça feita. IMAGINA se ela se mete em encrencas. (Wi:P:503:421) | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 6 |
| | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 |
| (12) Ai o senhor TIRA esses parafusos de cima e eu tiro os de baixo. (T/R:197:131) | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 5 |
| (13) OLHE , por um acaso, eu sei, sim. (Ho/T:322:231) | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 |
| (14) IMAGINA que a gente teja acampada em algum lugar e vocês não nos vejam e passem de largo? (M/T:195:128) | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 |
| (15) Não CONTA nada à gente, John, CONTE tudo ao bom Deus. (M/J:313:224) | 1 | 0,5 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 6,5 |
| | 1 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 7,5 |
| (16) PRESTE atenção: eu vou bater, que é pra afrouxar um pouco esse troço. (T/R:197:131) | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| (17) Bom, então TRAZ ela aqui, DEIXA VER . (T/A:208:150) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |
| | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 5,5 |
| (18) Vamos, ANDE depressa. (...) Se não tiver, MANDA eles ABRIR . (M/P:463:357) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |
| | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 8,5 |
| (19) ANDA depressa, SENTA 'í no meu ombro. Assim. E não MEXE com os pés. (M/W:537:455) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |
| | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |
| | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 8 |
| (20) VOMITA duma vez e depois TRATA de te AJEITAR . (M/Ro:356:265) | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |
| | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 9 |

Quadro 16: Demonstração da pontuação dos fatores na composição da variável *Graus de força manipulativa*

✓ Considerações

- **Em relação aos Quadros 14 e 16:** obtivemos soma de pontuação mínima 1 (grau mínimo de força manipulativa) e soma máxima de pontuação 9 (grau máximo de força manipulativa). Não trabalhamos com a pontuação 0, porque, por menor que fosse a força manipulativa, os atos eram de comando, por isso, nunca menores que 1.

- Em relação ao fator **A**:

- em enunciados, como '*A senhora não se incomode, mãe!*', por termos, tanto presença de vocativo (mãe) quanto de sujeito mitigado (a senhora), optamos, por questões metodológicas, para a pontuação segundo a *presença de sujeito mitigado*.

- Em relação aos fatores **E** e **F**:

- o verbo *esquecer-se*, como em '*Não se esqueça que ...*', consideramos *futuro* [\pm *imediato*], com pontuação 1 em **F**, embora em **E** ele constitua *movimento interno*, com pontuação 0. Fazemos esta observação, porque a maioria dos verbos de *movimento*

interno, como os PIs ‘*não se preocupe*’, e ‘*não se incomode*’, e todos os demais que compõem estes fatores (cf. os exemplos 89 a 95), apresentaram *não-previsibilidade de futuro*.

- **Em relação à natureza constituinte dos grupos de fatores:**
 - **primeira parte:** compreende os grupos de fatores através dos quais pretendemos medir a força manipulativa dos comandos, pela sua natureza mais lingüística, no sentido de serem manifestos por marcas lingüísticas, frente ao uso preferencial de uma variante⁷². Associa-se às variáveis **A** e **B**. São grupos de fatores originados a partir dos dispositivos enfraquecedores/fortalecedores dos atos de comando (cf. Givón, 1993);
 - **segunda parte:** compreende os grupos de fatores **C**, **D**, **E**, **F** e **G**, através dos quais pretendemos medir a força manipulativa dos comandos por uma natureza menos lingüística. Consideramos então que pelo grau de força manipulativa é possível evidenciarmos se uma ação de comando foi (ou não) bem-sucedida, frente ao uso preferencial de uma variante. São grupos de fatores originados a partir dos dispositivos enfraquecedores/fortalecedores dos atos de comando (cf. Givón, 1993);
 - **terceira parte:** compreende o grupo de fatores que trata da *simetria/assimetria das relações sociopessoais* (**H**). Nosso objetivo aqui é ver a direção hierárquica das relações sociais, frente ao uso preferencial de uma variante. Constitui-se um grupo de fatores originado de uma das convenções do contrato comunicativo de base funcionalista para atender aos atos manipulativos de fala, a convenção *legitimação da autoridade*. É através da natureza simétrica/assimétrica da relação sociopessoal estabelecida entre as partes que se pode legitimar a autoridade do falante (manipulador) sobre o ouvinte (manipulado) (cf. Givón, 1993).

4.5.3 ETAPA 3: METODOLOGIA DA ANÁLISE DA VARIEDADE INTRA-INDIVIDUAL DE CADA PM NAS DIVERSAS REDES SOCIAIS

É nesta terceira etapa (capítulo 6) que vamos visualizar melhor a dimensão estilística (intra-individual) no emprego variável do imperativo. A metodologia adotada na análise da variedade intra-individual de cada PM nas redes sociais partiu dos press: (i) soma dos comandos de cada PM a cada Pm específico; (ii) soma da distribuição de uma ou de outra variante usada por cada PM a cada Pm específico.

⁷² Como já falamos (numa das notas), nossas hipóteses são de natureza não-lingüística. Quando fazemos uso de algum fator de natureza mais lingüística (formas pronominais, por exemplo) é mais para justificarmos o fator e não a sua natureza interna (lingüística).

Obtidas as distribuições acima, fizemos duas estratificações:

- a interindividual⁷³, ao analisarmos a totalidade dos atos de comandos dos PMs, sem, no entanto, especificarmos a que Pms eles se dirigiam;
- a intra-individual (interpessoal, estilística), ao analisarmos a totalidade dos comandos dos PMs a cada Pm específico, segundo sua rede social.

⁷³ Variedade interindividual: entendida aqui como todas as manifestações de cada PM, (i) sobre diferentes temas, (ii) diferentes momentos e (iii) diferentes manipulados.

5 Quando manipulação e estilo se sobrepõem ao comando: um olhar funcional sobre a variação

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, o tratamento dos dados se deu a partir de dois procedimentos metodológicos: numa primeira etapa, controlamos os grupos de fatores como variáveis independentes simples, com o propósito de verificarmos *qual a influência de cada grupo sobre a escolha das formas variantes*; numa segunda etapa de rodadas, fizemos algumas correlações, a partir da constituição de uma variável independente complexa, a dos *graus de força manipulativa*, com o propósito de vermos, em princípio, (a) *se o fenômeno se comporta realmente como escalar*, (b) *se quanto maior o grau de manipulação maior o uso da variante indicativa* e (c) *se quanto menor o grau de manipulação maior o uso do subjuntivo*.

Os resultados estatísticos para ambos os procedimentos foram obtidos de rodadas do programa IVARB, que fornece como saída um arquivo com cálculos de frequências, percentuais, pesos relativos associados aos percentuais e níveis de significância dos grupos de fatores relevantes para a escolha de uma ou outra variante. A diferença entre as duas etapas de análise reflete diferentes olhares teórico-metodológicos: (i) numa perspectiva que podemos chamar de uma análise variacionista clássica, as variáveis foram testadas para avaliar o efeito individual de cada grupo de fatores sobre a variável dependente em estudo, selecionando-se então os fatores estatisticamente relevantes, por ordem de significância estatística; (ii) numa perspectiva funcionalista, que privilegia o tratamento dos fenômenos lingüísticos de forma

escalar, ou seja, como um *continuum* dentro de um domínio funcional complexo, as variáveis foram testadas reunidas numa única variável complexa. A primeira parte da análise foi condição para a segunda, pois permitiu amalgamações que viabilizaram a construção da variável complexa *graus de força manipulativa*.

Abaixo, na Tabela 5, apresentamos o número total de ocorrências encontradas em *Vinhas da Ira*, sob a forma das variantes indicativa e subjuntiva.

Tabela 5: Distribuição geral dos usos dos atos de comando analisados em *Vinhas da Ira*

| INDICATIVO | | | SUBJUNTIVO | | |
|-------------------------|-------|----|------------|-------|----|
| Aplicação ⁷⁴ | Total | % | Aplicação | Total | % |
| 533 | 750 | 71 | 217 | 750 | 29 |

Nosso estudo baseou-se, portanto, em 750 casos, entre os quais, atos de comando, sendo 533 (71%) deles na variante indicativa e 217 (29%) na subjuntiva.

5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA ETAPA

Nesta etapa, vamos apresentar os resultados alcançados na primeira parte da rodada estatística dos dados, que, como já dissemos, caracteriza-se pela testagem de cada grupo de fatores tomado como variável independente. Os grupos de fatores descritos foram selecionadas pelo VARBRUL, com significância (.032)⁷⁵, e obedecem a uma disposição de ordem de apresentação segundo a ordem de importância fornecida pelo programa estatístico⁷⁶.

Nas análises, tínhamos que tomar como ‘aplicação da regra’ o uso de uma ou de outra variante, para atendermos a questões metodológicas da leitura das tabelas. E a variante tomada foi a *indicativa*. Entretanto, muitas discussões feitas serão referentes ao uso da

⁷⁴ A = Aplicação da regra: aqui, refere-se ao uso da variante indicativa do imperativo de 2ª. pessoa do singular; T = Total do *corpus* da pesquisa; % = Percentual de ocorrência da variante indicativa na expressão do imperativo.

⁷⁵ Um nível de significância (0,000) é considerado ideal, pois ele indica uma certeza estatística de os valores gerados pelo modelo estarem adequados aos valores observados (cf. Scherre e Silva, 1996, p. 47).

⁷⁶ Das dez variáveis independentes controladas (cf. cap. IV), sete se mostraram significativas. Não obtiveram relevância estatística: *Menção de formas de polidez no ato da fala*, *Complexidade da forma verbal imperativa* e *Estatuto verbal de imperativo* (cf. 5.1.1.2.).

variante *subjuntiva*. Por que esse viés para o subjuntivo? Inicialmente, porque os dispositivos constitutivos da força manipulativa dos atos de comando se constituem, na sua maioria, como ‘enfraquecedores’ desta força (cf. Givón, 1993). Nesta tese, os resultados estão apontando (cf. nossa hipótese) que comandos de menor força manipulativa favorecem o uso da variante subjuntiva. Em relação ao português, encontramos também na gramática histórica de Pereira (1923, p. 491) que é comum empregarmos o presente do subjuntivo no imperativo para *abrandarmos a força imperiosa deste modo*, tornando-o um ***imperativo brando***. Daí as discussões tomarem esse viés para o subjuntivo.

Mas então por que optamos pela variante indicativa como ‘aplicação da regra’? Porque, conforme vimos na Tabela 5 é esta a variante que recobre a grande maioria dos usos dos imperativos na nossa amostra (71%). Assim, optamos pelo critério frequência para determinarmos a aplicação da regra aos resultados alcançados (cf. Tabelas 5 a 23).

A descrição e a exemplificação de cada fator constituinte dos grupos de fatores está na seção 4 do capítulo da metodologia, em (4.4.). Abaixo, no Quadro 17, apresentamos a relação das variáveis selecionadas pelo pacote estatístico VARBRUL, segundo a importância estatística na pesquisa.

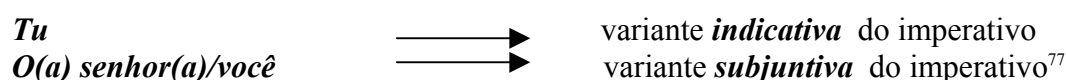
| |
|---|
| (1). Natureza da forma pronominal de 2 ^a pessoa do singular usada pelo manipulador ao manipulado |
| (2). Natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados |
| (3). Natureza proibitiva do comando |
| (4). Menção explícita do manipulado |
| (5). Definitude do manipulado em relação à pessoa que fala |
| (6). Previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ |

Quadro 17: Variáveis independentes simples selecionadas pelo VARBRUL, por ordem de importância estatística

5.1.1 GRUPO DE FATORES ‘NATUREZA DA FORMA PRONOMINAL DE 2^a PESSOA DO SINGULAR’

A *natureza da forma pronominal* foi a primeira variável simples selecionada pelo programa estatístico, como condicionadora do uso de uma ou de outra variante do imperativo na expressão de atos de comando de 2^a pessoa do singular. O grupo em questão envolve a seleção de uma das formas pronominais de 2^a pessoa do singular (*tu*, *você*, *tu/você*, *o(a)*

senhor(a) ou a *ausência* de todas elas) pelo manipulador, ao dirigir um ato de comando ao manipulado. Toda a discussão sustentada aqui neste primeiro grupo de fatores parte da hipótese segundo a qual as formas pronominais estariam favorecendo o uso de uma e de outra variante do imperativo, definindo especificamente duas direções:



O controle deste grupo de fatores na análise da expressão do imperativo como ato de comando se dá a partir de três dimensões: (i) dimensão situacional (ou pragmática); (ii) dimensão da polidez decorrente do uso dos pronomes *você* e *o(a) senhor(a)* como formas tratamento respeitoso e (iii) dimensão da prescrição gramatical e ensino de língua materna.

5.1.1.1 Dimensão situacional (ou pragmática)

A inserção desta variável independente, *forma pronominal*, na descrição do nosso fenômeno tomou como base estudos de interações, segundo os quais *todo texto é a manifestação material ou produto-resultado de um ato de comunicação, em uma determinada situação, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor* (Charaudeau, 2001, p. 13). Nos atos de fala não-declarativos, estamos tomando como ‘projeto de fala’ do manipulador o ato de comando.

Já vimos em capítulos anteriores (mais precisamente no 3) que a escolha de uma ou de outra forma variante no estudo dos fenômenos lingüísticos não costuma se dar de forma aleatória pelo usuário desta língua (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 1968). Do mesmo modo, na emissão de um comando (ou de outro ato de fala declarativo ou não, ou na produção de um texto, de um modo geral), a escolha das palavras ou do modo de se dirigir ao interlocutor também não costuma se dar de forma aleatória. Vimos também que, especificamente nos atos de comando, precisamos levar em consideração, dentre outros aspectos, o (i) tema/tópico discursivo, (ii) a identidade social do manipulador e do manipulado: e (iii) a situação comunicativa em que ambos estão inseridos, no sentido de se

⁷⁷ Em relação ao uso dos outros fatores de natureza pronominal (*ausência de forma pronominal e mistura de formas*), acreditamos que não haja uma correlação tão definida, ou seja, haverá mais variação.

atribuir a ela [> formalidade] [< formalidade], já que *a construção do sentido, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige a outro sujeito, dentro de uma situação de intercâmbio específica, que determina parcialmente a eleição dos recursos de linguagem que possa usar* (op. cit, p. 13).

Para atender a essa perspectiva (eleição dos recursos de linguagem), Charaudeau propõe a existência de *competências de linguagem* para o sujeito, nos níveis situacional, discursivo e pragmático. Tais competências vão permitir que esses sujeitos façam diferentes avaliações (em relação a cada um desses níveis) e realizem escolhas adequadas ao que o resultado dessas avaliações determina. São estes os níveis:

- **nível *situacional***: reconhecimento da identidade social do manipulador e do manipulado; tema/tópico discursivo; circunstâncias materiais do discurso⁷⁸;
- **nível *discursivo***: reconhecimento das estratégias de encenação que se depreendem das necessidades inerentes ao marco situacional, como a modalização de um ato de comando dirigido de um inferior para um superior, mediante, por exemplo, o uso de *o(a) senhor(a)*, em oposição a *tu*;
- **nível *pragmático***: competência segundo a qual todo sujeito que se comunica e interpreta um texto pode manipular (no sentido de reconhecer) a *forma* dos signos, suas regras combinatórias e seu sentido, ciente de que são usados para expressar uma intenção de comunicação, de acordo com os elementos dos dois níveis anteriores: o *situacional* e o da *organização do discurso*. É neste nível pragmático que podemos investigar no nosso fenômeno o uso de uma forma pronominal em detrimento de outra, segundo a situação de comunicação. O que queremos ver é a relação entre a seleção pronominal e a seleção de uma das variantes imperativas, e se o fato de ter sido selecionado um certo pronome leva à seleção preferencial de certa variante do imperativo.

Direcionados esses níveis aos atos de comando na descrição do uso de uma determinada forma pronominal em comandos específicos a um determinado manipulado, vimos que podemos partir do pressuposto de que é preciso levar em consideração outros

⁷⁸ A definição do tipo de situação de comunicação dos atos de comando, por envolver a interlocução de manipulador e manipulado, permite a escolha de um canal verbal (escrito ou oral), com a interferência de um interlocutor, no nosso caso, já que tratamos apenas da 2ª pessoa do singular do imperativo canônico; se considerássemos o jussivo, teríamos mais de um interlocutor). Por isso a sua natureza manipulativa é pautada também segundo a forma pronominal constituinte do enunciado em foco.

elementos, além dos meramente lingüísticos ou formais. Então, aqui, consideramos que a incorporação de um grupo de fatores que trata da *natureza da forma pronominal de 2ª pessoa do singular* não se firma como um grupo de fatores de natureza lingüística ou formal tão somente, mas se constitui um ‘saber-fazer’ referente ao uso adequado de uma forma, segundo o valor social que ela transmite (cf. Charaudeau, 2001, p. 17). O que queremos controlar através do grupo de fatores em questão é esse ‘saber-fazer’: no caso das *formas pronominais*, vamos nos deter nos seus sentidos sociais decorrentes das relações sociopessoais de [>intimidade] [< intimidade] e [>autoridade] [<autoridade] instauradas entre manipuladores e manipulados. Normalmente, o tratamento dirigido a uma autoridade implica, no momento da construção do texto (nível pragmático), o emprego de uma forma pronominal adequada ao papel sociopessoal que ela ocupa.

Neste sentido, nossa expectativa quanto à contribuição dessa dimensão pragmática na descrição do fenômeno em estudo é a de que, em virtude de todo sujeito/manipulador saber construir seu discurso/atos de comando em função das restrições da situação de comunicação, ele empregue determinada forma pronominal em detrimento de outra, como estratégia discursiva adequada às condições de produção anteriormente definidas.

5.1.1.2 Dimensão da *polidez* decorrente do uso dos pronomes *você* e *o(a) senhor(a)* como formas tratamento respeitoso

A dimensão da *polidez* decorrente do uso de formas pronominais específicas assume maior importância em virtude de o fator *o(a) senhor(a)* atender à *polidez*, desencadeada a partir de um tratamento respeitoso a um manipulado específico e uso especializado de uma variante imperativa. Nos resultados apresentados na primeira etapa de análise, desconsideramos a *polidez* como um grupo de fatores à parte, devido à sobreposição dos seus fatores a alguns (fatores) do grupo da *natureza das formas pronominais*. Em diferentes rodadas estatísticas, este último grupo de fatores se mostrou mais significativo.

A *polidez*, em diversas línguas, é vista como estratégia para manter a harmonia nas interações (Brown & Levinson, 1978) e segue princípios que visam a preservar a imagem *positiva* ou a imagem *negativa* dos interlocutores, isto é, o desejo de cada um ser apreciado na interação. No fenômeno em estudo, a depender das relações de poder e *status*, do papel sociopessoal entre manipuladores e manipulados, e da relação de [> proximidade] e

[< proximidade] entre estes, poderão ser usadas expressões de polidez, com o objetivo de modalizar o ato de comando em maior ou menor grau. E isto é facilmente observado em atos de fala não só não-declarativos de comandos, pedidos, mas também em atos declarativos gerais, tais como oferecimentos, cumprimentos etc.⁷⁹, mediante a presença de marcas que muitas vezes são absorvidas pela própria gramática das línguas, como partículas, tempos verbais ou expressões verbais de indiretividade.

Nossa expectativa acerca da contribuição de expressões de *polidez* em atos de comandos em relação à especialização do uso de uma ou de outra variante é a de que, conforme vimos no capítulo 4, elementos polidos, sozinhos ou em combinação com outros dispositivos, podem enfraquecer a força manipulativa desses atos e levar ao uso da forma verbal subjuntiva (cf. Givón, 1993).

5.1.1.3 Dimensão da prescrição gramatical e ensino de língua materna

Essa seção foi aberta para atender às colocações levantadas sobre o uso de uma ou de outra variante do imperativo, segundo as regras da gramática tradicional, abordadas (e discutidas) no capítulo 2. Segundo esta prescrição, temos a seguinte relação: se *tu*, então indicativa; se *você*, então subjuntiva.

Entretanto, sabemos da incompletude de tal regra. Por um lado, porque temos constatado que o falante do português que conhece a metalinguagem escolar tem muita dificuldade de reconhecer o sujeito sintático de um verbo de comando⁸⁰. Por outro lado, embora sem correlacionar o uso das formas pronominais ao das variantes do imperativo, estudos descritivistas deste fenômeno alcançaram resultados diferentes na descrição do uso das formas pronominais de 2ª pessoa do singular: no de Oliveira e Silva (1976 *apud* Macedo, 1992, p. 92), por exemplo, foi constatado que o sistema de uso dos pronomes de 2ª pessoa do singular *você* e *o senhor/a senhora* é regido, de um lado, pela diferença de idade entre o falante e o ouvinte; de outro, pelo grau de frequência da interação (grau de intimidade).

⁷⁹ Macedo (1992, p. 93) apresenta uma série de estudos desta natureza: o de Macedo e Brito (1985), que mostra as diferentes estratégias dos pedidos em português; o de Pereira (1990), que contou as marcas de polidez nas perguntas da amostra 'Censo', dentre tantos outros.

⁸⁰ Num estudo realizado (Reis, 2002), verificamos que menos de 20% dos alunos de graduação (inclusive os de Letras) reconhecem com mais clareza o sujeito sintático *tu* e *você* de tais verbos. Há muita confusão entre estes e o vocativo, por exemplo. Isso, num exercício de classificação de sujeito, especificamente. Em situações espontâneas de fala, acreditamos que este percentual de reconhecimento seja bem menor.

Envolve, portanto, questões de natureza estilística: quanto à idade, um falante, ao se dirigir a um interlocutor mais velho tenderá a usar menos *você* (ou *tu*, a depender da região) e mais *o senhor*; a alguém mais jovem, usará *você* (ou *tu*).

Nesta perspectiva, embora nossa expectativa seja a de que, na tradução sul-regionalista de *Vinhas da Ira*, haja uma correlação mais estreita entre a forma pronominal *tu* e a variante indicativa, e isto venha a coincidir com as regras prescritivas das gramáticas tradicionais, postulamos que este comportamento na obra se dá por razões externas ao sistema lingüístico, principalmente por razões de natureza sociocultural e pragmática. E isso ficou bem firmado, quando discutimos a dimensão *pragmática*, anteriormente, segundo a qual o falante atribui à *forma* dos signos regras combinatórias de sentido, ciente de que a opção por uma ou por outra forma implica intenções de comunicação, de acordo com elementos situacionais e discursivos⁸¹.

Vimos também, no capítulo 2, que há contradições em relação à natureza dos modos verbais pautada pelas gramáticas tradicionais, em decorrência de os padrões prescritivistas não firmarem a natureza desses modos numa perspectiva de domínio funcional complexo, resultante da interação de motivações cognitivas, comunicativas e estruturais, em constante competição⁸². Num domínio funcional complexo, a categoria de modo, ao lado da tempo e de aspecto (categoria TAM, nos moldes givoneanos) por exemplo, se realiza em diferentes níveis captados na situação comunicativa, mediante o controle de fatores condicionantes (cf. Gorski *et all*, 2002, p. 263).

Mediante tais considerações, nossa expectativa em relação à contribuição dos fatores desse grupo se firma, de fato, na descrição do uso das formas pronominais mais voltado para pressões externas ao sistema⁸³. Algumas delas apontadas neste estudo. Por se

⁸¹ Razões externas ao sistema, mais do que as internas, poderiam dar conta do fato de, em outros lugares, por exemplo, em que o *tu* se mostra menos recorrente que *você*, até mesmo dentro de uma mesma região (como a Sul, na qual a tradução de *Vinhas da Ira* se insere), podermos encontrar resultados diferenciados daqueles obtidos na obra. No oeste (Chapécó) e no meio-norte (Mafra) catarinenses, por exemplo, os resultados provavelmente seriam diferentes, como também em outras regiões (São Paulo, por exemplo). Resta correlacionarmos o uso destas formas pronominais (nestas outras regiões) ao uso das variantes do imperativo.

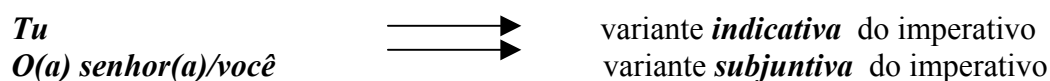
⁸² Num plano cognitivo, a gramática é considerada como ‘instruções de processamento mental’ ou como ‘conjunto de estratégias empregadas para se produzir uma comunicação coerente’; no plano lingüístico, a gramática é concebida como um instrumento usado para codificar, articuladamente, dois domínios funcionais: da informação proposicional em oração e da coerência textual das orações em seu contexto discursivo (cf. Givón, 1995).

⁸³ Neste estudo estamos relevando as pressões *externas* ao sistema como condicionadoras direta ou indiretamente do uso das variantes em questão. Isso não implica, de forma alguma, a exclusão das pressões internas

tratar de uma tradução Sul-regional, esperamos encontrar uma correlação entre a forma *tu* e a variante indicativa, e *o(a) senhor(a)* e *você* (este último, em número reduzido) e a variante subjuntiva. Aliada a esses resultados, esperamos também contar com a atribuição do uso da forma *tu* a maior grau de força manipulativa e, por extensão, as formas *o(a) senhor(a)* e *você*, a menor grau de força manipulativa. E, por consequência, se obtivermos maior força manipulativa, vamos obter também maior recorrência da variante indicativa; com menor força manipulativa, vamos obter a variante subjuntiva.

5.1.1.4 Análise e discussão dos resultados

Antes de irmos aos resultados obtidos, vamos ressaltar, mais uma vez, que nossas expectativas em relação às descrições levantadas nesta seção (5.1.1.), na qual fazemos um estudo mais detalhado das formas pronominais como fatores condicionantes do uso de uma ou de outra variante do imperativo, projetaram-se sempre na seguinte direção:



Então, levantadas as expectativas quanto à contribuição desse grupo de fatores na descrição do fenômeno em estudo, vamos à disposição quantitativa de cada fator na Tabela 6, abaixo.

Tabela 6 – Influência da *natureza da forma pronominal* de 2ª pessoa do singular, empregada pelos PMs ao se dirigirem aos Pms, sobre a variante indicativa.

| Fatores | A | T | % | PR |
|--|-----|-----|----|-------|
| (1) Tu | 178 | 199 | 89 | 0, 70 |
| (2) Variação entre <i>tu</i> e <i>você</i> | 8 | 9 | 89 | 0, 54 |
| (3) Ausência de forma pronominal | 308 | 412 | 75 | 0, 45 |
| (4) Você | 10 | 18 | 56 | 0, 18 |
| (5) O(a) senhor(a) | 17 | 44 | 39 | 0, 12 |

também como condicionadoras: basta um olhar para os estudos de Scherre (1998; 1999; 2002) nesta direção. É que nosso foco está voltado para aquelas. Pressões internas ao sistema não estão sendo abordadas aqui.

Na Tabela 6, a forma pronominal *tu* foi a que mais condicionou o uso da variante indicativa, alcançando peso relativo de 0, 70, em 89% de toda a amostra. Por outro lado, mais condicionante que o fator *tu* sobre a variante indicativa, mostrou-se o uso de *o(a) senhora(a)* e o de *você* sobre a subjuntiva, com peso relativo de 0, 88 e 0, 82, respectivamente. Observar que o fator *você* teve emprego reduzido (apenas 18 ocorrências). A ausência de forma pronominal mostrou um comportamento probabilisticamente neutro (0, 45), verificando-se neste tipo de contexto a incidência maior de variação. Portanto, enquanto *tu* tende a acompanhar a forma verbal indicativa, *o(a) senhora(a)* e *você* tendem a selecionar o subjuntivo.

Atentando para o critério de frequência, vamos ver que, ao não mencionarem forma pronominal (fator 3) em seus comandos, os manipuladores usaram em 75% dos casos a variante indicativa. Este foi o fator mais recorrente pelos manipuladores, por contar com 412 dos 682 dados. Entretanto, aplicado o cálculo probabilístico (peso relativo) a este fator, observamos que ele exerceu pouco efeito sobre a regra, por apresentar peso relativo aproximadamente neutro (0, 45), em decorrência, por certo, da ação de outros grupos de fatores.

Em relação à dimensão pragmática e a dimensão da polidez decorrente do uso dos pronomes *você* e *o(a) senhora(a)* como formas de tratamento respeitoso, e, a partir disso, a correlação desses usos à variante subjuntiva do imperativo, os resultados confirmaram todas as nossas expectativas levantadas. O Quadro 18, a seguir, resume o perfil do comportamento do grupo de fatores forma pronominal sobre o uso das variantes do imperativo.

| Tipo de relação Sociopessoal | [< intimidade] | [> intimidade] | Variante Imperativa |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| M > m | Tu/Você | Tu/você | Indicativa |
| M = m | Tu | Tu | Indicativa |
| M < m | o(a) senhor(a) | o(a) senhor(a) | Subjuntiva |
| Entre estranhos | o(a) senhor(a) | o(a) senhor(a) e você | Subjuntiva |

Quadro 18: Grau de intimidade em relação à posição hierárquica dos interlocutores (PMs e Pms) e o uso das formas pronominais de 2ª pessoa do singular e das verbais do imperativo⁸⁴

⁸⁴ Esta tabela toma o viés de alguns resultados mais gerais que vão ser discutidos com detalhes no próximo capítulo (capítulo 6). Os percentuais que seguem, logo abaixo, também. Foram sumariamente apresentados nesta parte da discussão, na tentativa de ilustrarmos a análise em questão.

Obedecendo à distribuição das relações dispostas acima, acrescentamos que, em *Vinhas da Ira*, os Pms que mais receberam tratamento respeitoso nas formas pronominais *o(a) senhor(a)* foram, em ordem decrescente: os avós e os estranhos (90%), a mãe (60%) e o reverendo (43%). Os avós e a mãe, representando a rede da família; os estranhos, a não-familiar; e o último, a da instituição religiosa.

Os resultados dos usos das *formas* pronominais, segundo a ‘dimensão da prescrição gramatical e ensino de língua materna’, mostraram-se semelhante ao que formalmente prescrevem as gramáticas tradicionais: *tu* concentrou mais usos de indicativo e *o(a) senhor(a)* e *você*, mais subjuntivo⁸⁵.

- **Em síntese:**

- Fator/dispositivo ***fortalecedor*** da força manipulativa dos comandos: fator *tu* na variante indicativa.
- Fatores/dispositivos ***enfraquecedores*** da força manipulativa dos comandos: fator *o(a) senhor(a)* na variante subjuntiva. *Você* se mostrou pouco recorrente, embora se mostre também um dispositivo enfraquecedor.
- Fatores/dispositivos ***neutros***: *mistura* de formas pronominais e *ausência* destas formas.

5.1.2 GRUPO DE FATORES ‘NATUREZA DA SIMETRIA/ASSIMETRIA DAS RELAÇÕES SOCIOPESSOAIS ENTRE MANIPULADORES E MANIPULADOS’

Esta foi a segunda variável estatisticamente mais relevante. Trata da *simetria/assimetria das relações sociopessoais* estabelecidas nas redes. Neste grupo de fatores, a disposição dos papéis sociopessoais se deu de modo muito dinâmico: *mãe*, *pai*, *guardas*, *Tom/outros iguais*, *Al*, *reverendo* e *estranhos* (mecânicos, motoristas, conhecidos), como manipuladores, se mostraram elementos condicionadores do uso da regra variável desse estudo. Para esta rodada (VARBRUL), selecionamos apenas os sete fatores/personagens mencionados, obedecendo aos critérios de frequência e de

⁸⁵ Embora as gramáticas normativas não reconheçam as formas *o(a) senhor(a)* como designativas de 2ª. pessoa do discurso, mas apenas como formas de tratamento, a concordância verbal prevista é idêntica a com *você*: verbo sem marca de pessoa.

simetria/asimetria de relações: como manipuladores, esses PMs foram os que mais empregaram atos de comando; a simetria/assimetria das relações se deu de modo alternado.

Para Givón (1993, p. 265), das três cláusulas que fundamentam o contrato comunicativo (‘estado de mundo’, ‘poder de ação’ e ‘legitimação de autoridade’ (cf. capítulo 3), esta última é a que mais releva as relações sociopessoais entre falante e ouvinte, respectivamente, e atende a uma disposição segundo o perfil abaixo:

a. *status/poder mais alto do manipulador*

- maior obrigação de o manipulado obedecer
- menor necessidade de o manipulador deferir

b. *status/poder mais alto do manipulado*

- menor obrigação de o manipulado obedecer
- maior necessidade de o manipulador deferir

Nossa expectativa quanto à contribuição de cada fator desse grupo é a de que o uso das variantes em estudo vai obedecer a uma disposição de frequência, segundo a constituição da importância do papel sociopessoal dos PMs e dos Pms em cada relação sociopessoal estabelecida. Por exemplo, a mãe (da família Joad), na rede da família, por concentrar em si a liderança do grupo, deverá usar mais a variante indicativa. Os demais fatores (personagens) obedecerão a esta ordem, em disposição decrescente. Ou seja: quanto menor a liderança do manipulador no grupo em relação a um personagem manipulado de papel sociopessoal superior, o uso da variante indicativa tenderá a decrescer. Vamos então aos resultados alcançados na Tabela 7:

Tabela 7 – Influência da natureza das *relações sociopessoais* estabelecida entre os interlocutores (PMs e Pms) sobre a variante *indicativa*

| Fatores | A | T | % | PR |
|-----------------------------------|-----|-----|----|-------|
| (1) Mãe | 206 | 231 | 89 | 0, 65 |
| (2) Pai | 30 | 36 | 83 | 0, 55 |
| (3) Guardas | 8 | 10 | 80 | 0, 55 |
| (4) Tom/'outros' iguais | 196 | 271 | 72 | 0, 47 |
| (5) Al | 20 | 27 | 74 | 0, 44 |
| (6) Reverendo/'outros' superiores | 29 | 46 | 63 | 0, 26 |
| (7) Estranhos | 24 | 53 | 45 | 0, 20 |

Como se observa na Tabela 7, a mãe, como autoridade de respeito na rede de relações sociopessoais da família (R1), mostrou-se a manipuladora que mais dirigiu seus comandos na variante indicativa a seus manipulados, com peso relativo de 0, 65, em 89% das ocorrências: dos 682 dados computados, 231 foram proferidos por ela, somando cerca de 34% de todos os comandos, conforme Tabela 7. Vamos ver, no capítulo 6 (Tabela 15), que a maioria deles (187) é dirigida aos filhos, firmando o perfil socioestilístico de comandos, segundo o qual o uso da variante indicativa se daria nas interações entre manipulador superior para manipulado inferior.

Esse perfil de resultado é muito significativo, porque o raciocínio inverso reforça a compreensão do condicionamento do tratamento respeitoso mediante o uso das formas pronominais *o(a) senhor(a)* como fator de polidez para o uso da variante subjuntiva no grupo de fatores *natureza das formas pronominais*.

- **Em síntese:**

- Fator/dispositivo *fortalecedor* da força manipulativa dos comandos: *mãe*, na variante indicativa.
- Fatores/dispositivos *enfraquecedores* da força manipulativa dos comandos: *reverendo* e *estranhos*, na variante subjuntiva.
- Fatores/dispositivos [\pm *neutros*]: *pai*, *guardas*, *Tom*, *Al*.

5.1.3 GRUPO DE FATORES ‘*NATUREZA PROIBITIVA DO COMANDO*’

Conforme vimos no capítulo da metodologia, em termos de força manipulativa, as formas imperativas negativas, por serem menos diretas, são consideradas expressões mais fracas (cf. Givón, *op. cit.*, p. 267).

Na Tabela 4, do capítulo anterior (metodologia), está disposto o perfil de como tem se acomodado este grupo de fatores, nos atos de comando, mostrando que 17% dos comandos na variante subjuntiva se deram na forma proibitiva, o que corresponde ao dobro dos 8% de comandos negativos encontrados na variante indicativa.

Nossa expectativa aqui é que o postulado givoniano seja validado, isto é, que o imperativo afirmativo seja realizado preferencialmente pela forma indicativa e o negativo pela forma subjuntiva. Vamos aos resultados apontados na Tabela 8.

Tabela 8 – Influência da *natureza proibitiva/não-proibitiva* dos atos de comando sobre a variante *indicativa*

| Fatores | A | T | % | PR |
|-------------------------------|-----|-----|----|-------|
| (1) Imperativo Não-proibitivo | 480 | 612 | 78 | 0, 52 |
| (2) Imperativo Proibitivo | 41 | 70 | 59 | 0, 31 |

De fato, o fator *proibitividade* se mostrou condicionador da regra variável em estudo. Enquanto o imperativo não-proibitivo, fator predominante, mostra-se o contexto de maior variação com 0, 52 para o uso do indicativo, o imperativo proibitivo desfavorece a forma indicativa, tendendo à subjuntiva 0, 69.

- **Em síntese:**

- influência do imperativo *não-proibitivo*: (i) se imperativo *proibitivo*, então tendência para o uso da variante subjuntiva; (ii) se imperativo *não-proibitivo*, então maiores chances de uso da variante indicativa. Ressalva: este último é o contexto mais típico da variação (comportamento praticamente neutro em pesos relativos).

5.1.4 GRUPO DE FATORES ‘MENÇÃO EXPLÍCITA DO MANIPULADO’

A *menção explícita do manipulado* é mais um dos dispositivos enfraquecedores da força manipulativa de um ato de comando apontados por Givón (1993, p. 265). Segundo esse autor, a menção explícita do manipulado sob a forma pronominal de 2ª pessoa do singular (no português, *tu* e *você*) pode modalizar um AFND de comando. Partindo desse pressuposto, nossa expectativa em relação a esse grupo de fatores é a de que, quanto menor a explicitude da menção do manipulado pelo manipulador, maior o grau de manipulação, e, conseqüentemente, maior uso da variante indicativa, e vice-versa.

Entretanto, segundo a Tabela 9, abaixo, os resultados tomaram um viés em direção contrária, em relação ao grau de explicitude do manipulado: o manipulador, ao mencionar o manipulado explicitamente, ou pelo *preenchimento do sujeito sintático* (fator 1), ou pelo *preenchimento de um vocativo de nome específico* (fator 2), fez uso predominantemente da variante indicativa, que alcançou peso relativo de 0,86 para o fator (1) e 0,61 para o fator (2).

Este viés contrário vai se firmando na medida em que vamos analisando os dois últimos fatores (3 e 4): no terceiro fator, que trata da *ausência total de menção do manipulado*, e que cobre 497 das 682 ocorrências totais, o resultado obtido foi de 0,45, indicando uma quase neutralidade desse fator. Firmando esta leve inclinação, o fator (4), que trata da *menção do manipulado mediante o uso de vocativo de nome generalizado*, leva à evidência clara de que quanto *menor* a explicitação do manipulado, maior o condicionamento do uso do subjuntivo, que acaba atingindo peso relativo de 0,85. Vamos à Tabela 9.

Tabela 9 – Influência da *menção explícita do manipulado* pelo PM sobre a variante *indicativa*

| Fatores | A | T | % | PR |
|---|-----|-----|----|------|
| (1) Menção do manipulado mediante o preenchimento do sujeito sintático (anteposição e posposição) | 25 | 29 | 86 | 0,86 |
| (2) Menção do manipulado mediante o uso de vocativo de nome específico | 118 | 142 | 83 | 0,61 |
| (3) Ausência de menção do manipulado | 374 | 497 | 75 | 0,45 |
| (4) Menção do manipulado mediante o uso de vocativo de nome generalizado | 4 | 14 | 29 | 0,15 |

Como interpretar esse viés de dados? Primeiramente, acreditamos que temos que tratar das condições de produção enunciativa a que Givón se refere e a que implica o nosso fenômeno de estudo. Nos estudos de Givón, a força manipulativa implica os comandos em geral, não somente os pautados na forma verbal do imperativo. E isso muda muito, uma vez que, tanto no inglês (idioma a que ele faz referência), quanto no português, o apagamento do sujeito é um traço constituinte deste modo verbal, daí não haver, via de regra, menção explícita do manipulado.

Mediante essas considerações, cabe a pergunta: por que, então, ao sabermos dessas restrições, mesmo assim, selecionamos esse grupo de fatores para medi-lo também em nossa amostra? Primeiro, porque, como já falamos, hipotetizamos que esse pres de Givón poderia se estender também a um estudo que tomasse os comandos de natureza verbal, apenas. Lembramos, mais uma vez, que Givón, ao abordar os dispositivos enfraquecedores da força manipulativa dos atos de comando, considera tanto os atos de fala de comando sob a forma verbal do imperativo (que seriam os não-declarativos), quanto os atos de fala de natureza declarativa. Caso *menção explícita do manipulado* não se confirmasse como dispositivo enfraquecedor dos comandos imperativos, teríamos como argumentar, com base em evidências empíricas, tal comportamento. De fato, a partir dos resultados alcançados em *Vinhas da Ira*, podemos dizer que este grupo de fatores em atos de comandos de natureza exclusivamente imperativa se mostrou um dispositivo *fortalecedor* da força manipulativa desses comandos, e não enfraquecedor, como prevê a teoria.

Além disso, caso essa hipótese se confirmasse, ela estaria contrariando os resultados que estão se firmando nos demais grupos de fatores, pelo fato de eles estarem crescendo para a direção segundo a qual quanto [$>$ intimidade/proximidade] nas relações sociopessoais do manipulador com o manipulado, maior o uso da variante indicativa pela presença de *tu* e da própria explicitude do nome do manipulado (a mãe chama direto os filhos pelo nome, nos comandos), pelo abandono de formas de polidez entre íntimos e conhecidos, dentre outros, conseqüentemente, maior a força manipulativa desses atos.

O resultado para o fator (1), que trata da *menção do manipulado mediante o preenchimento do sujeito sintático*, na variante indicativa, reitera o resultado para o fator *tu*, da Tabela 6, o qual se mostrou um elemento condicionador do uso do indicativo. Isto porque o preenchimento dos sujeitos sintáticos neste grupo de fatores *menção explícita do manipulado*, se dá, na sua maioria, com *tu*.

O fator (2), *menção do manipulado mediante o uso de vocativo de nome específico* pelo manipulador, segundo maior condicionante do uso da variante indicativa, reitera também os resultados do grupo de fatores *natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados*, em que o fator *mãe* condiciona o uso de indicativo (fortemente correlacionado ao uso da forma *tu*) em comandos dirigidos para manipulados com quem ela mantinha relação de [$>$ proximidade/intimidade].

- **Em síntese:**

- Fatores/dispositivos **fortalecedores** da força manipulativa dos comandos: fator (1): menção do manipulado (sujeito sintático) e fator (2): menção do manipulado (vocativo de nome específico).
- Fator/dispositivo **enfraquecedor** da força manipulativa dos comandos: fator (4): menção do manipulado (vocativo de nome generalizado).
- Fator/dispositivo **neutro**: fator (3): ausência de menção do manipulado.

5.1.5 GRUPO DE FATORES ‘DEFINITUDE DO MANIPULADO EM RELAÇÃO À PESSOA QUE FALA’

A definitude do manipulado em relação ao manipulador nos atos de comandos obedece à seguinte natureza dos imperativos: canônica, hortativa e jussiva (cf. Givón 1993, p. 266). Na escala de força manipulativa, tem-se que, quanto menor a inclusão do manipulador na ‘ação-a-se-desenvolver’ pelo manipulado, mais manipulativo será o ato, e a forma verbal imperativa será considerada canônica. A partir disso, nossa expectativa quanto à contribuição desse grupo de fatores se dá na direção apontada por Givón. Ou seja: hipotetizamos que a maior força manipulativa e o uso do imperativo canônico poderão favorecer o uso da variante indicativa.

Tabela 10 – Influência da *definitude do manipulado* em relação à pessoa que fala, sobre a variante indicativa

| Fatores | A | T | % | PR |
|---|-----|-----|----|-------|
| (1) Imperativo não-canônico (jussivi/hortativo) | 17 | 18 | 94 | 0, 87 |
| (2) Imperativo canônico | 504 | 664 | 76 | 0, 49 |

Como menor peso relativo desse grupo obtivemos o de 0,49 para o tipo canônico, no uso da variante indicativa. Como sabemos, essa pontuação implica efeito mais fraco sobre a aplicação de uma regra. Além disso, são os canônicos que recobrem quase que categoricamente os comandos na nossa amostra, por constituírem 664 das 682 ocorrências, somando cerca de 97% do conjunto de dados do *corpus*. Nestes termos, a definitude do manipulado (em interlocutor 1 direto, ou em interlocutor 2 indireto), pelo manipulador não se mostrou, de fato, um grupo de fatores determinante de maior ou menor força manipulativa.

Para o imperativo não-canônico (jussivo/hortativo), que contou com apenas 18 dados, houve o favorecimento do uso da variante indicativa: seu uso alcançou um peso relativo de 0,87.

Se olharmos apenas para os hortativos, num primeiro momento, esse último resultado parece contradizer os pressupostos de Givón (1993, p. 266), segundo o qual quanto maior a inclusão do manipulador na ‘ação-a-se-desenvolver’ pelo manipulado, mais manipulativo será o ato, e a natureza da forma verbal será a canônica. Nesta perspectiva, o imperativo canônico é que favoreceria o uso da variante indicativa, e não os não-canônicos. Entretanto, essa aparente contradição não se evidenciou nos nossos dados, uma vez que o que Givón trata de hortativos não tem a mesma natureza formal e funcional que os computados na nossa amostra: Givón incorpora também os comandos de 1ª pessoa do plural (o ‘*Let’s*’ do inglês, ou o ‘*vamos estudar*’= ‘*estudemos*’ do português), sobre os quais não podemos levantar nenhuma hipótese, por não os contemplarmos neste estudo. Trabalhamos tão-somente com os hortativos de 2ª. pessoa do singular, como nos casos de ‘*Deixa eu entrar*’. Acreditamos que isso tenha feito a diferença.

- **Em síntese:**

- Fator/dispositivo mais ***fortalecedor*** da força manipulativa dos comandos: fator (1): *imperativo não-canônico* (jussivo/hortativo), com a ressalva do número reduzido de dados (cerca de 3% apenas).
- Fator/dispositivo [\pm ***neutro***]: fator (2): *imperativo canônico*, em 97% dos casos.

5.1.6 GRUPO DE FATORES ‘PREVISIBILIDADE DA MUDANÇA-DE-ESTADO-DE-COISAS’

Givón (1993, p. 265) aponta como um dos dispositivos enfraquecedores da força manipulativa dos atos de comando o *uso da modalidade ‘irrealis’ sobre o verbo*. Pelo fato de o imperativo se dar no tempo presente, mas a ação verbal se projetar para o futuro, em relação ao momento de fala, partimos do pressuposto de que seja *irrealis* a natureza da modalidade desses comandos. Neste sentido, nossas expectativas quanto à natureza manipulativa desse grupo de fatores é a de que, quanto [- imediata] for a projeção do futuro da ação desencadeada num comando, menos manipulativa ela o será. Vamos aos resultados da Tabela 11.

Tabela 11 – Influência da *previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’* em relação à pessoa que fala, sobre a variante indicativa

| Fatores | A | T | % | PR |
|--|-----|-----|----|-------|
| (1) Futuro [-Imediato] em relação ao momento da fala | 32 | 39 | 82 | 0, 59 |
| (2) Futuro [+Imediato] em relação ao momento da fala | 463 | 589 | 79 | 0, 52 |
| (3) Futuro não-previsível em relação ao momento a fala | 26 | 53 | 49 | 0, 28 |

No grupo de fatores anterior (5.1.5.), observamos que os imperativos canônicos recobriram cerca de 97% dos dados, com um peso relativo [\pm neutro] de 0, 49. No grupo *previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’*, o fator mais recorrente (fator 2) também recobre um percentual alto de uso (79%), com um peso relativo também mais ou menos neutro em relação à aplicação da regra 0, 52. Isto parece implicar uma correlação estreita entre os dois fatores (2) desses dois grupos (5.1.5. e 5.1.6.), respectivamente. Então constatamos que tais grupos de fatores firmam um mesmo perfil na amostra: imperativos canônicos e futuros [+ imediatos], embora mais recorrentes em cada um desses dois grupos, constituem fatores não-condicionadores do uso de uma ou de outra variante. Ou melhor: constituem os contextos em que ocorre maior variação.

Por outro lado, até podemos considerar que nossas expectativas frente a esse grupo de fatores se confirmaram, pelo fato de o fator (3), que trata do *futuro não-previsível em relação ao momento de fala*, mostrar-se condicionador do uso do subjuntivo, com peso relativo alto (0, 78), embora com um número baixo de ocorrências: cerca de 8% do total.

Mesmo assim, mostraram-se mais significativos os futuros [+ imediato] e [- imediato], em relação ao uso da variante indicativa.

- **Em síntese:**

- Fator/dispositivo *enfraquecedor* da força manipulativa dos comandos: fator (3): *futuro não-previsível*.
- Fator/dispositivo levemente *favorecedor* da força manipulativa dos comandos: fator (1): *futuro [- imediato]*.
- Fator/dispositivo [\pm *neutro*]: fator (2): *futuro [+ imediato]*.

5.1.7 GRUPO DE FATORES ‘DINAMISMO DA SITUAÇÃO’

Dinamismo da situação é um grupo de fatores decorrente da acomodação que fizemos da primeira convenção do contrato comunicativo de Givón (1993, p. 264), segundo a qual *o estado desejado das coisas – o objetivo da manipulação – tem de ser diferente do seu estado atual* (cf. capítulo 2). Nosso objetivo aqui é atendermos à dinamicidade com que se davam os atos de comando em *Vinhas da Ira*. Nossa expectativa quanto à contribuição desse grupo de fatores na determinação do grau da força manipulativa dos comandos era a de que quanto mais perceptível fosse o movimento em relação ao momento de fala, mais manipulativo seria o comando e, conseqüentemente, mais recorrente seria a variante indicativa. Esta hipótese segue a mesma natureza da hipótese que formulamos para o grupo de fatores que trata da *previsibilidade na ‘mudança-de-estado-de-coisas’*.

Neste grupo de fatores, a *natureza dinâmica do verbo* não se mostrou estatisticamente relevante como condição para o uso alternado de variantes. Ou seja: o pacote estatístico VARBRUL não o selecionou como significativo. Daí usarmos apenas os percentuais de frequência associados a cada fator, conforme a Tabela 12.

Tabela 12: Influência do *dinamismo da situação* no momento da fala, sobre a variante *indicativa*

| Fatores | A | T | % |
|--|-----|-----|----|
| (1) Movimento externo perceptível no momento da fala | 365 | 455 | 80 |

| | | | |
|---|----|-----|----|
| (2) Ausência de movimento externo no momento de fala, com verbos de marcação discursiva | 72 | 94 | 77 |
| (3) Movimento interno não-perceptível no momento de fala | 76 | 125 | 61 |

Este é um grupo de fatores para o qual prevíamos um resultado nesta ordem obtida e mostrada na Tabela 12, visto que a natureza da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ não impede que haja ‘mudança-de-estado-de-coisas’: quer sejam os movimentos externos [+ próximos] /[- próximos] da fala ou internos, eles se dão, por constituírem, de fato, atos de comando.

- **Em síntese:**

- Fatores/dispositivos [+ *fortalecedores*] da força manipulativa dos comandos: fator (1): *movimento externo* e fator (2): *ausência de movimento externo*.
- Fator/dispositivo [- *fortalecedor*] da força manipulativa dos comandos: fator (3): *movimento interno*.

5.1.8 OUTROS GRUPOS DE FATORES

Foram discutidos, acima, os resultados de 7 grupos de fatores, sendo 6 deles selecionados pelo Pacote Estatístico VARBRUL. Não foram contemplados na discussão, 3 grupos, portanto:

- o que trata da *menção de formas de polidez* no ato de fala, pelo fato de o grupo *natureza da forma pronominal* de 2ª pessoa do singular se sobrepor a ele, com o fator *o(a) senhor(a)*;
- o que trata da *complexidade da forma verbal*, que não foi considerado porque obtivemos número insuficiente de dados de forma verbal imperativa de natureza complexa, como em *trata de dormir*, por exemplo;
- o que trata do *estatuto verbal do imperativo* também foi recoberto por um outro grupo de fatores, o do *dinamismo da situação*, uma vez que os verbos de dinamismo externo se deram na forma verbal plena também.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA SEGUNDA ETAPA

5.2.1 TRATAMENTO ESCALAR NA CRIAÇÃO DA VARIÁVEL COMPLEXA *GRAUS DE FORÇA MANIPULATIVA*

Nesta ETAPA 2, vamos apresentar os resultados de uma segunda rodada estatística, que testou a variável *graus de força manipulativa*. Tal como na primeira etapa da análise, os resultados aqui serão sempre relacionados à seguinte hipótese: quanto maior o grau de força manipulativa, mais uso da variante indicativa; por outro lado, quanto menor for este grau, maior será o uso da subjuntiva.

Abaixo, vamos reapresentar o Quadro 14 (do capítulo da metodologia), com o objetivo de retomarmos a distribuição da escala de pontuação atribuída a cada fator que compôs a variável complexa *graus de força manipulativa*.

| | | |
|---|----------------------|--|
| A= Marcas de polidez decorrentes da natureza da forma pronominal de 2ª. pessoa do singular usada pelo manipulador ao manipulado | | |
| Ausência | | Presença |
| 1 | | 0 |
| B= Menção explícita do manipulado | | |
| Ausência | Presença de vocativo | Presença de sujeito mitigado |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| C = Definitude do manipulado em relação à pessoa que fala | | |
| Imperativo Canônico | Imperativo Jussivo | Imperativo Hortativo |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| D = Proibitividade do imperativo | | |
| Não-proibitivo | | Proibitivo |
| 1 | | 0 |
| E = Dinamismo da situação | | |
| Movimento Externo | Estado Externo | Movimento Interno (MD/DI/PI/DV/DD/Outros) |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| F= Previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’ | | |
| Futuro [± Imediato] | Futuro Indeterminado | Não-previsibilidade de futuro (MD/DI/PI/DV/DD/Outros) |
| 1 | 0, 5 | 0 |
| G = Estatuto verbal de imperativo | | |
| Verbo pleno | | Verbo não-pleno (MD/DI/PI/DV/DD) |
| 1 | | 0 |
| H= Simetria/assimetria das relações sociopessoais | | |
| M > m | M = m | M < m |
| 2 ⁸⁶ | 1 | 0 |

Quadro 14: Distribuição da pontuação escalar de cada fator dos grupos controlados, para a composição da variável *Graus de força manipulativa*

No quadro acima, vimos que a presença/ausência de cada fator recebeu uma pontuação específica, a soma deles gerou uma nova variável, a que chamamos de *complexa*. Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de o grupo de fatores que controla a *simetria/assimetria das relações sociopessoais* (Letra **H**, Quadro 14) estar disposto de forma mais genérica, com apenas 3 fatores, justamente para que fossem privilegiados dois perfis da amostra, neste estágio de testagem: o da hierarquia social dos PMs e Pms e o da simetria/assimetria das suas relações sociopessoais.

⁸⁶ No grupo de fatores *Simetria/assimetria das relações sociopessoais*, a pontuação atribuída foi de 2, porque esta variável se mostrou a mais significativa em todas as rodadas do VARBRUL: mesmo quando foi marcada com 1 só ponto, ou seja, mesmo com pontuação equivalente à dos outros grupos de fatores, ele manteve-se diferenciada dos demais.

Para ilustrarmos o processo metodológico na construção da variável complexa *graus de força manipulativa*, vamos tomar os exemplos (104), (105) e (106), abaixo, na constituição de comandos de grau máximo, grau médio e grau baixo de manipulação, respectivamente⁸⁷.

- **Disposição escalar de grau *máximo* de manipulação:** em (104), não houve marcas de polidez (1); não houve menção explícita do manipulado (1); as três formas verbais são de imperativo canônico (1); o imperativo não é proibitivo (1); os movimentos são externos (1); a ‘mudança-de-estado-de-coisas’ se dá num futuro [+ imediato] (1); o estatuto verbal é pleno (1); a relação sociopessoal é assimétrica de superior (mãe) para inferior (filha) (2). Por isso, a pontuação máxima alcançada de 9 pontos.

(104) Vamo, **LEVANTA** e **VEM** me ajudar a preparar o lugar de avó. **ESQUECE** a criança um pouco. (M/Ro:147:82)⁸⁸

- **Disposição escalar de grau *médio* de manipulação:** em (105), não houve marcas de polidez (1); não houve menção explícita do manipulado (1); a forma verbal é de imperativo canônico (1); o imperativo não é proibitivo (1); os movimentos são internos (0); não há ‘mudança-de-estado-de-coisas’ (0); o estatuto verbal é não-pleno (0); a relação sociopessoal é simétrica (entre iguais) (1). Por isso, a pontuação máxima alcançada de 5 pontos.

(105) **ESCUTE**, onde é que você acha que a gente pode arrumar um pano preto desses pra botar no olho? (T/Me:209:152)⁸⁹

- **Disposição escalar de grau *baixo* de manipulação:** em (106), houve marca de polidez (0); houve menção explícita do manipulado (0); a forma verbal é de imperativo canônico (1); o imperativo é proibitivo (0); os movimentos são internos (0); não há ‘mudança-de-estado-de-coisas’ (0); o estatuto verbal é não-pleno (0); a relação sociopessoal é assimétrica, de inferior para superior (0). Por isso, a pontuação máxima alcançada de 1 ponto.

⁸⁷ A ilustração maior de como foi operacionalizada a soma desta pontuação está no Quadro 16 da metodologia.

⁸⁸ Relação assimétrica na rede da família (R1): Mãe de papel sociopessoal superior ao da filha Rosasharm: $M(R1) > Ro(R1)$, conforme Quadro 10.

⁸⁹ Relação simétrica na rede de estranhos (R4): Igualdade de papel sociopessoal entre Tom e o mecânico: $T(R4) = Me(R4)$, conforme Quadro 10.

(106) **OLHA**, mãe, a senhora **NÃO SE PREOCUPE**, ouviu? (T/M:100:54)⁹⁰

Na Tabela 13, estão dispostos os resultados alcançados na rodada final da segunda etapa de análise, em que são determinados os graus de força manipulativa dos atos de comando. De fato, nossa expectativa se confirmou: *comandos com uma escala de pontuação mais alta se deram, na sua maioria, na variante indicativa*. E para essa variante que os resultados vêm corroborando nossa hipótese do grau mais alto de manipulação.

Tabela 13 – Graus de força manipulativa sobre a variante indicativa

| Graus | A | T | % | P.R. |
|----------------|-----|-----|----|-------|
| 9 | 189 | 220 | 86 | 0, 66 |
| 8 | 142 | 191 | 74 | 0, 48 |
| 7 (6, 5, 4) | 90 | 141 | 64 | 0, 36 |
| 3 (2, 1) | 9 | 28 | 32 | 0, 13 |

Duas observações são necessárias face aos resultados do *corpus* que sofreu algum refinamento, para atender a um viés referente ao grau 5, que quebrava o contínuo numérico alcançado nos pesos relativos. Após a observação interna dos dados, percebemos que estavam concentrados no grau 5 os verbos de natureza mais pragmática. Foram eles: os marcadores discursivos ‘*olha/olhe*’ e ‘*escuta/escute*’, a expressão idiomatizada ‘*deixa ver*’, e os pares ‘*imagina/imagine*’, com funções discursivas mais categoriais (de interjeição, por exemplo), que tomaram 110 dados da nossa amostra. São os exemplos (4), (5), (6) e (7), abaixo:

(107) **OLHE**, não se **META** com os Joad, ouviu? (Amigo/Vô:88:47)

(108) **ESCUTA**, Tom. Tu ouviu o Connie falar que queria estudar de noite? (A/T:211:157)

(109) **FAZ** pra ele uma xícara de café forte. **DEIXA VER** ... aí diz pra usar uma colherada de chá. (T/M:126:71)

(110) **ESCUTA**, quem você pensa que é? O milionário Morgan? (...) **IMAGINA**, água quente. (Gu/T:449:342)

⁹⁰ Relação assimétrica na rede da família (R1): Tom de papel sociopessoal inferior ao da mãe: $T(R1) < M(R1)$, conforme Quadro 10.

Esses dados foram, então, excluídos desta etapa de análise, devido a sua natureza diferenciada, com estatuto verbal [- pleno] e praticamente destituídos de força manipulativa.

Na Tabela 13, observamos que os graus 4 e 1 amalgamaram outros graus. A tabela contempla, então, a disposição de 4 níveis de escalaridade dos graus de força manipulativa: 9, 8, 4 e 1, e não mais os 9 graus previstos. A amalgamação do grau 4 (com os graus 5, 6 e 7) e do grau 1 (com os graus 2 e 3) se deu por duas razões: em rodadas anteriores os resultados probabilísticos desses graus também estavam muito aproximados (justificativa matemática); e há uma contigüidade na distribuição dos fatores na escala 1 a 3 e 4 a 7 (justificativa lingüística). Tal refinamento no controle dos fatores também levou os resultados estatísticos a uma significância de (0, 000); portanto, um nível máximo de confiabilidade.

Num domínio funcional complexo, conforme proposta funcionalista, as categorias não se organizam discretamente, mas num contínuo (cf. Givón, 1995). Nos resultados da Tabela 13 fica evidente uma distribuição escalar, num contínuo que vai do peso relativo (0, 13) a (0, 66) para a variante indicativa. Aqui, o grau mais alto (9) de força manipulativa se correlacionaria significativamente com a variante indicativa, ao passo que os graus mais baixos (1 e 4) se correlacionariam com a subjuntiva. Em termos absolutos, o grau 8 está próximo de 0, 50. Entretanto, aproxima-se mais do grau mais alto do que do grau mais baixo. Observa-se que é nos níveis mais altos de manipulação (graus 9 e 8) que se concentra a maior parte dos dados: dos 580 analisados, 411 os compõem, o que representa 71% de toda amostra.

Então, foi corroborada nossa expectativa quanto à pertinência desta segunda etapa de análise, no sentido de dispensarmos um tratamento escalar ao fenômeno visto e que quanto maior o grau de manipulação dos atos de comando na expressão verbal de imperativo, além de maior força manipulativa o constituir, mais uso da variante indicativa obtivemos. Por outro lado, graus mais baixos de manipulação favoreceram o uso do subjuntivo.

5.2.2 TRATAMENTO ESCALAR NA VARIÁVEL SIMETRIA/ASSIMETRIA DAS RELAÇÕES SOCIOPESSOAIS

Uma vez testados os graus de força manipulativa como condicionantes do uso de uma ou de outra variante do nosso objeto em estudo, sentimos a necessidade de também testarmos de modo escalar a variável *simetria/assimetria das relações sociopessoais*. Nossa expectativa em relação a esta escalaridade é a de que ela vai privilegiar a hierarquia social dos manipuladores e manipulados, segundo seus papéis sociopessoais, e isso vai determinar a natureza da simetria/assimetria de cada relação: em relações de superior para inferior, o predomínio do uso da variante indicativa; e, nas relações de inferior para superior, o da subjuntiva. Vamos aos resultados alcançados na Tabela 14.

Tabela 14 – Tratamento escalar da variável simples *rede de relações sociopessoais* sobre a variante *indicativa*

| Relação sociopessoal | A | T | % | P. R. |
|--|-----|-----|-----|-------|
| (1). $Vô(R1) > T(R1)$ $Gu(R4) = Gu(R4)$ $P(R2) = J(R2)$ | 28 | 28 | 100 | - |
| (2). $M(R1) > P/A/Ru(R1)$ | 64 | 68 | 94 | 0, 78 |
| (3). $T(R1) = P/W/Ru(R1)$ | 15 | 16 | 94 | 0, 76 |
| (4). $T(R1) > A(R1)$ | 106 | 114 | 93 | 0, 74 |
| (5). $M(R1) > T/Ro(R1)$ | 133 | 148 | 90 | 0, 66 |
| (6). $T(R1) = Ro(R1)$ | 8 | 9 | 89 | 0, 63 |
| (7). $P(R1) > T/A(R1)$ | 16 | 19 | 84 | 0, 54 |
| (8). $R(R6) > A(R3)$ | 5 | 6 | 83 | 0, 52 |
| (9). $J(R2) = M(R2)$ | 8 | 10 | 80 | 0, 46 |
| (10). $A(R1) < T/P(R1)$ | 20 | 26 | 77 | 0, 42 |
| (11). $Me/Ra/Ho/Gu(R4) = T/A(R4)$ | 66 | 98 | 67 | 0, 31 |
| (12). $Ro(R1) < M(R1)$ | 4 | 6 | 67 | 0, 30 |
| (13). $R(R6) > T(R2)$ | 14 | 24 | 58 | 0, 23 |
| (14). $T(R1) < M(R1)$ | 15 | 36 | 50 | 0, 18 |
| (15). $J(R2) = T/P/(R2)$ | 2 | 5 | 40 | 0, 13 |
| (16). $T(R2) < R(R6)$ | 10 | 34 | 29 | 0, 08 |
| (17). $M(R4) = As(R4)$ | 4 | 20 | 20 | 0, 05 |
| (18). $Vó(R3) < R(R6)$ e $As(R1) = Wi(R1)$ | 0 | 21 | 0 | - |
| Legenda dos códigos M (mãe), P (pai), T (Tom), A (Al), R (reverendo), Ro (Rosasharm), Ru (Ruthie), W (Winn), J (John), Wi (Wilson, marido de Sara), Sa (Sarai), Em (empreiteiro), Gu (guarda), Po (policial), Fl (Floyd), Ho (homem), Me (mecânico), Ra (rapaz). | | | | |

Para fins didáticos, vamos dividir a Tabela 14 em 4 escalas de pontuação numérica, obedecendo à ordem de distribuição dos resultados dos pesos relativos de cada fator da variável *rede de relações sociopessoais*, para podermos fazer a correlação entre pesos relativos e níveis simétricos/assimétricos de relação sociopessoal: (a) $PM > P_m$; (b) $PM < P_m$ e (c) $PM = P_m$. Vamos à divisão dos 4 subgrupos:

- **subgrupo 1:** pesos relativos acima de (0, 63): 4 relações de superioridade e 3 relações de igualdade;
- **subgrupo 2:** pesos relativos de (0, 54) a (0, 42): 2 relações de superioridade, 1 relação de igualdade e 1 relação de inferioridade;
- **subgrupo 3:** pesos relativos de (0, 31) a (0, 23): 1 relação de superioridade, 1 relação de inferioridade e 1 relação de igualdade;
- **subgrupo 4:** pesos relativos abaixo de (0, 20): 3 relações de inferioridade e 3 relações de igualdade.

Tomada a Tabela 14 como referência para a formação dos subgrupos acima na matriz 2, a seguir representamos os resultados segundo a hierarquia social estabelecida entre os interlocutores, que são: primeiro subgrupo, relações sociopessoais só entre superior para inferior e entre iguais; segundo e terceiro subgrupos, relações entre iguais, superior e inferior e inferior para superior; quarto subgrupo, relações entre inferior com superior e entre iguais. Dada esta subdivisão, constatamos que no primeiro subgrupo não houve comandos proferidos de inferior para superior; no quarto subgrupo, não houve comandos de superior para inferior; nos subgrupos intermediários (2 e 3), obtivemos os três tipos de relações. Vamos à Matriz 2.

| Escala/Hierarquia | PM > P _m | | | | PM = P _m | | | PM < P _m | | |
|-------------------------------------|---------------------|---|---|---|---------------------|---|---|---------------------|---|---|
| Subgrupo 1 (acima de 0, 63) | + | + | + | + | + | + | + | - | - | - |
| Subgrupo 2 (0, 54 e 0, 42) | + | + | - | - | + | - | - | - | - | + |
| Subgrupo 3 (0, 31 a 0, 23) | + | - | - | - | + | - | - | - | - | + |
| Subgrupo 4 (abaixo de 0, 20) | - | - | - | - | + | + | + | + | + | + |

Matriz 2: Disposição das relações sociopessoais, segundo a hierarquia social dos PMs e os P_ms

A Matriz 2 ilustra o modo como os subgrupos se acomodam, segundo a aproximação do peso relativo de cada fator da Tabela 14.

- Nas relações sociopessoais de superior para inferior: dos 7 grupos, 3 ocuparam o subgrupo de grau mais alto de manipulação (1), 2 grupos ocuparam o subgrupo (2), e 1 grupo ocupou o subgrupo (3). O subgrupo de menor grau de força manipulativa (4) não foi ocupado.
- Nas relações entre iguais a distribuição se mostrou bem equilibrada: dos 8 grupos, 3 ocuparam o subgrupo (1); 2 ocuparam os subgrupos intermediários (1) e (2); e 3 ocuparam o subgrupo de grau mais baixo de manipulação (4). Ou seja: todos os subgrupos foram ocupados.
- Nas relações sociopessoais de inferior para superior: dos 5 grupos, 3 ocuparam o subgrupo (4); 1 ocupou o subgrupo (2); e 1 grupo ocupou o subgrupo (3). O subgrupo (1), de grau mais alto de manipulação, não foi ocupado.

✓ **Em resumo:**

Diante do que foi apresentado acima, consideramos que a reacomodação dos dados se mostrou lingüística e estatisticamente pertinente, porque a variável complexa *graus de força manipulativa* foi considerada como estatisticamente relevante. Como vimos, a Tabela 14 comporta 4 graus de manipulação que se distribuem escalarmente, evidenciando o que temos tentado demonstrar neste capítulo, e que tem corroborado três grandes hipóteses que permeiam o estudo.

- A de que na emissão de um ato de fala não-declarativo de comando a escolha de uma variante é condicionada por uma série de fatores abordados na pesquisa (cf. Quadros 10 e 17), o que demonstra que essa escolha não se dá aleatoriamente. Neste sentido, acreditamos que um PM, ao dirigir um comando a um Pm, leva em consideração, entre outros aspectos, quem são esses interlocutores (papel sociopessoal de cada um) e em que situação ambos estão inseridos (cf. Tabelas 8, 14 e 15), uma vez que a construção do sentido, mediante qualquer ato de linguagem, procede de um sujeito que se dirige a outro sujeito, dentro de uma situação de intercâmbio específica, que determina a eleição dos recursos de linguagem que se possa usar.

- A de que quanto *mais alto o grau de manipulação* de um comando, maior a tendência para o uso do da *variante indicativa*; quanto *mais baixo o grau de manipulação* do comando, maior a tendência para o uso da *variante subjuntiva* (cf. Givón, 1993;1995).

Em relação à variável *simetria/assimetria das relações sociopessoais*, reafirmamos aqui que cada vez a olhamos de uma forma diferenciada: os resultados, independentemente de cada olhar, mostraram-se sempre significativos. Daí a justificativa para a terceira e última análise dessas relações sob uma perspectiva intra-individual, no próximo capítulo.

6 REDES SOCIAIS E VARIEDADE INTRA-INDIVIDUAL: A DIFERENÇA

“Em toda parte onde tenha briga pra que a gente com fome possa comer, eu estarei presente. Em toda parte onde a polícia ‘teja maltratando camarada, eu estarei presente. Estarei onde a nossa gente ‘teja berrando de raiva ... e estarei onde as crianças ‘tejam rindo porque sentem fome e sabem que vão logo ter comida. E quando a nossa gente for comer o que plantou e for morar nas casa que construiu ... aí eu também estarei presente”.

(John Steinbeck (Tom Joad) - 1939)

APRESENTAÇÃO

Dada a importância da variável *simetria/assimetria das relações sociopessoais*, não só pelo perfil quantitativo dos dados, mas por ser a que mais diretamente espelha a dimensão estilística da variação no uso das variantes em estudo, abrimos este capítulo de análise para tratarmos especificamente das performances intra-individuais de cada um desses personagens/fatores constituintes desta variável. Por que a necessidade de abrimos um outro capítulo de análise e discussão? Tomemos a figura da mãe, por exemplo: é insuficiente uma análise que tome apenas a totalidade de comandos proferidos por ela, dadas as competências *situacional*, *discursiva* e *pragmática* empreendidas em cada um de seus comandos, que, a

partir desses níveis, assumem comportamento diferenciado quando dirigidos a cada personagem manipulador com quem ela interage, segundo a simetria/assimetria das relações sociopessoais que neles se estabelecem: se simétricas (entre iguais), ou assimétricas, com $PM > Pm$ e com $PM < Pm$, respectivamente.

6.1 AS REDES SOCIAIS E AS LÍNGUAS

Nesta seção, vamos atentar para o perfil socioestilístico a partir de redes sociais, por acreditarmos que os comandos intra-individuais dos PMs aos Pms se dêem em decorrência da existência de relação entre estruturas sociais e formas de expressão lingüística. Nesta direção, Brown e Gilman (1972, p. 253) tratam de pronomes de poder e solidariedade, apresentando uma visão da sociedade como polarizadora dessas duas forças. Em seus estudos, o poder foi a força dominante das formas de relações sociais do passado; atualmente, estariam se enfraquecendo e, gradativamente, sendo substituídas por um novo ideal, a solidariedade. Seus trabalhos abordaram os pronomes de tratamento em algumas línguas das sociedades modernas ocidentais (inglês, francês, italiano, espanhol e alemão), e de outras línguas da Europa, África e Índia. Nesta pesquisa, nosso foco não se firma em formas pronominais de tratamento: o que pretendemos é a compreensão mais alargada do uso das formas variantes do imperativo frente a essas pressões sociais decorrentes de poder, *status* e papel sociopessoal. Se essas pressões externas condicionaram diretamente a escolha de formas pronominais no trabalho interlingüístico desses autores, para nós, basta reconhecermos o grau que ela possa exercer em relação ao uso das variantes em estudo, a partir do firmamento decorrente de relações sociopessoais estabelecidas nestas redes.

Tal como os estudos sociais da linguagem, a noção de *redes sociais*⁹¹ também surgiu inicialmente entre alguns sociólogos, com inspiração na antropologia e na etnografia da comunicação. Um de seus precursores, John Barnes (1954), ao aplicar seus estudos numa paróquia de pescadores e de camponeses na Noruega, percebeu ali três campos sociais diferentes (cf. Calvet, 2002, p. 154):

⁹¹ *Social networks*: surgidos inicialmente nos trabalhos da Escola de Chicago sobre Sociologia.

- um sistema territorial (as casas, o bairro, a paróquia);
- um sistema baseado na indústria da pesca (os barcos, seu equipamento, as cooperativas);
- um sistema de relações com os pais, os amigos, os conhecidos.

Cada um desses sistemas era representado por Barnes como um conjunto de pontos ligados por linhas, cada ponto representando uma pessoa ou um grupo, e as linhas indicando as interações entre as pessoas ou os grupos. Essas interações de que Barnes fala são *relações sociais* de uma comunidade lingüística, e os pontos ligados simbolizam toda uma instituição religiosa⁹² (como representante de uma autoridade religiosa, por exemplo), ou uma simples família (como a dos Joads, por exemplo). Cada uma das linhas (relações pessoais) pode representar o discurso, sendo que esses discursos, segundo Calvet (*op. cit.*, p. 135), não precisam necessariamente ter a mesma forma, e essas redes podem corresponder a socioletos ou a línguas diferentes, ao mesmo tempo que podem desempenhar um papel na difusão das inovações lingüísticas, da variação, por exemplo.

Como vimos, essas *relações sociais* podem se dar na rede da família. Em *Vinhas da Ira*, ela é uma entidade muito viva, com estrutura social bem definida e de relações interpessoais abundantes. Também sabemos que a estrutura social depende de relações estabelecidas entre os indivíduos, e que acabam definindo as relações interpessoais (cf. Biderman, 1972, p. 371). O contexto primordial de *Vinhas da Ira* é o da família, quer entendida como família nuclear (R1), quer como família estendida (R2). A seguir, vamos apresentar as considerações de Biderman (*op. cit.*) sobre a importância de se relevar o tipo de relacionamento que se instaura no interior de uma rede familiar, por exemplo, para o estudo de um fenômeno lingüístico a partir de questões estilísticas. A citação abaixo tem como referência as relações entre indivíduos no contexto familiar nas Américas hispânica e portuguesa:

No caso das sociedades latinas e particularmente nas Américas Hispânica e Portuguesa, as relações entre os indivíduos partem do contexto familiar. Como nestes países a estrutura familiar é a família extensa, numerosíssimas são as formas de tratamento que definem as relações entre os seus membros. Alguns autores estudaram as formas de tratamento entre os membros de uma família no Chile, no Peru e na Argentina. Todos eles organizaram e discutiram grandes listas estilísticas para ‘marido e mulher’, ‘pais e filhos’, ‘irmãos entre si’, ‘tios e tias’, etc. Um traço comum se evidencia: o grande número de tratamentos afetivos dos quais essas línguas se servem; esse fato dá testemunho da profundidade das relações entre os membros do clã familiar. No Brasil, se nos dispuséssemos a fazer algo de semelhante, seguramente encontrar-se-ia vasto arsenal estilístico, pois as estruturas

⁹² Em *Vinhas da Ira*, os ‘pontos ligados’ simbolizariam uma autoridade religiosa (reverendo Casy) ou a rede da família dos Joads.

da nossa sociedade se assemelham às desses três países em questão. Na América Latina, também se parecem, via de regra, as relações estabelecidas com pessoas do serviço doméstico e com amigos, conhecidos e desconhecidos (BIDERMAN, 1973, p. 371).

Neste capítulo, pretendemos identificar as redes de interações entre os PMs a seus Pms de *Vinhas da Ira*, segundo os seus papéis sociopessoais em suas respectivas redes: da família de [$>$ intimidade] (R1) e de [$<$ intimidade] (R2), de conhecidos (R3), de estranhos (R4), de autoridades profissionais (R5), de autoridade religiosa (R6) e de autoridades não-voluntariamente instituídas (R7), conforme Quadro 12. Na rede da família, pretendemos investigar o fenômeno em estudo em relações entre ‘marido e mulher’, ‘pais e filhos’, ‘irmãos entre si’, ‘tios e tias’, segundo os moldes apresentados por Biderman, acima.

6.1.1 CLASSE OPERÁRIA: REDE DE COMUNICAÇÃO MUITO MAIS DENSE

Os estudos das redes sociais da linguagem têm sempre apontado que os membros da classe operária têm uma rede de comunicação muito mais densa que os membros das classes médias ou superiores, porque se freqüentam ao mesmo tempo no ambiente de trabalho, de lazer, de vizinhança, da escola do bairro, e seu socioleto é reforçado por esta estreita convivência (Cf. Calvet, 2002, p. 135). Em *Vinhas da Ira*, já vimos que os tradutores se propuseram a manter o estilo original de escrita de Steinbeck, que é o de trazer para a literatura as manifestações lingüísticas regionalistas de uma classe popular específica norte-americana dos anos 40, a de pequenos agricultores; nesta versão de Herbert Caro e Ernesto Vinhaes para o português do Brasil, também temos marcas regionalistas na linguagem dos personagens representativos de classes populares sul-riograndenses.

Tudo indica que essa foi uma atitude tomada pelo autor, não para atender a estudos específicos de fenômenos da linguagem, mas com um outro objetivo, o de criticar a sociedade da época, dizendo que aquela classe sofrida também *tinha voz* e sabia pensar questões sociais⁹³.

A partir da preocupação em mostrar a *voz* de uma classe operária, em *Vinhas da Ira* pudemos constatar que as redes de comunicação se dão de forma muito densa, através de

⁹³ Além dessa especificidade lingüística, John Steinbeck, com *Vinhas da Ira*, deu um impulso decisivo a uma série de reformas na política agrária norte-americana, por deixar um recado claro aos que continuavam a queimar ou a deixar apodrecer as colheitas, condenando milhares à fome, para manter os preços em alta (cf. Canelas, 2003).

uma linguagem muito centrada no grupo da família, por ser esta rede de relações sociopessoais pautada quase que exclusivamente numa única família, a dos Joads. Embora a obra traduza alguns tipos sociais de um modo muito peculiar, fora da família, poucas são as interações desses tipos com as redes (R1) e (R2) da família.

Dada a natureza familiar das duas maiores redes sociais que constituem a nossa amostra, não tivemos somente a idéia, mas a *necessidade* de criarmos esse capítulo, evidenciando especificamente as relações intrapessoais instauradas entre os PMs e seus Pms, pelas razões que vamos apontando em cada parte que abrimos no desenvolvimento desta seção. Os resultados das análises no capítulo anterior atenderam a condicionamentos de natureza diversa: a variável independente *simetria/assimetria das relações sociopessoais* não foi abordada de modo particularizado, e é isso que faremos nesta terceira etapa de análise. Este tratamento particularizado se dá porque, das variáveis controladas, esta não se constitui apenas um dispositivo enfraquecedor/fortalecedor da força manipulativa (dependendo de quem dirige o comando pra quem), mas um princípio funcional de *legitimação de autoridade*, segundo o qual um ato de fala se constitui um ato de comando (ou manipulativo): ***o manipulador – o falante – tem de ter autoridade legítima sobre o manipulado*** (Givón, 1993, p. 264). E, sob o condicionamento especificamente desta variável, pretendemos investigar o uso alternado de uma ou de outra variante do imperativo, numa dimensão socioestilística da variação lingüística, por acreditarmos ser neste nível de análise mais particularizada, portanto, que se situam (e se firmam) as diferenças estilísticas.

6.1.2 QUANDO A DIFERENÇA NÃO É ‘DEFICIÊNCIA’

A possibilidade do uso variável das formas verbais imperativas constitui um tipo de manifestação lingüística comum a falantes de várias esferas sociais. Na obra, consideramos que as variantes indicativa e subjuntiva estejam *igualmente disponíveis* aos PMs, porque o emprego de uma ou de outra variante não implica critérios avaliativos, que venham determinar diretamente o emprego de uma delas por um grupo social específico. Conforme veremos na discussão que segue, independentemente do grupo (classe) social a que pertença o manipulador, ou do nível de escolaridade em que ele se situe, essas variantes de comando lhe estarão igualmente disponíveis, pois ele pode encontrá-las em qualquer um desses segmentos sociais. Ou seja: em relação ao fator ‘estigma’, o uso de *canta* ou *cante*, por exemplo, pode ser reconhecido, quer seja em textos com diálogos com ou sem

associação às formas pronominais *tu* e *você*, quer seja em textos sem diálogos. São variantes usadas pelo falante do português de forma natural, espontânea, sem conotação de uso estigmatizado, sem qualquer sentimento de ‘não saber falar bem’ ou de estar representando um ‘brasileiro que tenha dificuldade de se expressar corretamente’, que esteja cometendo um ‘erro’, conforme Scherre (2002, p. 223).

Se o uso alternado de uma ou de outra variante não implica ‘erro’ de português, cabe aqui, segundo esta autora (Scherre), respondermos à seguinte pergunta: por que não há a consciência desse ‘erro’? A resposta estaria na esfera social: a *variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais*, conforme explica a autora, abaixo:

Não existe **estigma social** evidente associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou subjuntiva. As duas formas não são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do ‘mal falar’. São, sim, estereótipos claros, as construções *nós vai, nós foi, o povo foram, a gente vamos, um chopes, dois pastel*, associadas a fenômenos de concordância, cuja variação, embora também sistemática, distingue grupos sociais. A falta de concordância verbal (*nós vai*) ou nominal (*dois pastel*), esta, sim, é denominada *erro*, e a pessoa que não faz a concordância esperada, além de carregar um forte estigma de *não saber falar português*, de ser um *brasileiro que tem dificuldade de se expressar corretamente*, pode não só perder o emprego, mas até, dizem, a eleição para a presidência da República. Isso acontece não porque a falta de concordância acarrete problemas de comunicação, mas porque distingue grupos sociais: tendem a fazer menos concordância pessoas de classes com menos prestígio social, embora todos os brasileiros, em maior ou menor grau, deixem de fazer concordâncias no uso espontâneo da linguagem em contextos sintáticos regulares. (SCHERRE, 2002, p. 225)

Nestas suas palavras, Scherre nos faz compreender melhor esse caráter não-avaliativo do emprego variável das formas de expressão do imperativo, principalmente pelo fato de que, do mesmo modo que as variações de outros fenômenos, tais como os voltados para a concordância (nominal e verbal), por exemplo, esse emprego alternado do imperativo sem a correlação direta com uma ou outra forma pronominal (*tu, você, o(a) senhor(a)*) também fere, na mesma proporção, as regras da gramática tradicional. Nem por isso é estigmatizado. Qual o motivo? Apenas por não constituir o falar de uma classe social específica, neste caso, o da menos favorecida.

Tivesse o grupo social retratado em *Vinhas da Ira* natureza interioriana, porém com sucesso e independência financeiros, tal como se constitui o grupo social a que estão vinculadas algumas comunidades bem-sucedidas norte-americanas (a texana, por exemplo), provavelmente o estigma sobre suas construções sintáticas em muito cairia.

Para os prescritivistas que não tomam posições científicas da linguagem, há diferenças que representam ‘deficiências’. Mas, se lhes perguntássemos por que outras diferenças, como as do emprego alternado das variantes indicativa e subjuntiva na expressão do imperativo, por exemplo, não lhes parece ‘deficiência’? É possível que poucos deles respondessem com a cientificidade que Scherre (2002) o fez.

6.1.3 QUANDO A SOMA DAS DIFERENÇAS DEFINE O ESTILO

O que pretendo evidenciar na seção anterior é o caráter social da variação nas comunidades lingüísticas: em alguns casos há estigma social, e, em outros, não. Vimos que, no português do Brasil, falar *canta* ou *cante* não ‘fere’ os ouvidos tradicionalistas, por não ser atribuído a essa variação caráter sócio-avaliativo. São diferentes opções formais de se emitir um comando, cuja escolha entre uma ou outra forma se dá por razões mais estilísticas que sociais⁹⁴. Então, se o emprego variável desse fenômeno lingüístico não obedece a uma sistematicidade de natureza sócio-avaliativa, ele se dá de modo incondicional nos diálogos dos PMs de *Vinhas da Ira*? Não. Essa manifestação variável dos comandos sob as formas verbais imperativas **não** se dá aleatoriamente nos comandos constituintes das relações sociopessoais simétricas e assimétricas estabelecidas na família, entre estranhos, ou entre autoridades ali constituídas, na composição da narrativa. Ela obedece a uma sistematicidade moldada, principalmente, segundo os grupos de fatores já identificados no capítulo 5. Ressaltamos o grau de tratamento [+ respeitoso] e [- respeitoso] de quem supostamente fala e de quem supostamente ouve, determinado, predominantemente, por dois elementos também de natureza não-lingüística: idade e papel sociopessoais (i) de [> autoridade] e [< autoridade] (avô/neto, mãe/filho, reverendo/fiéis) e (ii) de [> intimidade] e [< intimidade] dos PMs. Portanto, uma sistematicidade constituída a partir de grupos de fatores de natureza sócio-pragmática (externa ao sistema).

Como consequência do condicionamento dos dois principais grupos de fatores apontados acima, mostrou-se significativo um outro: o uso de uma ou de outras formas pronominais designativas de 2ª pessoa do singular: *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*. Como já discutimos no capítulo anterior, ao eleger um tratamento respeitoso a um ou outro Pm, o PM opta por uma dessas formas pronominais e, por extensão, uma ou outra forma verbal de

⁹⁴ Renegamos as opções sociais, aqui, referindo-nos especificamente às opções decorrentes de níveis de escolaridade.

comando, respectivamente. De uma forma sistemática, esses dois tipos de variantes se correlacionam, como veremos neste capítulo.

Além das motivações sociais voltadas a grupos sociais [+ estigmatizados] e [- estigmatizados], atuando com maior ou menor grau sobre a escolha de uma opção em detrimento de outra na expressão de um fenômeno lingüístico, tal como o da (des)concordância verbal citada por Scherre, na seção anterior, em decorrência do poder socioeconômico, por exemplo, as considerações sociais num estudo lingüístico se dão de modo mais alargado. Podem implicar também outros fatores sociais, tais como idade, escolaridade, sexo, etnia, localização geográfica de um falante, profissão, dentre outros, além do estigma abordado por Scherre. Ao tratarmos de condicionamentos sociais, estamos, conseqüentemente, tratando de questões diastráticas e diatópicas gerais. Estamos retomando esses pressupostos teóricos aqui para falarmos do fator *escolaridade* e emprego variável do imperativo.

Se já destacamos⁹⁵ a forte vinculação entre a variação social e a estilística, no sentido de o falante já ter, interiorizadas em sua competência lingüística, as formas alternativas de variedades cultas⁹⁶ e variedades não-cultas sobre as quais ele pode operar a seleção conforme variam as condições de produções do discurso (quem fala com quem, tema/tópico, espaço físico), é porque, definitivamente, tem-se consciência da alta vinculação entre a natureza dessas duas variações. Por isso, às vezes, as tratamos de variação socioestilística. Isso posto, vamos explicar por que razão é muito provável que um indivíduo de baixa escolaridade, por exemplo, desenvolva pouco ou quase nada de sua capacidade de operar com regras variáveis, principalmente das decorrentes de grupos sociais favorecidos, tais como as que expusemos na seção anterior, em relação às regras de concordância (nominal e verbal) do português. Então, a depender do fenômeno em estudo, para operar um estilo de natureza [+ formal], decorrente do conhecimento das ‘variedades cultas’ da língua, o falante precisaria, necessariamente, de uma formação escolar. Aqui, a escolha de uma variedade estilística [+ formal] em detrimento da [- formal], por exemplo, não está diretamente relacionada ao fator social voltado ao nível de escolarização.

⁹⁵ No capítulo 1, conforme nota 10.

⁹⁶ *Variedades cultas* e não *norma-padrão*. Como já vimos, esta última representa o ‘conjunto de prescrições tradicionais veiculadas pelas gramáticas normativas, pela prática pedagógica conservadora e pelos empreendimentos puristas da mídia’.

Entendemos como ‘variedades cultas’ aquelas que são tomadas por algumas pesquisas de notoriedade nacional, como a do Projeto NURC (Norma Urbana Culta)⁹⁷, por exemplo, por atender aos seguintes critérios de base: ser a variedade de um informante (i) de escolaridade superior completa e (ii) de um *background* biográfico-cultural urbano. São, portanto, conceitos estabelecidos com critérios relativamente mais objetivos e de base empírica, uma vez que o ‘culto’ aqui determina, de fato, a aquisição de uma cultura, a da prática escolar, por exemplo. Mas a palavra ‘cultas’, desde sua integração à sigla NURC, por exemplo, não se constitui uma boa escolha lexical, porque pode passar a falsa impressão de que só a prática escolar seja representante da cultura lingüística de um povo. Por isso, a sugestão de ‘variedades cultas’.

Mas, o que estamos querendo realçar aqui em relação ao fator social *escolaridade*, ‘variedades cultas’ e uso de variantes de certas variáveis lingüísticas, é que, no fenômeno em questão, pelo fato de o emprego de uma ou de outra variante não se dar em decorrência de valoração social constituinte de um grupo social [\pm favorecido], essa questão da escolaridade também parece não se mostrar determinante do uso das variantes do imperativo. Ou seja: independentemente da escolaridade do falante, seja ele reverendo, publicitário, educador, agricultor, ou apenas amigo, pai, mãe ou irmão do manipulado, ele pode usar alternadamente uma ou outra variante. Isto porque a variação do nosso fenômeno não implica questões de estigmatização ou de prestígio, conforme estamos discutimos.

Temos então duas formas distintas de codificar uma mesma função em *Vinhas da Ira*: os PMs podem operar uma ou outra escolha que lhes resultar mais apropriada, tanto do ponto de vista social quanto cultural em que as relações sociopessoais se efetivam, situação definida por uma lista de fatores, cujo número e configuração variam de um PM para outro.

Nesta perspectiva, a noção de estilo é definida aqui segundo uma única dimensão: a do grau de atenção conferido à linguagem no momento da enunciação dos atos de comando. Para a adoção de um estilo apropriado a uma dada situação, o PM deverá, nesta perspectiva, conferir atenção à sua linguagem, mais em uma situação do que em outra. Pretendemos demonstrar, então, que é neste nível que se situam as diferenças intra-individuais, portanto,

⁹⁷ O Projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul) obedece a apenas um dos critérios tomados no Projeto NURC: o de *background* biográfico-cultural urbano do informante. A escolaridade desse informante pode variar em diversos níveis, e não se prende a apenas à que trata do ‘nível superior completo’.

estilísticas, no uso de uma ou de outra variante do imperativo. As diferenças formais em atos de comando parecem existir mais para atender a questões de natureza estilística da linguagem.

A seguir, vamos apresentar as manifestações intra-individuais de cada um dos PMs nas redes de interações que estabelece com seus Pms, dispostas nas Tabelas de 15 a 22. Começamos pelas manifestações de comando da mãe, personagem que mais interage na narrativa, e terminamos com as das crianças.

6.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELOS PERSONAGENS FALANTES

6.2.1 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELA MÃE

Dentre os PMs constituintes de *Vinhas da Ira*, a figura da mãe é a que soma o maior número de interações de comando. É uma figura onipresente, norteadora do fio condutor da narrativa. Das cerca de 750 ocorrências de atos de fala de comando constituintes do *corpus*, um pouco mais de um terço delas são proferidas pela mãe, uma vez que, sozinha, soma 274 usos de todo o total. A Tabela 15 ilustra o modo como se distribui essa rede de interações nas suas relações sociopessoais.

Tabela 15 – Rede de interações da MÃE com os Pms na variante indicativa:

| Manipulados | A ⁹⁸ | T | % |
|--|-----------------|------------|-----------|
| 1. Al (Filho de 16 anos, motorista) | 6 | 6 | 100 |
| 2. Crianças (Filhos pequenos) | 38 | 40 | 95 |
| 3. Pai (Marido) | 36 | 38 | 95 |
| 4. Tom (Filho mais velho, 30 anos) | 61 | 67 | 91 |
| 5. Rosasharm (Filha grávida, 18 anos) | 65 | 74 | 88 |
| 6. John (cunhado) | 12 | 15 | 80 |
| 7. Estranhos 1 [> Interação] | 7 | 15 | 47 |
| 8. Senhora Sara (Estranha, conhecida na viagem) | 33 | 9 | 3 |
| 9. Estranhos 2 [< Interação] | 0 | 7 | 0 |
| 10. Reverendo/Vô (sogro) | 0 | 3 | 0 |
| Total ocorrências | 258 | 274 | 94 |

⁹⁸ T = Total; A = Aplicação; % = Percentual

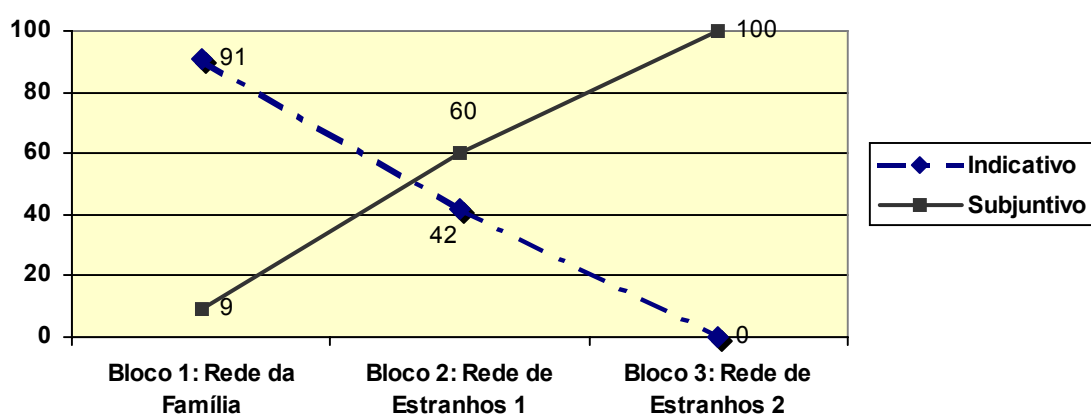
A média do percentual de uso da variante indicativa nesta rede de interlocutores com quem a mãe interage é muito alta, atingindo um total de 94% das 274 ocorrências de seus comandos. Isso graças à natureza do seu papel sociopessoal no grupo. Nesta totalidade, a impressão inicial que se tem é a de que, pelo fato de a mãe pouco (ou quase nada) empregar o subjuntivo, visto ser muito baixo o percentual de 17% de ocorrência dessa variante, principalmente por ela se contrapor a apenas uma outra, a indicativa, seu uso pode ser um ‘acidente’ na sua fala, decorrente de um uso pouco freqüente. Ou aleatório. Mas não o é. Esse fato não se confirma. Embora essa variante seja empregada pouco (ou quase nada) pela mãe, seu restrito emprego se dá de forma regular e sistematizada - portanto, passível de descrição. Ele se dá em contextos específicos. Por exemplo: em interações com o reverendo e com Estranhos 2 seu uso se mostrou categórico. A Tabela 15, vista na totalidade da amostra que representa, não nos leva a essas particularidades. A elas só podemos chegar, se nos apoiarmos numa perspectiva intra-individual de análise, em que se tomem somas particulares de comandos a personagens particulares.

Para sentirmos esta diferença significativa, dividimos então essa rede interativa da mãe em três grandes blocos:

- 1º bloco de redes: relações sociopessoais na rede *familiar* (cf. itens 1 a 6 da Tabela 16). Indicativo: 91% e subjuntivo: 9%.
- 2º bloco de redes: relações sociopessoais na rede de *Estranhos 1*, com quem a mãe estabelece maior grau de interação, se comparado ao da rede de *Estranhos 2* (cf. itens 7 e 8 da Tabela 16). Indicativo: 42% e subjuntivo: 58%.
- 3º bloco de redes: relações sociopessoais na rede de *Estranhos 2*, com quem a mãe estabelece menor grau de interação nestas três redes (cf. itens 9 da Tabela 16). Subjuntivo: 100%.

Vejamos no Gráfico 2, a disposição dos dados desses blocos de redes expostos acima:

Gráfico 2: Estratificação estilística dos atos de comando da MÃE, segundo suas relações sociopessoais



Pela disposição dos dados no Gráfico 2, aqui apresentado, constatamos que se essas redes não forem tomadas num bloco único, tal como a maneira que as expusemos na Tabela 15, as diferenças dos papéis sociopessoais dos interlocutores da mãe vão conduzir os resultados obtidos nos empregos das variantes numa direção diferenciada dos resultados da Tabela 15. A disposição dos 17% de uso do subjuntivo pouco diz sobre a fala da mãe, pelo fato de esse percentual não determinar a especificidade desses usos. No Gráfico 2, esses usos subjuntivos saltam de 17% para 58% no segundo bloco de redes, e chegam a constituir 100% dos atos de comando no terceiro bloco de redes. Por isso a opção pela divisão desta Tabela 15 em três grandes blocos de redes, tais como demonstram o Gráfico 2, dada a qualidade da visualização da variedade intra-individual nos atos de comando do PM na figura da mãe.

Ainda que os blocos 2 e 3 representem apenas cerca de 13% dos 274 atos de comando da mãe, a sua relevância se dá na pontualidade com que se projetam os níveis de estilo nestes comandos, a partir de atos individuais de fala enquanto realizações particulares de um PM.

Segundo os dados do Gráfico 2, o PM, na figura da mãe, ao proferir um ato de comando, seleciona uma ou outra variante disponível para essa variável dependente, em função do papel sociopessoal de seus manipulados. São estratégias verbais consideradas como uma manifestação do conhecimento que esse PM tem daquilo que lhe é apropriado (ou não) numa dada situação de fala, dispostas segundo as relações sociopessoais que ele mantém com cada um dos seus interlocutores (manipulados) nestes blocos.

A seguir, especificamos os interlocutores constituintes de cada bloco das três redes para os quais a mãe dirige atos de comando, além dos percentuais de ocorrência de

cada variante, já especificados no Gráfico 2, acima. Observemos, então, quem são os interlocutores de cada uma dessas redes, nos Blocos 1, 2 e 3:

- **Bloco 1: rede da família:** o uso espontâneo e quase categórico das formas **indicativas** na expressão do imperativo somam **91%** das suas ocorrências. São estes os membros que a constitui: filhos, marido e um cunhado que mora na casa;
- **Bloco 2: rede de estranhos 1 de [> interação]:** constitui o bloco de rede dos estranhos com quem a mãe interage mais regularmente. Aqui, a distribuição é quase que regular das duas variantes, com uma ligeira vantagem para a do **subjuntivo**, por esta atingir cerca de **58%** das ocorrências. Neste bloco estão os guardas do acampamento em que a família está abrigada, os funcionários de uma mercearia, uma vidente que passa por lá, os membros de uma família que conhecem e que os acompanha no trajeto da viagem (a mãe Sara, o marido e a filha Agnes) e algumas crianças do acampamento, que costumam estar com os filhos Ruthie e Winn.
- **Bloco 3: rede de estranhos 2 de [< interação]:** uso categórico da variante **subjuntiva**, com **100%** de ocorrência. Neste bloco de redes está o reverendo que, embora acompanhe a família até quase o final do trajeto da viagem, é uma autoridade religiosa, segundo a fé da família. Entretanto, nem por isso (aproximação da família), deixa de receber um tratamento respeitoso. O outro interlocutor para o qual a mãe emprega categoricamente a variante subjuntiva é o avô (seu sogro), personagem mais velho que, adoecendo no começo da viagem, não a resiste. Além desses dois, consideramos estranhos de [< interação] com a mãe o diretor do acampamento e policiais.

A divisão da Tabela 15 também poderia se dar em dois grandes blocos: o das relações sociopessoais da mãe com a família e o das suas relações com estranhos (1 e 2). Esta divisão binária eliminaria o uso categórico da variante subjuntiva no terceiro bloco, o de estranhos 2 de [< interação], acima. É que não soa tão natural afirmarmos que o uso categórico da variante subjuntiva pela mãe tenha se dado como decorrência do cômputo de apenas 10 dados, conforme está exposto na Tabela 15. Por outro lado, nesta suposta divisão binária, não visualizaríamos com clareza o bloco intermediário do uso dos 50% de uma e de outra variante, que se constitui o bloco de estranhos 1 de [> interação]. Daí a nossa opção pela divisão ternária. Mesmo assim, se amalgamássemos os blocos de estranhos 1 e 2, nossa hipótese se manteria inalterada: o uso do subjuntivo se sobreporia ao do indicativo nestas

relações, só que não mais categoricamente, mas com cerca de uma média 70% dos atos de comando da mãe, em oposição a apenas 30% de indicativo.

Assim, vimos que na rede ternária de ouvintes com os quais a mãe interage, o tratamento respeitoso e, portanto, de força manipulativa menor, se deu nos atos de comando dirigidos ao reverendo e ao avô, com o emprego categórico do uso da variante subjuntiva, embora este uso categórico se limitasse a apenas cerca de 5% dos 274 comandos proferidos pela mãe, ou ainda: 5% dos 17% das formas imperativas na variante subjuntiva, conforme vimos na Tabela 15.

Então, mesmo representando a figura maior e mais autoritária da narrativa, carregando consigo um pouco mais de um terço dos 750 enunciados constituintes da amostra, este PM na figura da mãe, poderoso como se apresenta, soube reconhecer nas suas interações a situação ou contexto social em que seus comandos estavam inseridos, mudando sua fala de acordo com os seus interlocutores, segundo: (i) a **idade** (o avô era o mais velho, no subjuntivo; as crianças, no indicativo), ou hierarquicamente superior (reverendo); (ii) o **lugar** que se encontravam (nos comandos da mãe, este fator não se mostrou tão decisivo, porque as interações se deram, na sua maioria, no espaço físico dominado por ela), e (iii) o **tema/tópico** da conversa (com o reverendo o assunto era de natureza mais espiritual).

6.2.1.1 Amostra da variante subjuntiva na fala da MÃE, nas suas interações com os Pms da rede da família

A seguir, no Quadro 18, segue uma amostra dos 22 usos da variante subjuntiva pela mãe na rede de interações na família: o pai (marido), John (cunhado mais velho) e filhos (Tom, Al, Rosasharm, Ruthie e Winn), com o propósito de investigarmos algumas marcas em comum nestes usos. Como sabemos, nesta rede da família (e que a nomeamos de '1º bloco de redes' da mãe), se concentram 87% das interações da mãe, e, deste percentual, apenas 9% se deram na forma subjuntiva.

Queremos também chamar atenção para o fato de que essas discussões particulares que estamos propondo nesta parte do trabalho não têm a natureza investigativa de corroboração (ou não) da hipótese maior que norteia o estudo, uma vez que esta já venha se firmando em todo o decorrer do trabalho, que é a de que o *uso de uma ou de outra variante do imperativo se mostra diretamente condicionado ao papel sociopessoal constituinte de cada*

um dos PMs em relação aos Pms. Então o objetivo de tais discussões refere-se mais à tentativa de reconhecermos um maior número possível de fatores que estejam interagindo entre si, e, como consequência, solidificando esta hipótese maior da nossa proposta.

Tomemos, então, os 9% das interações subjuntivas da mãe na rede da família, distribuídos nos enunciados de (111) a (130), no Quadro 19.

| |
|---|
| (111) Depois tu vai brincar de novo. Tem paciência. (...) SEJA boazinha. (M/Ru:521:437) |
| (112) Fica quieta e VÁ saindo. (M/Ru:542:466) |
| (113) Olha, eu tou muito ocupada. Vê se tu dá um jeito nas orelhas da Ruthie e do Win. Esfrega bem as orelhas das crianças. Esfrega até ficar vermelho, <i>não</i> TENHA pena. (M/P:356:266) |
| (114) Vamos, ANDE depressa. (...) Se não tiver, manda eles abrir. (M/P:463:357) |
| (115) VEJA só o olhar dele. (M/T:103:56) |
| (116) Vê se faz sempre assim. (...) Olha, Tom, a nossa gente estará viva ainda quando já esse pessoal não existir mais. (...) <i>não</i> PERCA a calma, Tom, outros tempos vêm chegando. (M/T:330:245) |
| (117) <i>Não</i> ABORREÇA ela, Tom. (...) Não brinca com ela. (M/T:398:296) |
| (118) Não te arrisca, ouviu? Não deixa que ninguém te veja, por algum tempo. (...) VÁ devagarinho. |

| |
|--|
| (M/T:483:395) |
| (119) Chega mais perto, Tom. Deix'eu apalpar ele. (...) Abre a tua mão, Tom. Tenho aqui sete dólares. ABRA a mão, Tom. Tom, fica com o dinheiro, já disse. (M/T:497:413) |
| (120) Continua, continua, Tom. (...) Ssciu! OUÇA! (M/T:499:415) |
| (121) Rosasharm, SEJA boazinha e vai te deitar com a avó. (M/Ro:167:106) |
| (122) VENHA , Rosasharm, VENHA , querida. (M/Ro:326:241) |
| (123) Pega na vassoura e varre um pouco o chão, aqui em frente. (...) VÁ trabalhar agora. (M/Ro:367:270) |
| (124) Rosasharm, DEIXE de te atormentar com estas histórias. Não sei por que você é assim. (...) que nada! (...) Vai trabalhar, qu'ê pra eu poder me orgulhar de ti. (M/Ro:368:271) |
| (125) Eu sei, mas olha Rosasharm, não envergonha a tua gente. (...) <i>Não</i> nos ENVERGONHE . (M/Ro:399:298) |
| (126) Tu sempre foi uma boa menina. <i>Não</i> te INCOMODES . (...) Vou te dizer uma coisa. (M/Ro:400:300) |
| (127) Tá bom, então VENHA . Mas não te cansa muito. (M/Ro:508:426) |
| (128) Chega aqui. Não acredita nestas coisas que ela disse. (...) Então DURMA . Aqui é muito bom, tu pode dormir à vontade. (M/Ro:381:285) |
| (129) Não conta nada à gente, John, CONTE tudo ao bom Deus. <i>Não</i> SOBRECAREGUE os outros com teus pecados. (...) Acredito, mas não conta nada à gente. (M/J:313:224) |
| (130) <i>Nunca</i> te PREOCUPES . (M/J:505:423) |

Quadro 19: Atos de comandos da MÃE na variante subjuntiva

Para maior visualização dessa amostra, apresentamos, no Quadro 20, a seguir, a relação de cada uma dessas variantes subjuntivas da MÃE, isoladamente, numeradas de (1) a (17).

| Relação das variantes subjuntivas | Formas afirmativas | Formas negativas | Formas de uso não-variável ⁹⁹ |
|-----------------------------------|--------------------|------------------|--|
| 1. seja (2x) | - | - | X |
| 2. veja só | - | - | X |
| 3. ouça | - | - | X |
| 4. não tenha | - | X | - |
| 5. não perca | - | X | - |
| 6. não aborreça | - | X | - |

⁹⁹ Não se encontram na amostra as formas indicativas de *seja*, *veja só* e *ouça*.

| | | | |
|------------------------------|-------------------------|-----------|-----------|
| 7. <i>não</i> nos envergonhe | - | X | - |
| 8. <i>não</i> te incomodes | - | X | - |
| 9. <i>não</i> sobrecarregue | - | X | - |
| 10. <i>nunca</i> te preocupe | - | X | - |
| 11. abra | X | - | - |
| 12. ande | X | - | - |
| 13. vá (3x) | X | - | - |
| 14. venha (3x) | X | - | - |
| 15. durma | X | - | - |
| 16. conte | X | - | - |
| 17. deixe | X | - | - |
| Total | 11/22/50 ¹⁰⁰ | 07/22/32% | 04/22/18% |

Quadro 20: Relação das formas verbais subjuntivas nos comandos da MÃE

Como um outro grupo de fator que também tem se mostrado condicionante do uso do subjuntivo na nossa amostra, temos a presença da partícula de negação: no Quadro 18, contamos com 7 formas de imperativo proibitivo. Como sabemos, sentenças negativas costumam condicionar o subjuntivo e, no VARBRUL, foi o terceiro grupo de fator selecionado. Como já vimos (nos capítulos 4 e 5), a negação condiciona não pelo seu caráter formal, mas porque é um dos parâmetros considerados na escala de graus de manipulação (cf. Givón, 1993).

Se nos remetermos ao Quadro 19, com 17 formas verbais em 22 comandos na variante subjuntiva na fala da mãe, e que somaram 9% dos seus comandos totais, vamos ver que 4 dessas formas não foram encontradas na sua variante indicativa na narrativa, daí não considerarmos a presença de variação nelas. São elas: *seja* (2 vezes), *veja só* (1x) e *ouça* (1x). E 7 foram com negação, o que já favorece o subjuntivo. Dadas essas circunstâncias, podemos assegurar que, no contexto familiar, a mãe dirigiu seus comandos quase que categoricamente no indicativo, passando de 9% para um percentual de cerca de 4, 5% de uso, totalizando o equivalente não mais a 22, mas a 11 ocorrências efetivas apenas.

6.2.2 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS POR TOM

O PM Tom é o segundo maior autor de enunciados de comando na narrativa, representando cerca de quase 20% da nossa amostra total. E também apresenta uma

¹⁰⁰ 11 – aplicação da regra; 22 – total das ocorrências; 50 – percentual de ocorrências.

distribuição intra-individual de variação bem sistematizada e regular, pautada nas relações sociopessoais que mantém com seus interlocutores¹⁰¹.

Segundo a Tabela 17, a seguir, a rede de interações de Tom se firma com 13 outros personagens. Ao contrário da mãe, na totalidade de seus atos de comando, ele soma um pouco mais que o dobro do uso da variante subjuntiva por ela, o equivalente a cerca de 40% do total dos seus 176 dados. Por ser filho (mesmo sendo o mais velho), trata a mãe de uma forma muito respeitosa: cerca de 53% dos seus atos de comando a ela direcionados se dão na variante subjuntiva. Esse é um dado que também coincidiu com o que constatamos na fala de sua irmã do meio e filha mais velha, a Rosasharm, de 19 anos (na Tabela 15), que também se dirige à mãe empregando cerca de 40% de seus comandos nesta variante, conforme está demonstrado na Tabela 20, um pouco mais adiante.

Se retomarmos a discussão do capítulo 5, no que diz respeito à forma pronominal respeitosa de segunda pessoa do singular, *a senhora*, vamos constatar que tanto o Tom quanto a Rosa fazem uso dessa forma respeitosa de tratamento ao dirigirem a palavra à mãe, seja em seus atos não-declarativos de comando, seja em atos declarativos¹⁰² de fala gerais. Esses dois filhos mais velhos nunca a tratam por *tu* ou por *você*. Como vimos, o uso do tratamento respeitoso ao interlocutor foi o primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico VARBRUL: o emprego de *tu* recebeu peso relativo 0,70 para o uso da variante indicativa e o de *o senhor/a senhora*, 0,88 para a subjuntiva. Daí a possível compreensão do uso dessa variante subjuntiva por esses dois filhos, ao proferirem atos de comandos à mãe.

Vejamos, então, a disposição das variantes nos comandos de Tom aos Pms constituintes da sua rede de interação, na Tabela 16.

Tabela 16 – Rede de interações da TOM, com os Pms, sobre a variante indicativa

| Manipulados | A | T | % |
|-----------------------------------|---|---|-----|
| 1. Ruthie/Winn | 7 | 7 | 100 |
| 2. Noah (irmão adulto, mais novo) | 2 | 2 | 100 |
| 3. Pai | 1 | 1 | 100 |

¹⁰¹ Tom, com 176 dados, e a mãe, com 274, somam juntos 450, ou seja, cerca de 50% dos 900 dados da nossa amostra total.

¹⁰² São tomados como atos de fala declarativos os atos que têm valor de verdade. Geralmente são as declarações (afirmações) e as negações. Aos atos de comando e às interrogações não se pode atribuir valor de verdade (cf. capítulo 3).

| | | | |
|----------------------------------|------------|------------|-----------|
| 4. Policial | 1 | 1 | 100 |
| 5. Al (irmão mais novo, 16 anos) | 42 | 46 | 91 |
| 6. Mully (amigo) | 7 | 8 | 87 |
| 7. Rosasharm (irmã grávida) | 5 | 6 | 83 |
| 8. Estranhos 1 | 14 | 26 | 54 |
| 9. Mãe | 18 | 38 | 47 |
| 10. Tio John | 2 | 6 | 40 |
| 11. Reverendo | 7 | 33 | 21 |
| 12. Senhora Sara | 0 | 1 | 0 |
| 13. Policial | 0 | 1 | 0 |
| Total ocorrências | 106 | 176 | 60 |

Vista na sua totalidade, a Tabela 16 evidencia uma tendência diferente na fala do Tom, comparada à da mãe, e que, como já vimos, gira em torno do uso mais recorrente do subjuntivo. Mesmo assim, se nos apoiarmos apenas nos resultados finais que ela determina, segundo os quais, das 176 ocorrências de comandos proferidos por Tom, 106 se deram na variante indicativa, atingindo um percentual de 60% de seus usos totais, pouco teremos a dizer sobre a variedade intra-individual da suposta fala desse PM nesta sua rede de interlocução. Daí a necessidade também de dividir a Tabela 16 em blocos.

Diferentemente também do desmembramento de redes em blocos que realizamos na Tabela 15, da mãe, a Tabela 16 nos permite uma divisão especificamente voltada a alguns personagens com os quais Tom interage mais. Por exemplo: a rede de interação de Tom se fixa em três momentos distintos de uso das variantes, centralizando 66% de seus comandos a apenas três personagens: para Al, 27% de seus comandos; para a mãe, 22% e, para o Reverendo, 19%. As suas redes de interação obedecem à seguinte disposição:

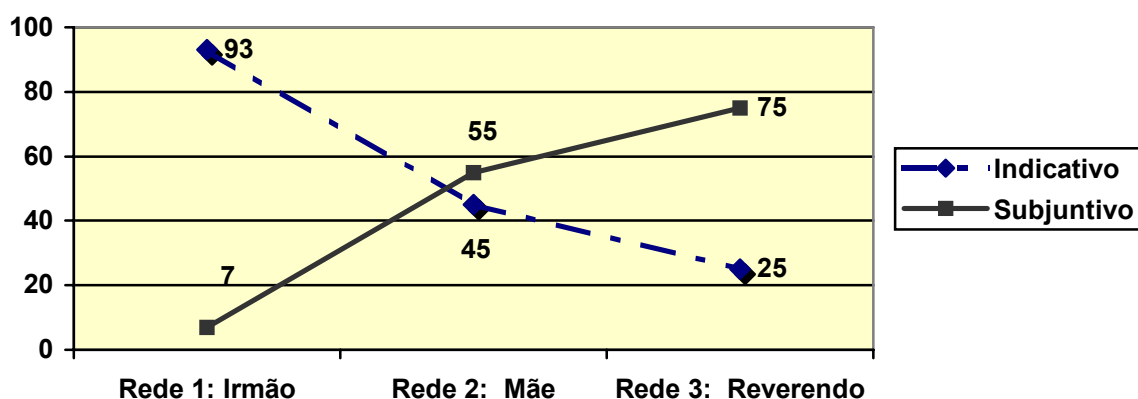
- a. **Rede 1:** interação com **Al**: 46 comandos (27% das interações), com 91% de indicativo.
- b. **Rede 2:** interação com a **Mãe**: 38 comandos (22% das interações), com 47% de indicativo.
- c. **Rede 3:** interação com o **Reverendo**: 33 comandos (19% das interações), com 21% de indicativo.

Conforme a disposição dos dados nestas três redes de interação acima, a ascendência do uso da variante subjuntiva por Tom se dá progressivamente na seguinte direção:

Al → *mãe* → *reverendo*

A acomodação da distribuição da variante subjuntiva na fala de Tom, acima, está também ilustrada no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3: Estratificação estilística dos atos de comando de TOM, segundo suas relações sociopessoais



O Gráfico 3 estratifica os dados percentuais apontados nas redes 1, 2 e 3 de Tom. Nele, podemos observar que o PM Tom aumenta suas interações de comando na rede dos ouvintes que atraem para si um tratamento mais respeitoso. Na representação da fala de Tom, o percentual mais alto do subjuntivo alcança 75% de ocorrências, em oposição aos 93% do indicativo. Embora Tom use um tratamento respeitoso ao reverendo, constatamos que esse índice de uso subjuntivo nos seus comandos não atinge os 100% alcançados na fala da mãe para o mesmo reverendo, principalmente pelo fato de a relação sociopessoal entre Tom e o reverendo ter o traço de [$>$ proximidade] que a constituída entre a mãe e o reverendo. Como os resultados já vêm apontando, relações mais próximas têm favorecido o uso da variante indicativa. Os dois são amigos muito próximos, de fato, Tom representa na narrativa o único personagem com quem o reverendo mais interage. E isto é um grande diferencial do perfil das relações sociopessoais firmado entre Tom/reverendo e mãe/reverendo.

Observamos também que das 33 vezes que Tom dirige comandos ao reverendo, o grupo de fatores *modalidade pronominal* parece ter sido decisivo no condicionamento do uso desta variante subjuntiva por Tom: na grande maioria dos comandos, ele trata o reverendo de modo respeitoso, chamando-o sempre de *o senhor*, ainda que a relação sociopessoal entre eles vá ou assuma cada vez mais traços de [$>$ proximidade]. Embora o uso da forma pronominal não se dê de forma alternada na relação Tom/reverendo, o mesmo não acontece

com o uso das variantes do imperativo: na medida em que se tornam mais próximos, mais forma indicativa Tom emprega, mas não o suficiente para superar as subjuntivas. E é neste contexto que se dá a justificativa do uso de 21% desta variante por ele. Mesmo assim, Tom não alterna a modalidade pronominal entre *tu* e *você*, por exemplo, no seu discurso, ao se dirigir ao reverendo.

Observamos também que, além de *o senhor*, Tom também utiliza uma outra forma de tratamento ao reverendo, também de natureza polida, que é a forma *o reverendo*, conforme (131), abaixo. Como mais uma forma de tratamento, esta ocorrência ilustra o grau de [$<$ proximidade] estabelecido entre esses dois personagens, ainda no início da narrativa, visto ser este um enunciado proferido ainda na 58^a das 542 páginas do livro.

- (131) Por Deus, vamos comer a carne, antes que ela enrugue e fique do tamanho de um rato! – gritou.
- **Vê** como ‘tá ela. **Cheira** ela. – Levantou-se a seguir, tirou um dos coelhos do espeto de arame, passando a carne quente de uma mão à outra, com rapidez, para não queimar as palmas. Pegou na faca de Muley e cortou um pedaço. – É **prO REVERENDO** – disse.
- Já lhe disse que não sou mais reverendo – protestou Casy.
- Bem, então, é **prO ‘SENHOR’**, somente. – Tom cortou outro pedaço. - Isto é pra ti, Muley.
(T/R:58:28)

Esse uso ‘pronominalizado’ de *o reverendo* em (131) pode ser ilustrado com vários outros exemplos que encontramos no dia-a-dia, ao ouvirmos enunciados, como: ‘Mãe, **a mãe** comprou’ ... ou ‘Professor, **o professor** não vai fazer prova hoje, vai?’ ... Ou ainda, nos bons exemplos de Castro, no provão/2001, ao dizer que ‘**tio** pode ser empregado pelo menino que limpa o pára-brisa e pede um trocado ao dono do carro, que vira **doutor** se quem lhe oferece o mesmo serviço é outro adulto, professores e professoras que se tornaram **tios e tias**’¹⁰³.

Compreendido este fenômeno de pronominalização, consideramos que, na narrativa, *o reverendo* foi uma alternância de forma de tratamento, e que serviu para ilustrar o grau de formalidade com que ele era tratado na parte inicial da história por Tom. Na ordem de aparecimento dos comandos a ele, (131) se constitui o oitavo dos 33 que Tom lhe dirige.

Convém observar aqui também que os tradutores demonstram de fato um cuidado muito grande com níveis de formalidade da linguagem. E esse é um ponto que não deve ser

¹⁰³ CASTRO, Alencar de. **Inédito**. Provão de Letras do MEC (2001)

esquecido. Na verdade, a ‘fala’ dos personagens é a dos tradutores. Sob esse olhar, neste mesmo enunciado (131), fica evidenciado o quanto estão conscientes disso, pelo fato de que, para Muley, amigo e vizinho de Tom, eles empregarem *ti*, em ‘*Isto é pra TI, Muley*’ e, para o reverendo, na seqüência do enunciado e sem mudar de falante, ‘*É prO SENHOR*’. A seguir, apresentamos mais dois enunciados, o (132) e o (133), para ilustrarmos a recorrência de *o senhor* nos comandos de Tom ao reverendo, ainda que, com ele, seja empregada a variante indicativa, como em (132):

(132) **ESCUTA**, Casy, **O SENHOR** tem andado muito quieto esses últimos dias. Quando a gente se encontrou pela primeira vez, **O SENHOR** me fez um discurso que durou meia hora. E agora leva dois dias sem dizer palavra. Que é que há? Está farto disto tudo, hein? (T/R:197:130)

(133) **ESCUTE** - disse -, a gente volta o mais depressa possível. Mas não posso dizer com certeza quanto tempo vamos demorar. Bom. E não **FAÇA** discursos pr**O SENHOR** mesmo. (T/R:202:136)

6.2.2.1 Amostra da variante subjuntiva na fala de TOM, nas suas interações com AL

Como vimos na Tabela 16, o PM representado por Al é com quem Tom interage mais. A esse irmão, Tom dirige cerca de 46 comandos, representando 27% deles na narrativa. Al tem 16 anos, é auxiliar de mecânico de automóveis. Motorista recém-habilitado, divide a função de conduzir a família com Tom, que soma cerca de 12 pessoas entulhadas na carroceria de um calhambeque velho, adquirido com a venda do que restou da antiga fazenda da família. O trajeto da viagem se estende por longos e longos dias, num pesado percurso de Oklahoma para Califórnia, somando cerca de 3 mil quilômetros. E o fato de ambos dividirem esta dura função de motorista justifica esse número alto de interações entre eles.

Ao analisarmos a fala de Al, mais adiante, na Tabela 17, vamos constatar que a palavra que melhor se encaixaria aqui seria ‘manipulação’ de Tom sobre Al, e não ‘interação’ entre eles, uma vez que Al (Tabela 16) dirige apenas 23 comandos a Tom, metade do número que ele (Al) recebe. Nesta interação, Tom se constitui, de fato, um manipulador prototípico.

Se os dados vêm apontando para a tendência de que, quanto maior a manipulação do comando, maior uso efetivo da variante indicativa, é nos comandos de Tom para Al que vamos ter a evidência maior dessa constatação, pelo fato de 91% deles se darem na variante

indicativa. Os comandos na variante subjuntiva foram raros. Segue abaixo esta minúscula relação de formas subjuntivas de comandos de Tom para Al:

(134) **TRAZ** uma manivela e **GIRA** ela, Al. (...) me **TRAZ** as ferramentas que tão no carro. (...) **SPERE** um pouco. (T/Al:206:144)

(135) Mas, **ESCUTA** qui: pra que é que tu te defende sempre, se ninguém te ataca? **SEJA** como tu é, e nada mais. (T/A:211:156)

(136) Tá bem. **VÁ** torcendo. (T/Al:428:323)

(137) **TENHA** calma. **VAI** tu mexer o pirão. (T/Al:474:380)

Como podemos observar, estas variantes subjuntivas somam apenas 4 das 46 ocorrências totais: *spere*, *seja*, *vá* e *tenha*, que, juntas somam 9% dos comandos de Tom para Al¹⁰⁴.

6.2.3 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS POR AL

Conforme está demonstrado na Tabela 17, a seguir, cerca de 58% dos 40 atos de comando proferidos por Al se destinam ao Tom. Se a relação sociopessoal entre Al e Tom é condicionada primordialmente pelos dois grupos de fatores que se mostraram mais significativos no pacote estatístico VARBRUL, que aponta de, um lado, a assimetria de uma relação sociopessoal de [< autoridade] para uma relação de [> autoridade] e, de outro, o uso predominantemente de *tu*, como forma pronominal de 2ª pessoa do singular, os resultados dessa Tabela 17 espelham bem esse comportamento, ao demonstrarem que, no todo, 70% dos atos de comando de Al a Tom se deram na variante indicativa. Em outras palavras: o tratamento semi-respeitoso que Al tenta dar a Tom, ao dirigir a ele 30% de seus comandos na forma subjuntiva, parece ter sido amenizado pelo uso dessa forma pronominal *tu*. Isto porque, numa escala intra-individual, constatamos que, ao tratar os estranhos por *você* e por *o(a) senhor(a)*, o uso de comandos subjuntivos sobe de 30% para 50%. Acreditamos que, embora Tom seja tratado com a forma pronominal *tu*, o fato de o percentual da variante subjuntiva ser de 30% pode ser justificado como decorrência de ser ele o irmão mais velho,

¹⁰⁴ Se usarmos os mesmos critérios de análise empregados aos dados da mãe, esse percentual será ainda menor, uma vez que, em toda a narrativa, não encontramos a variante indicativa de *seja* nem de *spere*, o que não implicaria considerarmos essas duas expressões verbais formas intercambiáveis de uma mesma função. Considerado esse pres, o uso da variante indicativa na fala de Tom para Al passa então a ser quase categórico, por representar cerca de 96% das ocorrências (e não mais 91%), o que evidencia, de fato, o alto grau de manipulação que os comandos de Tom exercem sobre o irmão mais novo.

mecânico e motorista do calhambeque no transcorrer da viagem, e, principalmente por ter ficado nos últimos sete anos fora de casa (Tom ficou preso 7 anos, por ter matado o filho de um outro agricultor, numa briga, como legítima defesa). Daí a justificativa do traço de proximidade [média alta] entre esses dois irmãos. Para os amigos bem próximos, Al usa seus comandos categoricamente no indicativo, e, para o pai, cerca de 80% também nesta variante.

De modo contrário ao uso não-categórico do subjuntivo nos comandos a Tom, ao tratar o avô por *o senhor*, Al emprega a variante subjuntiva de modo categórico. Para outros manipulados, o indicativo é a variante que ele mais usa, alcançando uma média de 70% das ocorrências. Observamos também que na rede de amigos de [> intimidade] Al usa seus comandos categoricamente no indicativo; na família (pai e Tom), cerca de 80% e 70%, respectivamente. Vejamos então a Tabela 17:

Tabela 17 – Rede de interações de AL, com os PERSONAGEM MANIPULADORES, sobre a variante indicativa

| Manipulados | A | T | % |
|--|-----------|-----------|-----------|
| 1. Amigos: Floyd, Agnes] | 5 | 5 | 100 |
| 2. Pai | 4 | 5 | 80 |
| 3. Tom | 16 | 23 | 70 |
| 4. Estranhos 2 [Pouco conhecidos: guardas] | 3 | 6 | 50 |
| 5. Avô | 0 | 1 | 0 |
| Total da ocorrências | 28 | 40 | 70 |

6.2.4 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELO PAI E PELO TIO JOHN

Consideramos uma só rede as interações constituintes dos atos de comando proferidos pelo pai e pelo tio John, por algumas razões: por ambos pertencerem a uma mesma faixa etária e pela equivalência dos resultados obtidos na disposição das variantes em suas interações, visto que a variante subjuntiva caracterizou 5% dos comandos de cada um desses personagens. Segundo a Tabela 18, Tio John usa quase que categoricamente seus comandos na variante indicativa: dos 22 usos, apenas 2 se dão na forma subjuntiva, e ambos são dirigidos a Tom. Por isso consideramos que ele mantém um tratamento, até certo ponto, respeitoso com o sobrinho. A justificativa foge um pouco às apontadas nos dados de fala de Tom, da mãe e de Al, porque: (i) a forma pronominal que John emprega ao se dirigir a Tom é *tu*, variante favorecedora de indicativo; (ii) o fator idade também destoa, uma vez que é o tio que tem cerca de o dobro da idade de Tom; (iii) na relação sociopessoal, se relevamos

apenas o grau de parentesco entre eles, vamos ver que ela constitui uma assimetria de maior para menor, fator que também favorece o uso do indicativo.

Então, em virtude de nenhum grupo de fator acima favorecer o uso do subjuntivo, consideramos como hipótese maior o tio dirigir 40% de seus comandos a Tom nesta variante, inicialmente, o fato de ser ele (Tom) o motorista e o guia nesta viagem; o fato de ser dele, o sobrinho, a palavra final sobre qual caminho a tomar na viagem, onde parar ou não parar, por exemplo.

Por outro lado, este raciocínio também fica parcialmente comprometido se o estendermos à interpretação do uso da variante de comando empregada por todos os demais passageiros (mãe, pai, irmãos) que o mesmo Tom conduzia, uma vez que eles dirigiam seus comandos a Tom predominantemente na forma indicativa. E o que justificaria o uso do subjuntivo do tio John a ele? O reconhecimento por Tom tê-lo chamado algumas vezes para ir na cabine com ele? Seria Tom o sobrinho ‘protetor’ que não o deixou em Oklahoma?

Para a mãe, tio John não dirigiu nenhum comando. Se lhe tivesse dirigido, poderíamos correlacioná-lo aos do tio John ao Tom, uma vez que reconhecemos na mãe a autoridade e a liderança fantásticas exercidas por essa progenitora-comandante dessa família, como o maior atributo que nos fez colocá-la num papel sociopessoal superior em relação a todos os demais: marido, tio e filhos. Daí as relações sociopessoais que se dão com ela se constituírem, na maioria das vezes, de forma assimétrica de superior para inferior. É um espaço que ela conquista paulatinamente na narrativa. Na medida em que os problemas surgem na viagem, essa figura da mãe cresce, a ponto de, no final, ofuscar todas as demais¹⁰⁵.

Que condicionamento, então, poderia explicar o uso de um tratamento respeitoso do tio John a Tom, e que justificaria os 40% dos comandos a este na variante subjuntiva? Gratidão? Talvez, nada além disso. Talvez uma maneira espontânea de dizer-se grato por integrar a família que parte em busca de melhoria. Ele poderia ficar com o vizinho Muley e mais os dois cachorros, no abandono da fazenda. Mas não. Ele não é da rede (R1) da família Joad, mas está na viagem com os Joad.

¹⁰⁵ Falamos desse crescimento da figura da mãe, porque, no começo da história, embora fosse reconhecida como muito capaz na organização das poucas coisas que os acompanhariam na viagem, o pai, o avô e o tio John não deixaram que ela participasse da reunião em que decidiram a data da partida. Fizeram questão de dizer que as mulheres (mãe e avó) não participariam de tal decisão.

Vamos então à Tabela 18 conferir esse perfil dos comandos do tio John e do pai aos seus Pms.

Tabela 18 – Rede de interações do PAI e do tio JOHN, com os Pms, sobre a variante indicativa

| Relações Sociopessoais do PAI | A | T | % |
|---|-----------|-----------|-----------|
| 1. Tio John | 12 | 12 | 100 |
| 2. Al | 5 | 5 | 100 |
| 3. Estranhos (guardas) | 3 | 3 | 100 |
| 4. Mãe | 2 | 2 | 100 |
| 5. Reverendo | 1 | 1 | 100 |
| 6. Tom | 7 | 8 | 87 |
| 7. Mully (Conhecido distante) | 4 | 6 | 66 |
| Total das ocorrências | 34 | 37 | 92 |
| Relações Sociopessoais do Tio John | | | |
| 1. Criança (nenê que nasceu) | 9 | 9 | 100 |
| 2. Pai | 6 | 6 | 100 |
| 3. Wall (amigo) | 2 | 2 | 100 |
| 4. Tom | 3 | 5 | 100 |
| Total das ocorrências | 20 | 22 | 91 |

Nesta tabela, pai e tio John, juntos, somam 59 enunciados de comando, 37 proferidos pelo pai e 22, por John. Na disposição geral de como se constituíram as redes por eles estabelecidas, os resultados se mostram muito semelhantes, somando cerca de 91% de comandos empregados na forma indicativa. Toda essa nossa tentativa de compreensão dos comandos subjuntivos do tio John a Tom, é porque, em média, ele e o pai usaram predominantemente a variante indicativa aos demais Pms em seus comandos. Apenas 5 dos 59 usos da variante subjuntiva foram encontrados, e estão citados nos enunciados que seguem:

(138) **VENHA** cá, **TOME**. Eu não estou com fome. (J/T:299:211)

(139) **VENHA**, deixa ele, Tom. (P/T:216:164)

(140) **ENTRE**, Muley, e **COMA** qualquer coisa com a gente. (P/Mu:124:63)

Como podemos observar, são formas que permitem o emprego de suas variantes indicativas correspondentes: *vem*, *toma* e *entra* se mostram intercambiáveis na narrativa, integrando também parte de nossos dados, nos comandos de outros PMs. Apenas *come* não foi encontrada, mas o seu uso é gramaticalmente possível¹⁰⁶. Isso implica inferirmos que a alternância do emprego das formas imperativas pelo pai e por tio John são demonstrações de

¹⁰⁶ Observar que só consideramos não-possível o uso da variante indicativa apenas nas formas subjuntivas *veja* só e *seja*.

variação lingüística e que parece não se dar de modo aleatório, mas programado e decorrente de motivações socioestilísticas também.

6.2.5 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS POR ROSASHARM

Pouco falante na narrativa, Rosasharm é a filha mais velha, de 18 a 19 anos, aproximadamente, grávida de Connie, de 19 anos, que também os acompanha até certo ponto da viagem. Depois, ele os abandona. Ao se dirigir ao marido e a Tom, emprega categoricamente seus comandos no indicativo. Apenas à mãe dirige cerca de 40% dos seus comandos na forma subjuntiva, traço comum nestes atos não-declarativos dos dois filhos mais velhos (ela e Tom) dirigidos à mãe. Por variar sua forma de comando apenas com a mãe, o uso das formas indicativas que emprega chega a 82% do total das suas ocorrências, conforme a Tabela 19.

Tabela 19 – Rede de interações de ROSASHARM, com os Pms, sobre a variante indicativa

| Manipulados | A | T | % |
|------------------------------|----------|-----------|-----------|
| 1. Connie | 3 | 3 | 100 |
| 2. Tom | 3 | 3 | 100 |
| 3. Mãe | 3 | 5 | 100 |
| Total das ocorrências | 9 | 11 | 82 |

6.2.6 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELO REVERENDO

O PM com quem o reverendo mais interage é Tom. São 28 dos 35 comandos que profere, e isto representa 80% dos 35 totais. Também é apenas na interação com Tom que emprega um número maior de uso da variante indicativa, 64%. Com estranhos, o uso do subjuntivo é categórico, e com tio John e Al, a alternância das variantes é de 50%. Do mesmo modo que Tom, a média total de usos de comandos na variante subjuntiva é de 40%, conforme a Tabela 20A.

Tabela 20A – Rede de interações do REVERENDO com os Pms, sobre a variante indicativa

| Manipulados | A | T | % |
|--------------------|----------|----------|----------|
| 1. Tom | 18 | 28 | 64 |

| | | | |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 2. Tio John | 1 | 2 | 50 |
| 3. Al | 1 | 2 | 50 |
| 4. Sara | 0 | 1 | 0 |
| 5. Mãe | 0 | 2 | 0 |
| Total das ocorrências | 20 | 35 | 57 |

Nesta rede de interações do reverendo, analisamos não só a natureza da variante imperativa empregada por ele, como PM (em 20A), mas também a empregada pelos outros PMs (em 20B) que lhe dirigiram atos de comando, pelo fato de o reverendo constituir uma ex-autoridade religiosa em todos os contextos em que se dão as interações. Queríamos descrever o grau de formalidade com que era tratada essa autoridade religiosa na expressão lingüística desses comandos por seus seguidores.

De fato, constatamos que em 78 % dos comandos que lhe foram dirigidos, os falantes empregaram a forma subjuntiva, conforme está demonstrado em 20B. E este percentual fica ainda maior se retirarmos os comandos de Tom, visto que, além de ser ele o personagem com quem o reverendo mais interage, é também aquele com quem ele mantém relação sociopessoal de [> proximidade], relação que favorece a variante indicativa. Retiradas as falas de Tom, esse percentual acaba recobrando então 88% das ocorrências, 10% a mais que o resultado que inclui os comandos de Tom. Isso evidencia que a noção de estilo parece estar bem definida na linguagem dirigida ao reverendo, como decorrência do grau de atenção que estes personagens conferiram à articulação de seus comandos. Segue, abaixo, a Tabela 20B.

Tabela 20B – Rede de interações dos OUTROS personagens com o REVERENDO, sobre a variante indicativa

| Manipuladores | A | T | % |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|
| 1. Amigos | 2 | 3 | 66 |
| 2. Tom | 7 | 33 | 21 |
| 3. Policial | 0 | 1 | 0 |
| 4. Mãe | 0 | 1 | 0 |
| 5. Sara | 0 | 2 | 0 |
| 6. Vó | 0 | 10 | 0 |
| Total | 11 | 50 | 22 |

6.2.7 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELOS AVÓS

Um traço comum nos atos de comando da avó é o uso categórico de uma ou de outra variante: ou ela se dirige a um personagem só na variante indicativa ou só na subjuntiva. Assim, com o marido e os netos Tom e Winn, 100% de indicativo e, com o reverendo, 100% de subjuntivo. Nestes termos, o grupo de fatores condicionantes que se sobressai é também o que trata da natureza das *relações sociopessoais* entre os interlocutores, dados que podemos constatar na Tabela 21A.

Tabela 21A – Rede de interações da AVÓ, com os Pms, sobre a variante indicativa

| Manipulados | A | T | % |
|------------------------------|----------|-----------|-----------|
| 1. Winn | 3 | 3 | 100 |
| 2. Tom | 2 | 2 | 100 |
| 3. Avô | 1 | 1 | 100 |
| 4. Reverendo | 0 | 10 | 0 |
| Total das ocorrências | 6 | 16 | 37 |

Seguem, abaixo, duas ocorrências de subjuntivo num ato comando da avó para o reverendo, nos minutos que antecederam a morte do avô, com destaque também para o tratamento respeitoso de *o senhor* ao religioso:

(141) Mas **REZE**, **REZE** de qualquer maneira – ordenou ela. – **O senhor** sabe todas as rezas de cor.
(V6/R:155:92)

Em 21B, abaixo, estamos ilustrando os percentuais de ocorrências dos comandos dirigidos ao avô. A tabela mostra um único comando no indicativo, o (142). Se o retirarmos, por constituir um comando proferido pela avó ao avô, e, em virtude disso, não manter a mesma natureza da relação sociopessoal de [$>$ e $<$ proximidade] existente entre esses e os demais personagens, uma vez que a relação estabelecida entre eles próprios é a de marido e mulher, vamos ter também usos categóricos de subjuntivo nos comandos dirigidos ao avô.

Tabela 21B – Rede de interações dos OUTROS personagens com o AVÔ, sobre a variante indicativa

| Manipuladores | A | T | % |
|---------------|---|---|-----|
| 1. Al/Avó | 0 | 1 | 0 |
| 2. Pai/Avô | 0 | 2 | 0 |
| 3. Mãe/Avô | 0 | 2 | 0 |
| 4. Sara/Avô | 0 | 2 | 0 |
| 5. Avó/Avô | 1 | 1 | 100 |
| Total | 7 | 8 | 88 |

Segundo a Tabela 21B, tanto na rede de interações ligada à família de relação sociopessoal de [> proximidade] (excluindo o comando da avó ao avô), quanto na rede de estranhos (aos quais Sara pertence), todos os comandos se deram na variante subjuntiva. Vamos então aos comandos dessas duas redes.

- (142) Avô focalizou bem o pastor com os olhos, até reconhecê-lo. – Oh, eu conheço esse pregador – disse. - Ele é dos bons. Sempre gostei dele ... - E pestanejou tão libidinosamente que sua mulher pensou que ele tivesse dito qualquer coisa e replicou: - **CALA** a boca, seu bode velho. (Vó/Vô:90:51)
- (143) Pensei que *o senhor* ‘tava dormindo. ‘**PERE** aí, **DEIXE** que eu abotoe a sua calça. – E, embora o velho relutasse, ela o segurou firme e abotoou-lhe as calças, a camisa e o colete. (M/Vô:102:55)
- (144) **VENHA**, *não faça* cerimônia – disse ela. – *O senhor* precisa descansar. Eu o ajudo até lá. (Sara/Vô:154:91)

Se compararmos a forma de tratamento dirigida ao avô no enunciado (142), pela avó, com a dos enunciados (143) e (144), vamos nos certificar, de fato, da necessidade de atribuímos a eles natureza diferente de grupos de fatores. Não fizemos a descrição da fala do avô, porque ele só proferiu dois atos de comandos a Al, na forma indicativa. É o primeiro personagem a não resistir à viagem, daí a sua pouca interação.

6.2.8 ATOS DE COMANDO PROFERIDOS PELAS CRIANÇAS

Na Tabela 22A, podemos conferir que as crianças Ruthie e Winn não variam o emprego do uso dos atos de comando: dirigem-se aos irmãos mais velhos, aos pais e a elas

próprias sempre na variante indicativa. Não foram obtidos dados de redes de interação delas além da familiar, para que pudéssemos confrontar os resultados.

Tabela 22A – Rede de interações da RUTHIE e do WINN, com os Pms, sobre a variante indicativa

| Relações sociopessoais de Ruthie | A | T | % |
|---|-----------|-----------|------------|
| 1. Winn | 6 | 6 | 100 |
| 2. Mãe | 1 | 1 | 100 |
| Total das ocorrências | 7 | 7 | 100 |
| Relações sociopessoais de Winn | | | |
| 1. Ruthie | 5 | 5 | 100 |
| 2. Mãe | 1 | 1 | 100 |
| 3. Tom | 2 | 2 | 100 |
| 4. Al | 1 | 1 | 100 |
| Total das ocorrências | 11 | 11 | 100 |

Pelo fato de não computarmos como dados de variação os comandos subjuntivos cristalizados na forma subjuntiva, como em *seja* e *veja só*¹⁰⁷, o enunciado (145), abaixo, não fez parte, portanto, da Tabela 22A.

(145) **ESPERA** até quando for onze horas. (...) **[VEJA SÓ]**, pai, como ele trabalha. (W/P:348:261)

Dado o uso categórico dos resultados da Tabela 22A, sentimos a necessidade de analisar a natureza da variante dos comandos de todos os personagens dirigidos a estas duas crianças também, conforme a Tabela 22B.

Tabela 22B – Rede de interações dos OUTROS personagens com a RUTHIE e com o WINN, sobre a variante indicativa

| Manipuladores de Ruthie | A | T | % |
|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 1. Winn | 1 | 1 | 100 |
| 2. Tom | 8 | 8 | 100 |
| 3. Mãe | 39 | 40 | 95 |
| Total das ocorrências | 48 | 49 | 98 |
| Manipuladores de Winn | | | |
| 1. Mãe | 25 | 25 | 100 |

¹⁰⁷ Não há a forma *vê só*, como variante indicativa de *veja só*, nem *sê*, como de *seja*.

| | | | |
|------------------------------|-----------|-----------|------------|
| 2. Ruthie | 6 | 6 | 100 |
| 3. Avó | 2 | 2 | 100 |
| 4. Tom | 1 | 1 | 100 |
| Total das ocorrências | 34 | 34 | 100 |

Segundo a Tabela 22B, as duas crianças, juntas, recebem 83 comandos, com apenas 1 deles na variante subjuntiva, e isto representa cerca de apenas 1% dessa amostra. Portanto, os PMs que lhes dirigiram comandos os empregaram quase que categoricamente na variante indicativa também. Os grupos de fatores que estão condicionando esses usos são *idade, relação sociopessoal (assimétrica de superior para inferior)* e *ausência de tratamento respeitoso* ao manipulado.

Em (146), apresentamos o único comando na variante subjuntiva, proferido pela mãe à Ruthie. Apresentamos também o (147), no sentido de ilustrar mais um emprego da forma subjuntiva *seja*, e que não está sendo computada como variante de nossa variável.

(146) **Fica** quieta e **VÁ** saindo. (M/Ru:542:466)

(147) Depois tu vai brincar de novo. **Tem** paciência. (...) **Escuta**: por favor, *não* me **amola** agora. **SEJA** boazinha. (M/Ru:521:437)

6.2.9 ESTRATIFICAÇÃO INTERINDIVIDUAL DOS ATOS DE COMANDO DOS INTERLOCUTORES EM *VINHAS DA IRA*

Nesta seção, pretendemos analisar os atos de comandos de natureza interindividual, mediante a representação do somatório de todos os atos proferidos pelos personagens manipuladores, distribuídos segundo a ascendência da variante mais recorrente, a indicativa. Isso feito, pretendemos ilustraremos melhor o grau de formalidade no uso desses comandos que se deram interindividualmente, segundo os diferentes graus de formalidade do contexto em que ocorreram.

A variação lingüística pode se dar, tanto intra quanto interindividualmente. Bloch (1948 *apud* Lefebvre, 2001, p. 209), da escola estruturalista americana, é um dos que reconhece a existência das duas variações. A intra-individual trata das várias manifestações lingüísticas de um mesmo falante (cf. Tabelas 15 a 22). Isto porque, nesta dimensão

estilística da variação lingüística, as várias manifestações de um mesmo falante devem preencher, no mínimo, três cláusulas numa dada situação social (ou contexto social): (i) tema/tópico discursivo, (ii) identidade social do interlocutor, (iii) espaço situacional [+ formal] e [- formal].

A fim de contornar os problemas levantados por essas variedades para a análise lingüística, esse autor trabalha com *idioletos*, definidos como a *totalidade das produções de um falante num momento dado*, o que exclui a variação estilística, por esta se dar em situações diversas.

A Tabela 23 ilustra a disposição interindividual dos percentuais de ocorrência dos atos de comando na variante indicativa de cada PM:

Tabela 23 – Distribuição da estratificação interindividual dos atos de comando de alguns personagens manipuladores aos personagens manipulados sobre a variante indicativa

| Manipuladores | A | T | % |
|-----------------------------|------------|------------|-----------|
| 1. Crianças (Ruthie e Winn) | 18 | 18 | 100 |
| 2. Pai | 34 | 37 | 92 |
| 3. Tio John | 20 | 22 | 91 |
| 4. Mãe | 228 | 274 | 94 |
| 5. Rosasharm | 9 | 11 | 82 |
| 6. Al | 28 | 40 | 70 |
| 7. Tom | 105 | 176 | 60 |
| 8. Reverendo | 20 | 35 | 57 |
| 9. Avó | 6 | 16 | 37 |
| Total | 468 | 629 | 74 |

Na Tabela 23, apresentamos 629 ocorrências de atos de comando, sendo 468 na variante indicativa, o que representa que 74% dos comandos dos PMs dirigidos aos seus Pms se deram nesta variante. Esses resultados não representam a totalidade dos atos de comando analisados, uma vez que, ao todo, somam cerca de 750 ocorrências, mas as interações mais recorrentes na narrativa. Fora essa demonstração da disposição dos dados analisados, essa tabela pouco nos acrescenta, além daquilo que já foi discutido anteriormente, a não ser uma possibilidade de projeção de como poderia se encaminhar (ou não) uma ‘suposta’ mudança lingüística¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Em virtude de os resultados da Tabela 24 estarem polarizados, de um lado pelo uso categórico da variante indicativa na fala das crianças, e, de outro, por uma recorrência bem mais baixa desta variante na fala da avó (37%), se este perfil se confirmasse em outras amostras, haveria a possibilidade de investigação de o fenômeno em estudo estar apontando para uma mudança em curso.

✓ **Em resumo:**

Neste capítulo, tomamos como objetivo evidenciar as implicações da organização social em diferentes redes na compreensão da variedade intra-individual decorrente das interações de cada manipulador ao seu personagem manipulado no uso dos atos de fala não-declarativos de comando. A disposição da análise comportou 3 partes distintas.

- Na **primeira** parte, apresentamos as redes sociais da família (R1) como representativa do primeiro grau de organização social na obra, e a rede de interações também com uma ex-autoridade religiosa (R6). A coesão da rede de comunicação na R1, por exemplo, é assegurada pela frequência com que este grupo disputa os mesmos ambientes e situações (viagem, trabalho, alojamentos, festas, brigas, mortes). Como sabemos, tal comportamento assegura a coesão de um *socioleto*. Vimos também que o uso alternado dessas variantes não é estigmatizado socialmente.
- Na **segunda** parte, analisamos os dados de variação intra-individual dos atos de comando proferidos pelos principais PMs a seus Pms, e identificamos um perfil socioestilístico da amostra diretamente correlacionado ao uso de uma ou de outra variante do imperativo, na direção exposta a seguir.
 - Tratamento [- respeitoso]: mais uso da variante *indicativa*.
 - Tratamento [+ respeitoso]: mais uso da variante *subjuntiva*.
 - Pm de *papel* sociopessoal de [+ autoridade] que o PM: favorecimento do uso da variante subjuntiva (reverendo/outros; mãe/filhos; avós/filhos e netos).
 - Pm *relação* sociopessoal de [> proximidade] com o PM: favorecimento do uso da variante *indicativa* (entre irmãos; pai/filhos; marido/mulher);
- Na **terceira** parte, uma breve análise dos mesmos dados, porém, numa dimensão interindividual. Como totalidade das produções de um mesmo falante em vários momentos, essa dimensão da variação exclui a estilística (porque nela não se identificam os Pms), portanto, não nos foi muito significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese tratou dos atos de fala de comando na expressão do imperativo sob duas perspectivas: a da dimensão estilística, basicamente sob um olhar variacionista, e a dos graus de força manipulativa, sob um olhar funcionalista. Pelo fato de estas duas perspectivas se aproximarem em vários pontos, mostrando-se complementares em tantos outros, foi possível a operacionalização de uma abordagem associada. Em termos gerais, hipóteses de caráter funcional (na linha givoniana) e de caráter socioestilístico receberam tratamento metodológico nos moldes da sociolingüística laboviana.

No primeiro capítulo, **Contextualização do tema**, apresentamos o Modelo Laboviano como ponto de partida para a abordagem operacional da noção de estilo, e, a seguir, algumas noções de estilo, numa perspectiva geral e a partir da Sociolingüística. Depois, a revisão da literatura na área, considerando a dimensão *histórica* (Faraco, 1982) e as dimensões *geográfica* e *lingüística* (Scherre e colaboradores, 1997; 1999; 2002). Por fim, os objetivos e a hipótese geral da pesquisa.

No segundo capítulo, **Descrição do fenômeno em estudo**, abordamos a questão da natureza do imperativo como modo verbal. No terceiro, **Referencial teórico**, enquadrámos o fenômeno em estudo na perspectiva da Teoria da Variação e do Funcionalismo Lingüístico.

No quarto capítulo, **Descrição do *corpus* e metodologia**, além de apresentarmos o perfil socioestilístico da amostra, procuramos evidenciar a confiabilidade dos dados de *Vinhas da Ira*, destacando o reflexo da língua oral que o romance traz como bastante próximo da oralidade, o que tornou válida a sua escolha como fonte de dados. Procuramos demonstrar que a obra não trata apenas de uma escrita, mas de ‘escrita-fala’, aparentemente bem fundamentada em traços reais e provavelmente encontrados em dialetos gaúchos de 1940. Descrita a amostra, apresentamos os grupos de fatores controlados, com exemplificação, e a nossa expectativa quanto à sua contribuição para a análise dos dados.

No quinto capítulo, **Quando a manipulação e o estilo se sobrepõem ao comando: um olhar funcional sobre a variação**, tratamos de duas etapas de análise, a partir de dois procedimentos metodológicos: no primeiro, procuramos verificar qual a influência de cada grupo de fatores testado sobre a escolha das variantes (forma verbal indicativa e subjuntiva para expressão do imperativo); no segundo, a criação de uma variável independente complexa, que retratasse o fenômeno como um *continuum*, para averiguação de seu comportamento escalar. Nossa hipótese foi corroborada, pois constatamos uma escalaridade que se deu na seguinte proporção: *quanto maior a força manipulativa dos atos de comando, maior foi o uso da variante indicativa e, quanto menor, maior o uso do subjuntivo*.

No sexto capítulo, **Redes sociais e variedade intra-individual: a diferença**, abordamos a terceira etapa de análise, a partir da estratificação estilística dos principais personagens-supostos-manipuladores de *Vinhas da Ira*. Identificamos as redes de interações entre eles e seus manipulados, constituída a partir do papel sociopessoal de cada um deles. Os resultados apontaram para o seguinte comportamento: comandos dirigidos a personagem-suposto-manipulado de papel sociopessoal de [> autoridade], com tratamento respeitoso, foram mais recorrentes na variante subjuntiva, como, por exemplo, de filhos/mãe, fiéis/reverendo. Já comandos dirigidos a personagem-suposto-manipulado de papel sociopessoal de [> proximidade] e de relação de [> intimidade], como entre iguais (irmãos, marido/mulher, amigos), foram mais frequentes na variante indicativa. Neste capítulo, a

variável independente *simetria/assimetria das relações sociopessoais*, detalhadamente tratada, firmou-se como a maior norteadora na abordagem estilística da variação.

Todo esse percurso se deu norteado pelo seguinte objetivo: investigar, em função da natureza manipulativa constituinte do nosso objeto em estudo, o uso das variantes verbais indicativa e subjuntiva, considerando a dimensão estilística da variação lingüística a partir de hipóteses funcionalistas pautadas na dinâmica pragmático-discursiva que envolve manipulador e manipulado numa negociação ou “transação comunicativa”. A possível correlação postulada entre o uso alternado das variantes em questão e os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa constituinte dos atos de fala de comando se fez pertinente. Consideramos, portanto, cumprido esse objetivo.

A operacionalização de procedimentos teórico-metodológicos para tratamento conjunto da dimensão estilística da variação e da noção gradiente de força manipulativa constituinte dos atos de comando, tratados como regra variável, constituiu-se, a nosso ver, o maior desafio desta pesquisa. Consideramos, então, que a contribuição maior desta tese não diz respeito à descrição do uso do imperativo numa dada amostra, mas à operacionalização acima descrita.

Lançado o desafio, traçado o percurso, obtidos os resultados, feitas as análises, não julgamos concluído o estudo. Muito pode ser desenvolvido a partir dessa etapa. Como desdobramento para futuras pesquisas, sugerimos:

- organização de um *corpus*, a partir de um ‘modelo’ metodológico similar ao modelo fonológico de Labov, que seja adequado à análise de fenômenos de variação intra-individual (envolvendo tanto atos de fala declarativos como não-declarativos), de forma a se poder tratar de níveis escalares [$>$ formalidade/ intimidade/ autoridade/ proximidade] e [$<$ formalidade/ intimidade/ autoridade/ proximidade], estendendo ao plano discursivo a propostas escalar do modelo estilístico laboviano. Poderíamos acompanhar um informante (ou um grupo de informantes, uma família, um grupo de amigos, por exemplo) em vários contextos sociais: sala de aula, barzinho, na casa (horários de refeições, reuniões familiares), apresentação de trabalhos acadêmicos (ou outros pronunciamentos formais), situação ao telefone (em diferentes interações), audiências públicas.

Como limitações metodológicas, nomeamos algumas derivadas dos capítulos 5 e 6, por sentirmos necessidade de uma amostra mais ampla e de um maior aprofundamento concernente a procedimentos metodológicos:

- um tratamento adequado da variável complexa *graus de força manipulativa* parece requerer uma quantidade maior de dados para se poder avaliar com mais segurança o seu comportamento; da mesma maneira, é desejável um número maior de dados que permitam tratar quantitativamente as formas de polidez que permeiam as diversas relações sociopessoais;
- é importante um aprofundamento: (i) do modo como se organizam as redes sociais, com base nos estudos interlingüísticos de *poder e solidariedade* de Brown & Gilman (1972), por exemplo, no que se refere a conceitos de relações sociais simétricas e assimétricas entre falante/ouvinte de várias dimensões (familiar, religiosa, de amizade, inimizade (relações hostis); (ii) do modo como se dão situações específicas de interações pautadas em níveis de [> intimidade/ proximidade/ autoridade/ afetividade] e [< intimidade/ proximidade/ autoridade/ afetividade] entre interlocutores.

Por fim, acreditamos que nossa proposta teórico-metodológica de abordagem da dimensão estilística da variação não se limita apenas ao estudo do objeto aqui tratado, mas pode ser estendida e adequada a estudos de fenômenos lingüísticos de natureza diversa. Do mesmo modo, esperamos que o tratamento escalar dispensado aos atos de fala de comando aqui analisados, via construção de uma variável complexa, possa servir como ponto de partida, sendo testado em e ajustado para outros tipos de atos de fala manipulativos em diferentes amostras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia. Sociolingüística. In: MUSSALIM e BENTES (Orgs.). **Introdução à lingüística** – domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália – novela sociolingüística**. São Paulo: Ed. Contexto, 1997.

_____. **Pesquisa na escola: o que é e como se faz**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

- _____. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social.** São Paulo: Loyola, 2000.
- _____. (Org.) **Norma lingüística.** São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- _____. **Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001a.
- _____. (Org.) **Lingüística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **A norma oculta – língua, poder e sociedade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Stubbs e Gagné. **Língua materna – letramento, variação & ensino.** São Paulo: Parábola, 2002.
- BALLY, Charles. **Traité de stylistique française.** Paris, Klincksieck, 1919. In: DUBOIS *et al.* **Dicionário de lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1978.
- BARNES, John. **Humanan Relations**, n. 7. Class and committees in a Norwegian Island Parish. 1954 *apud* CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística – uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BELLATI, Güido & CORTIANO, Edson José. **Energia.** Semi-extensivo, vol. 48. Florianópolis: Gráfica Editora Energia, 2001.
- BIDERMAN, M.T.C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **Alfa**, 18/19. São Paulo 1972-1973.
- BLOCH, E. A set of postulates for phonemic analysis. **Language**, 24. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1948.
- BOLINGER, D. **The form of language.** London, Longmans, 1977.
- BRESCANCINI, Cláudia. A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S. L. BISOL & C. BRESCANCINI (orgs.) **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. pp. 13-75.
- BRIGHT, W. (Org.) Sociolinguistics. In: **Proceeding of the UCLA Sociolinguistics conference, 1964.** Mouton: The Hague, 1966. In: Mussalin & Bentes (Orgs.) **Introdução à lingüística – domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- BROWN, R. & GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity (252-282). **Language and social context.** GIGLIOLI, Pier Paolo (Org.). New York: Penguin Books, 1972.
- BROWN, P e LEVINSON, S. **Universals in language use: politeness phenomena.** In Goody, E. (ed.) 1978.
- BUHLER, Karl. Sprachtheorie. Darstellungsfunktion. Stuttgart, 1934. In: DUBOIS *et al.* **Dicionário de lingüística.** São Paulo: Cultrix, 1978.
- BYBEE, J.L.; PERKINS, R. & PAGLIUCA, W. **The evolution of grammar.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.
- CAMACHO, R. G. Sociolingüística. In: **Introdução à lingüística – MUSSALIM e BENTES (Orgs.).** São Paulo: Cortez, 2001.
- CANELAS, Lucinda. **Na América desesperada de John Steinbeck.** <http://www.publico.pt/cm/autores.htm> Acesso em 11 de maio de 2003.
- CARVALHO, C. **Para compreender Saussure.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- CALVET, J.L. **Sociolingüística - uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

CASTELEIRO, J.M.. **A expressão da ‘ordem’ na língua portuguesa do século XX; estudo sintático-estilístico baseado em autores portugueses e brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Filologia Românica. Lisboa: Faculdade de Letras. *Apud* FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.

CEZÁRIO, M.M.C. **Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos**, 2001. Tese (Doutorado em Lingüística). UFRJ, Rio de Janeiro.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistics Theory: Linguistic Variation and its Social Significance**. Cambridge: Blackwell, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social da comunicación a las competencias discursivas. **Revista latinoamericana de estudios del discurso**. Caracas, v.1 (1), p. 7-22, 2001.

CHAVES de MELO, G. **Iniciação à Filologia Portuguesa**. Rio: Acadêmica, 1957. *Apud* FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.

CIPRO NETO, Pasquale. *Faz um 21. Texto da semana*, São Paulo, 22/07/1999.

COATES (1995). In: CEZÁRIO, M.M.C. **Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos**, 2001. Tese (Doutorado em Lingüística). UFRJ, Rio de Janeiro.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia, e história**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COAN, Márluce. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões) em tempo real e aparente**, 2003. Tese de doutorado em Letras/Lingüística. Curso de Pós-graduação em Letras-Lingüística, UFSC, Florianópolis..

FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.

_____. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 2, n 1, 1986 (01-16).

_____. **Fragmenta**, 13. O tratamento *você*: uma abordagem histórica. Curitiba, UFPR, 1996.

_____. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FISHMAN, J.A. A sociologia da linguagem. FONSECA, M.S.V. & NEVES, M.F. (Orgs.) **Sociolingüística**. Rio de Janeiro:, Eldorado, 1974.

GIBBON, A. **A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação**, 2000. Dissertação (Mestrado em Letras/Lingüística). Curso de Pós-graduação em Letras-Lingüística, UFSC, Florianópolis.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: a Functional-Typological Introduction**. Vo. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. **Syntax: a Functional-Typological Introduction**. Vo. 2 Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. . Markedness in grammar: distributional, communicative and cognitive correlates of syntactic structure. **Technical report** number 90-8, 1990. *Apud* VOTRE, Sebastião. **Linguística Funcional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

_____. **English and Grammar: a Functional Based Introduction**. Vols. 1 e 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.

_____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. The functional approach to language and the typological approach to grammar. In **Syntax – an introduction**. V.1. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2001.

GORSKI, Edair . **O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita**, 1994. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

_____. Motivações discursivas em competição na ordenação de orações temporais. **Letras de Hoje** 35(97-119), 2000.

_____. *et al.* Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. **Variação e mudança no português falado na região Sul**. Pelotas, Educat, 2002.

GUIMARÃES, E. **Os estudos sobre linguagens – uma história das idéias**.

<<http://groups.yahoo.com/group/CVL> . Acesso em 27 de junho de 2002.

GUY, Gregory. The quantitative analysis of linguistic variation. In: PRESTON, D. (org.). **American dialect research**. Philadelphia: John Benjamins, 1993.

HEINE (1995). In: CEZÁRIO, M.M.C. **Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos**, 2001. Tese (Doutorado em Linguística). UFRJ, Rio de Janeiro.

HOPPER, P.J. & TRAUGOTT, E. **Gramaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HUDSON, R.A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1960.

KATO, Mary. **No mundo da escrita**. São Paulo, Ática, 1987.

KOCH, Ingedore G. V. & FÁVERO, Leonor L. Contribuições a uma tipologia textual. In: **Letras & Letras**, Vol. 3(1), junho, pp. 3-10. Uberlândia, EDUFU, 1987.

LABOV, William. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. **Language**, 45:715-762. 1969.

_____. The logic of nonstandard English (1969:179-216). **Language and social context**. GIGLIOLI, Pier Paolo (Org.). New York: Penguin Books, 1972.

_____. The study of language in its social context (1970:119-216). **Language and social context**. GIGLIOLI, Pier Paolo (Org.). New York: Penguin Books, 1972.

_____. The transformation of experience in narrative syntax. **Language in the Inner City**. Filadélfia: University of Pennsylvania, 1972.

_____. **Sociolinguistics patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. Where does the Linguistic Variable Stop? A response to Beatriz Lavandera. In: **Working paper in Sociolinguistics**, no. 44, 1977.

_____. **Principles of Linguistic Change: internal factors**, Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of Linguistic Change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.

- LASS, Rogres. **Historical linguistics and language change**. New York: Cambridge Studies in Linguistics, 1997.
- LAVANDERA, B. Where does the Sociolinguistics Variable Stop? In: **Language Society**, 7 (171-182). Printed in Britain, 1978.
- LEFEBVRE, Claire. As noções de estilo. In: BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- LEHMANN, Winfred P. **Descriptive Linguistics: an introduction**. 2a.ed. New York: Randon House, 1976.
- LOREGIAN, Loremi. **Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil**. Dissertação de mestrado, 1996. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LOUZADA, Attila. Revisitando Labov e narrativas de experiência pessoal. **Artexto**, Rui Grande, 5:61-78, 1994.
- LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MACEDO, Alzira Tavares. Linguagem e Contexto. **Introdução à Sociolingüística Variacionista**. MOLLICA, M.C. (Org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- MACEDO e BRITTO. Algumas características dos pedidos no português do Brasil. **Anais do X Encontro Nacional de Lingüística**. Rio de Janeiro: PUC – Departamento de Letras, 1989.
- MARCUSCHI, L. A. O papel da lingüística no ensino de língua. Conferência pronunciada no 1º Encontro de Estudos Lingüístico-Culturais da UFPE, Recife, 12 de dezembro de 2000, mimeo.
- _____. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. **Lingüística Aplicada** (30):39-79. Campinas, UNICAMP, Jul/Dez, 1997.
- MATTOSO CAMARA, J. **Problemas de lingüística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- _____. **Dicionário de lingüística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- MATEUS, Maria Helena M. et al. A categoria lingüística tempo. In: **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983. (p.104-153)
- MEILLET, A. **Linguistique Historique et Linguistique Générale**. 6.ed.Paris: Honoré Champion, 1965.
- MENON, Odete P. S. **O imperativo no português do Brasil**, 1984. Dissertação (Mestrado em Letras). Curso de Pós-graduação em Letras, Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- _____. **Fragmenta**, 13. Variação e mudança: o papel dos condicionamentos lingüísticos. Curitiba, UFPR, 1996.
- _____. **Boletim da ANPOLL**. O sistema pronominal. São Paulo, 1997.
- _____. Pronomes de segunda pessoa no Sul do Brasil: *tu/você/o senhor* em *Vinhas da Ira*. **Letras de Hoje**, v. 35, n.1. Porto Alegre: março de 2000 (121:164).
- MOLLICA, M.C.M. Questões teórico-descritivas em Sociolingüística e em Sociolingüística Aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. **DELTA vol. 17 special issue**. São Paulo, 2001.

_____. (Org.) **Introdução à sociolinguística variacionista**. UFRJ: Cadernos Didáticos, 1994.

MONTEIRO, J.L. **Para compreender Labov**. Vozes: Petrópolis, 2000.

MOUNIN, G. **Introdução à lingüística**. Trad. de José Meireles, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1972.

MOURA, Heronides.M.M. **Significação e contexto – uma introdução a questões de semântica e pragmática**. Florianópolis: Insular, 1998.

MOURA, H.M.M. & SILVA, F.L. (Orgs.) **O direito à fala – a questão do preconceito lingüístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

OLIVEIRA E SILVA. **Estudo da regularidade na variável do possessivo no português do Rio de Janeiro**. Tese de doutorado, 1982. Rio de Janeiro: UFRJ.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

PEREIRA, S. B. **As formas de polidez nas perguntas e respostas**. Relatório final apresentado à FAPERJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. (mimeo)

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

PIMPÃO, T. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**, 1999. Dissertação (Mestrado em Letras/Lingüística). Curso de Pós-graduação em Letras-Lingüística, UFSC, Florianópolis.

PIMPÃO, T. *et al.* **Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. Variação e mudança no português falado na região Sul**. Pelotas, Educat, 2002.

PINTZUK, Susan. **VARBRUL programs**, 1988. Mimeo.

PONTES, E. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis, Vozes, 1972.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem ‘politicamente correta’. **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. In: SILVA, F.L. MOURA, H.M.M. Florianópolis: Insular, 2000.

RAUEN, Fábio José. **Influência do sublinhado na produção de resumos informativos**, 1996. Tese (Doutorado em Letras/Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Letras/Lingüística, UFSC, Florianópolis.

_____. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

_____. Elementos para o destaque de sentenças centrais para sublinhado e/ou elaboração de resumos informativos. **Linguagem em (Dis)curso**, v.1, n.1.Tubarão: Editora da UNISUL, 2000.

_____. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora da UNISUL, 2002.

_____. **Modelos on-line para trabalhos científicos**. Disponível em: www.unisul.br/linguagem. ‘Modelos de documentos’. Acesso em 01 de agosto 2003.

REIS, Mariléia Silva dos. **A expressão variável do imperativo numa perspectiva diacrônica: Gil Vicente, Martins Pena e Nelson Rodrigues**. Comunicação individual apresentada no II Encontro do Celsul, em Porto Alegre, em 1998.

_____. **Atos de comandos na expressão do imperativo em textos orais de Florianópolis: poder, status e manipulação**. Monografia de conclusão de disciplina. Orientação: Profa. Dra. Edair Gorski. Florianópolis: UFSC, 1999.

- _____. **Modo e modalidade: um estudo das sentenças imperativas.** Comunicação individual apresentada no V Encontro do CELSUL (Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul), na UFPR, em Curitiba. Artigo submetido à avaliação para publicação, em outubro de 2002.
- _____. **Atos de comando na expressão do imperativo: reconhecimento e classificação do sujeito sintático e do vocativo.** UNISUL, Tubarão (SC), 2002. Impresso.
- RODRIGUES LAPA, M. **Estilística da Língua Portuguesa.** Rio: Acadêmica, 1970. *Apud* FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.
- SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. **Padrões sociolingüísticos.** SCHERRE e SILVA (Orgs.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SCHERRE, M.M.P. *et al.* Phonic parallelism: evidence from the imperative form in Brazilian Portuguese. **Papers insociolinguistics.** Nwave-26. Éditions Nota bene: Québec, Canada, 1997.
- _____. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **ABRALIN.** Editora da UFSC: Florianópolis, 1999.
- SCHERRE, M.M.P. A norma do imperativo e o imperativo da norma. **Lingüística da norma.** BAGNO, M. (Org.). São Paulo, Loyola, 2002.
- SEARLE, John R. **Os actos de fala.** Coimbra: Livraria Almeida, 1984.
- SILVEIRA BUENO, F. da. **A formação da língua portuguesa.** Rio: Acadêmica, 1958).
- STEINBECK, John. **Vinhas da Ira.** Tradução de Herbert Caro e Ernesto Vinhaes. São Paulo: Edibolso, 1940.
- STRAVOU, C. Portuguese pronouns and command forms. **Hispania** 56:92-3, 1973. *Apud* FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.
- TARALLO, F. **Tempos lingüísticos – itinerário histórico da língua portuguesa.** São Paulo: Ática, 1984.
- _____. **A pesquisa sociolingüística.** São Paulo: Ática, 1997.
- TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista**, 2003. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Letras/Lingüística da UFSC, Florianópolis.
- TRAVAGLIA, L.C. **O aspecto verbal no português.** Uberlândia: UFU, 1994.
- VASQUEZ CUESTA, P y MENDES da LUZ, M.A. **Gramática portuguesa.** Madrid: Gredos, 1971. *Apud* FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.
- VOTRE, S. **Lingüística funcional.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- VOTRE, MARGOTTI & VANDRESEN. **Cadernos de pesquisa no Projeto VARSUL.** Caderno 1. Florianópolis, Editora da UFSC, 1991.
- WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística.** São Paulo: Parábola, 2002.

WEINER, J. & LABOV, W. (1983). Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**. Great Britain, 19:29-58, 1977.

WEINRICH, Harald. **Estructura y función de los tiempos en el lenguaje**. Madrid, Gredos, 1968.

WEINREICH, U, LABOV, W. & HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Lehmann, W.P. & Malkiel, y. (eds.) **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968.

XAVIER FENANDES, I. **Questões de Língua Pátria**, Lisboa: Ocidente, 1949. *Apud*

FARACO, C.A. **The imperative sentence in portuguese: a semantic and historical discussion**, 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) – Department of Modern Languages University of Salford: Salford, USA.

ANEXOS

Anexo 1: Amostra dos atos de comando de TOM à MÃE, em Vinhas da Ira

| |
|---|
| Não se PREOCUPE , mãe. (...) Mas a senhora não se PREOCUPE . A gente já tem coisas bastantes em que pensar. (T/M:151:87) |
| Mãe, ESCUTA . – E leu em voz alta o que tinha escrito. (T/M:163:102) |
| Não se INCOMODE . Ele dá um jeito na vida.(T/M:250:181) |
| Mãe, VEM cá! - Tom olhou-a. – Meus Deus, a senhora ‘tá doente? (T/M:265:192) |
| Tom apontou para o grande vale. – OLHE! – disse. (...) - Mãe, a senhora ‘tá doente? (T/M:265:193) |
| TRATA de dormir. Já nem me lembro de quando a senhora dormiu a última vez. (...) Nada disso. A senhora VAI dormir e BOTA amanhã outro vestido e então ... então a senhora vai ver. (...) Mas a senhora deve dormir . TRATE de dormir. (T/M:338:253) |
| OLHA , mãe, não PENSA que eu não quero ir. (...) Me lembro do tempo que era o homem que dizia o que se devia fazer. Parece que agora é a mulher que faz isso. (T/M:417:309) |
| Claro, mãe. IMAGINA um homem que só vive preocupado, roendo o fígado. (T/M:418:312) |
| Ora, mãe, DEIXE disso. Não é verdade. FIQUE descansada.(T/M:419:313) |
| Ssciu, não FALE alto. Tive uma briga. (T/M:463:358) |
| VÊ se não pensa em mim o tempo todo, mãe. (...) Levo esse cobertor comigo. A senhora não se ESQUEÇA daquele cano, ouviu, mãe? (T/M:483:394) |
| Mãe, é a senhora quem ‘tá’í? – (...) Então VENHA comigo. (T/M:496:410) |
| Não se PREOCUPE . Já ‘tou com grande prática de viver que nem coelho. (T/M:496:412) |
| Bem, ESCUTA ’qui, mãe. Eu ‘tive escondido neste lugar o tempo todo, dia e noite. (T/M:498:414) |
| Não COMPLIQUE as coisas (...) IMAGINE , se o Casy soubesse disto! (..) Estarei no lugar que a senhora olhar à minha procura. (T/M:500:416) |
| Por aqui, me DÁ a mão.(...) A senhora VAI direitinho pra frente, (...) a senhora ATRAVESSA o riacho. (T/M:501:418) |
| Não se PREOCUPE , mãe. (...) Mas a senhora não se PREOCUPE . A gente já tem coisas bastantes em que pensar. (T/M:151:87) |
| FAZ pra ele uma xícara de café forte. DEIXA ver ... aí diz pra usar uma colherada de chá. (T/M:126:71) |
| Ele tava cansado, de Qualquer maneira. DEIXA ele. (T/M:127:72) |
| TRAZ ele, mãe. (T/M:126:70) |
| Ó, pai, vamo lá dentro. Quero dizer uma coisa pro senhor. (...) - Mãe, VEM cá um momentinho, sim? (T/M:126:68) |

Anexo 2: Disposição da simetria/assimetria das relações sociopessoais de cada rede social

| | |
|---|--|
| REDE 1 - Relações sociopessoais de intimidade (família mais direta) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| $T(R1) > A(R1)$ - $A(R1) < T(R1)$ $M(R1) > T(R1)$ - $T(R1) < M(R1)$ $M/P(R1) > A(R1)$ - $A(R1) < M/P(R1)$ $M/P(R1) > W/Ru(R1)$ - $W/Ru(R1) < M/P(R1)$ $M(R1) > P(R1)$ - $P(R1) < M(R1)$ $Ro(R1) < M(R1)$ - $M(R1) > Ro(R1)$ | $T(R1) = Ro(R1)$ $T(R1) = P(R1)$ $W/Ru(R1) = T/A/Ro(R1)$ $Ro(R1) = Co(R1)$ $Wi(R1) = Sa(R1)$ |
| REDE 2 - Relações sociopessoais de afetividade (família menos direta) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| $Vó(R2) > T(R2)$ - $T(R2) < Vó(R2)$ | $T(R2) = J(R2)$ $P(R2) = J(R2)$ $M(R2) = J(R2)$ |
| REDE 3 - Relações sociopessoais com conhecidos (amigos, conhecidos) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| | $Fl(R3) = A(R3)$ $Po(R3) = Po(R3)$ $Gu(R3) = Gu(R3)$ |
| REDE 4 - Relações sociopessoais com estranhos (motorista e garçom/garçonete, mecânico e clientes, funcionários de mercearias, pedido de informação na rua) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| | $Gu(R4) = T/A/M(R4)$ $Me(R4) = T/A(R4)$ $Ho/Ra(R4) = T/A/M(R4)$ $M(R4) = As(R4)$ |
| REDE 5 - Relações sociopessoais com profissionais (diretores, presidente do comitê) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| $Di(R5) > Ro(R4)$ $Fl(R4) < Em(R5)$ | |
| REDE 6 - Relações sociopessoais de autoridades voluntárias (religiosa, outras) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| $R(R6) > T(R3)$ - $T(R3) < R(R6)$ $R(R6) > J(R3)$ - $J(R3) < R(R6)$ $R(R6) > A(R3)$ - $A(R3) < R(R6)$ $R(R6) > M/As/Vó(R4)$ - $M/As/Vó < R(R6)$ | |
| REDE 7 - Relações sociopessoais de autoridades não-voluntárias (poder cível (xerife, juiz), outras) | |
| ASSIMÉTRICAS | SIMÉTRICAS |
| $M(R4) < Po(R7)$ $Po(R7) > R(R4)$ | |
| Legenda dos códigos: M (mãe), P (pai), T (Tom), A (Al), R (reverendo), Ro (Rosasharm), Ru (Ruthie), W (Winn), J (John), Wi (Wilson, marido de Sara), Sa (Sarai), Em (empreiteiro), Gu (guarda), Po (policial), Fl (Floyd), Ho (homem), Me (mecânico), Ra (rapaz). | |

Anexo 3: Faz um 21 - ‘Texto da semana’

‘Faz um 21’

É claro que não vou meter minha colher na questão da telefonia. Eles que se entendam. E que façam a coisa funcionar, pelo amor de Deus!

Quero discutir a forma verbal “faz”, do bordão publicitário de uma das “apresentadoras”. Nos bancos escolares, aprendemos a conjugação e o emprego dos verbos no modo imperativo – aquele que se usa para ordenar, pedir, suplicar, rogar.

O bom professor, no caso, é aquele que consegue mostrar que o imperativo abonado pela norma culta se impõe naturalmente em certas situações.

Ninguém escreveria numa sala pública algo como “Não fuma”. No entanto, em muitas regiões do país – São Paulo, por exemplo -, é essa forma empregada no dia-a-dia, em situações informais.

O que se fala nem sempre se escreve, o que não é nenhuma novidade. Não é preciso repetir que em língua o que vale é a adequação.

“Faz um 21”, diz a Ana Paula Arósio. Como imperativo afirmativo, “faz” não é comum na Bahia, por exemplo. No dia-a-dia, é mais comum que os baianos digam “faça”, sem o tom mais ou menos autoritário ou formal que costuma ter em São Paulo,

E o que diz a gramática padrão? Diz que o imperativo afirmativo da segunda pessoa do singular (tu) é formado a partir do presente do indicativo, sem o “s” final.

Então “tu fazes” (“eu faço, tu fazes ...”), sem o “s”, resulta em “faze”. Já pensaram em Ana Paula dizendo “Faze um 21”? A ortodoxa forma “faze” já virou “faz”. Até a Fuvest adotou numa questão do concurso de 97, baseada neste trecho: “Conta Rubem Braga o conselho que um amigo lhe deu certa vez: ‘Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a gramática’”.

A Fuvest pedia ao candidato que supusesse o amigo tratando Rubem por tu. A resposta dava como correta a forma “faz”, em vez de “faze”, igualmente correta (“Olha, Rubem, faz como eu ...”).

No caso da propaganda estrelada por Ana Paula Arósio, não vale a pena topar parada com a gramática. O texto todo é posto na terceira pessoa (você), mas o recado final é dado na segunda (tu): “Faz um 21”.

Em situações formais, persegue-se e deseja-se a chamada “uniformidade de tratamento”. Não parece ser esse o caso da linguagem publicitária, muitas vezes próxima da coloquial. O único problema é que, como vimos, a forma escolhida não é unanimidade na língua oral dos brasileiros. É isso.

Pasquale Cipro Neeto
‘Nossa Língua Portuguesa’
(22/07/99)